

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

Facultad de Geografía e Historia



VNiVERSiDAD
D SALAMANCA

TESIS DOCTORAL

O DOMÍNIO CULTURAL NO TURISMO ORGANIZADO – O CASO
PORTUGUÊS: Da polarização territorial à valorização endógena e local.

Presentada por:

Alexandre Sousa Guedes

Directores:

Doctor D. Luis Serrano-Piedecasas Fernández

Doctora D. M.^a Isabel Martín Jiménez

Salamanca, 2014

Programa de Doctorado: “**Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo**”

La presente Tesis Doctoral fue elaborada por Alexandre Sousa Guedes, bajo la dirección del doctor Luis Serrano Piedecabras, Profesor Titular de Historia Medieval en el Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, y de la doctora M^a Isabel Martín Jiménez, Profesora Titular de Análisis Geográfico Regional en el Departamento de Geografía, ambos de la Universidad de Salamanca, para optar al título de Doctor por la Universidad de Salamanca.

Salamanca, de julio de 2014

El doctorando

Alexandre Sousa Guedes

Los directores

Dr. Luis Serrano Piedecabras

Dra. M^a Isabel Martín Jiménez

Aos meus filhos

Lucas e Haru

À Aya

ÍNDICE

	Pág.
Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
CAPÍTULO I – DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA E SUA JUSTIFICAÇÃO	4
I.1. Definição da problemática.....	5
I.2. Hipótese e objetivos.....	10
I.3. Metodologia: notas prévias.....	12
I.4. Referencias territoriais.....	17
I.5. Estrutura geral da tese.....	18
CAPÍTULO II – REFLEXÕES DE ÂMBITO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	22
II.1. Considerações genéricas sobre o turismo e respetiva relevância económica no mundo.....	23
II.1.1. O QUADRO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL.....	23
II.1.2. CONCENTRAÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO NO MUNDO DE CONTORNOS OLIGÁRQUICOS: ALGUNS RESULTADOS.....	25
II.1.3.OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO E A SUA RELAÇÃO COM O PACOTE DE FÉRIAS.....	33
II.1.4. DINÂMICAS MAIS COMPLEXAS DO TURISMO INTERNACIONAL COMO OPORTUNIDADES OU AMEAÇAS PARA PORTUGAL.....	37
II.2. O fenómeno de polarização turística em Portugal com origem numa condição semi-periférica.....	42
II.2.1. A PROCURA.....	42
<i>II.2.1.1. Afirmação dos níveis de concentração dos indicadores da procura em torno do Algarve.....</i>	<i>42</i>
<i>II.2.1.2. Sazonalidade ou apenas concentração da procura em Portugal?.....</i>	<i>59</i>
<i>II.2.1.2.1. O fenómeno da sazonalidade.....</i>	<i>59</i>
<i>II.2.1.2.2. Análise da sazonalidade a partir de representações gráficas das séries temporais da procura turística em Portugal.....</i>	<i>60</i>
<i>II.2.1.2.3. Análise da sazonalidade calculando o coeficiente de Gini.....</i>	<i>74</i>
<i>II.2.1.3. Síntese.....</i>	<i>85</i>
II.2.2. A OFERTA.....	86

II.2.2.1. <i>A evolução dos estabelecimentos hoteleiros como testemunho de um cenário turístico no Algarve de contornos fordistas</i>	86
II.2.2.2. <i>A relação entre a oferta e a procura</i>	88
II.2.3. A DOMINÂNCIA DAS “VIAGENS E TURISMO” NO SETOR EXPORTADOR NACIONAL COMO INDICADOR DE UMA ECONOMIA SEMI-PERIFÉRICA.....	94
II.3. O quadro político recente e o turismo	98
II.3.1. O REGIME DO ESTADO NOVO E A ECLOSÃO DA GUERRA COLONIAL: 1961 – 1974.....	101
II.3.2. A MUDANÇA REVOLUCIONÁRIA E O PERÍODO DE «NORMALIZAÇÃO» POLÍTICA, ECONÓMICA E FINANCEIRA: 1976 – 1985.....	103
II.3.3. A ADESÃO À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA: 1986 – 1999.....	107
II.3.4. A ADESÃO AO EURO E A «FIXAÇÃO IRREVOGÁVEL» DAS TAXAS DE CÂMBIO: 1999 – 2014.....	113
II.3.5. SÍNTESE.....	123
II.4. A cultura e o turismo: uma análise relacional em domínios científicos	127
CAPÍTULO III – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: ANÁLISE DE PROGRAMAS DE FÉRIAS A PARTIR DO SEU DOMÍNIO CULTURAL	135
III.1 Metodologia de análise e definição da amostra	136
III.1.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	136
III.1.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	143
<i>III.1.2.1. Conteúdo da amostra</i>	144
<i>III.1.2.2. A amostra</i>	149
III.2. Análise e discussão dos resultados da observação	151
III.2.1. DENSIDADES DE RECURSOS E UNIDADES CONCELHIAS POR MERCADO.....	151
III.2.2. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS CULTURAIS PREVALENTES NAS PROPOSTAS DE FÉRIAS POR GRUPOS TAXONÓMICOS.....	154
III.2.3. ANÁLISE ESTATÍSTICA E GEOGRÁFICA A PARTIR DA MORFOLOGIA PATRIMONIAL E TERRITORIAL CONVOCADA PELAS FONTES FORMAIS DA AMOSTRA.....	161
<i>III.2.3.1. Análise de agrupamento hierárquico de clusters a partir das frequências relativas dos recursos patrimoniais e estudo comparativo das frequências relativas dos bens classificados</i>	161
<i>III.2.3.2. Distribuição dos recursos extraídos por mercado emissor</i>	190
<i>III.2.3.3. Análise de agrupamento hierárquico de clusters de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia</i>	197
<i>III.2.3.4. Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites</i>	

<i>programadas por unidade concelhia e mercado emissor</i>	203
<i>III.2.3.5. A dimensão patrimonial e o grau de intensidade de programação medido a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia</i>	209
III.2.4. IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES ESPACIAIS RECORRENTES E PREDOMINANTES NAS PROPOSTAS DE FÉRIAS	213
III.2.5. ANÁLISE DO MODELO SEMÂNTICO NOS SEIS MERCADOS	224
<i>III.2.5.1. O mercado alemão</i>	224
<i>III.2.5.2. O mercado britânico</i>	227
<i>III.2.5.3. O mercado francês</i>	230
<i>III.2.5.4. O mercado espanhol</i>	233
<i>III.2.5.5. O mercado italiano</i>	235
<i>III.2.5.6. O mercado holandês</i>	238
<i>III.2.5.7. Síntese final</i>	241
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES FINAIS	243
IV.1. Conclusões	247
IV.2. Limitações do estudo e sugestões	258
BIBLIOGRFIA E FONTES	260
ANEXOS	271
Anexo 1: Matriz de análise de <i>clusters</i> dos recursos classificados «Monumento Nacional».....	272
Anexo 2: Matriz de análise de <i>clusters</i> dos recursos classificados.....	273
Anexo 3: Matriz de análise de <i>clusters</i> dos recursos sem classificação.....	274
Anexo 4: Matriz de análise de <i>clusters</i> de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia.....	275
ÍNDICES	276
Índice de Quadros.....	277
Índice de Figuras.....	279

AGRADECIMENTOS

Quero começar por agradecer aos meus orientadores, à Professora Doutora M.^a Isabel Martín Jiménez e ao Professor Doutor Luis Serrano-Piedecabras Fernández, pela disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso de investigação. A crítica orientada num trabalho com esta longitude constitui um apoio fundamental para encontrar um equilíbrio entre a inovação e a racionalidade exigida no plano científico. Muito obrigado Professora Doutora M.^a Isabel Martín Jiménez pelo seu empenho na orientação científica e palavras de estímulo. Aos dois um “saludo” especial.

Estendo os meus agradecimentos a todas as entidades e organizações que me permitiram estabilizar um plano de investigação empírico apoiado em recursos sólidos, particularmente ao Turismo de Portugal, i.p. pela cedência da base de dados de operadores turísticos por mercados, que constitui um instrumento central desta investigação, e aos operadores turísticos que direta ou indiretamente disponibilizaram os seus programas para análise.

Alongo os meus calorosos reconhecimentos ao Professor Doutor João Rebelo do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro pela disponibilidade e discernimento na apreciação crítica deste trabalho ainda numa fase preliminar.

Finalmente, e muito importante para terminar este longo ciclo, quero acentuar o apoio da minha família que me incitou a continuar a trabalhar, particularmente nos momentos mais difíceis.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

O trajeto da presente investigação ateve-se a um conjunto de reflexões que evidenciam uma matriz de desenvolvimento turística em Portugal marcadamente assimétrica, patenteada na elevada concentração territorial do fenómeno, bem como a concretização e alavancagem do turismo a partir de um número restrito de mercados emissores. Esta tendência reporta um fenómeno de concentração a montante, que exprime uma relação de centro-periferia, remetendo para um arquétipo de desenvolvimento turístico que radica num conceito de enclave (Britton, 1982, *apud* Sharpley e Telfer, 2002, p. 124) que emana de um processo de externalização de práticas de consumo vigentes em países desenvolvidos, repercutindo um movimento que é impulsionado de fora para dentro e que tem vindo a desencadear práticas de consumo em massa. As reflexões produzidas no âmbito internacional, que antecedem a análise nacional, revelam justamente um trajeto que se alinha com a matriz que em Portugal se consolida e que está associada a mecanismos de desenvolvimento radicados em paradigmas de concentração que impactam de forma assimétrica nos destinos. A análise da sua evolução expôs os riscos de desenvolvimento de modelos indiferenciados e massificados exemplificados no caso português a partir do Algarve, num cenário turístico mundial que tende a franquear novas geografias receptoras que concorrem com esses modelos. A investigação prossegue para uma análise e exegese sobre a evolução da narrativa política e governativa desde a segunda fase de governação do regime do Estado Novo até à atualidade que expôs uma associação que se tornou circular entre as necessidades históricas de financiamento da despesa pública e uma orientação unívoca para o desenvolvimento turístico em torno de uma fração do nosso território inscrito na bacia alargada do mediterrâneo (o Algarve) que revela uma elevada capacidade de captação de divisas. Esta dificuldade favoreceu a insistência num arquétipo suportado em práticas de desenvolvimento assimétricas e radicadas numa ideologia de dependência estrutural assente em modelos de consumo de massas. É neste caldo de desequilíbrios que se desenvolve uma narrativa a partir dos Governos provisórios e durante praticamente todos os Governos Constitucionais até à atualidade, de valorização da base endógena em associação com o fenómeno turístico. Franqueia-se um caminho de defesa da criação de oportunidades a partir de um reduto endógeno, para tornar o país menos dependente de um paradigma externo e desvalorizador da sua singularidade, em linha com um novo quadro ideológico das sociedades contemporâneas que têm vindo a afirmar modelos de consumo de acentuado simbolismo por oposição ao materialismo ancorado, entre outros, num corredor de práticas turísticas identificadas pelo epíteto “turismo cultural”. É neste quadro que se recupera a importância do binómio turismo-cultura que pressupõe uma cirurgia complexa dos territórios que implica uma metamorfose profunda do objeto patrimonial e da malha endógena em valor económico, processo de “engenharia cultural” (Choay, 1999) intrincado que encontra em Portugal, sobretudo em zonas de baixa densidade, um substrato demográfico e social em falência e em muitos casos incapaz de alavancar estas medidas de transformação. Nesse sentido, entendemos que é possível encontrar nos operadores turísticos que programam circuitos e estadias que concentram a sua valia no património, fontes de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998) que importa aprofundar e testar. É justamente esse o móbil da nossa investigação empírica que percorre e pormenoriza o modelo ideológico que preside à construção de programas de férias para Portugal a partir dos seis mercados mais relevantes que revelam uma rede neuronal hierarquizada e polarizada em torno de Lisboa mas apresentando um nível de imersão territorial penetrante que induz oportunidades de reposicionamento do destino Portugal e, cumulativamente, fórmulas de reanimação de cinturas e tecidos sociais e económicos, alguns em estado intermitente. Revelam os exemplos citados, se ampliados através do impulso institucional e político, poder operar alterações estruturais em cinturas periféricas e no turismo nacional sem esvaziar ou provocar uma alteração e rutura nos modelos vigentes, que exercem ainda um papel estruturante nos polos de incidência de cenários de massificação. Importa entender que o desenvolvimento turístico está vinculado a uma rede neuronal que está hierarquizada por razões que se relacionam com os mecanismos e fórmulas de identificação do destino a partir de um conjunto restrito de marcadores, bem como de circunstancialismos logísticos também responsáveis por influenciar os modelos de programação.

ABSTRACT

The path of this research abided to a set of analysis that demonstrate Portugal's asymmetric tourism development pattern, mainly at a territorial level but also based on a limited number of demand markets. This trend reports a phenomenon of upstream concentration, which expresses a relation of center-periphery, referring to an archetype of tourism development that is rooted in a concept of enclave (Britton, 1982, *apud* Sharpley e Telfer, 2002, p. 124) emanating from outsourcing consumption practices from developed countries which trigger mass consumption practices. An analysis of the international tourism scene and environment also reveals an asymmetric and concentrated tourism consumption paradigm as well as new tourism flows to different geographies, which exposes the risks for Portugal on maintaining undifferentiated mass market models exemplified by the Algarve. The investigation also analyses the Portuguese political governance narrative starting in the mid 1960's to the present day. This research exposed a relation among the historical public debt and the necessity to gather financial resources which the Algarve could and can do through its mass consumption model capable of capturing important sums of foreign currencies. The chronic difficulty associated to the Portuguese public debt favored asymmetrical tourism development patterns based on a structural dependence on consumption flows of mass markets. By the mid 1980's the political narrative started to change and look at the importance of strengthening local (cultural) resources as well as new ways of tourism development fostered by the country's uniqueness and authenticity. This in change was (is) argued to ensure less dependency on mass market chains. As well this work identified the new line of thought and ideological framework of contemporary societies that have been claiming new consumption paradigms based on symbolism as opposed to materialism, which cultural tourism seems to embody very well. It is within this framework, which is based on the importance of tourism-culture relationship that presupposes a complex surgery of territories which implies a profound transformation of cultural resources into economic value, process of "cultural engineering" (Choay, 1999), that turns out to be a very intricate process in Portugal, especially in areas of low density, and social rupture which in many cases are unable to leverage these measures. In this sense, we believe that it is possible to come across tour operators programming circuits that concentrate their value on cultural resources which trigger a wider phenomenon of "tourist irrigation" (Cluzeau, 1998) and thus can open new regional boundaries. This is precisely the core of our empirical research that details the ideological model which governs the design of holiday programs for Portugal based on six relevant markets. This investigation shows a hierarchical and polarized neuronal network around Lisbon but also presenting a level of territorial immersion which induces opportunities for Portugal as a tourist destination, and cumulatively formulas that can help to rebirth semi-peripheral and peripheral economies. This study also shows that some of these initiatives if amplified through the institutional and political effort could operate structural changes in peripheral rims as well as at the national tourism level without emptying or breaking the existing models, which still play a pivotal role in the Portuguese tourism economy. This work also shows that tourism development within an organized frame is linked to a neural network which is hierarchical for reasons that relate to the tour operator's strategies and formulas applied to promote the destination which is based on a limited set of markers, as well as logistical limitations which are also responsible for influencing programming models.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA E SUA JUSTIFICAÇÃO

I.1. Definição da problemática

O percurso de reflexão e investigação analítica que pretendemos encetar decorre do paradigma de desenvolvimento turístico vigente em Portugal, que tem coabitado com uma dúvida recorrente em torno da sua sustentabilidade, tendo em conta um certo antagonismo em torno da relevância económica deste fenómeno no plano nacional e o modo como tem impactado territorialmente de forma assimétrica. O modelo presente constitui uma espécie de quadratura do círculo que remete, tal como o problema clássico de geometria grega, para uma equação de desenvolvimento insolúvel tendo em conta o elevado grau de intensidade e concentração do fenómeno em cinturas regionais restritas e limitadas do país (Quadro 1).

Quadro 1: Frequência relativas das dormidas; Áreas (Km²) (a); Rácios (b) e (c): 2012

	Algarve/PortugalContinental	Albufeira/PortugalContinental	[Algarve+Lisboa]/PortugalContinental
Frequência relativa (dormidas)	43,13%	19,31%	71,55%
	Algarve	Albufeira	Algarve+Lisboa
Área (Km ²) (a)	4 996,80	140,66	7 998,75
Rácio (b): (a)/ÁreaPortugalContinental	5,61%	0,16%	8,98%
	Algarve	Albufeira	Algarve+Lisboa
Rácio (c): Dormidas/Área (a)	2867	45591	2971

Fonte: elaboração própria / INE (2012)

Este cenário exhibe as cicatrizes de um movimento centrípeto que acompanhou o advento do fenómeno turístico internacional em Portugal que, não obstante ter produzido efeitos positivos, promoveu um paradigma de dependência típico de economias periféricas, desenvolvendo-se a partir de circuitos e corredores de sentido centro-periferia, responsáveis por promover fenómenos de concentração. Estes, por sua vez, tendem a ser estruturados e regulados por organizações externas ao destino que promovem fenómenos exógenos suportados na consolidação de circuitos de intermediação que concatenam instrumentos de consumo para as massas que convergem, justamente, sobre um número restrito de cinturas regionais que no caso português se transformou numa verdade axiomática. No nosso entender, este cenário constitui um processo de desenvolvimento que não converge sobre uma solução e alternativa de desenvolvimento para o país.

Tendo em conta o efeito de captura regional polarizado que promove trânsitos de elevada intensidade sazonal, importa encontrar soluções e caminhos que contrariem o

vácuo territorial do modelo de desenvolvimento turístico vigente através de fórmulas que escorem a problemática da sustentabilidade dos recursos e, simultaneamente, promovam o alargamento das geografias e recursos de usufruto.

A moderação da assimetria turística em Portugal não subentende explicitamente a rutura e/ou a derrogação dos modelos vigentes, que desempenham ainda um papel estruturante nos polos de incidência de cenários de massificação, mas depende, tal como nestes nodos, de veios e circuitos comerciais que intercetem, justamente, as geografias que têm uma presença opaca ou inexistente no espetro turístico nacional, dispersas por cerca de 91% do território (Quadro 1); arquétipo que pode ser ampliado a partir dos mercados emissores tradicionais para Portugal que concorrem, nomeadamente, para as cinturas balneares.

Para o efeito, importa uma convergência clara não apenas da narrativa política, que deve ser capaz de interpretar as recentes vinculações do fenómeno a novas procuras que circunscrevem padrões de consumo mais individualistas (Urry, 1990), na linha de um novo turismo que tende a revelar um nível de segmentação, flexibilidade e personalização mais elevada (Poon, 1989). Deverão suportar a sua operacionalização, medidas que franqueiam cinturas regionais semi-periféricas e periféricas, que caucionam um nível de maior imersão territorial da experiência turística em Portugal, particularmente assentes na cultura.

O papel político e institucional assume uma relevância particular se reconhecer explicitamente o perfil assimétrico do fenómeno turístico em Portugal, designadamente no seu segmento internacional. Deve, por isso, ser capaz de compreender a necessidade de empreender medidas que promovam a redução da dependência de circuitos de distribuição instalados em manchas de massificação, utilizando a cultura e o património como veículo de desenvolvimento turístico e promoção (Richards, 1996). A competência política deve, assim, avocar as operações turísticas especializadas, nomeadamente, nos domínios que intercetem um substrato endogénico situado no *campus* cultural ou as operações turísticas cuja programação se concentre em territórios de morfologia periférica. Tirárá assim partido da crescente segmentação de mercado e, simultaneamente, escorará o desenvolvimento turístico nos recursos culturais disponíveis localmente (Richards, 1996).

A interceção de circuitos e redes comerciais que operam em cinturas territoriais periféricas (mas também morfologias principais), de maior risco operacional, deve constituir um relevante *focus* da ação política tal como tem vindo a acontecer no setor da aviação onde os Estados competem pela afirmação de aeroportos mais periféricos para atrair companhias aéreas de baixo custo (relação que é também recíproca).

O papel que o turismo pode desempenhar na relação com o território e a relação que o território, de uma forma recíproca, poderá estabelecer com o turismo, intercepta a problemática endógena, de uma forma geral, e a dimensão cultural e patrimonial de um modo específico que nos serve de apoio à presente investigação (Figura 1).

Figura 1: Ilustração da relação entre território e turismo



Fonte: elaboração própria

Importa, com efeito, compreender que esta relação circular contempla, simultaneamente, uma cirurgia complexa dos territórios que implica uma metamorfose profunda do objeto patrimonial e da malha endógena em valor económico, processo e mecanismo de “engenharia cultural” (Choay, 1999: 157) intrincado que encontra em Portugal, sobretudo em zonas de baixa densidade, um substrato demográfico e social em falência e em muitos casos incapaz de alavancar estas medidas de transformação. Por outro lado, é possível encontrar nos produtores, operadores turísticos, sobretudo especializados mas também generalistas que programam circuitos e estadias que concentram a sua valia no património, fontes de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) que importa aprofundar e testar.

Torna-se, por isso, relevante identificar nas operações turísticas organizadas a partir dos principais mercados emissores para Portugal¹, mecanismos vigentes que intercetam o país em unidades geográficas territorialmente mais complexas do que as expressas nos

¹ Considerando-se para esta investigação o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Espanha, a Itália e Holanda.

dados quantitativos da procura que tendem a revelar uma polarização marcada em torno do Algarve e Lisboa (área continental). Esta interceção terá que se estabelecer, justamente, a partir de recursos culturais/patrimoniais testando, assim, a viabilidade dos territórios do ponto de vista turístico suportados na sua componente endógena e alavancando práticas de natureza simbiótica, apoiadas nos binómios turismo-cultura e operações turísticas comerciais-territórios.

Tomando como *focus* e objetivo geral a análise do domínio cultural no turismo organizado em território continental, importa clarificar o percurso ideológico e a narrativa programática dos sucessivos governos desde o momento da eclosão deste fenómeno de massificação turística em Portugal até à atualidade. A oportunidade desta análise vai no sentido de confirmar os mecanismos e as razões que estão na sua origem e clarificar a corrente ideológica vigente no sentido de justificar a oportunidade da investigação que empreenderemos, que visa a averiguação dos fenómenos organizados a partir do domínio cultural para Portugal Continental.

A inclusão deste referencial endógeno em propostas de férias para o destino Portugal, organizadas e comercializadas por grossistas estrangeiros pressupõe um entendimento sobre o mercado de oferta organizado (intermediação) que suporta a conceção do produto num referencial cultural, em resposta a tipologias de procura com interesses distintos, representativos dos mais diversos estratos no que toca às práticas culturais na esfera do turismo, desde os adeptos (os monomaniacos e bulímicos) aos ocasionais (Cluzeau, 1998). Esta metodologia permite estender a nossa análise a programas que respondem a representações sociais com um capital cultural menos qualificado tendo em conta que “(...) o turismo cultural drena toda uma população em férias eclética, curiosa e experimentadora (...)” (Cluzeau, 1998: 13). Permite, assim, uma convergência alargada dos múltiplos estratos programáticos sobre o destino nacional, ampliando o caudal de drenagem de procura para cinturas regionais de maior opacidade turística.

Tendo em conta a oportunidade patenteada na generalização teórica que remete para “(...) um novo recentramento dos sujeitos pautado pela valorização de novos signos culturais” (Fortuna, 1999: 25), que permitirá outorgar uma ação política que convoque, justamente, novas cinturas para a equação do desenvolvimento turístico nacional, reconhece-se assim sentido e a oportunidade em avocar à presente investigação a

observação e a análise dos produtores que programam circuitos e estadias que concentram a sua valia no património. O roteiro analítico que se propõe permitirá, verificar a sua influência como fontes de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) que influam na atenuação do fenómeno de dependência turística e constituam mecanismos de auxílio no recobro de tendências declinantes do tecido social e económico de cinturas periféricas e de baixa densidade com um reduto endógeno valioso (e.g. Douro) através da indução de dinâmicas de valorização da sua singularidade e gerando oportunidades económicas.

Simultaneamente, entendemos que estas propostas, estruturadas por entidades comerciais, poderão articular modelos de consumo que, sociologicamente, se têm vindo a demarcar, ainda que de um modo aparente, do pragmatismo das massas e que simultaneamente interpelam a variável cultural. Importa para este efeito identificar estruturas e modelos de programação para Portugal que conjuntamente nos comuniquem aquilo que Foucault (1980) identificou como as províncias discursivas dos peritos e “regimes de verdade²” (e poder) que dum modo quase estático se apresentam no complexo comercial que pretendemos estudar.

Tomando em linha de conta a racional descrita, importa reconhecer os modelos de programação cuja composição se centra em domínios que associam recursos culturais e, por consequência, remetem para um conceito de produto turístico com características diversas do modelo dominante, de ação convergente e polar, dependente de fatores naturais e suportado em fenómenos de consumo sazonal (Buhalis, 1999).

Pretende-se neste domínio clarificar, a partir de demonstrações de natureza económica suportadas em produtos comissionáveis e organizados a partir do exterior, até que ponto é possível aprofundar a noção de capital cultural (Bourdieu, 1984) que permite abrir portas a economias regionais e a produtos de *terroir*³. Em que medida estas propostas se autonomizam também de modelos de standartização que resultam de um processo de imperialismo cultural (Billington, et al., 1991)? O carácter pré-figurativo em que assenta a eficiência do protótipo do pacote turístico, que constitui o trabalho ideológico

² “Foucault defines 'regimes of truth' as the historically specific mechanisms which produce discourses which function as true in particular times and places.” (in <<http://www.michel-foucault.com/concepts/>>. Acedido em 27.04.2014)

³ “(...) uma nostalgia no sentido estrito de retorno ao imaginário e a um referencial que perdeu a sua historicidade (valor documental e arquitectónico) adquirindo um espaço na memória e no imaginário coletivo.” (Amirou, 2000: 26)

(Billington, et al., 1991) dos operadores turísticos nas representações do destino, não deixará de procurar interpretar os padrões complexos de interdependência das atividades no processo de viagem (Fesenmaier e Lieber, 1985, 1988).

No caso português, um melhor conhecimento das capilaridades que agregam unidades geográficas de características demográficas, económicas e culturais distintas poderá evidenciar mecanismos de integração e complementaridade regional estratégicos que viabilizam o reposicionamento de unidades geográficas periféricas em modelos e circuitos de consumo com um impacto regenerador do seu tecido social e económico. Também, por sua vez, a identificação dos circuitos de consumo e contacto geográfico poderá constituir um instrumento de suporte ao planeamento e análise do posicionamento territorial dos principais mercados grossistas emissores e nacionais para o destino Portugal.

I.2. Hipótese e objetivos

O compromisso da presente investigação parte da hipótese da existência de uma moldura de oferta organizada (operadores turísticos) que incorpora matéria cultural, em graus de especialização diversos, do destino Portugal, suportando assim a generalização teórica que parece patentear “(...) um novo recentramento dos sujeitos pautado pela valorização dos novos signos culturais” (Fortuna, 1999) e, simultaneamente, revelar corredores alternativos de práticas e desenvolvimento turístico com um impacto territorial menos assimétrico.

Até que ponto o sector grossista e retalhista adequa a sua oferta de produtos, que interagem com o domínio da cultura em Portugal, à complexificação da sociedade e adaptabilidade necessária à imposição de “regras de geometria pessoal” (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994: 89) com que uma grande maioria de autores concorda serem as tendências das sociedades urbanas pós-modernas?

Tomando por base os argumentos de Ashworth e Goodall (1988) de que as estratégias de marketing dos operadores turísticos contribuíram para o desenvolvimento de “Destinos Identikit” e compreendendo a extensão desta problemática no conceito de

estruturação de uma “Culture Bubble” ou controlo das experiências de férias/produto (Carey et al., 1997) pretendemos ir no encaço destas estruturas e modelos.

Tendo presente o quadro geral que objetiva o percurso científico que a presente tese visa alcançar, importa testar a porosidade do território continental relativamente às práticas organizadas que interpelam o recurso cultural e identificar parâmetros de modelação da morfologia primária e do território que revelem arquétipos funcionais latentes propulsores de níveis de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) de menor assimetria regional. Interessa, com efeito, dissolver e divisar o móbil geral desta investigação em unidades e objetivos específicos que de seguida se enumeram:

1. Identificar manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores.
2. Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional (análise de *clusters*) concatenadas a nodos funcionais.
3. Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias bem como paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal que exprime o grau de conhecimento e aprofundamento do operador sobre o destino e a necessidade de diminuição do risco de incerteza da experiência programada.
4. Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das espacialidades convocadas.

Mais em concreto, e para alcançar o desiderato ambicionado, os objetivos específicos foram desagregados por unidades de investigação empírica que de seguida se enumeram (Quadro 2), correspondendo cada uma delas a uma secção específica do Capítulo III.

Quadro 2: Síntese do modelo de investigação

A	Hipótese Existe uma moldura de oferta organizada (operadores turísticos) que incorpora matéria cultural, em graus de especialização diversos do destino Portugal, com um impacto territorial menos assimétrico.	
B	Objetivo geral e central Testar a porosidade do território continental relativamente às práticas turísticas organizadas que interpelam o recurso cultural e identificar parâmetros de modelação da morfologia primária e do território que revelem arquétipos funcionais latentes propulsores de níveis de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) de menor assimetria regional.	
C	Objetivos específicos	Unidades de investigação empírica
C.1	Identificar de manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores.	C.1.21. Análise de frequências dos recursos culturais prevalentes nas propostas de férias por grupos taxonómicos.
C.2	Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional concatenadas a nodos funcionais.	C.2.1. Análise de agrupamento hierárquico de <i>clusters</i> a partir das frequências relativas dos recursos patrimoniais e estudo comparativo das frequências relativas dos bens classificados. C.2.2. Distribuição dos recursos por mercado emissor C.2.3. Análise de agrupamento hierárquico de <i>clusters</i> de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia. C.2.4. Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia e mercado emissor. C.2.5. A dimensão patrimonial e o grau de intensidade de programação medido a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia
C.3	Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias e paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal.	C.3.1. Identificação de padrões recorrentes e predominantes nas propostas de férias: <ul style="list-style-type: none"> – Representação dos padrões espaciais recorrentes e predominantes de programação. – Representação espacial (mapeamento) das sequências programadas cruzadas com as manchas de densidade de implantação de recursos culturais construídos e nodos de pernoita e visitação por mercado emissor.
C.4	Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das especialidades.	C.4.1. Geração e análise dos modelos semânticos nos seis mercados.

Fonte: elaboração própria

I.3. Metodologia: notas prévias

Em termos metodológicos o percurso de investigação começa por enunciar o problema da excessiva concentração e polarização do fenómeno turístico em Portugal, a partir de meados dos anos 1960, inoculado por acontecimentos exógenos originários de países do

centro da Europa, suportado em operações organizadas (grossistas), e validada pela conjuntura institucional e política do país à data. Tendo em conta este facto, com influência na parca irrigação turística em território continental associado a arquétipos de distribuição estabelecidos nas manchas de concentração (e. g. Algarve e Lisboa), importa testar a porosidade do território continental relativamente a práticas turísticas organizadas que interpelam o recurso cultural e reconhecer parâmetros de modelação da sua morfologia primária que permitam um impacto turístico menos assimétrico e de maior profusão geográfica, propulsionado a necessária coesão regional.

É sobre os domínios da economia turística internacional e nacional, dos factos políticos e institucionais envolvidos, bem como da relação entre o turismo e a cultura convocados pelo tema da investigação, que incide a análise teórica e analítica que se suporta em dados qualitativos e quantitativos, designadamente numa revisão e pesquisa documental e bibliográfica e ensaio matemático a partir de indicadores estatísticos oficiais da procura e da oferta. Este exercício configura uma ação dedutiva que permite esclarecer conceitos, identificar variáveis e estabelecer hipóteses que são introduzidas no trabalho de investigação, fortalecendo e clarificando argumentos de âmbito preambular e auxiliando na seleção do processo de investigação.

Os blocos de natureza teórica e concetual, que visam um enquadramento do quadro ideológico internacional, identificando tendências de concentração turística no mundo, bem como a análise do fenómeno de polarização turística em Portugal, são suportados por dados estatísticos de fontes oficiais internacionais e nacionais, designadamente, da World Tourism Organization (WTO)⁴, World Bank Group (WB), Banque de France/INSEE⁵ (*apud* Conseil National du Tourisme) e do Instituto Nacional de Estatística (INE). São, adicionalmente, utilizadas bases cartográficas extraídas da Direção-Geral do Território (DGT, 2014)⁶ e do portal Thematic Mapping (2002)⁷ para projetar informação estatística e auxiliar a sua interpretação visual.

A análise de indicadores estatísticos oficiais no âmbito do enquadramento da temática da tese é coadjuvada pela consulta de fontes bibliográficas e documentais que

⁴ Organização Mundial do Turismo

⁵ Institut National de la Statistique et des Études Économiques

⁶ Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)

⁷ World Borders Dataset: Land area, FAO Statistics (2002)

constituem a fonte primária principal do ensaio sobre o quadro político e institucional e do estudo da relação entre a cultura e o turismo, domínios onde foi empreendido um esforço de análise e crítica da matéria teórica mais relevante e atual. Mais em concreto, e em relação ao escopo político e institucional analisado, foram examinados programas dos governos, documentos estratégicos e institucionais bem como bibliografia relevante sobre o tema.

A segunda dimensão importante deste trabalho, que lhe conferirá alguma autonomia e inovação, e que constitui a componente de investigação empírica, assentará numa análise crítica e minuciosa do impacto territorial da programação a partir de um escopo endógeno alternativo à dimensão geomorfológica generalizada e apreendida a partir do fenómeno de massificação e concentração de práticas turísticas em Portugal (sol e mar), extraído dos programas de férias de grossistas e retalhistas estrangeiros nos seis mercados consolidados para Portugal.

Deste modo, a análise empírica centrar-se-á num domínio estratégico do turismo português que se conjuga no mercado turístico internacional organizado que remete para pressupostos ideológicos que argumentam que os viajantes internacionais são mais propensos a utilizar intermediários de viagens no processo de seleção do seu destino de férias e que a procura do produto turístico é largamente engendrada pela rede de criadores de imagem da indústria turística (Reimer, 1990).

Nesta medida, os operadores turísticos constituem, segundo diversos autores, fontes de natureza formal (Goodall, 1990) com aptidões evidentes na indução da alteração da imagem dos destinos e instrumentos de decisão de consumo dos viajantes, classificados como fontes formais interpessoais (Hsiesh e O'Leary, 1993), fontes formais externas (Gitelson e Crompton, 1983), fontes comerciais (Mill e Morrison, 1985), fontes de indução explícita do tipo II⁸ (Gartner, 1993) e fontes profissionais (Baloglu, 1997a), o que no nosso entender qualifica o seu carácter utilitário no contexto da análise em curso. Interessa-nos para o efeito um fragmento da rede grossista que programa Portugal e que consideramos poder conduzir-nos no sentido da identificação das tendências em matéria de práticas turísticas que articulam temáticas e recursos patrimoniais. Tomámos como

⁸ Gartner considera ainda fontes de indução explícita do tipo I contemplando aqui formas de publicidade tradicional onde se enquadram as brochuras, a televisão, a rádio, a imprensa escrita, entre outros meios.

suporte as listagens de operadores e agentes de viagens fornecidas em 2009 pelo organismo oficial com responsabilidades em matéria de política de turismo em Portugal – o Turismo de Portugal, ip.. Do lastro de mercados emissores que integram a política de promoção nacional e que consta da base de dados fornecida, resgatámos um fragmento de seis mercados (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido), em torno dos quais a investigação exploratória será conduzida e que constituem, sensivelmente, 46 % e 35% do número de dormidas e de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (INE, 2012), respetivamente.

Acrescem a estes domínios ainda desafios que carecem de clarificação conceptual que permita operacionalizar a presente análise empírica, designadamente em relação às fontes de dados relevantes, isto é, o domínio específico da operação grossista e respetiva programação que reporte um perfil de oferta dominante e consolidado em torno de recursos culturais. Neste ponto, parece-nos relevante ressaltar a importância do binómio recurso-produto, que deverá evidenciar arquétipos de produção e intermediação que invoquem o recurso cultural quer pelo seu valor intrínseco quer pelo seu valor transformativo, ainda que sujeitos a crítica no sentido em que poderão traduzir e contextualizar exemplos de bens metaculturais⁹ (Keat, 1999).

Releva para a presente análise uma fração de operadores cuja programação intercete o território continental segundo modelos de natureza mais fragmentária, privilegiando a imersão cultural e geográfica. A sua demonstração, suportada em operações formais de distribuição também radicadas nos principais mercados emissores, evidenciará modelos de práticas grossistas para Portugal que fundam o seu arquétipo de exploração num património genético alternativo às cinturas regionais que polarizam o fenómeno turístico em Portugal. Assim, o compósito primário que serve de base à programação e o modelo de arregimentação adotado, deverá circunstanciar práticas e fenómenos de tipo *touring* (mas não exclusivamente) que tendem a explorar diferentes unidades geográficas (Enoch, 1996), assumindo um impacto territorial mais alargado e podendo refletir, deste modo, mecanismos de produção de serviços turísticos transacionáveis com

⁹⁹ “(...) bens cuja natureza consiste pelo menos em parte em responder a questões sobre a natureza dos bens humanos e à sua potencial contribuição para o bem estar do ser humano. De um modo semelhante, seria um erro pensar sobre tais bens culturais em termos exclusivamente ou primeiramente estéticos. (...) o seu significado reside em grande medida em fornecer um meio através do qual essas audiências podem refletir noutros bens, e podem refletir em outros bens, e, portanto, fazer melhores julgamentos sobre o seu valor para eles.” (Keat, 1999: 102-103)

impacto em áreas ditas periféricas. A seleção de operadores a partir da análise dos seus programas resulta da aplicação de critérios não probabilísticos ou não aleatórios.

Os métodos de medição e análise decorrem dos objetivos específicos definidos e articulam-se do seguinte modo:

Quadro 3: Objetivos e métodos de medição e análise

OBJETIVOS	MÉTODOS DE MEDIÇÃO E ANÁLISE
1. Identificar de manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores.	Análise de frequências de recursos culturais prevalentes nas propostas de férias por grupos taxonómicos.
2. Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional concatenadas a nodos funcionais.	Análise de agrupamento hierárquico de <i>clusters</i> a partir das frequências relativas dos recursos patrimoniais
3. Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias e paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal.	Representação espacial, através do mapeamento dos padrões espaciais de programação utilizando <i>software</i> SIG (Sistemas de Informação Geográfica) - ArcGIS.
4. Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das especialidades.	Geração de modelos mentais semânticos a partir da transcrição dos programas e análise de padrões de similaridade das palavras com recurso ao <i>software</i> CATPAC II.

Fonte: elaboração própria

A metodologia da análise e o processo de amostragem da investigação empírica merecerá maior profundidade e uma descrição mais extensa e detalhada no Capítulo III, sendo aí circunstanciado o desenho experimental adotado.

Em síntese, a articulação da estrutura da tese com as fontes de dados utilizadas e métodos de medição e análise empregadas pode ser ilustrada a seguir (Quadro 4).

Quadro 4: Estrutura da tese; fontes de informação utilizadas e métodos de medição e análise

<p>Capítulo I – Definição da problemática e sua justificação</p> <p>I.1. Definição da problemática I.2. Hipótese e Objetivos I.3. Metodologia: notas prévias I.4. Referências territoriais I.5. Estrutura geral da tese</p>	<p>Fontes Primárias Trabalhos de investigação; Revistas científicas; Livros e monografias.</p>	<p>Fontes Secundárias BD do INE: 2012;</p>	
Dedução			
<p>Capítulo II- Reflexões de âmbito teórico e concetual</p> <p>II.1. Considerações genéricas sobre o turismo no mundo II.2. O fenómeno de polarização turística em Portugal II.3. O quadro político e institucional desde 1961 e o turismo II.A cultura e o turismo: uma análise relacional</p>	<p>Fontes Primárias Trabalhos de investigação; Revistas científicas; Livros e monografias; Programas do governo; Documentos institucionais.</p>	<p>Fontes Secundárias BD do INE: 1960/12; BD do Banco de Portugal: 2010/13 BD da World Tourism Org.: 2011 World Bank Group: 2012; Banque de France/INSEE (1): 2009; BD de recursos DGPC: 2014; Informação na <i>world wide web</i>.</p>	<p>Métodos de medição e análise Estatística descritiva; Coeficiente de Gini.</p>
<p>Capítulo III - Investigação Empírica</p> <p>III.1. Metodologia de análise e definição da amostra III.2. Análise e discussão dos resultados da observação III.2.1. Identificação dos recursos culturais prevalentes nas propostas de férias por grupos taxonómicos III.2.2. Análise estatística e geográfica a partir da morfologia patrimonial convocada pelas fontes formais (programas) da amostra) III.2.3. Identificação de padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias</p>	<p>Fontes Primárias Programas de férias: 2012; Indicadores extraídos dos programas de férias.</p>	<p>Fontes Secundárias BD de operadores do TP 2009; BD de recursos DGPC: 2014; BD de cartografia da Thematic Mapping (2002); BD de cartografia da DGT (2014).</p>	<p>Métodos de medição e análise Estatística descritiva; Análise de agrupamento hierárquico de <i>clusters</i>; Projeção cartográfica - ArcGIS Geração de modelos mentais semânticos – CATPAC II</p>
<p>Capítulo IV – Síntese e considerações finais</p> <p>IV.1. Metodologia de análise e amostra IV.2. Análise e discussão dos resultados da observação IV.3. Limitações ao desenvolvimento da investigação</p>	<p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores. 2. Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional (análise de <i>clusters</i>) concatenadas a nodos funcionais. 3. Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias bem como paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal que exprime o grau de conhecimento e aprofundamento do operador sobre o destino e a necessidade de diminuição do risco de incerteza da experiência programada. 4. Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das espacialidades convocadas. 		

(1) *apud* Conseil National du Tourisme
Fonte: elaboração própria

I.4. Referencias territoriais

O *focus* territorial tem uma incidência e amplitude que está funcionalmente dependente dos principais blocos analíticos contidos nesta investigação (Quadro 5).

Quadro 5: Unidades territoriais por capítulo e secção da tese

Blocos de análise	Referencias territoriais
Capítulo II- Reflexões de âmbito teórico e concetual	
II.1. Considerações genéricas sobre o turismo no mundo	Mundo Mercados emissores: Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido Portugal (inclui o território insular)
II.2. O fenómeno de polarização turística em Portugal	Portugal (inclui território insular) Algarve (1960-1986: distrito de Faro; 1987-2012: NUT II Algarve) Lisboa (1960-1986: distrito de Lisboa; 1987-2012: NUT II Lisboa)
Capítulo III - Investigação Empírica	
III.2. Análise e discussão dos resultados da observação	Portugal Continental Mercados emissores: Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido

Fonte: elaboração própria

¹⁰ BD = base de dados; INE = Instituto Nacional de Estatística; WTO = World Tourism Organization; WB = World Bank Group; TP = Turismo de Portugal; DGPC = Direção-Geral do Património Cultural; DGT = Direção-Geral do Território.

A observação do fenómeno turístico à escala global/mundial circunscreve geograficamente a análise a unidades territoriais coincidentes com circunscrições de Estados soberanos e grandes regiões (e. g. África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Médio Oriente), permitindo uma análise das dinâmicas de fluxos emissores e recetores por *ranking* de países e simultaneamente por grandes agregados geográficos.

Para a análise do fenómeno turístico em Portugal, cujo objetivo se prende com a necessidade de compreender e revelar a evolução do efeito de polarização histórica dos fluxos turísticos, as unidades territoriais consideradas, com uma função demonstrativa foram consideradas as unidades nacional (com a inclusão do território insular), o Algarve e Lisboa. Esta delimitação geográfica da investigação sobre o turismo em território nacional permite contextualizar a problemática da concentração deste fenómeno em Portugal, desde logo, observando as duas unidades territoriais onde a sua incidência é mais aguda e comparar unidades territoriais morfologicamente distintas, uma com um forte pendor balnear (o Algarve) e a outra com uma matriz cultural e patrimonial mais prevalente. Também a utilização da base nacional serve o propósito de relativizar a posição e o comportamento destas duas unidades territoriais.

Constitui o espaço geográfico da análise de programas de férias todo o território continental, excluindo-se as regiões insulares (Madeira e Açores) por evidenciarem uma prevalência na sua matriz primária do domínio natural o que é aliás repercutido de uma forma coerente nas propostas de férias dos operadores turísticos observados – característica que se afasta do âmago da análise que pretendemos levar a cabo tendo em conta a parca ou nula articulação com o escopo cultural que interessa observar.

I.5. Estrutura geral da tese

O plano de investigação constitui a ossatura que sustenta a polimorfia de focos de análise que convergem sobre a problemática que funda o âmago e o objetivo da tese. A origem do percurso investigação, que marca o Capítulo I, radica na problemática da concentração do fenómeno turístico em Portugal e na hipótese de poder sustentar esta transformação a partir da relação turismo-cultura, escorada em operações organizadas. Este constitui o cenário de observação a partir de casos de *outbound* para o território continental, com o intuito de identificar mecanismos vigentes que intercetam Portugal

em unidades geográficas territorialmente mais complexas do que as expressas nos dados quantitativos da procura que tendem a revelar uma polarização marcada em torno do Algarve e Lisboa (área continental). Este reconhecimento permitirá caucionar medidas de desenvolvimento que objetivem o desgaste das assimetrias que radicam numa dúvida, que integra o nosso referencial de partida, em torno da sustentabilidade do fenómeno turístico em Portugal tomando em linha de conta a sua atual morfologia da oferta, que revela tecidos produtivos concentrados e redes de distribuição estabelecidas.

A nossa linha de investigação parte deste referencial, isto é, da incerteza quanto à sustentabilidade do atual arquétipo de desenvolvimento turístico nacional e define como objetivo geral e central de investigação empírica testar a porosidade do território continental relativamente às práticas turísticas organizadas que interpela o recurso cultural, perspetivando o reconhecimento de parâmetros de modelação da morfologia primária e do território que revelem arquétipos latentes propulsionadores de níveis de maior amplitude regional das práticas turísticas.

O Capítulo I desenvolve ainda um exercício de apresentação geral do plano metodológico, remetendo para o Capítulo III a clarificação e descrição pormenorizada da metodologia de análise adotada na investigação empírica. O Capítulo II termina com uma apresentação da estrutura da tese.

O Capítulo II constitui o espaço de reflexão teórica e concetual de clarificação de paradigmas estabelecidos no âmbito turístico, e tendências e alterações em curso que justificam a pertinência desta investigação. É nesta cercadura que se observa e analisa o fenómeno turístico à escala mundial no sentido de reconhecer o contorno da sua evolução e propagação, identificando as linhas gerais que outorgam os atuais modelos de concentração que impactaram em Portugal, modelados por fenómenos emergentes durante a segunda metade século XX. Neste segundo foco de análise observam-se ainda as tendências futuras do desenvolvimento turístico no mundo no sentido de também compreender o tipo de efeitos que poderão produzir relativamente a Portugal no futuro e ao seu atual posicionamento no mercado mundial. Ainda no contexto do Capítulo II analisa-se a evolução do fenómeno turístico em Portugal, examinando o seu desenvolvimento a partir de indicadores quantitativos da procura e da oferta¹¹ por

¹¹ (e.g. dormidas em estabelecimentos hoteleiros; passageiros em embarcados e desembarcados nos aeroportos do continente; camas em estabelecimentos hoteleiros)

referência a todo o agregado nacional, destacando-se cinturas e nodos específicos de concentração das práticas turísticas em Portugal, designadamente, o Algarve e Lisboa, cuja morfologia endógena tende a reproduzir práticas turísticas de alicerce motivacional distinto. Também neste capítulo se observam os fenómenos de concentração temporal de forma a circunscrever e a delimitar os efeitos da massificação em zonas balneares e testar as suas fragilidades procedendo-se, especificamente, a uma observação das desigualdades das séries mensais a partir do coeficiente de Gini.

Integra o Capítulo II um foco de observação e análise que incide sobre o quadro institucional e político, versando sobre os diferentes cenários de governação a partir da segunda metade do regime do Estado Novo até à atualidade. A transposição de um espectro político tão amplo permite-nos reconhecer as alterações no *campus* ideológico que relevam para o alargamento das cinturas de impacto do fenómeno turístico bem como as razões que estão na origem de um modelo ainda vigente de concentração do turismo em Portugal. O encerramento do *focus* político e programático e a clarificação da corrente ideológica que preside à era contemporânea visa identificar alterações na narrativa política que acedam ao domínio relacional entre o fenómeno turístico e a cultura ainda no segundo capítulo. Esta clarificação e desambiguação permite compreender, de um modo assertivo, o significado desta relação que se reconhece como “(...) um importante agente de mudança e social na Europa (...)” (Richards, 1996: 3), revelando a cultura uma função relevante de “(...) veículo para o desenvolvimento e promoção turística” no âmbito das políticas públicas (...)” (Richards, 1996: 14).

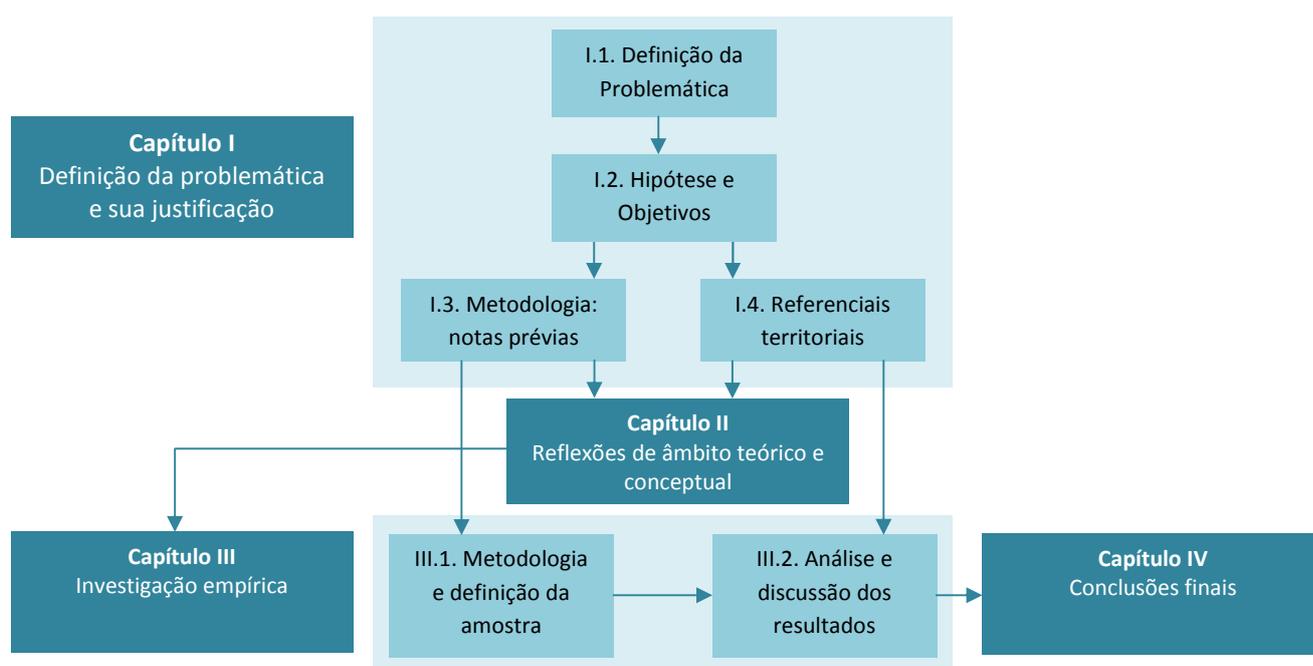
A dissertação alcança o estágio de operacionalização dos objetivos traçados no Capítulo III, que encerra a nossa análise empírica e experimental, sub-dividindo-se em 2 secções. A primeira secção consagra, em pormenor, o corredor metodológico e o processo de amostragem a adotar na investigação empírica, que define no plano analítico um segmento específico da rede grossista como objeto de observação, expondo uma clarificação conceptual que permite operacionalizar a análise empírica, designadamente em relação às fontes de dados relevantes, isto é, o domínio específico da operação grossista e respetiva programação que reporta um perfil de oferta dominante e consolidado em torno de recursos culturais. São também referenciados os métodos adotados de captura de dados para efetivar a investigação. Segue-se a definição da nossa amostra que implica um plano seleção de dados, procedimento que começa por

identificar uma fonte segura, tendo recorrido a uma base de dados fornecida pelo Turismo de Portugal, i.p. de relevância estrutural para a investigação e a partir dela construído uma amostra não-probabilística ou não-aleatória (Maroco, 2003) sustentada em três critérios gerais: conteúdo programático (território e recursos), modelos de programação e quadro formal que circunscreve os objetos de análise.

A segunda secção do Capítulo III centraliza as dimensões de análise e discussão dos resultados. Nela se desenvolvem os métodos de análise estatística (frequências e *clusters*) que incidem sobre a configuração geral do objeto de estudo, extraíndo blocos de resultados com incidência sobre as categorias de recursos, configuração geral das unidades concelhias convocadas pelos programas e modelos semânticos. Tendo em conta que os resultados da análise são projetados cartograficamente, é produzida uma discussão sequencial a cada bloco observado, promovendo-se a articulação das secções analíticas sempre que se reconhecer útil.

A tese consuma-se numa exegese ampla e extensiva a todas a unidades de análise produzidas, completando-se assim o trabalho de investigação no Capítulo IV de natureza oblíqua e sinóptica para onde convergem todos os fragmentos que sintetizam os capítulos precedentes.

Figura 2: Síntese da dissertação



Fonte: elaboração própria

CAPÍTULO II

REFLEXÕES DE ÂMBITO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo propõe-se enquadrar as temáticas da concentração do turismo no mundo e em Portugal, referenciando um fenómeno da era modernista de massificação dos processos de produção e consumo turístico que marcaram a expressão geográfica e temporal, cuja compreensão e retrato se desenvolvem sequencialmente. A clarificação dos paradigmas e arquétipos sedimentados, de polarização marcada do fenómeno turístico em Portugal Continental visa justificar a pertinência da temática central da tese ao demonstrar os seus efeitos e a necessidade de encontrar novas soluções para se alcançar um desiderato de menor assimetria assente em oportunidades que o território continental possui e que podem ser potenciadas a partir do binómio turismo-cultura. A análise do quadro institucional e político em Portugal e a observação da transmutação ideológica, de tendencial agudeza das medidas que convergem sobre a problemática da coesão regional suportadas, designadamente nesta relação entre o turismo e cultura que abordaremos neste capítulo.

II.1. Considerações genéricas sobre o turismo e respetiva relevância no mundo

II.1.1.1. O QUADRO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL

A configuração social e económica contemporânea do fenómeno turístico repousa, sobretudo, nas alterações operadas (*lato sensu*) a partir do século XIX com a construção de um capitalismo industrial moderno, apoiado num arquétipo político organizado representado por uma prática colonialista que se alimentou de relações de dependência económica (Alsayyad, 2001). De resto, esta sucessão histórica remete para um dos exemplares mais reconhecidos do conceito de “Periferia do Prazer” do turismo (Turner e Ash, 1975) no seio da própria Europa, mais em concreto no Mediterrâneo, assente em tensões e divisões binárias do tipo “centro-periferia”, e geometrias lineares de poder “norte-sul” ancoradas no modelo de dependência neocolonial (Bianchi, 2002), geradoras de bolsas/bolhas de consumo e exploração turística de alta intensidade. Esta mutação civilizacional sufragou práticas de consumo e de produção centradas num princípio de hegemonia e universalismo europeu típicas da corrente modernista (Negrin, 1993), que a partir de meados do século XIX começava a deflagrar.

Ainda durante o século XIX, fruto das transformações económicas, demográficas e espaciais operadas nas cidades, resultaram comunidades auto-reguladas, relativamente

autónomas da organização institucional que dirigia a sociedade em geral. Estas comunidades foram importantes no desenvolvimento de formas de lazer das classes trabalhadoras, que eram relativamente segregadas, especializadas e institucionalizadas (Urry, 1990).

O novo arquétipo de construção social emerge de tensões históricas como a Revolução Industrial e as duas Guerras Mundiais que tiveram efeitos/consequências fraturantes ao imporem rotinas e processos de produção em massa com efeitos económicos expressos na redução dos preços ao consumidor, ou na alteração das relações laborais, tornando-se o trabalho organizado numa atividade limitada no tempo e no espaço (Urry, 1990). Por seu lado, as mudanças operadas nos processos produtivos induziram transformações na ideologia do consumo (Alsayyad, 2001) e nas transações económicas fortemente estimuladas por avanços civilizacionais em domínios como os direitos sociais (férias regulares pagas como contribuidoras para a eficiência do trabalho, entre outros) e a tecnologia, que impulsionaram novas reconfigurações das sociedades e economias contemporâneas, designadamente, com a sua terciarização, estimulando uma espécie de “sede do terciário” de que falava Jean Fourastié (*apud* Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994 – Patrimoine, Modèles de Tourisme et Développement Local, p. 14).

Decorrente desta reconfiguração sobreveio a impulsão de um fenómeno de democratização das viagens (Urry, 1990) ancorado num substrato ideológico de tipo capitalista organizado. Estas alterações franquearam uma escalada de novas práticas de consumo, ancoradas em diferentes extensões de gosto que começaram a estabelecer-se, e a conseqüente estruturação gradual de um agregado de sectores económicos que convergiram (e convergem) no sentido de responder a essa alteração do quadro social, graduando e incrementando as práticas turísticas, designadamente, aquelas que ocorrem em contexto internacional. O fenómeno turístico assumiu rapidamente, por esta via, um papel relevante nas economias ditas desenvolvidas, particularmente na Europa, com importantes contributos no equilíbrio da balança de pagamentos dos países, constituindo um mecanismo essencial de alavanca às exportações e, paralelamente, em resultado do crescimento de bolsas relevantes de oferta turística no sul da Europa também criaram/fundaram uma nova oportunidade de desenvolvimento das economias mais débeis e/ou em vias de desenvolvimento.

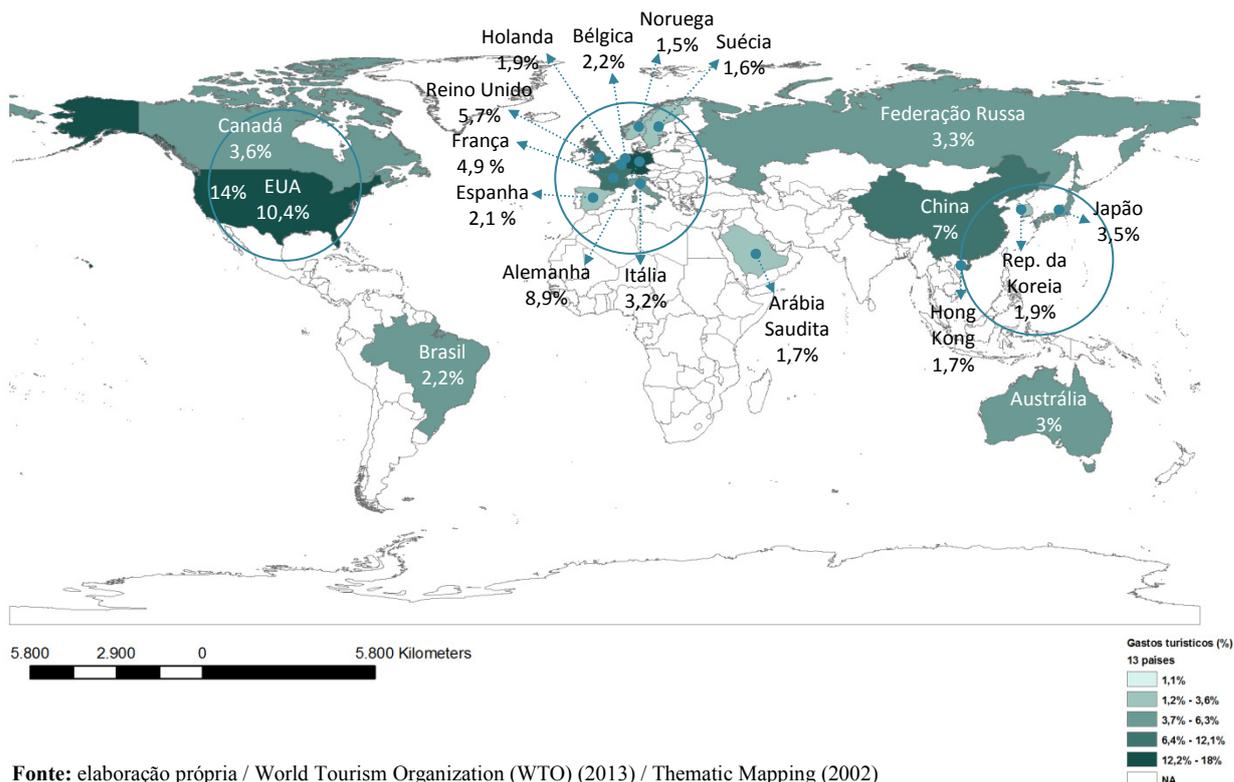
O quadro ideológico internacional configura um cenário de desenvolvimento que carrega contradições que configuram, simultaneamente, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento de regiões e nações menos desenvolvidas. Um quadro histórico que tem vindo a afirmar-se e a apoiar-se em geometrias lineares de poder, determinará fenómenos de concentração no turismo internacional que tendem a revelar contornos oligárquicos.

II.1.2. CONCENTRAÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO NO MUNDO DE CONTORNOS OLIGÁRQUICOS: ALGUNS RESULTADOS

Acresce, contudo, que os benefícios económicos do turismo são altamente polarizados com as transações monetárias geradas por este fenómeno a realizarem-se predominantemente num eixo NORTE-NORTE, entre a combinação de países industrializados ou recentemente industrializados (Vellas e Bécherel, 1995). Há uma certa oligocracia económica e uma espécie de regime neocolonial e imperialista (Alsayyad, 2001) expresso na elevada concentração do consumo turístico (Figura 3) em torno dos 10 países (Estados Unidos da América, Alemanha, China, Reino Unido, França, Canadá, Japão, Federação Russa, Itália e Austrália) responsáveis por cerca de 53,7% dos gastos turísticos internacionais (WTO, 2013).

Se alargarmos este rol para 20 países exhibe-se um cenário de concentração de contornos oligárquicos expresso num consumo mundial hegemónico responsável por 73% do consumo total. Esta distribuição patenteia níveis de condensação do consumo mundial circunscritos a morfologias geográficas restritas, salientando-se o espaço da União Europeia que ostenta 9 países que são responsáveis por gerarem 32% dos gastos mundiais em turismo, sendo liderado pela Alemanha (8,9%), Reino Unido (5,7%) e França (4,9%) que reúnem, praticamente, 20% do consumo mundial. Constam das geografias nucleares que outorgam um nível de polarização do consumo turístico no mundo também os Estados Unidos da América (10,4%) e o Canadá (3,6%) que totalizam 14% dos gastos mundiais.

Figura 3: Ranking dos 20 países com gastos turísticos mais elevados: 2011

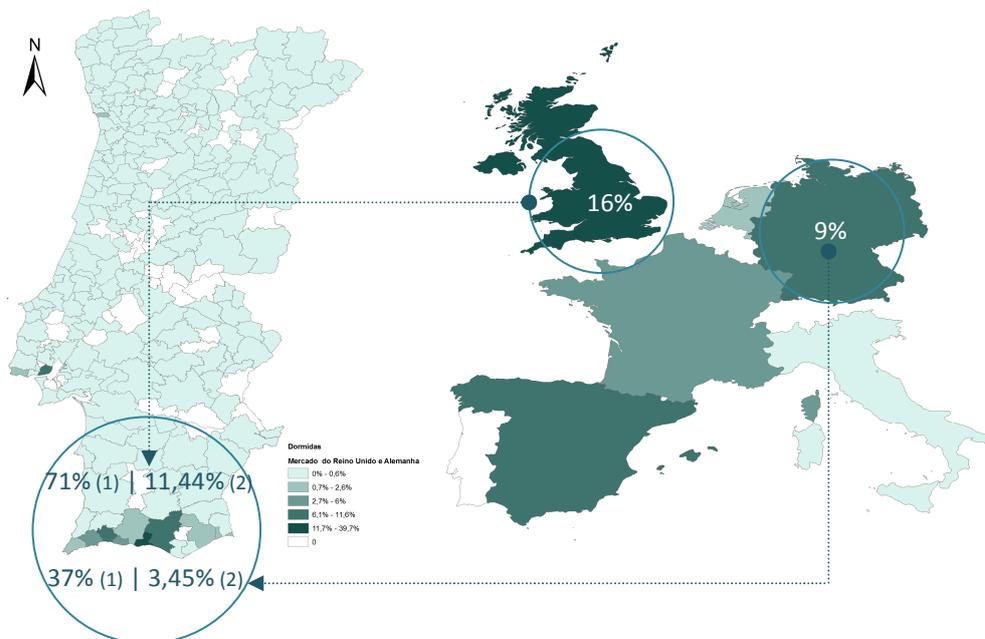


Observa-se ainda um fenómeno de convergência e concentração do consumo turístico em torno da cintura asiática e da Oceania que é responsável por gerar cerca de 19% dos gastos mundiais em turismo, liderado pela China, não obstante esta distribuição carecer de uma leitura mais específica, designadamente a partir do rácio de gastos turísticos *per capita*.

A magnitude da concentração do consumo tem uma dimensão demográfica associada que vincula cerca de 38% da população mundial (Banco Mundial, 2012), percentagem que se reduz para 18% se excluirmos a China que arregimenta cerca de 19% da demografia do globo. Considerando exclusivamente os países europeus inseridos na União Europeia, neste *ranking*, observa-se que 32% do consumo turístico mundial é gerado a partir de um agregado demográfico que constitui somente 5% da população mundial, demonstrando a elevada concentração do consumo turístico no mundo, que confirma fenómenos de dependência económica, designadamente de cinturas periféricas localizadas na bacia do mediterrâneo, cuja geografia de proximidade a par da apetência geomorfológica e climática dita corredores de consumo que são alavancados por um agregado restrito de países do centro e norte da Europa (e.g. Reino Unido e Alemanha). De resto, o nível de concentração aqui evidenciado observa-se de um modo muito

objetivo em Portugal, designadamente no Algarve, para onde convergem justamente os mercados destacados, a Alemanha e o Reino Unido, que representam nesta região, respetivamente, 37% e 71% do total de dormidas desses mercados em Portugal (Figura 4).

Figura 4: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros dos mercados do Reino Unido e Alemanha



(1) Dormidas PaísEmissorAlgarve/ TotalDormidasAlgarve | (2) Dormidas PaísEmissorAlgarve / TotalDormidasPortugal
Fonte: elaboração própria / INE (2012) / Thematic Mapping (2002) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Acresce que concentração de mercados em torno de geografias balneares e periféricas, onde os fatores naturais vinculam motivações turísticas polares e unívocas, tendem a gerar fenómenos de consumo sazonal saliente em desequilíbrios e perturbações visíveis nas séries mensais da procura turística (BarOn, 1975; Yacoumis, 1980; Baum, 1999; Lundtoorp, 2001; Higham e Hinch, 2002; Jang, 2004; Rodrigues e Gouveia, 2004; Chung, 2009; Petrevska, 2013), que analisaremos e testaremos na secção seguinte.

A geometria do consumo turístico exibida constitui, justamente, um reflexo do mapa da distribuição da riqueza no mundo. Não obstante a emergência de novas cinturas económicas em vias de desenvolvimento, designadamente a mais propalada que utiliza o acrónimo BRICS¹² para designar as economias do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e apesar das profundas alterações civilizacionais que aconteceram ao

¹² Novo acrónimo que resulta da adesão da África do Sul (South Africa) em 2010 ao grupo de países que era denominando BRIC (The Economist, 2013)

longo de todo séc. XX e primeira década do séc. XXI, o mundo tem vindo a intensificar a concentração de riqueza, verificando-se que apenas 1% dos adultos mais ricos reúnem cerca de 46% da riqueza mundial e que, aproximadamente, 10% da população concentra 86% do total dos ativos (Crédit Suisse, 2012). Esta convergência e concentração dos benefícios e proveitos que a sociedade contemporânea gera sobre um fragmento da população constitui um claro contraste em relação à metade inferior da população mundial, que apenas possui 1% do total da riqueza (Crédit Suisse, 2012).

Também ao nível dos países se constata uma elevada assimetria na distribuição geográfica dos ativos patenteada, mormente, na aglomeração de cerca de 65% em torno de 10 países que constituem 52% da população mundial (Banco Mundial, 2012). De resto, salienta-se uma morfologia desigual do nível de irrigação e distribuição do produto dos estados soberanos que se patenteia, justamente, numa comparação simples entre o indicador geral e global do PIB e o mesmo indicador *per capita* (Banco Mundial, 2012). A República Popular da China ilustra bem este desacordo que radica, novamente, num modelo de forte acumulação de riqueza e uma distribuição desigual pela população tendo em conta o crescimento dos estratos mais abastados. Na verdade, e no caso vertente, a distribuição do produto interno bruto pela população revela uma relação inferior a países como o Azerbaijão (7.165 dólares)¹³, ou o Botswana (7.238 dólares) e constitui uma fração exígua, de 12%, do PIB *per capita* dos Estados Unidos da América (EUA) quando, em termos globais, o peso do seu produto interno corresponde a, sensivelmente, metade do PIB dos EUA (Quadro 6), expondo neste rácio também a pressão demográfica latente.

Quadro 6: Produto interno bruto e produto interno bruto *per capita* da China e EUA

Países	PIB (milhões de dólares)	PIB <i>per capita</i> (dólares)
China	8.227.103	6091
EUA	16.244.600	51749

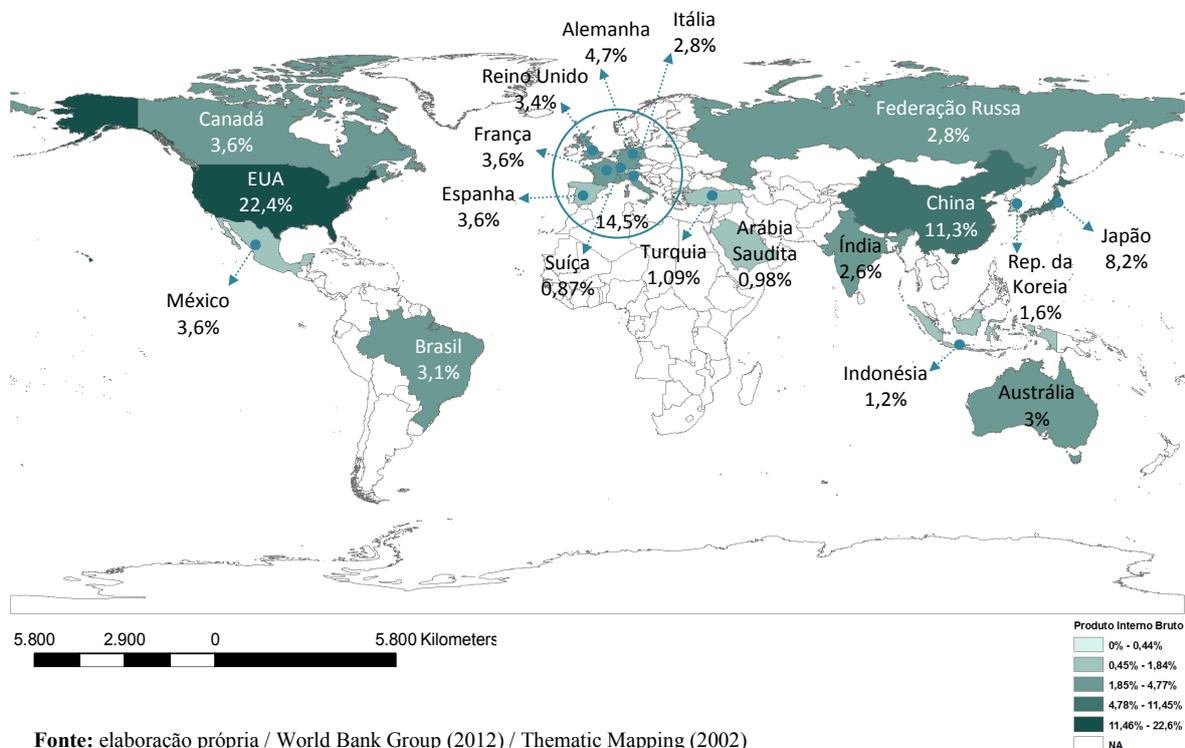
Fonte: elaboração própria / World Bank Group (2012)

Observando as geografias de maior incidência do PIB mundial a partir de um ranking de 20 países, verificamos que, de um modo geral, são coincidentes com as concentrações do consumo turístico prevalentes (Figura 5), o que indicia uma relação de associação

¹³ Fonte: Banco Mundial, 2012

entre estes dois indicadores que tende a vincular consumos mais elevados a países com o PIB mais alto.

Figura 5: Ranking dos 20 países com PIB mais elevado (%)

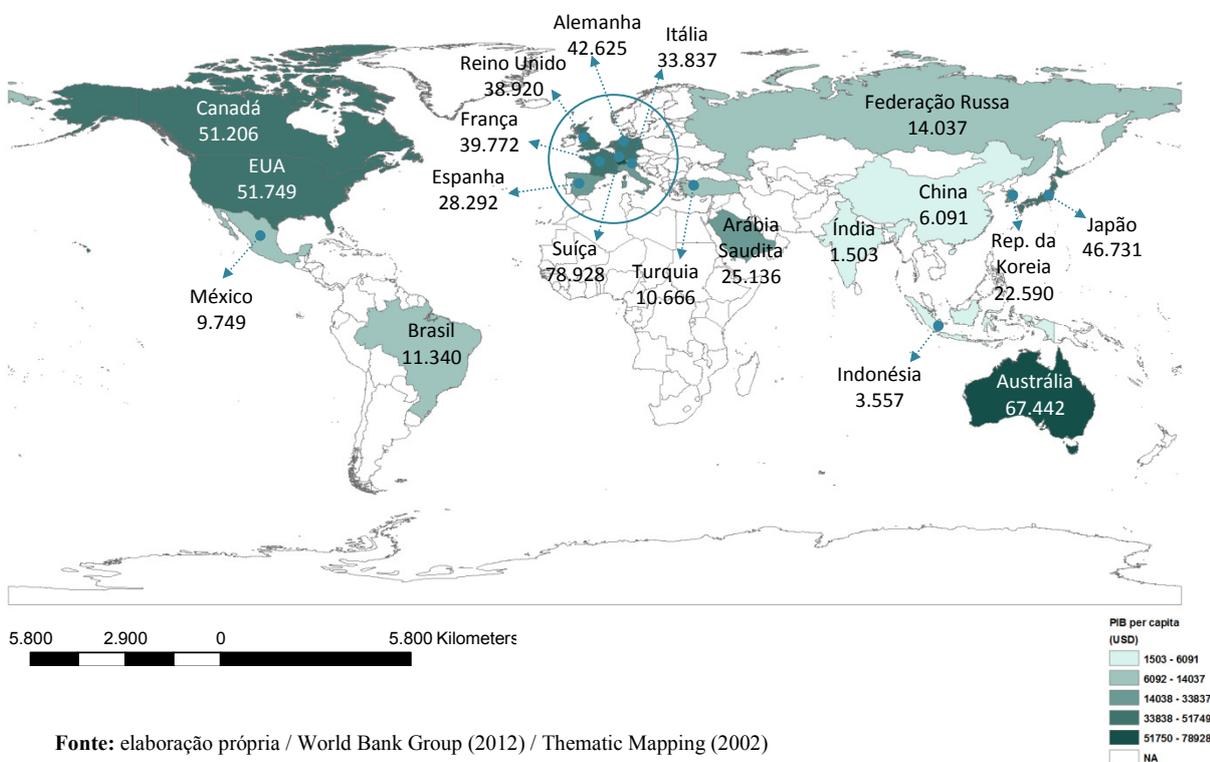


Contrariamente, e observando a projeção do indicador do PIB *per capita* conclui-se, justamente, uma situação diversa, isto é, a hierarquia que é definida entre países a partir do indicador global do PIB adquire maior complexidade ao integrar o fator demográfico, distanciando a maioria dos estados em vias de desenvolvimento, designadamente as economias BRIC, dos indicadores mais elevados que coincidem maioritariamente com economias do hemisfério Norte. São estas, por sua vez, que tendem a estar associadas a um modelo de desenvolvimento turístico de enclave que vincula padrões e correntes de práticas turísticas suportadas em arquétipos económicos dominados por “(...) corporações turísticas transnacionais” e pelo “crescente poder estrutural das forças de mercado ao nível global e regional” (Bianchi, 2002: 296).

O indicador global do PIB destapa um fenómeno emergente de afirmação de novas cinturas geográficas no consumo turístico mundial que estão a desenvolver processos de convergência com os países mais desenvolvidos economicamente. As projeções cartográficas revelam, justamente, uma transformação que está a ocorrer nos tecidos

sociais e económicos dos países em emergência que, apesar de revelarem uma elevada desigualdade na distribuição do rendimento (Crédit Suisse, 2012) patenteada no PIB *per capita* (Figura 6) têm vindo a operar transformações internas que influenciam a sua capacidade de consumo revelada na projeção das despesas turísticas. A China constitui um caso exemplar ao apresentar uma transmutação do seu tecido social evidenciado no aumento do número de pessoas pertencentes ao segmento mais abastado que se situa no último decil (10%) do seu tecido social. A China supera já a Alemanha e a Itália neste indicador, embora ainda se encontre abaixo dos Estados Unidos da América e do Japão (Crédit Suisse, 2012).

Figura 6: Ranking dos 20 países com PIB *per capita* mais elevado (USD)



Examinada a relação entre o PIB (em dólares) e o consumo turístico, a partir de uma lista de 37 países, verifica-se uma relação incremental entre o aumento do indicador do PIB e o respetivo consumo turístico, relação que pode ser confirmada aferindo o coeficiente de correlação de Bravais-Pearson entre estas duas variáveis que corresponde a 0,82, com 67,5% da variabilidade total do consumo a ser explicada pelo indicador do PIB global.

Também é possível aferir, a partir do cálculo do consumo turístico *per capita*, que quanto maior o PIB *per capita* mais elevados serão as despesas turísticas *per capita*, relação que é evidenciada pelo coeficiente de correlação Bravais-Pearson de 0,784 e pelo R^2 de 0,615, que demonstra que o PIB *per capita* influencia 61,5% da variabilidade do consumo *per capita*. Tendo em conta que os países que se encontram em vias de desenvolvimento revelam um PIB *per capita* mais baixo, o que evidencia problemas de natureza distributiva e demográfica, isolámos este grupo de 15 países e calculámos a associação entre o consumo turístico (variável dependente) e o PIB respetivo. A relação entre estas duas variáveis, que revelava um coeficiente de correlação acima de 0,5, exhibe neste grupo um nível de associação muito elevado, expresso no coeficiente de correlação Bravais-Pearson de 0,965, um R^2 de 0,930, o que denota uma influência muito elevada do PIB no nível de consumo destes países. Paradoxalmente, quando calculados os mesmos coeficientes para testar o grau de associação entre o consumo *per capita* e o PIB *per capita*, determinou-se um coeficiente de correlação de Bravais-Pearson mais acanhado de 0,537 e um R^2 de 0,288 que revelam uma influência diminuta do PIB *per capita* sobre o consumo turístico *per capita*.

Esta débil associação revela que o baixo nível distributivo do produto, tendo em conta a magnitude das respetivas populações (e.g. a China concentra 19% da população mundial) e a morfologia dos tecidos sociais que é mais vertical, revela ter um impacto muito restrito sobre o nível de consumo turístico gerado por estes países.

Há, portanto, um professo dualismo entre consumo e produção patente nos indicadores gerais a par de subtilezas demográficas latentes nos indicadores *per capita* que associam iniquidades consequentes da ausência ou baixa distribuição dos ativos que o país gera pela população. Por conseguinte a situação é de elevada concentração da riqueza em países em vias de desenvolvimento mas sem que esse cenário frutifique em baixos resultados de consumo turístico em termos agregados tendo em conta o peso demográfico destes estados soberanos no mundo.

A par dos níveis de concentração de riqueza em cinturas particulares do hemisfério Norte, designadamente na Europa, na América do Norte e nos países mais desenvolvidos no quadrante asiático (e.g. Japão, Singapura, entre outros) e da Oceania,

assomam economias emergentes, designadamente as sete¹⁴ mais fortes que ocupam já uma posição relevante no indicador do consumo turístico mas que reservam um potencial elevado no médio prazo, esperando-se que o seu PIB¹⁵, que atualmente corresponde a pouco menos de metade das sete economias mais prósperas (G7¹⁶), passe em 2050 a representar mais de 50% dos países do G7 (PricewaterhouseCoupers, 2013). Esta alteração antecipa tendências de transformação também no domínio do turismo cujo impacto estrutural importa antecipar, designadamente no caso português que convergiu, historicamente, para um modelo de polarização do fenómeno em torno de cinturas balneares e uma certa condição de acantonamento do seu perfil endogénico que limita e estreita a sua capacidade de se diferenciar face a destinos emergentes na cintura asiática que concentram recursos balneares com os quais Portugal competirá com dificuldade.

Tomando em linha de conta o espectro de países que relevam em termos de consumo turístico no mundo e a sua elevada polarização em torno da Europa, é possível entender os fenómenos de massificação que ocorreram, particularmente, na bacia do mediterrâneo (alargado) e que impactaram em Portugal de forma indissipável ao desencadearem fenómenos de convergência do investimento turístico e da procura para áreas circunscritas do país (e.g. Algarve). O fenómeno de concentração que é despoletado e dirigido por corporações que habitam estes espaços económicos franqueou “geometrias lineares de poder Norte-Sul” (Bianchi, 2002), suportadas em modelos de produção turística assimétrica.

É, por conseguinte o continente europeu que define e marca as regras e os arquétipos comerciais que se afirmam a partir da segunda metade do séc. XX, suportados em paradigmas de massificação que tendem a estabelecer um excesso de dependência externa por parte dos destinos (Sharpley, 2002). A assimetria que radica nos modelos de produção está bem delimitada e identificada no pacote de férias mediador mas que tende a constituir um instrumento reprodutor de práticas comerciais concentracionistas. (Sharpley, 2002)

¹⁴ “E7”: China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, México e Turquia.

¹⁵ Medido a taxas de câmbio de mercado

¹⁶ Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Canadá, Reino Unido, França e Itália

II.1.3.OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO E A SUA RELAÇÃO COM O PACOTE DE FÉRIAS

É neste contexto, de exploração de bolsas de exploração e consumo turístico de alta intensidade, que se desenvolve o ubíquo pacote de férias que integra um conjunto de prestações de serviços de viagens (*all inclusive*) e que constituiu (e constitui) a fórmula que suporta as práticas turísticas e o instrumento negocial recorrente entre países com economias robustas e regiões/destinos periférica(o)s. Estes instrumentos, representam um dos principais mecanismos de férias para os turistas, principalmente do centro da Europa (e.g. Reino Unido e Alemanha) que visitam destinos, hoje maduros, de sol e praia no Mediterrâneo, paradigma de consumo que tem impactado de modo restritivo nos destinos com um decréscimo gradual das suas receitas (Alegre, J. e Pou, L., 2008).

Este paradigma introduz instrumentos de desequilíbrio regional que radicam em corredores de consumo que minimizam as transações monetárias geradas pelo turismo nos destinos, marcando uma prática que evidencia uma relação em que os gastos no país de origem tendem a ser superiores para todos os turistas adquirentes de pacotes *all inclusive* do que os gastos no destino, que são substancialmente menores (Alegre, J. e Pou, L., 2008).

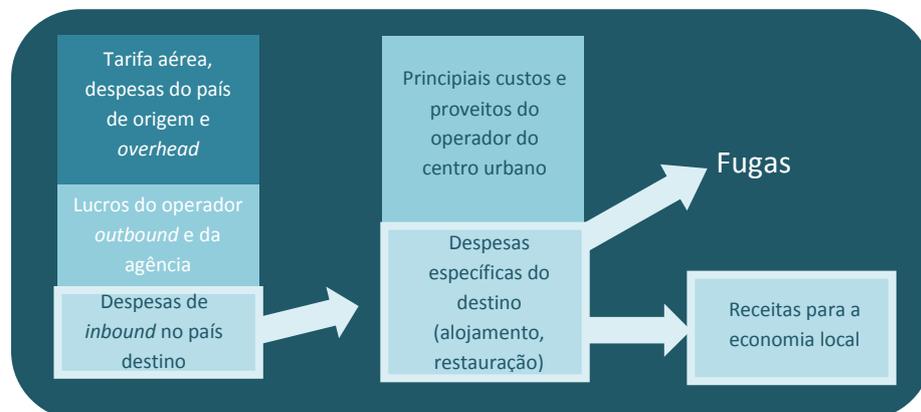
De resto, este arquétipo de produção, que integra um conjunto de bens e serviços turísticos comprados a granel pelo operador turístico, agregados e comercializados como um produto ou marca específica e vendidos a um preço global (Sheldon, 1989; Holloway, 2006) constitui um mecanismo de controlo dos países economicamente mais ricos que tende a declinar o potencial económico do fenómeno nos destinos em resultado do elevado volume de fugas das despesas. Segundo a UNEP (2014)¹⁷, calcula-se que atinja na “(...) maioria dos pacotes turísticos com tudo incluído, cerca de 80% das despesas dos viajantes (...)”. Estas despesas “vão para as companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais (que muitas vezes têm a sua sede nos países de origem dos viajantes), e não para as empresas ou trabalhadores locais” (Figura 7). O valor remanescente, associado ao consumo é proveniente de negócios locais ou do custo do fator trabalho nos destinos. Estima-se que em cada 100 USD¹⁸ gastos em férias por

¹⁷ United Nations Environment Programme

¹⁸ Dólar americano

turistas provenientes de países desenvolvidos somente 5 USD ficam na economia do país ou região destino (frequentemente países em vias de desenvolvimento).

Figura 7: Ilustração do modelo de fuga das despesas de consumo



Fonte: adaptado de UNEP (2014)

O rendimento direto dessas regiões corresponde à quantia gasta pelo turista deduzida de impostos, proveitos, e pagamento de salários fora da região e após importações. Estes valores que são subtraídos ao rendimento das regiões constituem fugas à economia local, destinando-se aos grandes conglomerados, designadamente na Europa, que tendem a estabelecer uma relação suportada no seu elevado poder negocial fundado na experiência e conhecimento sobre os destinos, podendo assim influenciar de forma determinante a escolha do consumidor (Buhalis, 1999).

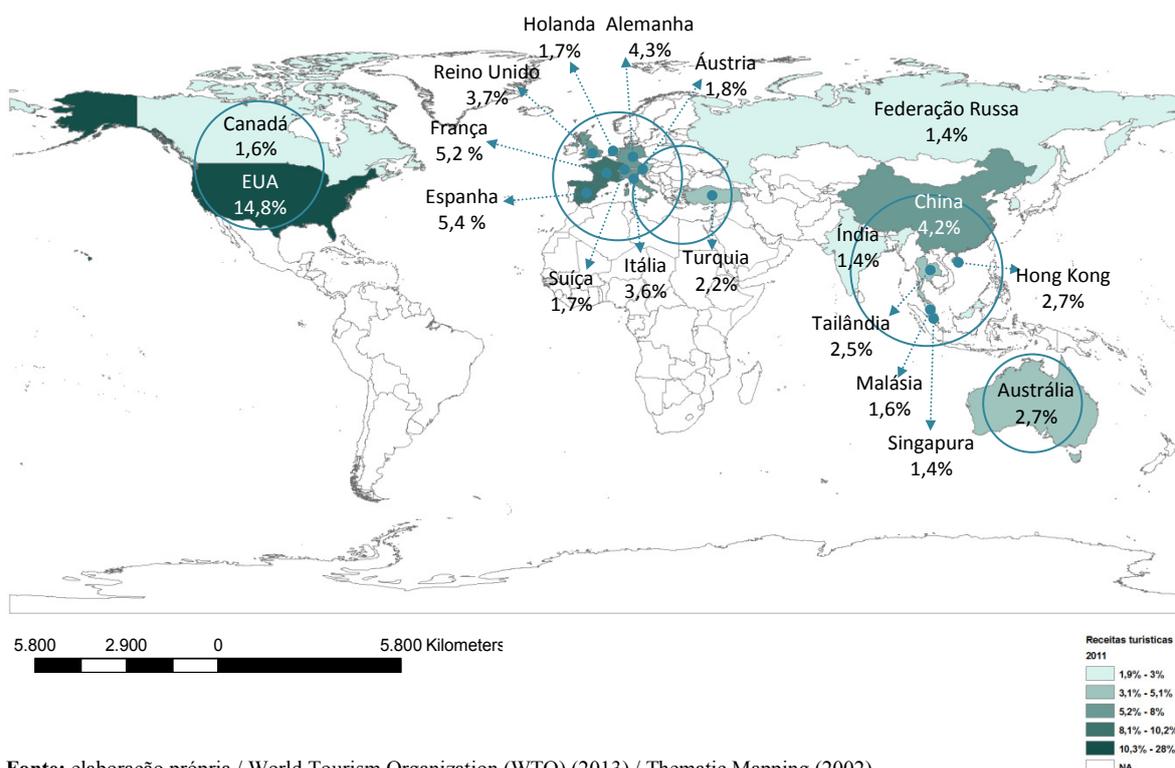
A matriz ideológica que preside à intermediação que ocorre entre as regiões emissoras desenvolvidas e as regiões recetoras periféricas, designadamente a partir de operações turísticas que tendem a estabelecer vinculações contratuais que exercitam o equilíbrio entre a procura e a oferta, problemática que é estrutural e sensível para os destinos mais periféricos e menos desenvolvidos economicamente (e.g. Algarve), pressiona e comprime os preços dos serviços e negócios nas economias de *inbound* de forma a reduzir os seus custos de operação. Esta prática revela uma natureza de baixa fidelização tendo em conta que o fator preço é o mais relevante na tomada de decisão do operador, elevando assim o risco de dependência e desvalorização do destino.

Também a concentração do setor operador que se tem intensificado desde meados da década de 1960, como fator de estabilidade corporativo em resultado de um modelo de negócio que tem vindo a sofrer várias disrupções e falências, amplia os riscos de

sustentabilidade e dependência dos destinos dependentes destes corredores contratuais. Em 1974, a falência do operador britânico Court Line, que detinha uma importante fatia das operações em Espanha, teve como consequência a rutura do setor hoteleiro que obrigou a uma intervenção governamental com a abertura de uma linha de crédito para cobrir e consolidar a longo prazo a dívida resultante do não pagamento pelo operador (La Vanguardia, 1974).

Quando observada a distribuição das receitas turísticas compreende-se o conceito subjacente ao arquétipo de desenvolvimento turístico vigente que alguns autores (Turner e Ash, 1975; Alsayyad, 2001; Bianchi, 2002) tendem a problematizar, arguindo sobre modelos latentes de dependência económica de matriz neocolonial patenteado mormente na sua estrutura, propriedade e controlo do turismo internacional. Os agentes que tendem a propulsionar o fenómeno turístico internacional do ponto de vista do consumo revelam uma condição análoga como captadores dos fluxos financeiros turísticos gerados no mundo. Cerca de 44% das receitas turísticas são originadas, justamente, em geografias impulsoras de fluxos de *outbound* (Figura 8), e polarizadas em torno de oito países europeus e dois norte-americanos. Ao todo, fazem parte deste lote de economias cimeiras no que toca à geração de receitas turísticas seis países pertencentes ao grupo

Figura 8: Ranking dos 20 países com receitas turísticas mais elevadas



Fonte: elaboração própria / World Tourism Organization (WTO) (2013) / Thematic Mapping (2002)

das economias mais prósperas (G7) e cinco economias inscritas no grupo das economias emergentes “E7”.

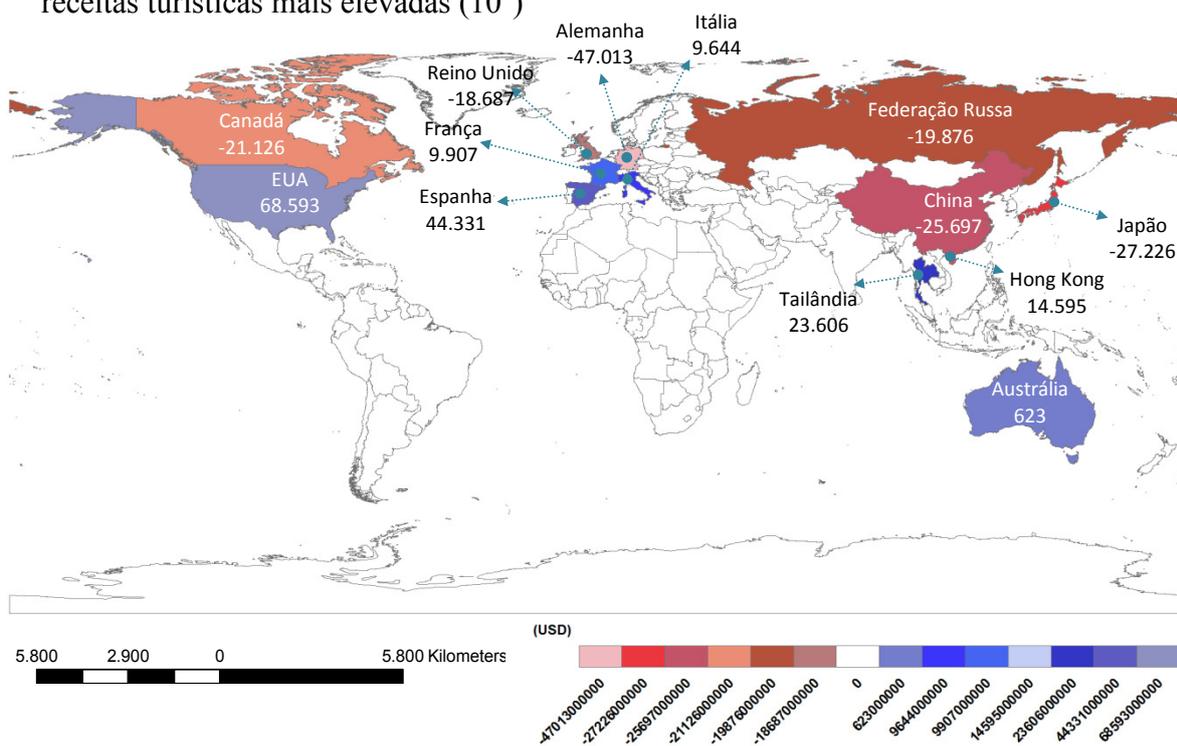
A relação entre o consumo turístico e as receitas captadas e a sua concentração em torno de economias cimeiras tende a posicionar, segundo alguns autores, o turismo internacional como uma manifestação neocolonialista e imperialista (Alsayyad, 2001) e, similarmente, segundo uma veia neo-Marxista, suportada numa conceção de «periferia do prazer», como um fenómeno que exprime a dependência estrutural e fundamental das nações em vias de desenvolvimento sobre as nações desenvolvidas (Alsayyad, 2001). Esta interpretação sobre a matriz de desenvolvimento que o fenómeno turístico tem vindo a materializar radica na consolidação nos países mais prósperos de uma morfologia social mais democratizada que usufrui de condições económicas e de poder de consumo acima da média mundial e, simultaneamente, um tecido empresarial e corporativo que está consolidado e que opera de forma concertada. Estas características são estruturalmente diferentes dos restantes países do mundo, o que traduz um certo efeito circular que tende a alimentar as economias cimeiras.

O arquétipo comercial vigente, estabelecido e definido a partir de um número restrito de países que determinam o consumo turístico mundial, incide sobre Portugal de uma forma muito vincada, gerando fenómenos dependência do turismo nacional em torno de uma pequena fração do território continental (e.g. Algarve). Todavia, a emergência de novos mercados de consumo e destinos, designadamente na cintura asiática, introduzem novas oportunidades para Portugal, mas também possíveis ameaças.

II.1.4. DINÂMICAS MAIS COMPLEXAS DO TURISMO INTERNACIONAL COMO OPORTUNIDADES OU AMEAÇAS PARA PORTUGAL

Apesar da verdade axiomática, patenteada nos *rankings* analisados do consumo e das receitas, o fenómeno turístico internacional contextualiza dinâmicas mais complexas que concorrem para uma interpretação que afirma a sua anatomia assimétrica. Bastará observar os saldos da balança turística (Figura 9), onde não é possível aduzir um padrão que identifique uma associação linear entre desenvolvimento económico e o respetivo deficit comercial, interpretação contrária à posição que a Organização Mundial do Turismo (2001), que sugere que um mercado emissor líquido de turistas terá um elevado desenvolvimento económico, tendo em conta que os seus nacionais têm excedentes de rendimento necessários para efetivar consumo no exterior.

Figura 9: Balança comercial dos 20 países com indicadores de consumo turístico e receitas turísticas mais elevadas (10^6)



Fonte: elaboração própria / World Tourism Organization (WTO) (2011) / Thematic Mapping (2002)

A balança comercial turística mundial mostra-nos que esta dedução não é totalmente linear bastando observar os quatro países que encimam a balança comercial, isto é, que apresentam um saldo comercial positivo resultante de receitas geradas em magnitude superior ao consumo, a saber: os Estados Unidos da América, a Espanha, a França e a Itália (Figura 9 e Quadro 7).

Quadro 7: Indicadores quantitativos e financeiros dos fluxos turísticos e balança turística - 2011

Turistas Internacionais - Inbound			Turistas Internacionais - Outbound			Balança Turística	
Ranking	Países	2011	Ranking	Países	2011	País	2011
	Mundo	1001234665		Mundo	1025173423	Mundo	-23938758
1	França	81411000	1	Hong Kong SAR, China	84816000	França	55256000
2	EUA	62711000	2	China	70250000	EUA	4214000
3	China	57581000	3	EUA	58497000	China	-12669000
4	Espanha	56694000	4	Reino Unido	56836000	Espanha	43347000
5	Itália	46119000	5	Polónia	43270000	Itália	16824000
6	Turquia	34038000	6	Canadá	30150000	Turquia	27756000
7	Reino Unido	29306000	7	Itália	29295000	Reino Unido	-27530000
8	Alemanha (1)	24220000	8	França	26155000	Alemanha	-48080000
9	Rússia (2)	22281000	9	Ucrânia	19773000	Rússia	18348700
10	Malásia	24714000	10	Holanda	18560000	Malásia (3)	
13	Hong Kong SAR, China	22316000	17	Espanha	13347000	Hong Kong SAR, China	-62500000
14	Ucrânia	21415000	29	Turquia	6282000	Polónia	-29920000
18	Canadá	16014000	126	Alemanha (1)	7230000	Canadá	-14136000
19	Polónia	13350000	157	Malásia		Ucrânia	1642000
21	Holanda	11300000	181	Rússia (2)	3932300	Holanda	-7260000

Receitas Turísticas Internacionais			Consumo Turístico Internacional			Balança Turística - Déficit Comercial	
Ranking	País	2011	Ranking	País	2011	País	2011
	Mundo	1.256.155.062.298,65 USD		Mundo	1.124.509.614.659,99 USD	Mundo	131.645.447.638,66 USD
1	EUA	185.886.000.000,00 USD	1	United States	117.293.000.000,00 USD	EUA	68.593.000.000,00 USD
2	Espanha	67.538.000.000,00 USD	2	Germany	100.424.000.000,00 USD	Espanha	44.331.000.000,00 USD
3	França	65.172.000.000,00 USD	3	China	79.010.000.000,00 USD	França	9.907.000.000,00 USD
4	Alemanha	53.411.000.000,00 USD	4	United Kingdom	64.627.000.000,00 USD	Alemanha	-47.013.000.000,00 USD
5	China	53.313.000.000,00 USD	5	França	55.265.000.000,00 USD	China	-25.697.000.000,00 USD
6	Reino Unido	45.940.000.000,00 USD	6	Canadá	41.027.000.000,00 USD	Reino Unido	-18.687.000.000,00 USD
7	Itália	45.368.000.000,00 USD	7	Japão	39.760.000.000,00 USD	Itália	9.644.000.000,00 USD
8	Austrália	34.168.000.000,00 USD	8	Rússia	36.907.000.000,00 USD	Austrália	623.000.000,00 USD
9	Hong Kong SAR, China	33.736.000.000,00 USD	9	Itália	35.724.000.000,00 USD	Hong Kong SAR, China	14.595.000.000,00 USD
10	Tailândia	30.926.000.000,00 USD	10	Austrália	33.545.000.000,00 USD	Tailândia	23.606.000.000,00 USD
15	Canadá	19.901.000.000,00 USD	13	Espanha	23.207.000.000,00 USD	Canadá	-21.126.000.000,00 USD
20	Rússia	17.031.000.000,00 USD	17	Hong Kong SAR, China	19.141.000.000,00 USD	Rússia	-19.876.000.000,00 USD
25	Japão	12.534.000.000,00 USD	33	Tailândia	7.320.000.000,00 USD	Japão	-27.226.000.000,00 USD

(1) 2009; (2) 2010; (3) últimos valores de *outbound* remontam a 2004

Fonte: elaboração própria / World Tourism Organization (WTO) (2011)

Esta complexidade é amplificada se compararmos os saldos quantitativos resultantes do diferencial calculado a partir dos fluxos internacionais (*inbound* e *outbound*) e o deficit comercial que revelam resultados diferenciados que denotam anatomias sociais e tecidos económicos complexos que suportam o fenómeno turístico e que contribuem para um aumento do consumo também diferenciado. Embora a generalidade dos casos revele uma coincidência entre saldos quantitativos e financeiros, são observáveis situações discordantes (positivo-negativo; negativo-positivo) em que os saldos quantitativos diferem dos resultados financeiros (e.g. Rússia e Hong Kong).

Subjacente à análise e à avaliação do consumo turístico internacional estão as tipologias de fluxos de pessoas entre países, expressos em graus de intensidade distintos e classificados de acordo com o sentido da corrente onde se produz o consumo turístico tomando como referência a economia de compilação.

A translação de pessoas (turistas) com impacto económico descreve, a partir da economia de compilação, fluxos recetores (*inbound*) ou emissores (*outbound*). Observando estes conceitos é possível estabelecer uma síntese comparativa tomando como referência um lote de países que ocupam um lugar relevante no ranking mundial de fluxos de turistas emissores e/ou recetores e identificar dois agregados que patenteiam as duas tendências.

O cálculo do rácio que nos permite identificar as tipologias de núcleos exibe, justamente, estes dois grupos, integrando Portugal no lote de países inseridos na bacia do Mediterrâneo que constituem todos núcleos recetores líquidos (Quadro 8).

Quadro 8: Núcleos emissores (*outbound*) e recetores (*inbound*) líquidos – 2011

Países/regiões	Ranking mundial de <i>inbound</i>	Turistas Internacionais <i>Inbound</i>	Ranking mundial de <i>outbound</i>	Turistas Internacionais <i>Outbound</i>	FE/FR	Resultado 2011
Mundo		1001234665		1025173423	1,02	NEL
Hong Kong, China	13	22316000	1	84816000	3,80	NEL
Polónia	19	13350000	6	43270000	3,24	NEL
Japão	40	6219000	12	16994000	2,73	NEL
Alemanha	8	28374000	2	72300000	2,55	NEL
Reino Unido	7	29306000	5	56836000	1,94	NEL
Canadá	18	16014000	7	30150000	1,88	NEL
Holanda	21	11300000	11	18560000	1,64	NEL
China	3	57581000	3	70250000	1,22	NEL
Estados Unidos da América	2	62711000	4	58497000	0,93	NRL
Ucrânia	14	21415000	10	19773000	0,92	NRL
Itália	5	46119000	8	29295000	0,64	NRL
França	1	81411000	9	26155000	0,32	NRL
Espanha	4	56694000	17	13347000	0,24	NRL
Portugal	36	7264000	11(*)	1523500	0,21	NRL
Turquia	6	34038000	29	6282000	0,18	NRL

Países do sul da Europa

Cálculo: FE = Fluxos Emissores (turistas internacionais *outbound*); FR = Fluxos Recetores (turistas internacionais *inbound*)

Núcleo Recetor Líquido (NRL) – FE/FR < 1; Núcleo Emissor Líquido (NEL) – FE/FR > 1; (*) 2007

Fonte: elaboração própria / World Tourism Organization (WTO) (2011)

Por outro lado, do grupo de núcleos emissores líquidos constam os principais mercados emissores para Portugal, o Reino Unido e a Alemanha. Está latente a esta divisão a relação de centro periferia, circunscrita, naturalmente, a casos particulares do sul da Europa, designadamente a cinturas específicas e regiões mais periféricas (e.g. Algarve) onde o modelo de dependência e de massas foi inoculado, justamente, a partir destas economias emissoras.

Observando os grandes agregados da procura mundial é possível reconhecer que o contributo do turismo internacional em termos económicos tende a ir mais no sentido dos países ou regiões que menos carecem desse contributo (Sharpley, 2002), o que reforça novamente uma linha de desenvolvimento apoiada num conceito de dependência económica. Se atentarmos nas dinâmicas mundiais de fluxos de turistas verificamos que a Europa lidera a lista de continentes recetores de turismo (51,3%), seguindo-se a Ásia e Pacífico (22,1%), as Américas (15,9%), o Médio Oriente (5,6%) e finalmente a África (5,1%) (Quadro 9).

Quadro 9: Quota de mercado das chegadas de turistas internacionais por região do mundo e ano (%): 1950 – 2011

Anos	África		Américas		Ásia e Pacífico		Europa		Médio Oriente	
	rel.F	Δ	rel.F	Δ	rel.F	Δ	rel.F	Δ	rel.F	Δ
1950	2,0%		29,6%		0,8%		66,4%		0,8%	
1960	1,2%	60%	24,1%	123%	1,3%	350%	72,7%	200%	0,9%	200%
1970	1,4%	200%	25,5%	153%	3,7%	589%	68,2%	124%	1,1%	217%
1980	2,6%	200%	22,4%	47%	8,3%	271%	64,2%	58%	2,6%	274%
1990	3,5%	111%	21,1%	49%	12,8%	144%	60,4%	49%	2,2%	35%
2000	4,1%	86%	18,6%	38%	16,1%	97%	57,6%	49%	3,5%	152%
2005	4,6%	32%	16,5%	4%	19,3%	41%	54,7%	12%	4,8%	61%
2009	5,2%	23%	16,0%	6%	20,5%	17%	52,3%	5%	6,0%	35%
2010	5,3%	8%	16,0%	6%	21,7%	13%	50,5%	3%	6,4%	14%
2011	5,1%	1%	15,9%	4%	22,1%	6%	51,3%	6%	5,6%	-8%
Média	3,5%	80%	20,6%	48%	12,7%	170%	59,8%	56%	3,4%	109%

Fonte: elaboração própria / World Tourism Organization (2011; 2012)

Apesar da anatomia da procura turística se estar a alterar desde meados do século XX (1950), com um sucessivo decréscimo das variações no número de chegadas de turistas internacionais a cada região do mundo, verifica-se uma dominância económica historicamente consolidada da parte da Europa, que em termos absolutos tem subjugado o resto do mundo ao concentrar, aproximadamente, 504 milhões de turistas em 2011, o que corresponde a 51% das origens de chegadas de turistas internacionais. Esta representação sulca uma dimensão histórica e política da evolução do fenómeno turístico no mundo reveladora de uma certa concentração de riqueza já analisada mas destapa tendências de afirmação regional, designadamente com a emergência gradual da cintura asiática e americana que tenderão a constituir importantes concorrentes da Europa, agregando já 38% (2011) das chegadas mundiais.

Estas alterações, introduzem desafios de reconfiguração do destino nacional, designadamente, através da afirmação da sua singularidade cultural, emancipando-o da

sua matriz periférica que pronunciou a polarização do fenómeno e a afirmação de cinturas de elevada intensidade turística dependentes de corredores de distribuição externos. Deverá Portugal ser capaz de interpretar e antecipar os fenómenos que estão a desenhar-se fora mas também dentro da Europa onde assomam novos concorrentes, nomeadamente procedentes do leste (e.g. Croácia).

De um modo geral, a (re)configuração do fenómeno turístico no quadro mundial levanta oportunidades e ameaças (Quadro 10) que Portugal deverá considerar.

Quadro 10: Oportunidades e ameaças das dinâmicas turísticas internacionais para o destino Portugal

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>A.1. A Alemanha e o Reino Unido são núcleos emissores líquidos relevantes, tanto em termos quantitativos como financeiros, e continuam a ser mercados importantes para Portugal.</p> <p>A.2. A relevância crescente da China como núcleo emissor líquido com elevado potencial financeiro.</p> <p>A.3. A oportunidade de maior captação do mercado Canadano que é um núcleo emissor líquido estratégico tendo em conta a sua importância no consumo de vinhos do Douro¹⁹</p> <p>A.4. A previsão de alargamento do espetro de países mais ricos no mundo como uma oportunidade para alavancar nichos de oferta de elevado valor acrescentado que Portugal deve potenciar.</p>	<p>B.1. A presença de núcleos recetores líquidos relevantes na Europa: França, Espanha, Itália e Turquia.</p> <p>B.2. Emergência de novos destinos na Europa (e.g. Croácia).</p> <p>B.3. A afirmação da região Ásia-Oceania como uma plataforma polarizadora de fluxos recetores.</p> <p>B.4. A dependência de mecanismos de distribuição estabelecidos a partir dos principais mercados emissores para Portugal (Alemanha e Reino Unido).</p> <p>B.5. A procura que cresce mais no mercado das viagens organizadas e que se expande a maior velocidade é o mercado <i>long haul</i> (Holloway, 2006).</p>

Fonte: elaboração própria

¹⁹ IVDP, 2014

II.2. O fenómeno de polarização turística em Portugal com origem numa condição semi-periférica

II.2.1. A PROCURA

II.2.1.1. Afirmação dos níveis de concentração dos indicadores da procura em torno do Algarve

Portugal, enquanto destino turístico internacional, tem vindo desde, sensivelmente, 1960 a revelar uma continuada obediência e disciplina a um modelo de desenvolvimento que funda as suas raízes e reminiscências num paradigma de dependência estrutural, resultante da sua condição semi-periférica (Mateus, 1987; Cardoso, 2002), já histórica, no seio da Europa. Este antagonismo entre o centro e a periferia remete para uma doutrina económica que radica em princípios desenvolvimentistas e estruturalistas, cuja difusão e assimilação ocorre em Portugal entre os anos de 1950 e 1980 (Bastien e Cardoso, 2002), e onde é problematizado o seu atraso e sub-desenvolvimento, designadamente por Moura, F., et al. (1954) (*apud* Bastien e Cardoso, 2003 – *Structuralism and Development Economics in the European Semi-Periphery: the case of Portugal*, p. 41.) que alude explicitamente à estrutura das importações e exportações como “tipicamente característica de países sub-desenvolvidos” (Bastien e Cardoso, 2003: 48). Foi esta condição de atraso e subsequente subordinação e subalternização económica relativamente ao centro da Europa, em franca regeneração e impulsão da sua base económica durante a segunda metade do séc. XX, a par da existência de enclaves geomorfológicos endógenos favoráveis à institucionalização do “sol e mar” que precipitou Portugal para uma condição de “periferia do prazer” (Turner e Ash, 1975) e uma espécie de “cintura turística” (Turner e Ash, 1975) de países industrializados do continente europeu.

O Algarve é a região portuguesa que exprime de forma mais exemplar esta condição, particularmente a partir de 1965 (Cavaco, 1969) com a construção de uma infraestrutura aeroportuária em Faro. No seu primeiro ano, o aeroporto movimentou um total de 10.034 passageiros, alcançando um quota de 2,5% do tráfego nacional. No ano seguinte (1966) sofre o maior aumento de passageiros de sempre, cerca de 434%, acrescentando ao número do ano anterior 43.551 passageiros e alcançando 1,8 vezes o número de passageiros do aeroporto do Porto (Figura 10). Nos 6 anos seguintes, até 1972, o aeroporto prolonga as suas taxas de crescimento na casa dos dois dígitos mas já a um

ritmo mais moderado, com uma média anual de 43%, alcançando, em 1972, 443.027 passageiros.

Figura 10: Evolução das variações do número de passageiros nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e agregado nacional (Portugal): 1960 - 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1960-2012)

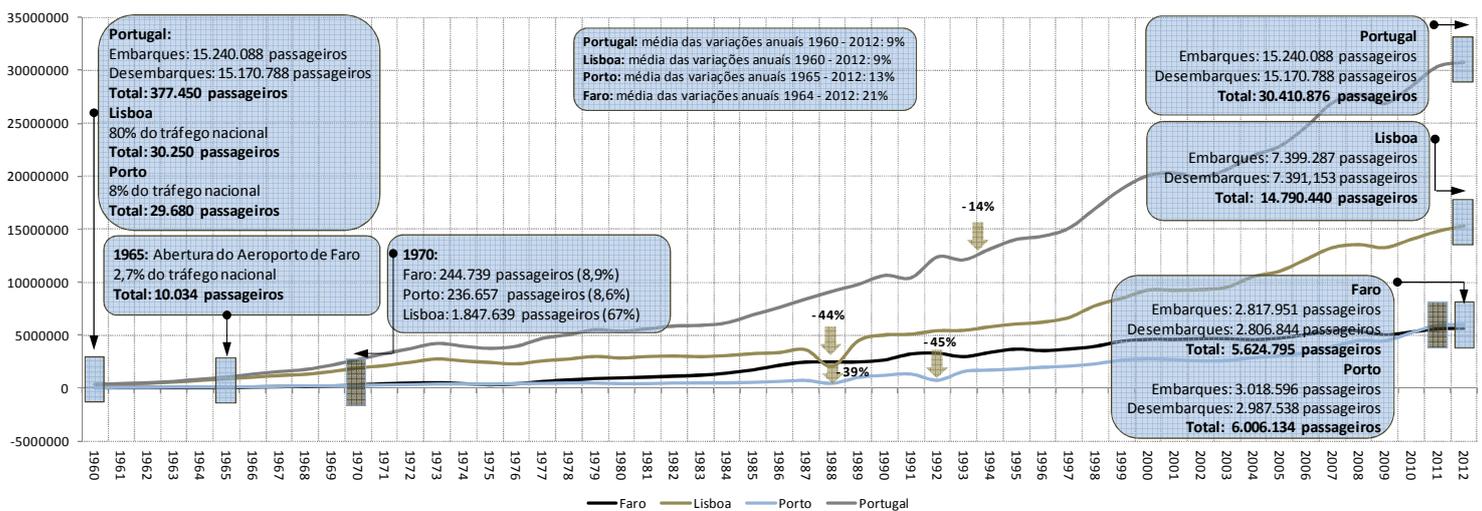
O período que se segue, entre 1973 e 1975, representa um decréscimo no fluxo de passageiros, em média, na ordem dos -23%, o maior abatimento do movimento aeroportuário em Portugal, superior em 18 pontos percentuais ao decréscimo médio do número de passageiros verificados em Portugal. Este comportamento mais agudo no caso de Faro revela particularidades que estão relacionadas com a situação internacional, designadamente, com o primeiro choque petrolífero em 1973, que originou uma recessão económica mundial, mas também fatores internos relacionados com a perturbação revolucionária, particularmente em 1974.

Entre 1975 e 1976, o aeroporto de Faro regressa ao crescimento, aumentando o fluxo de passageiros em 33% e entre 1976 e 1977, em 62%. A partir de 1977, o aeroporto de Faro patenteará variações anuais mais baixas, traduzidas numa variação média anual de 7% até 2012. Durante este período exibirá situações decréscimo coincidentes, novamente, com alterações nas dinâmicas económicas internacionais, designadamente entre 1992 e 1993 e entre 2008 e 2009.

É interessante notar que entre 1977 e 2012 é o aeroporto do Porto²⁰ que apresenta a maior média de variações anuais do número de passageiros, cerca de 11%, e a segunda média de variações anuais, a seguir ao aeroporto de Faro, entre 1965 e 2012 (12% ao ano); facto que se relaciona com a afirmação de uma nova corrente turística em espaço urbano alavancada pelo modelo de operação aéreo de tipo *no frill* que aporta nesta infraestrutura aeroportuária um conjunto relevante de companhias.

Em 1981, passados 17 anos, o aeroporto de Faro soma 1 milhão de passageiros (Figura 11) e apesar da tendência de estabilização e consolidação do turismo a partir de 1980, em 2006 o aeroporto ultrapassa os 5 milhões de passageiros. Em média, entre 1965 e 2012, esta infraestrutura cresceu a uma cadência de 21% ao ano, 12 pontos percentuais acima da taxa de crescimento anual do aeroporto de Lisboa para o período homólogo.

Figura 11: Evolução do número de passageiros nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro: 1960 - 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1960-2012)

Esta infraestrutura constituiu a «pedra de toque» da afirmação do Algarve como o novo destino turístico nacional, caucionando os principais mecanismos de capilaridade com o exterior, cuja pressão se vinha exercendo, designadamente a partir dos mercados do Reino Unido, da Alemanha e dos Estados Unidos da América com um incremento assinalável de 157.712 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, entre 1960 e 1965, o

²⁰ Considerado nesta análise por se tratar do segundo aeroporto internacional em Portugal Continental com maior movimento de passageiros.

que correspondeu a uma variação exponencial na ordem dos 1.032,4% (Quadro 11) para esse período.

Quadro 11: Evolução dos principais mercados emissores entre 1960 e 1965

	Alemanha (a)	EUA ²¹ (b)	Reino Unido (c)	Total (a+b+c)	Média aritmética das variações (%)
1960	2.463	2.569	11.883	16.915	
1965	36.001	23.134	132.407	191.542	
Diferença (1960-1965)	33.538	20.565	120.524	174.627	
Variação (1960-1965) (%)	1.361,7%	800,5%	1.014,3%	1.032,4%	1.058,8%

Fonte: elaboração própria / INE (1960-1965)

A nova conformação da procura, agora atenta a uma bacia turística alargada do mediterrâneo, que inclui o Algarve, encontra no *holiday package* (pacote de férias), criado em 1955 (Brito, 2009), um mecanismo de viabilização de viagens de férias a um preço mais baixo, num contexto condicionado e “imune” às externalidades negativas vigentes neste destino. Estas eram manifestas e encontravam a sua origem no débil planeamento e gestão do fenómeno que expunha astenias continuadas em vários domínios como a organização pública que se revelava frágil e de má qualidade²², a oferta secundária²³ que acusava um baixo número de unidades e à qual acrescia uma qualidade duvidosa fruto da uma certa “informalidade vigente” no licenciamento (Brito, 2009: 55), a par de embaraços na operação patenteados, mormente no abastecimento dos bens alimentares a partir da capital (Cavaco, 1969), fruto da cisão da agricultura e pescas.

Mas também o atendimento na região era falto na hotelaria e restauração fruto de dificuldades no domínio do recrutamento de recursos humanos associado a uma elevada taxa de analfabetismo da população, na ordem dos 40% (Brito, 2009). Este antagonismo entre a organização da procura (por vezes excessiva) e a desorganização da oferta (Brito, 2009) contrariava o princípio sistémico e funcional que deveria orientar o planeamento do fenómeno turístico (Heeley, 1981; Mathieson e Wall, 1982; WTO, 1980, Mill e Morrison, 1985; Pearce, 1989; Inskeep, 1991; Gunn, 1994) e que se tornou dispensável por aspiração e avidez económica/financeira e concomitante inércia tutelar

²¹ Estados Unidos da América

²² Estradas de má qualidade, pobre organização dos centros urbanos, equipamentos culturais de qualidade mediana ou débil, infraestruturas de saúde exangues, entre outras.

²³ Recursos secundários: recursos económicos dependentes do fenómeno turístico; ex.: hotéis, agências de rent-a-car, etc.

e inépcia na antecipação das consequências de um modelo de desenvolvimento e produção em massa que advinha.

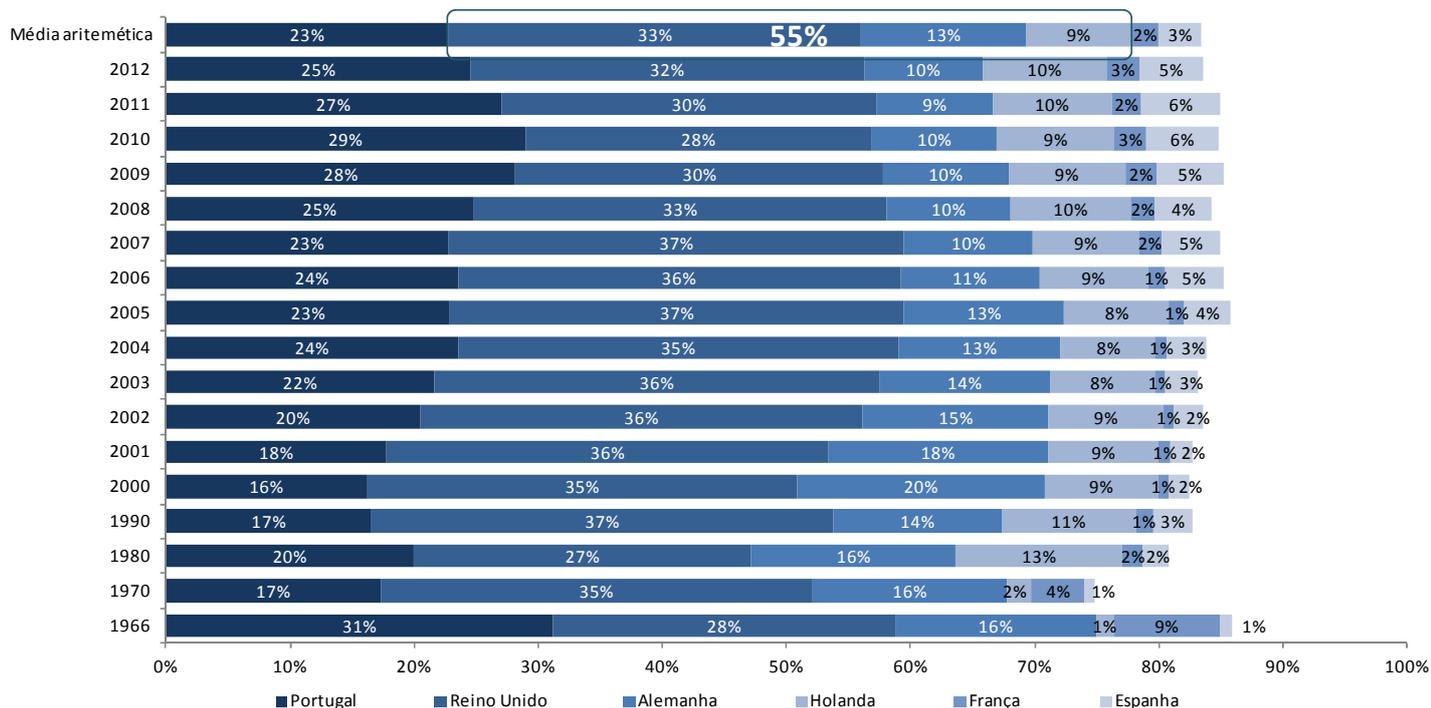
Ainda assim, o Governo pronunciava para a região um desenvolvimento baseado fundamentalmente na expansão do turismo (III Plano de Fomento, 1967-73) e no contexto do Plano Intercalar de Fomento, e já para Portugal, vincava a relevância deste fenómeno ao conceder-lhe “(...) a distinção de valioso instrumento operacional que mediante a obtenção de disponibilidades cambiais necessárias correlativas (...) poderia prestar um notável contributo para a manutenção da estabilidade financeira interna e solvabilidade externa da moeda nacional.” (Plano Intercalar de Fomento, 1965-1967 *apud* Cavaco, 1969: 221). Apesar da informalidade e da ausência de regulação contínua, o turismo passou a ser um desígnio nacional.

As transformações operadas no domínio da aviação no Algarve e na Europa, a reconfiguração dos modelos de consumo com o desenvolvimento do ubíquo *pacote de férias*, a relativa informalidade das operações turísticas no Algarve, conciliadora com os interesses e desígnios integradores (vertical e horizontal) dos novos operadores turísticos, ocasionaram o crescimento das dormidas para valores inimagináveis até então, particularmente na primeira década do desenvolvimento do turismo no Algarve, entre 1960 e 1970. Acrescia a particularidade do fenómeno estar fortemente concentrado em torno de um parco número de economias cimeiras, já citadas: o Reino Unido, a Alemanha e os Estados Unidos da América.

Esta tendência de concentração de mercados emissores nos primórdios do turismo no Algarve manter-se-á até aos dias de hoje²⁴ (Figura 12), corroborando as alterações no domínio das operações turísticas responsáveis pela drenagem volumosa de procura, cuja natureza embrionária e menos especializada, apenas focada no movimento de massas, afirma uma certa “(...) cidadania de consumo pós-industrial (...) sem impedimentos à mobilidade de capital, cada vez mais desligado dos constrangimentos da geografia e do poder do Estado.” (Bianchi, 2002: 292).

²⁴ Com a exceção do um recuo do mercado dos Estados Unidos da América que, entre 1970 e 1980, reduz a sua participação em mais de metade do número de dormidas.

Figura 12: Evolução das dormidas por países de residência habitual para o Algarve por década: 1966, 1970, 1980, 1990, 2000 – 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2011) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Igualmente o paradigma de desenvolvimento económico excessivamente concentrado na orla costeira algarvia e assente nesta monocultura turística de massas ditou dependências estruturais de um número limitado de mercados emissores tradicionais que ocupavam (e ocupam) uma posição de intermediação estratégica para o destino. É precisamente neste agregado de países ditos avançados que se encontram os nossos principais mercados emissores, o que induziu uma relação de sujeição económica que alimentou e reforçou um perfil de investimento alinhado com uma tendência que tem início em meados da década de 1960 de homogeneização das práticas turísticas mas também numa *praxis* fordista na aplicação e uso dos recursos.

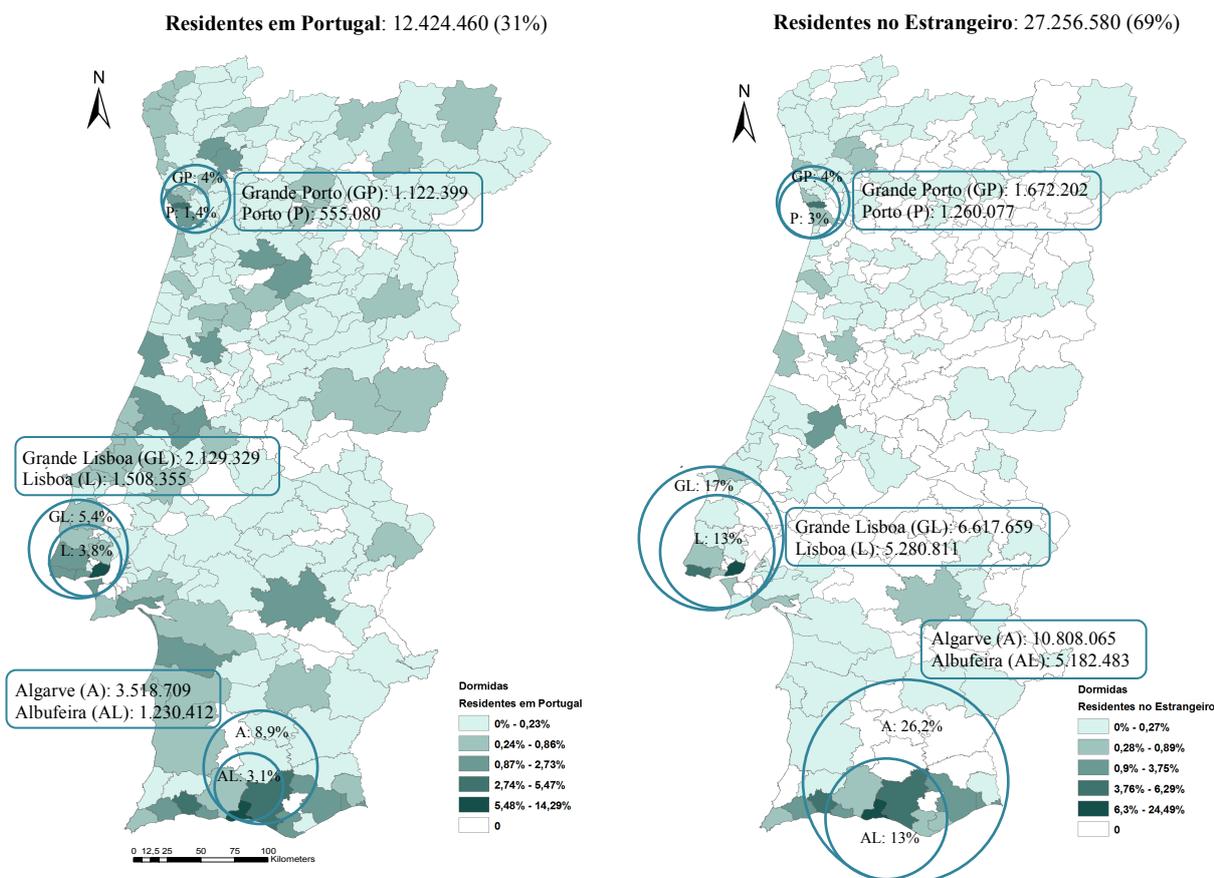
Esta realidade causou que uma parte substancial e relevante das práticas turísticas internacionais de *inbound* se concentrasse numa pequena porção do país (Algarve e Costa de Lisboa). Os efeitos de polarização geográfica da procura contribuíram para uma certa autofagia e opacidade de uma porção considerável do território nacional. Por sua vez, estas regiões foram reiteradamente excluídas do agrupamento núcleos que, política e economicamente, foram sendo patrocinados pelos sucessivos governos da

República até meados da década de 1980 – uma parcela da coluna dorsal balnear do Algarve, parte da Madeira e a Costa de Lisboa.

A interação geográfica dos mercados externos com Portugal parece estar concatenada com os modelos de operação turística vigentes no centro da Europa, que remetem para forças de mercado internacionais caracterizadas por estruturarem tipologias de oferta mais universais (Holloway, 2006) e, por conseguinte, reincidindo em geografias balneares. Estas forças parecem influenciar, por sua vez, as opções governamentais em matéria de dialética promocional, que tende a focar nos ditos mercados tradicionais, sendo respaldado pelo setor económico que opera em Portugal, principalmente, os grupos económicos mais fortes também eles implantados maioritariamente em geografias de maior intensidade turística, mormente o Algarve.

Esta ideia de controlo do destino a partir do exterior parece tornar-se mais perceptível quando observamos as interações de procura com o território nacional, designadamente, no âmbito continental. Aqui ficam bem patentes as diferenças nas interações do mercado interno com o território nacional, mais desconcentrado e intercetando unidades concelhias periféricas. O mercado internacional apresenta um comportamento paradoxal, de elevada concentração geográfica em torno do Algarve, Lisboa e Porto (Figura 13), o que espelha uma baixa visibilidade do território no exterior bem como uma forte dependência das infraestruturas de entrada, os aeroportos. O Algarve é a região que absorve a maior fatia da procura externa, também ela muito concentrada na orla costeira, distribuição que é patenteada em unidades concelhias que confrontam com a frente de costa algarvia.

Figura 13: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, segundo os residentes em território nacional e os residentes no estrangeiro: 2012



Fonte: elaboração própria / INE (2012) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

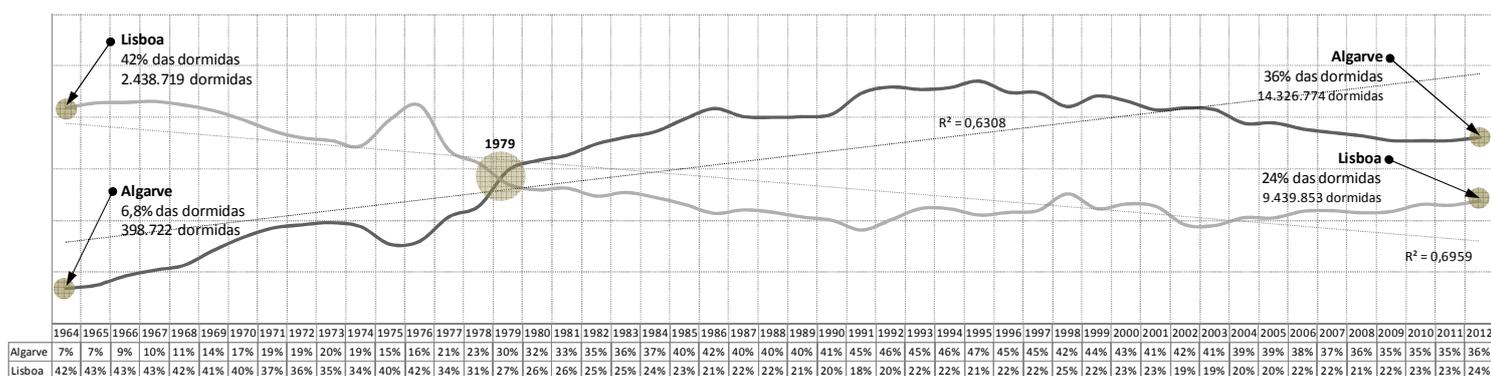
As organizações de intermediação suportam a sua atividade em mecanismos e redes de propriedade e controlo à escala transnacional e alimentam-se a partir de um sistema de relações contratuais com os fornecedores. Estes princípios induzem uma elevada assimetria nas relações com o destino e conferem aos operadores turísticos o controlo dos mercados emissores o que, em certa medida, lhes garante um nível de soberania nas decisões e definições dos termos e escopo da organização do produto (no destino) enquanto, em simultâneo, externalizam o risco (Bianchi, 2002).

A natureza tentacular e imaterial desta prática é conduzida a partir do exterior, do centro para o destino semi-periférico, estigmatizando-o e estimulando a especulação imobiliária e a construção em volumetria indesejada que penaliza os recursos naturais de que subsiste (meio ambiente). Nesse sentido, erradica casualmente espaços e sítios distintivos (Urry, 1990), gerando paisagens uni-funcionais e despoletando alterações no

custo de vida que passa a crescer a “passos agigantados” (Cavaco, 1969: 267) como sucedeu no Algarve em poucos anos. Esta prática promove ainda a devassa cultural por indivíduos em estado liminar (Urry, 1990), insensíveis à estrutura social que o rodeia, entre outras ruturas e variáveis de colisão propiciadas por um modelo de exploração que promove a indiferenciação. Em causa está a problemática da sustentabilidade turística do destino e a sustentabilidade da região e do país.

Até 1960 o Algarve era uma “(...) terra quase vazia para o turismo (...)” (Cavaco, 1969: 228), não representando as dormidas de estrangeiros mais do que 3% (31.417 dormidas)²⁵ (Figura 14) das dormidas nacionais.

Figura 14: Evolução do peso das dormidas do Algarve e de Lisboa no total nacional: 1964 - 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1964-2012) / 1964-1986: distrito de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

Era Lisboa que recolhia a pluralidade da procura turística nesse início de década, cerca de 65%, o que em termos absolutos correspondia 815.877 dormidas²⁶. Esta relação de dominância da Costa de Lisboa é invertida em 19 anos, e em 1979 já o Algarve carrega mais intensidade turística, ultrapassando Lisboa em 436.772 dormidas. O crescimento do Algarve prosseguiu e em 2012 era responsável por gerar cerca de 36% das dormidas do país. Em média, entre 1985 e 2003, as dormidas algarvias oscilaram entre o 40% e 47% da quota nacional. Em 2004 ocorre uma alteração no seu comportamento que marca, possivelmente, um momento de consolidação (ou possível estagnação) do turismo no Algarve, tendo em conta que o número de dormidas desceu em 2004 para 39% e decresceu paulatinamente até 2012, passando a representar 36% das dormidas

²⁵ INE, 1960

²⁶ Dormidas de residentes no estrangeiro (INE, 1960)

nacionais. Ainda assim, juntos, o Algarve e Lisboa, têm vindo a representar, em média, 62% das dormidas do país²⁷, o que constitui uma elevada concentração do fenómeno turístico em torno de apenas duas unidades geográficas.

O crescimento repentino do turismo no Algarve demonstra a emergência de um destino turístico sujeito a um efeito de aglomeração da procura tradicionalmente observada em destinos de massas. A progressão abrupta de uma procura incógnita, da qual apenas se conhece a origem, constitui uma característica típica do modernismo que assenta em processos de produção em massa, sistematizados e de reprodução uniforme (Urry, 1990).

Este incremento começa por ser assinalado por um pico da variação anual entre 1963 e 1964, expresso num crescimento a três dígitos para Portugal, na ordem dos 215%, em linha com o primeiro sinal de abertura do país relativamente ao exterior, em 1960, quando Portugal integra o grupo de países fundadores da EFTA (European Free Trade Association)²⁸, uma organização de livre comércio que, inspirada na extensão da cooperação económica obtida pela Organização para a Cooperação Económica Europeia²⁹, procurava níveis de integração económica, sendo mesmo a principal impulsionadora da Comunidade Económica Europeia. A adesão terá um impacto favorável para Portugal ao esbater o “(...) relativo isolamento político internacional do regime autoritário de Salazar, mas, sobretudo, iniciar-se-á o primeiro processo de abertura da economia (do comércio e da indústria, especialmente) ao exterior, designadamente aos países europeus.” (Barreto, 2002: 1-2).

“Entre 1960 e 1970, o rendimento nacional por habitante cresceu a uma média superior a 6,5% ao ano. (...) Foi este o período de maior crescimento económico da história do país.” (Barreto, 2002: 2). Portugal vinha, na realidade, prosperando desde 1955 mas é na década de 1960 que patenteia uma aceleração do ritmo de crescimento económico na ordem dos 6,1% ao ano (Rocha, 1977), acima da média mundial que rondou para década de 1960 cerca de 3,4% (IMF, 2007)³⁰. Durante este intervalo de tempo, o seu desenvolvimento foi alcançado “(...) sem o obstáculo da falta de divisas (...)” (Rocha,

²⁷ Portugal (inclui território insular) – consultar secção “1.4. Referencias territoriais”

²⁸ Em 1960 estavam representados na sua fundação sete países: Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Portugal. Hoje esta organização é constituída pelo Liechtenstein, pela Islândia, pela Noruega e pela Suíça.

²⁹ Criada em 1947 para implementar o Plano Marshal de recuperação europeia após a II.ª Guerra Mundial.

³⁰ World Economic Outlook, October 2007: Globalization and Inequality

1977: 613) que provinham da contribuição do Império Colonial em moeda estrangeira, da relevante convergência de remessas dos emigrantes e das já essenciais receitas do turismo.” (Rocha, 1977: 613). Confirma-se que, entre 1960 e 1970, o número de dormidas em Portugal de residentes no estrangeiro aumentou exponencialmente, aproximadamente, 246%. Esta variação supera a evolução do número de turistas (chegadas) na Europa e no mundo, que rondou 124% e 139%, respetivamente. Em Lisboa as dormidas sofrem também um incremento relevante, de 139%, mas é no Algarve que o aumento de dormidas se revela exponencial, na ordem dos 3.542%. Aquelas taxas de variação são denunciadoras do começo de uma nova ordem económica em Portugal que se afirmava a partir de um fenómeno essencial para a balança comercial, bem como para o equilíbrio social e económico do país – o turismo. A evidência de que o contorno geográfico onde a incidência mais prevalente do fenómeno turístico coincide com o Algarve, que vê aumentar a sua procura turística (dormidas) numa ordem de grandeza exponencial, é um primeiro sinal de um percurso ideológico que acena em direção a arquétipos de consumo turístico balnear que vinham sendo experimentados até à II.ª Guerra Mundial e que assumem uma prática em massa no Reino Unido³¹ - devidamente circunstanciadas na semana “Wakes” que tem início no séc. XIX. Esta semana constitui a primeira personificação das férias tradicionais e a mais primitiva diáspora do lazer que convencionou movimentos pendulares sazonais de êxodo maciço dos centros industriais para *resorts* como Blackpool e Southport na costa oeste e Scarborough e Bridlington na costa este.

Mas, o processo de celebração do lazer em massa concretiza-se de forma mais vinculada com a institucionalização das férias e contagia o Reino Unido durante a primeira metade do Séc. XX. Por volta de 1920, quando se inicia o pagamento das férias, ainda a uma franja reduzida da população ativa, e mais tarde, em 1938, com o movimento denominado “Férias com Pagamento”, que culmina com o *Holiday Act*³², o número de pessoas a passar férias cresce aceleradamente. Este fenómeno foi também comum a muitos países do centro da Europa onde os sindicatos “forçaram” os governos a instituir horários de trabalho mais flexíveis e um regime de “férias pagas”, originando maior prosperidade no centro e norte da Europa (Yale, 1995). Também, até à II.ª Guerra Mundial as férias balneares constituíam a prática predominante no Reino Unido e

³¹ O principal mercado emissor para o Algarve.

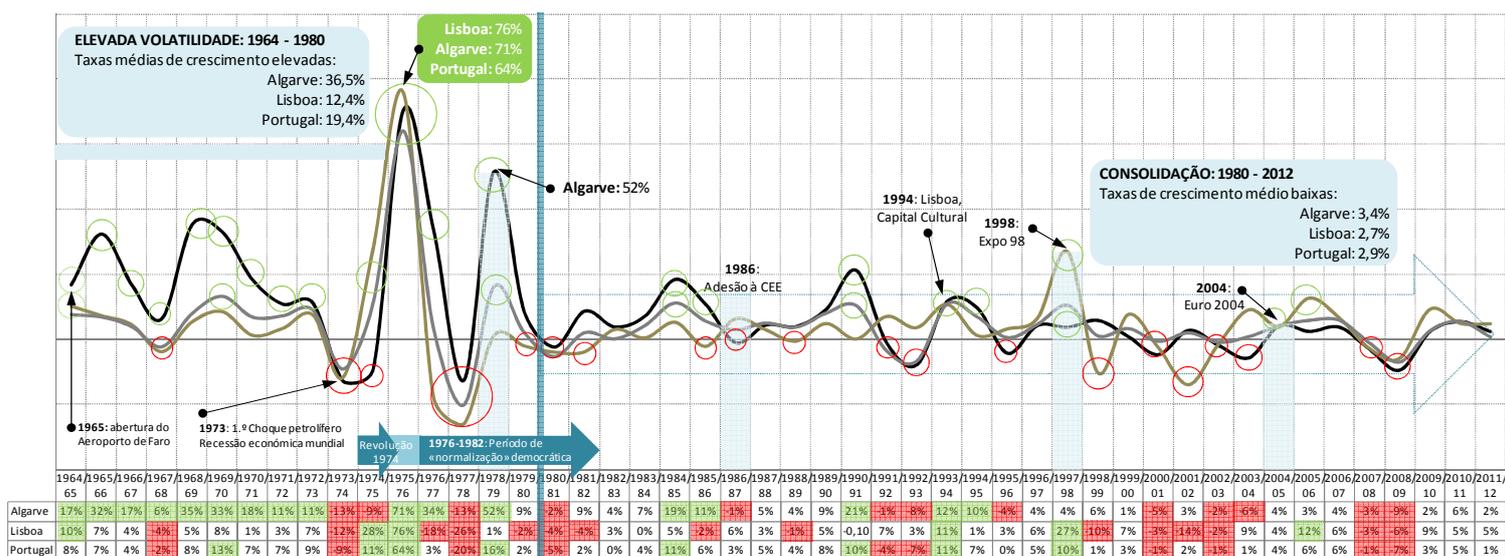
³² Estabelece uma relação entre o subsídio de férias e a produtividade

durante o pós-guerra este fenómeno reproduz-se por toda a Europa central, constituindo a fórmula de turismo que se expande mais rapidamente durante o período entre as duas guerras e, particularmente, durante o pós-II.ª Guerra Mundial. O turismo balnear sofre uma mutação simbólica, passando a representar a reconstrução da Europa, ou pelo menos da Europa Ocidental (Urry, 1990).

O Reino Unido, que é o principal mercado turístico emissor para Portugal, passa a liderar o primeiro surto de turistas, com efeitos devastadores na sua conjuntura doméstica (Urry, 1990), mas cuja circunstância propicia um impulso relevante no processo de democratização das viagens, fruto da institucionalização de mecanismos e instrumentos de intermediação ao consumo mais económicos e direcionados para cinturões de proximidade, no mediterrâneo e bacia alargada do mediterrâneo, onde se situa o Algarve.

Toda a década de 1960 constitui um período de intrusão deste fenómeno em Portugal e a ampliação dos corredores de consumo turístico por toda a bacia do mediterrâneo o que é repercutido em resultados quantitativos da procura (dormidas) volátil com alterações súbitas nas suas variações anuais, particularmente, entre 1964 e 1970 (Figura 15) mas com uma média de variações anuais positiva.

Figura 15: Evolução das variações dormidas em Algarve, Lisboa e Portugal (%): 1964 - 2012

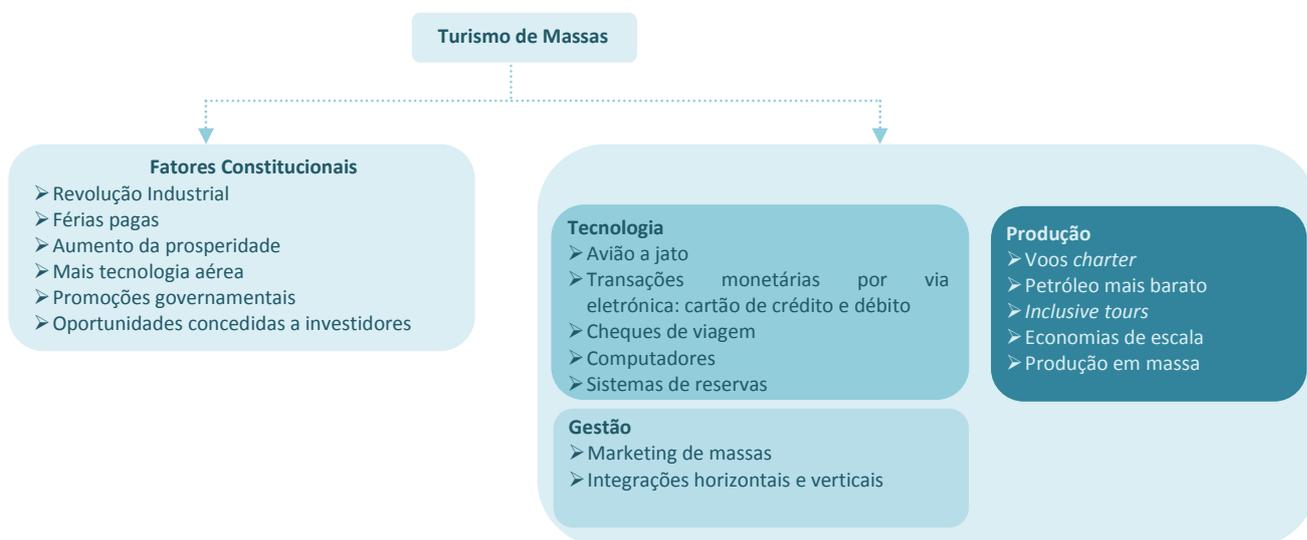


Fonte: elaboração própria / INE (1964-2012) / 1964-1986: distrito de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

O padrão mais instável da variação das dormidas acontece justamente no Algarve, que apresenta um desvio padrão das variações mais acentuado do que a média das variações de Lisboa e Portugal para o período homólogo. A série de variações das dormidas no Algarve durante este período exibe um valor mínimo e um valor máximo mais distanciados do que as séries das variações das dormidas de Lisboa e Portugal.

Este comportamento revela que o fenómeno turístico no Algarve, na segunda metade da década de 1960, estava numa fase embrionária, traduzida em valores da procura residuais mas crescente como patenteia a variação média de 24% das dormidas entre 1964 e 1970. Em menos de 5 anos, convergiram para a região, os efeitos da acumulação de alterações históricas operadas no seio da Europa de âmbito constitucional (férias pagas, entre outras), a par de medidas de desenvolvimento ocorridas nos domínios tecnológico (transportes), produtivo e da gestão (Figura 16) (Sezgin e Yolal, 2012), que determinarão a deflagração do Algarve como destino turístico vocacionado para as massas.

Figura 16: Fatores constitucionais e desenvolvimento que influenciaram o turismo de massas no Séc. XX



Fonte: elaboração própria / adaptado de Sezgin e Yolal (2012)

Em suma, os fatores que sentenciaram o paradigma turístico do Algarve têm, maioritariamente, uma proveniência exógena e radicam, como referimos, em fatores históricos que remontam ao séc. XIX. Toda a organização económica e turística europeia se organiza e estrutura a partir de países mais prósperos, com recursos

financeiros e tempo de lazer disponível, que procuram destinos de *short-haul*³³ no continente.

Este fenómeno originará novos atores no âmbito da organização turística, os operadores turísticos, que desempenharão um papel determinante no desenvolvimento turístico de toda a Europa mas, principalmente, na bacia do mediterrâneo. São responsáveis por garantir um fluxo migratório de saída temporária de turistas do seu país de residência/origem para países e regiões do sul da Europa, organizando e modelando a oferta nestes novos destinos através da criação de pacotes de férias que agregam as diferentes camadas de serviços da oferta turística.

Estas organizações, que se inspiram no legado de Thomas Cook, que organizou os primeiros pacotes turísticos nos anos 1860 (Swinglehurst, 1982), emergem por volta da segunda metade do séc. XX e afirmam-se como um dos símbolos mais relevantes do turismo de massas. Serão eles que responderão de forma mais ativa aos sinais de progresso e prosperidade dos países do centro da Europa, apesar da permanente exposição ao vasto e complexo universo de externalidades negativas que irrompem ao longo de toda a segunda metade do séc. XX, resultantes de fenómenos à escala mundial nos domínios da economia e da política (flutuação do preço do petróleo, alterações de natureza geopolítica nos destinos, entre outras).

O setor grossista (operadores turísticos) operará nesta segunda metade do séc. XX alterações profundas nas estruturas das suas organizações, integrando horizontalmente e/ou verticalmente setores de negócio produtores³⁴ e concentrando a sua atividade (Holloway, 2006), fenómeno que impactará muitas vezes, de forma hostil e perniciosa sobre os destinos mas que terão, maioritariamente, influência na otimização dos processos de produção com custos mais reduzidos que ditarão a descida de preços no mercado das viagens e, por conseguinte, a afirmação de um arquétipo de consumo turístico de massas.

A par do impacto externo sobre o turismo do Algarve, também internamente se operam transformações relevantes que facilitaram a integração desta região na cintura turística

³³ Curta distância

³⁴ Alojamento, transportes e outros serviços (transferes, etc.)

mediterrânica. Portugal, a partir da década de 1960, começa a ostentar um novo ambiente de política externa propício à entrada de turistas, designadamente, com a adesão a organizações internacionais (e.g. EFTA³⁵).

A partir de 1961, Portugal exercita toda a sua política no sentido de atrair capital estrangeiro, incentivando o investimento externo direto e procurando uma maior integração do seu sistema produtivo no capitalismo internacional mais moderno (Rocha, 1977). Dá sinais de querer abrir-se ao mundo através da construção de novas infraestruturas relevantes como o aeroporto de Faro e consentindo a entrada de capital estrangeiro em investimentos imobiliários relevantes que garantirão a morfologia de oferta hoteleira adequada aos novos operadores turísticos. A par do recente posicionamento nos mercados internacionais, e não obstante o forte crescimento do rendimento *per capita* entre 1960 e 1970 da população portuguesa (Barreto, 2002), mantém uma sociedade de baixos salários, que tornam a mão-de-obra nacional atrativa para as empresas estrangeiras e um índice de preços baixo que incentiva o consumo turístico internacional.

A década que se seguiu, 1970/80, continua a anunciar uma elevada volatilidade do fenómeno turístico, suscetível não só a um processo de “(...) «normalização» democrática, entre 1976 e 1982, até à revisão da Constituição (...) e à aprovação das novas leis das forças armadas.” (Barreto, 2002: 5), mas também a uma nova vaga de externalidades negativas, designadamente, resultantes das crises mundiais do preço do petróleo (primeira em 1973) que ocasionam a subida do preço dos transportes, com uma influência determinante nos segmentos de consumo médio e médio-baixo que são relevados neste processo de massificação.

As décadas de 1970 e 1980 foram pródigas em conturbações resultantes de fatores externos fraturantes que impuseram uma elevada volatilidade no comportamento da procura. Contudo, e num sentido paradoxal, estes vinte anos coincidem com um forte crescimento do volume de turistas em Portugal, numa dinâmica concentrada, acentuando processos de massificação em torno do Algarve. A procura turística (dormidas) apresenta uma média de variações durante este período de cerca de 36,5%

³⁵ European Free Trade Association

no Algarve, cerca de 17 pontos percentuais (p.p.) e 24 p.p. acima da média das variações para Portugal (19%) e Lisboa (12%), respetivamente.

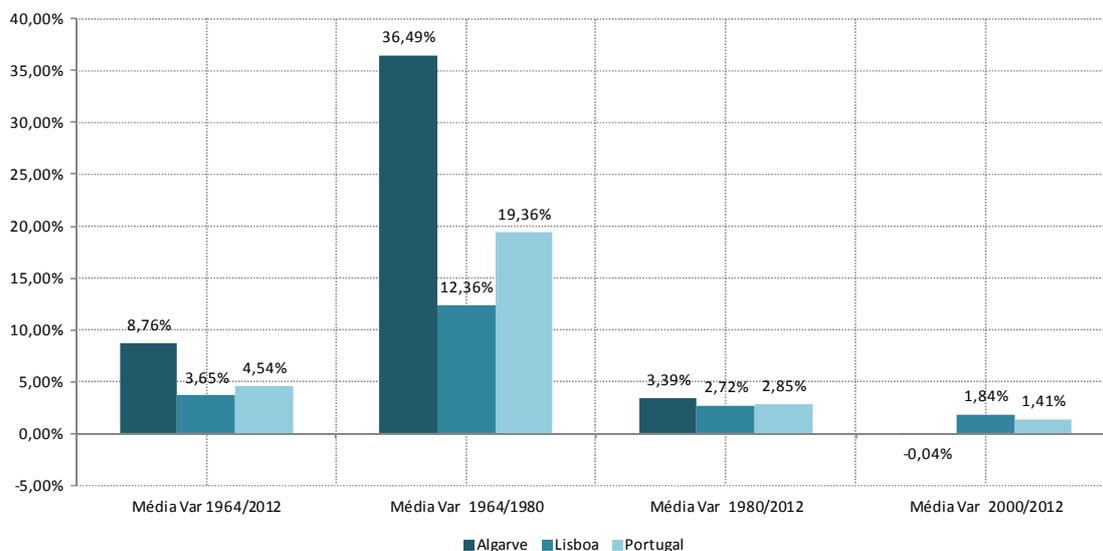
O período que se segue a 1980 é revelador de um novo quadro turístico nacional, com variações da procura mais esbatidas, o que indicia uma fase de consolidação do destino nacional. Da análise das variações é possível perceber que o Algarve, que apresentou durante os vinte anos anteriores uma taxa média de variação positiva e expressiva, sendo mesmo a locomotiva do turismo nacional, apresenta-se agora em linha de convergência com a taxa de crescimento média nacional, acima escassos 0,5 p.p. da média das variações da NUT I – Portugal e 0,7 p.p. em relação a Lisboa.

O período de 1980 a 2012 apresenta percalços económicos externos que se refletem de forma mais vincada na procura nacional, como sucedeu com a recessão mundial do início dos anos 90 (1990-1992) mas sem efeitos prolongados. Também o elevado investimento em eventos de relevância europeia e mundial, como elucidam a *Lisboa 94* (Capital Europeia da Cultura em 1994), a *Expo 98* e o *Euro 2004*, não originaram efeitos significativos nem resultados alongados e até regeneradores na economia turística nacional e, designadamente, no Algarve onde, a título de exemplo, se disputaram os jogos do *Euro 2004* (Perna, F., et al., 2005).

Não pode deixar de se reconhecer que apesar destes fenómenos e eventos culturais não revelarem uma repercussão assinalável num contexto macro e nacional, deve ser reconhecido o seu impacto localizado em Lisboa; fenómeno reproduzido no Porto, que tem vindo também a acolher iniciativas culturais internacionais, com a *Porto 2001* (Capital Europeia da Cultura 2001).

Apesar da evidente concentração territorial das práticas turísticas em Portugal em torno do Algarve, que representa 36% das dormidas nacionais (2012), pode observar-se, a partir de 2000, um comportamento da procura que revela sinais de estagnação da atividade turística no Algarve, que se encontra agora em contraciclo com Lisboa e Portugal, que crescem neste período, respetivamente, 1,84% e 1,41% (Figura 17).

Figura 17: Variação das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve (distrito de Faro), Lisboa e Portugal: 1964-2012, 1964-80, 1980-2012 e 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1964-2012) / 1964-1986: distritos de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

Esta reorientação da procura no contexto nacional e, mais em concreto, relativamente à região algarvia, poderá indiciar uma reconfiguração social que emerge do esgotamento da lógica de modernidade que, segundo Bell (1976), corresponde ao fim da ordem unificadora do sistema capitalista no seu todo e a rutura com um arquétipo de consumo indiferenciado perceptível nos grupos de massas tradicionais no Algarve. Estaria em causa o final da «diferenciação agregadora» moderna e a emergência de um paradigma de «desagregação unificadora» alegórica de uma cultura fragmentária (Bell, 1976) não compatível com o modelo de exploração turística implantado e vigente no Algarve.

Nesse sentido, estaremos em presença de uma transmutação social que patenteia um carácter mais fluído e movediço (Williams, 1977) e por conseguinte enuncia um certo «descentramento do mundo» e um recentramento do sujeito caracterizado por novos signos culturais (Fortuna, 1999) que caracterizam a contemplação³⁶ contemporânea como mais sinalizada, com marcadores que identificam um número relativamente pequeno de nós e núcleos turísticos (Urry, 1990). A tendência de estagnação do destino algarvio poderá ainda dever-se à crescente competência de destinos emergentes, concorrentes com o mesmo perfil de oferta, retirando-lhe quota de mercado.

³⁶ *Gaze*, segundo John Urry (1990)

O turismo em Portugal apresenta um cenário de concentração da procura em torno do Algarve. Este padrão radica em fenómenos de distribuição estabelecidos a partir de um número restrito de mercados emissores que revelam tendências declinantes. Paralelamente, o agregado de Lisboa, que é morfologicamente distinto do Algarve, por concentrar um repositório de recursos, na vertente cultural, mais acentuado e proeminente, revela estar a crescer nesta última década acima do Algarve. Esta tendência parece demonstrar uma alteração nos padrões de consumo turístico que vão no sentido de valorizar a variável cultural. Importa, com efeito, analisar o impacto temporal do fenómeno no agregado nacional, em Lisboa e no Algarve no sentido de compreender as diferenças da concentração da procura ao longo do ano quando observadas anatomias regionais distintas. Desenvolveremos este tema a partir de uma metodologia de análise visual das representações gráficas das séries temporais da procura e, sequencialmente, uma análise quantitativa a partir da medição das desigualdades das séries mensais calculando o coeficiente de Gini.

II.2.1.2. Sazonalidade ou apenas concentração da procura em Portugal?

II.2.1.2.1. O fenómeno da sazonalidade

A sazonalidade é um fenómeno que tem um carácter sistemático, mas que não é necessariamente regular, e que ocorre no contexto de um ciclo económico anual, originado, habitualmente, por fenómenos não económicos (Thomas e Wallis, 1971). Resulta do desequilíbrio temporário nos fluxos turísticos que pode ser ocasionado por fatores naturais (e.g. número de dias de sol, pluviosidade) e fatores de ordem institucional (e.g. legislação, religião, costumes, convenções históricas) (BarOn, 1975; Yacoumis, 1980; Baum, 1999; Lundtorp, 2001; Higham e Hinch, 2002; Jang, 2004; Rodrigues e Gouveia, 2004; Chung, 2009; Petrevska, 2013). Segundo Koenig-Lewis e Bischoff (2005), os fatores naturais são previsíveis e repetem-se com apenas pequenas alterações, enquanto os fatores institucionais, com origem na ação humana e na sociedade, revelam uma elevada mutabilidade e imprevisibilidade (Bigović, 2012).

Estes fatores originam restrições e dificuldades de operação resultantes de desequilíbrios e variações sistemáticas dos fluxos turísticos, embora não sejam necessariamente regulares e revelando frequentemente um impacto negativo sobre o desenvolvimento do turismo. É justamente sobre os efeitos que residem as principais preocupações tendo em conta que o desafio da sazonalidade tende a ser dificilmente

controlável (Allcock, 1989; Edgell, 1990; Go, 1990; Snepenger et al, 1990; Laws, 1991; Szivas et al, 2003; Goeldner e Ritchie, 2003). Salientam-se como efeitos indesejados:

- 1) O tipo de emprego que é gerado e que é habitualmente a tempo parcial, originando instabilidade social e insegurança;
- 2) O tipo de investimento que pode representar, por vezes, um risco para as comunidades ao contrariar frequentemente o índice de ocupação do solo, desequilibrando e gerando rutura arquitetónica em espaços e áreas sensíveis e de elevado valor patrimonial; desrespeitando os corredores visuais e o valor paisagístico do destino para favorecer os pontos de observação dos recursos principais a partir da unidade hoteleira; a ocupação e a limitação do acesso a espaços de natureza pública;
- 3) Poluição, sobrelotação, fenómenos de xenofobia, atividade criminosa;

Os efeitos e a magnitude dos fatores que originam a sazonalidade dos destinos podem ser observados a partir de representações gráficas das séries temporais da procura turística, que evidenciam e demonstram visualmente a existência ou não de concentração sazonal e algumas propriedades associadas (Nadal, et al., 2004), designadamente:

- 1) A distinção visual entre a época alta e as restantes épocas, a extensão e o comprimento dos dois períodos de menor fluxo turístico;
- 2) A localização e identificação de dados não-padrão;
- 3) A avaliação visual da força e dinâmica da concentração sazonal.

II.2.1.2.2. Análise da sazonalidade a partir de representações gráficas das séries temporais da procura turística em Portugal

O modelo de exploração turística prevalente em Portugal aceitou, genericamente, servir um ritual transumante e sazonal dos países do centro e norte da Europa, industrializados, para as suas cinturas balneares, com especial relevância para o Algarve, anuindo assim à inoculação de um modelo de exploração turística a partir do exterior, densificado em cadeias de distribuição dominadoras.

Portugal formou o seu desenvolvimento turístico a partir de um arquétipo monolítico que rapidamente enredou o país numa condição de enclave que se convencionou designar de “sol e mar”. O modelo impregnado sujeitou a estruturação e o

“planeamento” turístico a uma pequena fração do seu potencial endogénico e geográfico, o clima e o mar (fatores naturais), que têm características sazonais, harmonizadas por fatores de ordem institucional, também elas geradoras de concentração da procura, designadamente o ciclo laboral convencional que tende a estabelecer momentos de pausa (férias) durante os meses de verão, e fatores como a acessibilidade, a mobilidade ou a inércia patenteadas no dealbar da massificação turística no Algarve.

Praticamente metade da procura turística algarvia (47%) está concentrada num único trimestre, de Julho a Setembro (Figura 18), o que em termos de concentração supera em 7,4 pontos percentuais a média nacional (Portugal) e 13 pontos percentuais a região de Lisboa. Também, da análise do desvio-padrão em relação à média (coeficiente de variação) se verifica que é a região do Algarve que apresenta um coeficiente de variação mais elevado, o que significa que as dormidas se encontram concentradas num curto intervalo de tempo, indiciando uma procura de motivações mais rígidas tradicionalmente associadas aos turistas de massas (Marson, 2011) por oposição a Lisboa onde este coeficiente se apresenta mais baixo.

Figura 18: Distribuição mensal das dormidas no Algarve, Lisboa e Portugal (%): 2012

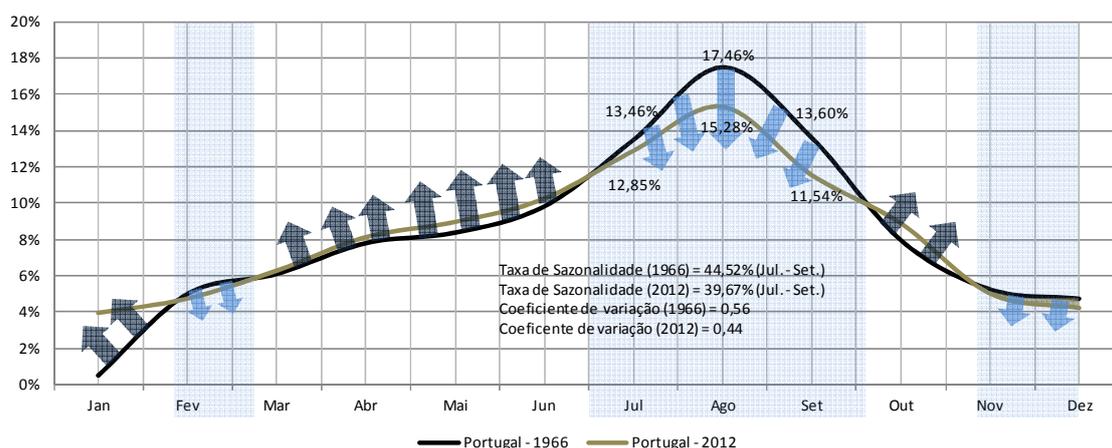


Fonte: elaboração própria / INE (2012)

Quando confrontadas as distribuições mensais da procura turística em Portugal em 1966 e 2012, evidencia-se uma diminuição da taxa de sazonalidade de 4,85 p.p. e uma redução do coeficiente de variação de 0,12 p. p.. Esta tendência global de diminuição da

sazonalidade e das clivagens mensais, entre 1966 e 2012, não pode deixar de ser observada graficamente (Figura 19) para demonstrar, quase de um modo orgânico, as expressões de mudança no sentido da harmonização das concentrações da procura ao longo do ano em Portugal.

Figura 19: Distribuição mensal das dormidas em Portugal: 1966 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012)

Evidencia também uma alteração estrutural na morfologia da procura que apresenta um comportamento de consumo algo diferente, que poderá indiciar um descentramento do segmento de mercado que era dominante assente num regime de *inclusive tours*³⁷ direcionado para o produto “sol e mar”.

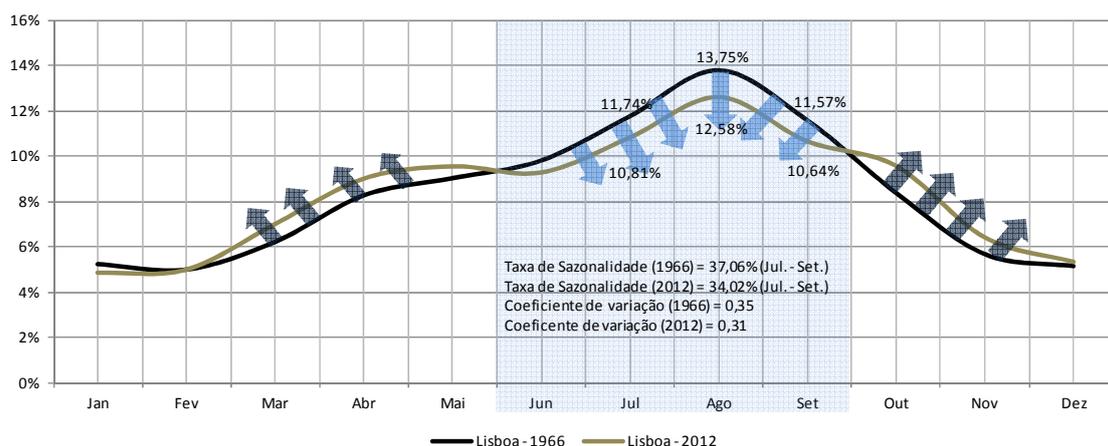
Afigura-se uma nova circunstância que abre lugar a novas condições de procura, designadamente em áreas urbanas por força do advento recente das companhias *no-frills* bem como à flexibilização de processos de distribuição com o aparecimento dos consolidadores (Holloway, 2006), que tornam as viagens de curto raio de ação mais cómodas e económicas, ligando os principais centros urbanos europeus. Observando as alterações que ocorreram entre 1966 e 2012, constatamos que foi entre os meses de Julho e Setembro que se exerceu maior pressão sobre a curva da procura para níveis de concentração mensal mais baixos, sendo interessante notar que também é nos períodos de menor afluxo de procura turística, entre Fevereiro e Março e Novembro e Dezembro que a quota de turistas mensal diminui entre estes dois anos. O inverso (a subida) ocorre de forma intercalar, entre Dezembro e Fevereiro, Março e Junho e entre meados de Setembro e Novembro.

³⁷ Pacotes de viagens

O que parece estar a acontecer é um processo de sazonalidade e amadurecimento do território nacional como destino, com uma tendência marcada para a mitigação da sazonalidade. Em parte, esta manifestação parece resultar da menor influência dos meses estivais e da preponderância das épocas do ano que associam tendências em domínios que interpelam a variável cultural, presente não só na orla urbana (Lisboa e Porto) mas também em manifestações culturais circunscritas temporalmente como a Páscoa, em Março, o período das vindimas, entre Setembro e Outubro, e ainda a influência do Natal, em Dezembro.

A alteração no domínio das operações aéreas, com o aparecimento das companhias *no frills* tornou, num sentido lato, o espaço europeu mais acessível e permitiu construir uma rede interurbana europeia que garantiu a integração de centralidades como Lisboa (e Porto), consolidando rotas de curta duração/distância³⁸ favoráveis ao aproveitamento dos fins-de-semana e férias de curta duração que no vernáculo turístico se identificam como *city-breaks* e *short-breaks*. Este fenómeno de viagens aéreas de baixo custo para Portugal terá ditado que Lisboa operasse transformações estruturais no comportamento da procura que tende, mais recentemente, e ao longo do ano, a revelar uma tendência mais achatada e de menor concentração nos meses estivais, de Julho a Setembro (Figura 20), tradicionalmente incluídos na época alta.

Figura 20: Distribuição mensal das dormidas em Lisboa: 1966 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE, (1966; 2012) / 1966: distrito de Lisboa; 2012: NUT II Lisboa

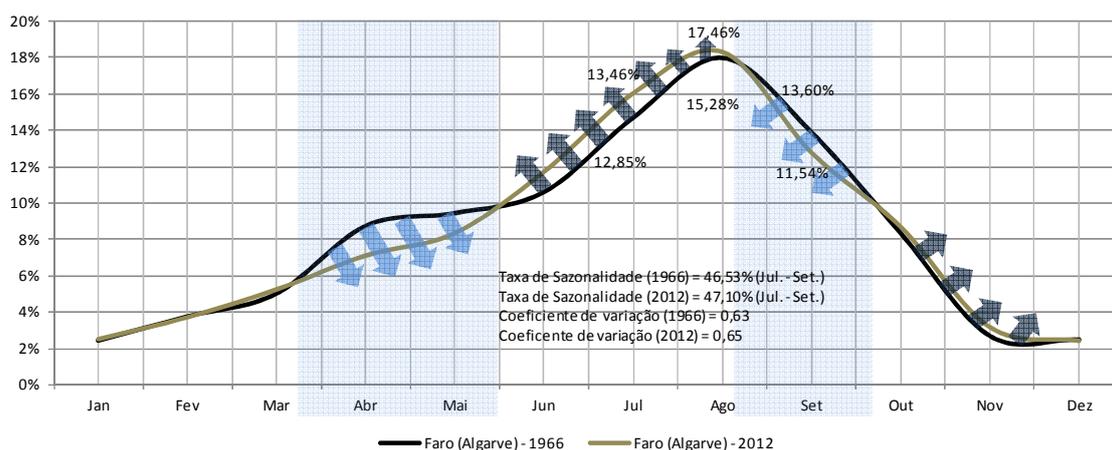
Por sua vez, o comportamento da procura nas extremidades ou abas da distribuição anual tende para um aumento da sua concentração, em linha com uma tendência de

³⁸ *short-haul*

harmonização da distribuição anual. Esta transformação é perceptível quando comparamos as taxas de sazonalidade entre 1966 e 2012, cujo diferencial corresponde a 3,04 pontos percentuais, demonstrando um decréscimo da concentração da procura entre Julho e Setembro em 2012, face a 1966.

Ao contrário do que foi a tendência do país, o Algarve acentuou a taxa de sazonalidade, com um incremento da procura nos meses estivais e aumentou o coeficiente de variação, o que indica que a distribuição da procura anual se tornou mais desigual entre 1966 e 2012 (Figura 21), apesar do forte investimento que esta região sofreu no segmento de golfe, sector que foi sendo assumido “(...) como uma das principais formas de inversão da sazonalidade (...)” (Correia e Martins, 2005: 87) nesta região.

Figura 21: Distribuição mensal das dormidas no Algarve: 1966-2012



Fonte: elaboração própria / INE, (1966; 2012) / 1966: distrito de Faro; 2012: NUT II Algarve

Desde 1966, aquando da construção do primeiro campo de golfe, que este sector tem vindo disseminar-se pela região, particularmente no litoral. Em cerca de 30 anos, foram construídos 28 campos de golfe³⁹, com um total de 468 buracos, o que corresponde a um investimento de cerca 195 milhões de euros (Correia e Martins, 2004). Apesar do esforço de correção deste desequilíbrio, os períodos de época média, entre Abril e Maio, veem reduzido o volume da procura. O golfe parece não ter conseguido responder adequadamente ao fenómeno da sazonalidade tendo em conta que os mercados emissores que dominam as operações continuam a ser o Reino Unido e a Alemanha, o que é considerado um ponto fraco pela Universidade do Algarve (2004).

³⁹ Valor arredondado. A fonte refere 27,5 campos.

Não obstante a coincidência de mercados emissores, o comportamento de consumo deste segmento apresenta características distintas da procura associada ao “sol e praia” e, como veremos mais adiante, há uma tendência para uma maior distribuição da procura destes dois mercados ao longo do ano. A associação do mercado emissor a um determinado perfil de consumo estacional e propensão para privilegiar o “sol e mar” parece claro também no pensamento e interpretação do Turismo do Algarve que refere a necessidade de direcionar a promoção turística “(...) para mercados emissores que aliviem o destino da sazonalidade fora da época de sol e mar, com enfoque no Canadá, na Escandinávia e na França (...)” (Turismo do Algarve⁴⁰, 2013: 2).

A associação do mercado emissor a um determinado perfil de consumo estacional que tende a valorizar o “sol e mar” revela, de novo, a influência dos operadores turísticos na consolidação de políticas de gestão do destino, não obstante do lado da organização regional se poder reconhecer hoje uma tentativa de alargamento do espectro de oferta turística do Algarve, patenteado na sua comunicação no âmbito das brochuras editadas, expondo novas dimensões do destino, designadamente a cultural⁴¹. Reconhece-se, assim, uma tentativa de fazer divergir o visitante de uma tendência recorrente de enaltecimento do “sol e mar” para focar em recursos alternativos que exprimem e contextualizam o valor e a diversidade do Algarve, apesar do *focus* geográfico se concentrar muito em torno da orla costeira.

A modificação do comportamento da procura patenteada remete ainda para um fenómeno de emancipação e afirmação regional que radica também na asserção das condicionantes e características naturais das regiões em domínios distintivos como acontece com a região vinhateira do Douro ou a Serra da Estrela, destino de montanha e de invernos (neve). A procura (turistas e operadores), que apresenta um pendor transmutável e de motivações convertíveis, está a ditar alterações nas dinâmicas de estruturação da oferta, demandando novas geografias e calendários com implicações num efeito mais distributivo da procura ao longo do ano.

A distribuição da procura evoluiu num sentido mais harmónico e estável absorvendo as alterações históricas dos ciclos laborais e os modelos de produção, que responderam ao

⁴⁰ Memorando Turístico do Algarve – Propostas para uma Região Sustentável

⁴¹ Brochura “Taste the Difference – Culture”, Associação de Turismo do Algarve, 2013

movimento do terciário, encurtando os períodos de férias e redistribuindo-os ao longo do ano, o que se traduz numa redução da expressão da sazonalidade.

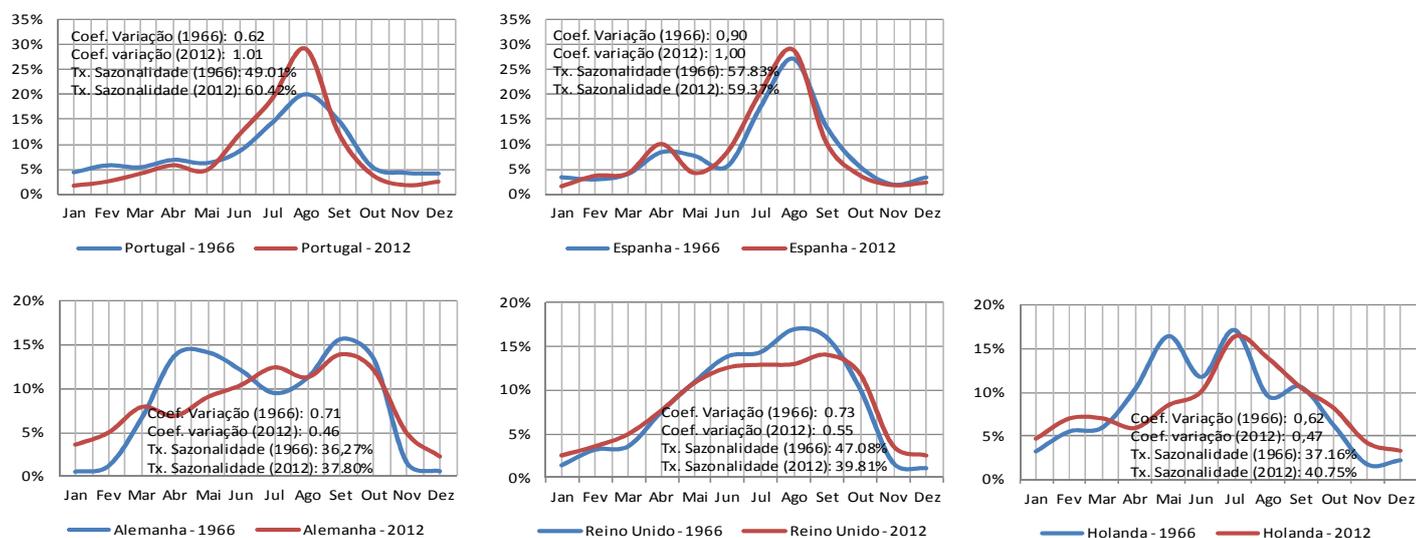
Será relevante destacar que o ajustamento da oferta relativamente às alterações que a sociedade vem introduzindo, reposicionando regiões/destino, não acontece de forma imediata e súbita. A “(...) excessiva concentração da atividade turística regional no binómio «Sol e Praia»” (Guerreiro, J. et al., 2007: 43), em resposta a uma prática turística intensiva, a par de uma propensão de crescimento moderado ou mesmo estagnação da procura, poderá ditar a desvalorização do destino, tendência com possibilidade de agravamento num cenário turístico mundial que tem vindo a adicionar novos mercados concorrentes no mesmo segmento de produto (sol e mar).

As alterações sociais em curso e a persistência na concentração excessiva no binómio «sol e mar» poderão pronunciar a perda de competitividade do Algarve, cuja depreciação dos preços origina efeitos negativos nos resultados de exploração, que induzem mecanismos de degradação do imobilizado e uma perda do valor acrescentado da atividade. A desvalorização do destino constitui, certamente, a consequência do desequilíbrio entre a oferta e a procura que outorgou o poder negocial ao operador turístico que friamente pressiona no sentido da redução dos preços e, com frequência, impele o produtor, em fase pós-negocial, a rever os contratos no sentido de incorporar ofertas especiais e promoções numa fase mais avançada da época (Buhalis, 1999).

Uma leitura do comportamento mensal da procura por mercados revela-nos uma realidade que contraria um certo pessimismo relativamente ao Reino Unido e à Alemanha, que tendem, por inerência do controlo histórico das operações turísticas no Algarve, a estarem associados a um efeito de massificação e de aprofundamento da concentração da procura do fenómeno turístico. Pois bem, se compararmos o comportamento da procura nos principais mercados (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha e Holanda, entre 1966 e 2012, constatamos que são justamente os mercados externos que apresentam uma redução do coeficiente de variação das séries mensais de, respetivamente, 18, 30 e 15 pontos percentuais.

Também se reveste de particular interesse o fenómeno de redução da taxa de sazonalidade do mercado do Reino Unido⁴² entre estes dois anos, diferencial que se cifra em 7,27 pontos percentuais. Por conseguinte, o que sobressai, é uma tendência para estes dois mercados ocuparem o Algarve de forma mais homogénea quando comparados com o mercado nacional, o segundo gerador de dormidas, que apresentou um aumento do coeficiente de variação das séries mensais entre 1966 e 2012 e um incremento da taxa de sazonalidade em 11,41 pontos percentuais. O nível de concentração da procura alcançou em 2012, entre os meses de Julho e Setembro, 60% do total anual (Figura 22), tal como sucedeu com o mercado espanhol que concentrou também nestes três meses 59% do total da procura. As diferenças de aglomeração da procura entre o Reino Unido, a Alemanha, a Holanda e Portugal são drásticas quando contrapostas as taxas de sazonalidade, cujos diferenciais para Portugal se situam entre os 20,61 e os 19,67 pontos percentuais.

Figura 22: Distribuição mensal das dormidas no Algarve por mercado emissor: 1966 e 2012



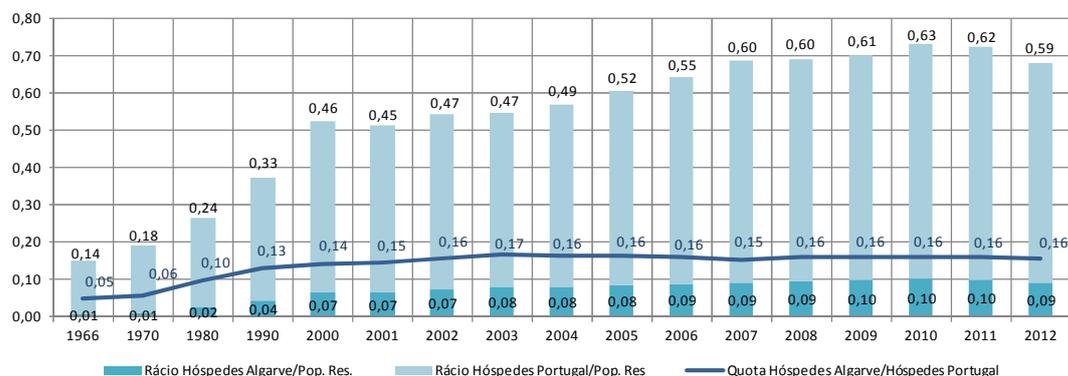
Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012) / 1966: distrito de Faro; 2012: NUT II Algarve

Estão em evidência, de um modo explícito, ciclos de consumo distintos associados a movimentos migratórios divergentes e com tendências motivacionais variadas. Assiste-se a um fenómeno interno (procura doméstica) que aflui ao Algarve de forma concentrada, o que poderá estar associado a uma motivação nuclear assente no “sol e

⁴² O principal mercado em termos absolutos do Algarve, responsável por gerar, em 2012, 4.537.976 dormidas, o que representou cerca de 32% do mercado.

mar” bem como um posicionamento distinto da procura interna relativamente ao Algarve. O segmento da procura domiciliado em Portugal não terá tido uma presença tão expressiva no momento da expansão do turismo nesta região por motivos de natureza económica que constituía um fator de inércia e, aparentemente, no consumo turístico algarvio de uma forma generalizada. Ainda assim, este segmento reconhece no território fatores naturais específicos que acabam por influenciar a concentração do fenómeno turístico. Observando a evolução do rácio do número de hóspedes no Algarve com domicílio em Portugal sobre o total da população residente no país (Figura 23) verifica-se que, de uma forma genérica, a fatia da população portuguesa que tem passado férias no Algarve é relativamente parca, tendo em conta que até 2012 não ultrapassou 10% (2009, 2010 e 2011), regressando aos 9% nesse ano, quando o número total de hóspedes com residência em Portugal registado em 2012 correspondia a cerca de 59% da população portuguesa.

Figura 23: Rácio $HEH^{43}_{Algarve}/PR^{44}_{Algarve}$; $HEH_{Portugal}/PR_{Portugal}$; e $HEH_{Algarve}/HEH_{Portugal}$: 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Até 1990, a percentagem de hóspedes domésticos no Algarve não ultrapassava 4% da população residente. Estes rácios estão em linha com a evolução do peso relativo no agregado nacional do número de hóspedes no Algarve, domiciliados em Portugal, que, em 1966 não representava mais do que 5% e que cresce até 2003, atingindo 17%. A quota relativa ao agregado nacional estabiliza no ano seguinte e mantém-se até 2012 na ordem dos 16%.

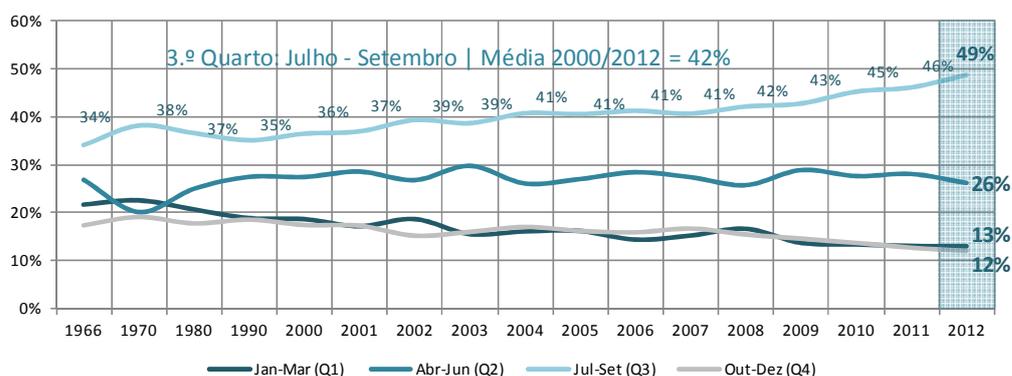
⁴³ Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros residentes em Portugal

⁴⁴ População residente

Importa assinalar o forte crescimento da procura turística no cômputo nacional, expresso aqui no número de hóspedes residentes em Portugal, particularmente durante os anos 1980 e 1990, comportamento que é concordante com o forte crescimento da economia nacional (Produto Interno Bruto), de cerca de 4,6% ao ano durante os primeiros cinco anos de pós-adesão às Comunidades Europeias (Mateus, 1992). Em boa verdade, o crescimento da procura turística doméstica é acelerado entre 1980 e 2000, possivelmente coincidindo com o ajustamento económico de crescimento e concomitante aumento do consumo nacional a um ritmo superior ao do produto. O ano de 2012 revela já uma descida de 3 pontos percentuais da percentagem de hóspedes residentes em Portugal no total da população.

Fica bem patente a reduzida magnitude do impacto da procura doméstica no Algarve e o potencial que reserva, não obstante o nível de concentração em torno da terceira época, entre Julho e Setembro, revelar sinais de gradual intensificação (Figura 24), aproximando-se de 50%, o que torna mais difícil um melhor aproveitamento económico do destino a partir do mercado doméstico.

Figura 24: Evolução do rácio $HEH^{45}_{Algarve/PR_Portugal}$, decompostos em quatro épocas (Q1, Q2, Q3 e Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

No plano externo, particularmente no Reino Unido e na Alemanha, denota-se um comportamento da procura tendencialmente mais homogêneo que intercepta o destino em momentos diferentes do período de maior intensidade turística no Algarve e, por

⁴⁵ Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros residentes em Portugal

essa razão, indiciando maior propensão para interagir com múltiplas camadas e dimensões do destino, designadamente o golfe.

Também, o maior achatamento da distribuição anual da procura originária do Reino Unido e da Alemanha durante o período estival (época alta) poderá estar relacionado com uma perda da quota de mercado dos principais países emissores, particularmente da Alemanha (Quadro 12), fruto da perda de competitividade do Algarve⁴⁶.

Quadro 12: Evolução da quota de mercado dos principais países emissores para o Algarve (%): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000 – 2012

Algarve	Portugal	Reino Unido	Alemanha	Espanha	Holanda	França
1966	31,21%	27,55%	16,20%	0,90%	1,34%	8,67%
1970	17,29%	34,77%	15,72%	0,75%	1,97%	4,28%
1980	19,94%	27,24%	16,47%	1,96%	13,41%	1,71%
1990	16,57%	37,18%	13,60%	3,23%	10,76%	1,39%
2000	16,28%	34,42%	21,20%	1,68%	8,94%	0,88%
2012	24,56%	31,67%	9,55%	5,10%	9,99%	2,68%

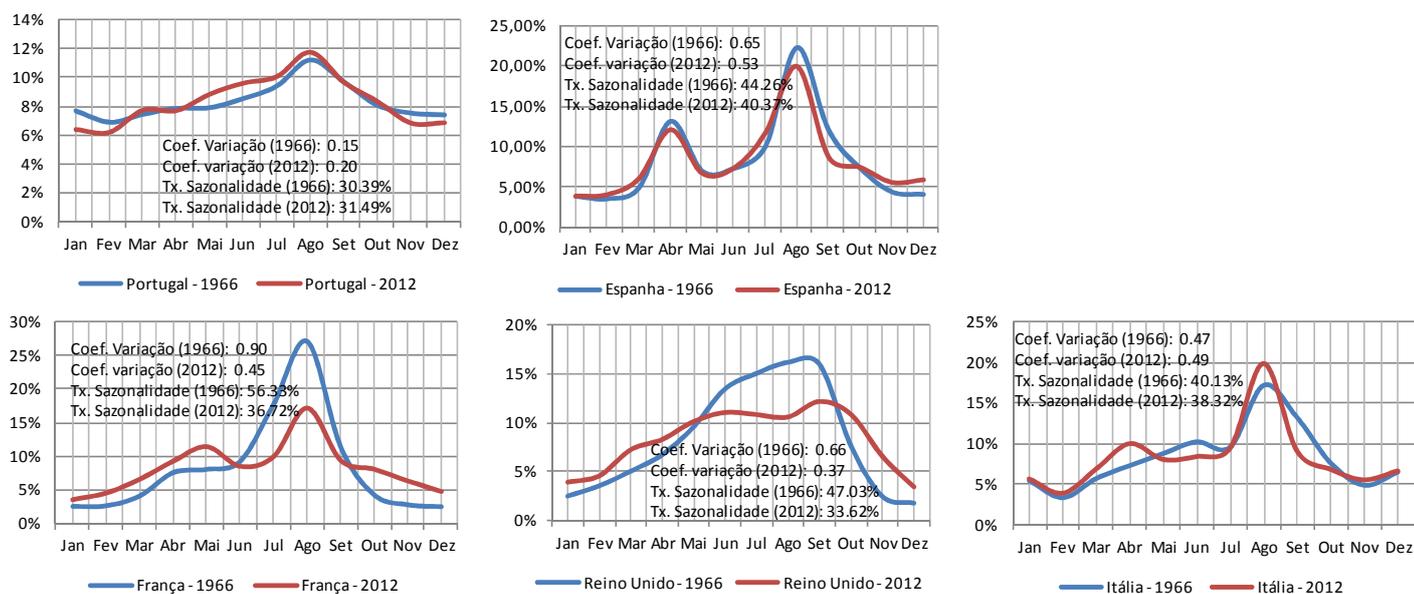
Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

As transformações observadas no contexto da procura revelam a complexidade presente na gestão dos destinos e os riscos associados à anuência política de medidas que originam o equívoco do falso desenvolvimento económico expresso em medidas concentracionistas do investimento turístico e aproveitamento de recursos, responsáveis por desencadear rotinas de dependência em relação aos mercados emissores.

Um olhar sobre Lisboa reconduz-nos para um cenário distinto, de maior dispersão da procura ao longo do ano visível na menor taxa de sazonalidade dos mercados emissores, que varia entre 31,49% dos residentes em Portugal e os 40,37% do mercado espanhol (Figura 25).

⁴⁶ Esta tendência pode ser ilustrada em acontecimentos recentes (em 2010), de cancelamento de operações de inverno pela TUI (Antunes, 2010) em resultado da emergência de novos destinos⁴⁶ que estão em concorrência direta, subsidiando as operações ou, em casos extremos, participando no capital social destas empresas, como acontece com o governo de Marrocos em relação à TUI. Também o nível de integração vertical de setores como o alojamento em determinados destinos permite estabelecer laços mais ou menos profundos e blindar relações comerciais, o que acontece com o destino espanhol e turco relativamente também ao operador TUI. Situação contrária acontece com o Algarve onde esta empresa efetiva a sua presença em duas unidades hoteleiras através de contratos de gestão e, por essa razão, estabelece uma relação de menor lealdade e fidelidade com o destino.

Figura 25: Distribuição mensal das dormidas em Lisboa por mercado emissor: 1966 e 2012



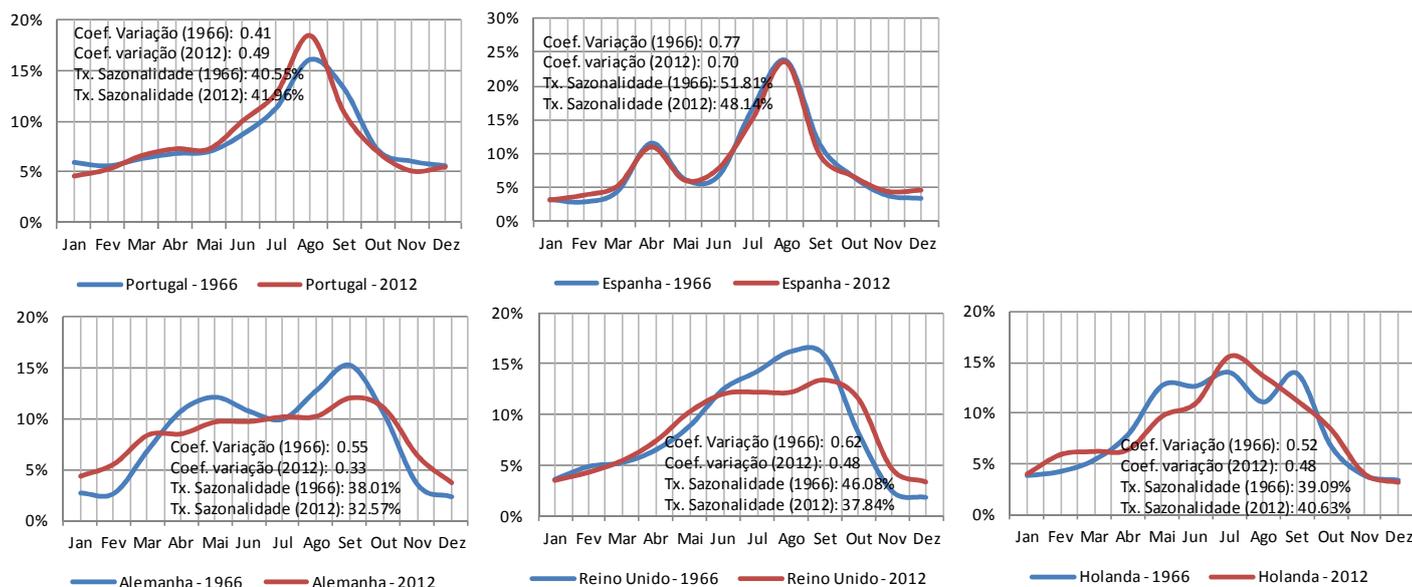
Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012) / 1966: distrito de Lisboa; 1990-2012: NUT II Lisboa

Também os coeficientes de variação das séries tendem para uma diminuição com a exceção dos mercados nacional e italiano, onde este indicador cresce entre 1966 e 2012, ainda que residualmente, 5 e 2 pontos percentuais, respetivamente. De resto, quando comparado o comportamento da procura interna no Algarve e em Lisboa são evidentes as características centrípetas do Algarve face ao país tendo em conta que no mês de Agosto, gera 5.969.066 de dormidas de residentes em Portugal por oposição a 779.461 dormidas em Lisboa. Fica evidente a magnitude do efeito estacional desta região, particularmente na procura interna.

Um olhar sobre o agregado nacional releva para compreender as tendências globais e genéricas da procura não só em termos de países emissores mas também do seu comportamento anual. Desse ponto de vista, confirma-se que o ranking de países emissores nacional é coincidente com o ranking do Algarve, atestando assim o peso desta região na definição de um perfil de procura externa, mas também na determinação de um comportamento sazonal. Fica bem patente nas duas séries de dormidas de residentes em Portugal um aumento da taxa de sazonalidade e um incremento do coeficiente de variação da série. Verifica-se também que, com a exceção dos residentes em Portugal, todos os restantes mercados emissores principais apresentaram uma diminuição do coeficiente de variação o que significa que os resultados mensais se

aproximaram da média anual em resultado da diminuição do desvio-padrão. Também é relevante notar que foram o Reino Unido e a Alemanha que registaram a maior diminuição da taxa de sazonalidade entre 1966 e 2012, de 8,24 e 5,44 pontos percentuais, respetivamente (Figura 26).

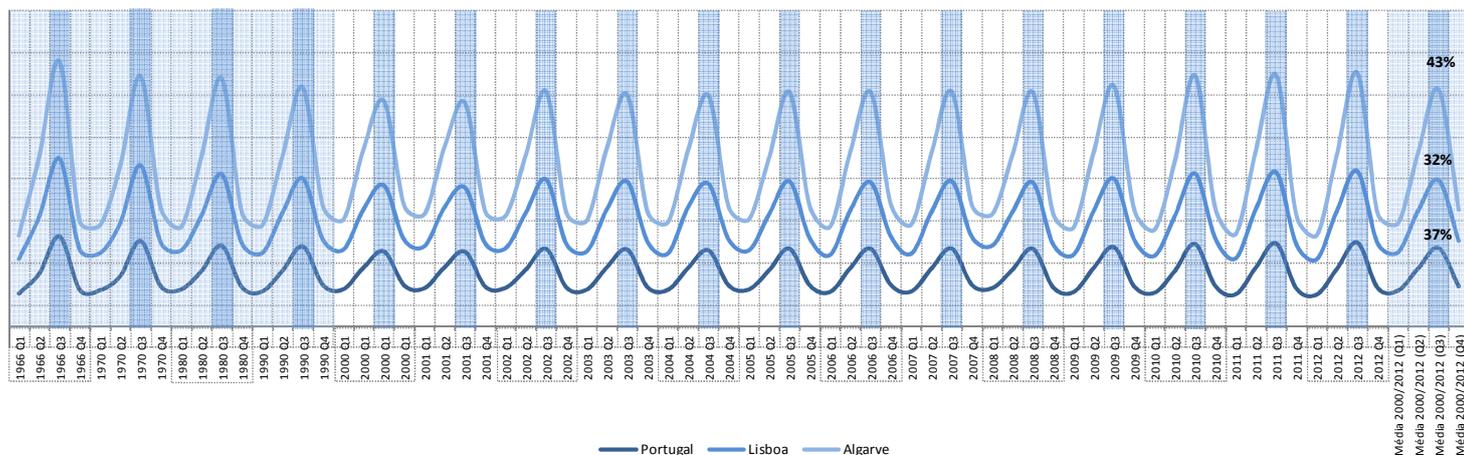
Figura 26: Distribuição mensal das dormidas em Portugal por mercado emissor: 1966 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012)

No sentido concluir a análise gráfica e visual do comportamento da sazonalidade nos três agregados, Portugal, Algarve e Lisboa, decompusemos os respetivos fluxos turísticos (dormidas em estabelecimentos hoteleiros) para 1966, 1970, 1980, 1990 e intervalo de anos 2000-2012 por trimestres. Podemos assim constatar que todos os trimestres das séries Q1 (janeiro, fevereiro e março), Q2 (Abril, Maio e Junho), Q3 (Julho, Agosto e Setembro) e Q4, diferem em termos de fluxos turísticos, destacando-se de um modo particularmente exuberante e sistemático o trimestre de Julho a Setembro (Q3), que traduz a relevância do verão no comportamento global das três unidades de território em destaque (Figura 27).

Figura 27: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, no Algarve e em Lisboa por épocas (Q1-Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000 – 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1986: distrito de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

Adicionalmente, a representação gráfica (Figura 28) dos fluxos turísticos (dormidas em estabelecimentos hoteleiros) por trimestre em 2012 de Portugal, Lisboa, Algarve e União Europeia (28 países) confirma, de novo, que é no terceiro trimestre (Q3) (composto pelos meses de Verão: Julho, Agosto e Setembro) que se concentra, em média, 39% das dormidas nas delimitações geográficas analisadas, constituindo o ponto de frequência da procura mais elevado ao longo do ano, isto é a época alta. Com efeito, o facto de Portugal, Lisboa e Algarve concentrarem no terceiro trimestre (Q3) uma parte relevante da procura, tal como o resto dos países da União Europeia (a 28), poderá dever-se a fatores similares, principalmente de natureza institucional. Contudo, fica bem patente a maior concentração da procura na região algarvia no terceiro trimestre (Q3), que se distancia cerca de 10 pontos percentuais do nível observado no mesmo ano relativamente ao agregado de países da União Europeia (28 países) mas também um diferencial negativo no primeiro (Q1) e último (Q4) trimestre com diferenças na ordem dos 6 e 5 pontos percentuais, respetivamente. Esta diferença indicará não só a importância latente de um destino periférico que é recetor de turistas internacionais de proveniência europeia e a elevada aptidão dos seus fatores naturais (clima, praias, etc.) para receber turistas durante o período de verão mas também os condicionalismos latentes numa política de excessiva especialização da geografia algarvia num único produto, o “sol e mar”.

Figura 28: Concentração das dormidas em estabelecimentos hoteleiros na União Europeia (28 países), Portugal, Algarve e Lisboa por épocas (trimestres Q1-Q4): 2012



Fonte: elaboração própria / INE (2012); Eurostat (2012) / NUT II Algarve e Lisboa

II.2.1.2.4. Análise da sazonalidade calculando o coeficiente de Gini

Tendo aduzido e esboçado anteriormente alguns fenómenos de concentração da procura a partir de representações gráficas das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 1966 e 2012, no Algarve⁴⁷, em Lisboa⁴⁸ e em Portugal⁴⁹, importa consolidar e clarificar o fenómeno da sazonalidade, agora calculando o coeficiente de *Gini*, um dos indicadores mais vulgarmente aplicados para medir e expressar desigualdades provocadas por perturbações temporárias. (Nadal, et al., 2004).

Breves notas metodológicas sobre a aplicação do coeficiente de Gini

O coeficiente de Gini é uma medida estatística de desigualdade (Black, 2002) e é derivada a partir da curva de Lorenz (Lundtorp, 2001, 30). A curva de Lorenz é uma representação gráfica de desigualdade, enquanto o coeficiente de Gini, que poderá variar entre 0 e 1, corresponde a uma medida para essa desigualdade. Quando a igualdade é total (ou seja, o mesmo número de dormidas em cada mês), o que corresponde a uma situação extrema de um coeficiente de Gini igual a 1, a curva de Lorenz corresponde a uma linha reta (isto é, representa uma linha de igualdade de 45°), tornando-se mais curva à medida que a desigualdade aumenta (Black, 2002).

Mais em concreto, no caso em que aplicaremos, a curva de Lorenz ilustra as frequências acumuladas ordenadas a partir do mês de menor frequência (esquerda do gráfico, a que

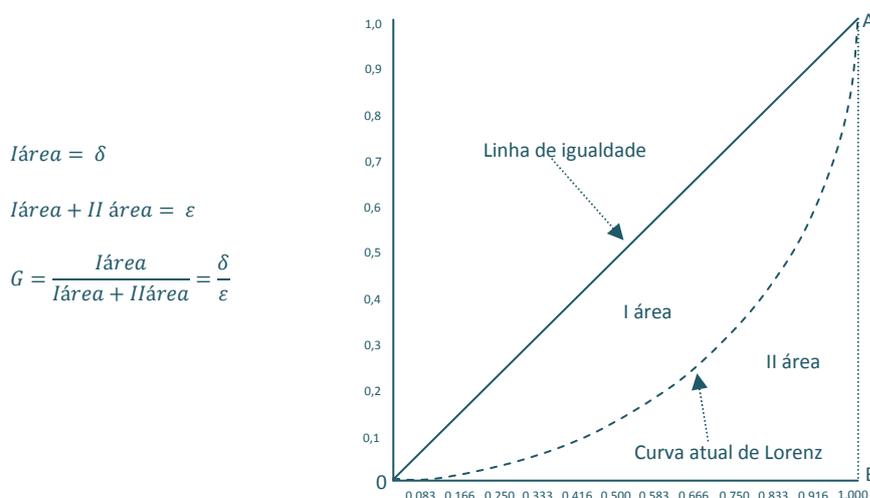
⁴⁷ Unidade de território que traduz e personifica a manifestação mais evidente e marcada do turismo de massas.

⁴⁸ Unidade de território que exprime uma dimensão cultural do fenómeno turístico.

⁴⁹ O agregado nacional funde as cambiantes traduzidas pelo Algarve e por Lisboa.

corresponde um mês de inverno) até ao mês de maior frequência (lado direito da curva, a que correspondem os meses de verão). Com o mesmo número de visitantes em cada mês, a curva de Lorenz seria uma linha reta, denominada linha de igualdade. Quanto mais desigual for a distribuição sazonal das dormidas nas séries mensais, maior será a área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade. O coeficiente de Gini corresponde, justamente, à área entre a curva e a linha de igualdade de inclinação de 45°, dividida por toda a área abaixo da linha de igualdade (Lundtorp, 2001, 30) (Figura 29).

Figura 29: O coeficiente de Gini



Fonte: elaboração própria

Segundo Bigović (2011), para descrever e analisar a sazonalidade no turismo deverão ser tidos em consideração dois elementos: a força e o dinamismo da concentração sazonal. Com efeito, o primeiro objetivo da análise do coeficiente de *Gini* visa, justamente, revelar o quão forte é a pressão sazonal no turismo nas três unidades geográficas e respetivos mercados (ou seja, se é forte ou fraco). O segundo e terceiro objetivos do cálculo e análise deste coeficiente consistem em revelar a dinâmica da sazonalidade ao longo do tempo, isto é, clarificar se é constante ou não, e patentear a sua tendência. Os resultados do cálculo do coeficiente de *Gini*, nas diferentes séries de dados, permitirão aprofundar e clarificar as principais características da concentração sazonal do turismo em Portugal por mercados e contrapor esta realidade macro às fisionomias da procura que ressaltam das unidades geográficas do Algarve e Lisboa.

Apesar de não existir um "limite crítico" teórico que sugira uma clara diferença entre a sazonalidade forte e não-forte no turismo (Bigović, 2011), tomaremos como limiar que

separa um nível de sazonalidade considerado fraco de um nível considerado elevado um coeficiente de 0,5 (Bigović, 2012). Releva ainda para a análise e compreensão da sazonalidade a confirmação se as séries de dados são ou não constantes, a partir da observação gráfica da evolução do coeficiente.

A principal variável aplicada neste cálculo é o número de dormidas de base mensal para os anos de 1966, 1970, 1980, 1990 e período 2000-2012, que retratam momentos distintos do fenómeno turístico em Portugal. Os cálculos são baseados na equação padrão para o cálculo do coeficiente de Gini, a partir de uma base anual (Eq. 1).

$$\text{Eq.1: } G = 2/n \sum_{i=1}^n (x_i - y_i) = 2/n[(x_1 - y_1) + (x_2 - y_2) + \dots + (x_n - y_n)] = 2/n[\sum_{i=1}^n x_i - \sum_{i=1}^n y_i]$$

Onde

n = número de meses;

x_i = categorias de meses (1/12, 2/12, ..., 12/12);

y_i = frequência relativa acumulada de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por categoria e ordem crescente.

Para obter o coeficiente de Gini são calculadas as frações mensais (frequência absoluta) de um ano (x_i) que serão aplicadas nos restantes cálculos, tendo em conta a sua consistência ($\sum x_i = 6,5$). As Quadros 10, 12 e 14 apresentam a frequência relativa acumulada das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ao longo de cada ano por ordem ascendente (y_i) e a diferença entre a fração mensal e a frequência relativa acumulada das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ($\sum x_i - \sum y_i$). Os valores calculados para o coeficiente de Gini para os períodos de amostragem são apresentados na Quadro 13.

Resultados do cálculo do coeficiente de Gini

Os dados revelam, genericamente e para os períodos em análise, um coeficiente muito abaixo do limiar definido (0.5) como representativo da elevada sazonalidade da série. Verifica-se também que os coeficientes mais fortes são atingidos, justamente, no primeiro ano de análise, em 1966 (0,244) e nos dois últimos anos, em 2011 (0,235) e 2012 (0,237). Em média, os anos analisados apresentam um coeficiente de Gini de 0,205 (série de anos que é interpolada) e 0,202 para o período 2000-2012 (13 anos).

Tendo em conta que a variabilidade em torno destas duas médias é de 0,02, muito próximo de zero, significa que os valores estão muito próximos, podendo concluir-se que a sazonalidade das dormidas para os períodos em análise tem-se mantido relativamente constante. Podemos também concluir que apesar da distribuição da procura anual revelar uma concentração em torno do terceiro trimestre, estes meses não revelam força e magnitude suficiente para marcar uma desigualdade profunda nas séries mensais ao longo dos anos analisados.

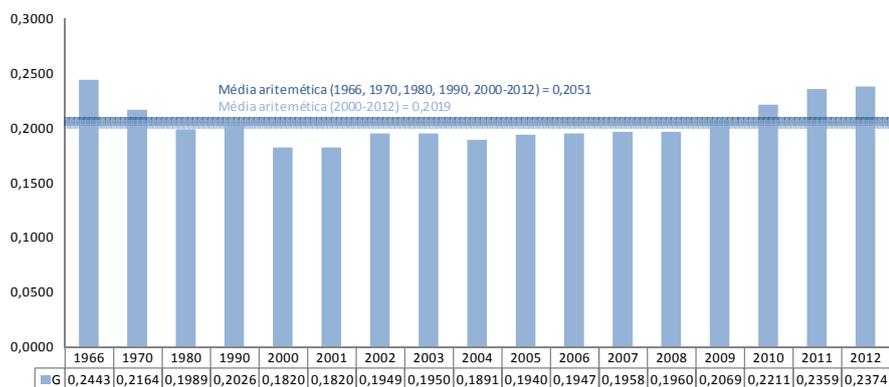
Quadro 13: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

	Dormidas	Yi	$\Sigma xi - \Sigma yi$	G
1966	6699142	5,0340	1,4660	0,2443
1970	8290411	5,2014	1,2986	0,2164
1980	16633822	5,3063	1,1937	0,1989
1990	23813534	5,2841	1,2159	0,2026
2000	33795123	5,4078	1,0922	0,1820
2001	33562591	5,4078	1,0922	0,1820
2002	34208968	5,3308	1,1692	0,1949
2003	33875471	5,3300	1,1700	0,1950
2004	34140581	5,3652	1,1348	0,1891
2005	35520600	5,3360	1,1640	0,1940
2006	37566500	5,3315	1,1685	0,1947
2007	39736583	5,3251	1,1749	0,1958
2008	39227938	5,3237	1,1763	0,1960
2009	36457069	5,2588	1,2412	0,2069
2010	37391291	5,1733	1,3267	0,2211
2011	39440287	5,0845	1,4155	0,2359
2012	39681040	5,0753	1,4247	0,2374
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)				0,2051
Média aritmética (2000-2012)				0,2019

Fonte: elaboração própria / INE (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)

A Figura 30 mostra visualmente os valores dos coeficientes de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, confirmando a relativa estabilidade de todos os valores calculados. Pode observar-se que os resultados representados graficamente estão próximos de um nível constante, revelando variações insignificantes em relação à média ($s = 0,02$), o que reforça a ideia de que a sazonalidade em Portugal para o período analisado se tem revelado estável.

Figura 30: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2001



Fonte: elaboração própria / INE (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)

Procedendo a uma análise mais fina do coeficiente de Gini a partir de uma observação da procura desagregada por país de residência habitual (Quadro 14), podemos reconhecer que o mercado domiciliado em Portugal⁵⁰ apresenta um indicador em linha com a média agregada do país e o mercado que exibe séries mensais da procura menos díspares, tal como a Alemanha⁵¹, ambos com um coeficiente de 0,20 para o período em análise. Em linha com o comportamento da procura nacional, também o Reino Unido tem revelado níveis de igualdade e estabilidade nas suas séries mensais, com um coeficiente de 0,22 que demonstra, aparentemente, a ausência de uma sazonalidade significativa. Revelam comportamentos de consumo mais desiguais ao longo do mesmo período os residentes em Espanha e França ($G = 0,33$, respetivamente), que mostram maior sazonalidade, não obstante os coeficientes se encontrarem aquém do indicador que sinaliza a existência de sazonalidade forte no destino. De um modo geral observa-se que desde 2007 que se tem verificado um crescimento ténue mas gradual do coeficiente de Gini em Portugal, indicando um aumento da desigualdade das séries mensais.

⁵⁰ Mercado cuja importância em termos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal corresponde, em média para os anos 1970, 1980, 1990, 2000 e 2012, cerca de 36%.

⁵¹ Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)

Quadro 14: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

		Portugal	Alemanha	Espanha	França	Holanda	Reino Unido
Portugal	1966	0,20	0,29	0,38	0,51	0,28	0,34
	1970	0,20	0,39	0,41	0,65	0,48	0,38
	1980	0,16	0,29	0,35	0,30	0,30	0,20
	1990	0,18	0,26	0,37	0,28	0,25	0,18
	2000	0,17	0,19	0,28	0,26	0,21	0,18
	2001	0,18	0,19	0,26	0,26	0,22	0,17
	2002	0,19	0,18	0,30	0,28	0,25	0,18
	2003	0,20	0,16	0,32	0,30	0,24	0,17
	2004	0,20	0,17	0,31	0,28	0,20	0,17
	2005	0,20	0,17	0,32	0,29	0,21	0,18
	2006	0,20	0,15	0,34	0,28	0,22	0,19
	2007	0,19	0,14	0,33	0,29	0,23	0,20
	2008	0,19	0,14	0,31	0,30	0,23	0,19
	2009	0,21	0,15	0,31	0,30	0,22	0,20
	2010	0,22	0,17	0,31	0,32	0,23	0,23
2011	0,23	0,16	0,34	0,33	0,26	0,25	
2012	0,24	0,18	0,34	0,33	0,26	0,25	
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)		0,20	0,20	0,33	0,33	0,25	0,22
Média aritmética (2000/2012)		0,20	0,26	0,33	0,36	0,28	0,23

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012)

Tendo analisado a sazonalidade turística em Portugal e radiografado a cadência dos fluxos turísticos que têm vindo a ocorrer de forma sistemática nas séries mensais das dormidas de 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012, e pormenorizado esta análise com um olhar sobre os mercados que apresentam uma expressão mais relevante, verificou-se que, na generalidade, a concentração de procura durante o terceiro trimestre do ano (Julho a Setembro) não revela ter força suficiente para alterar significativamente o coeficiente de Gini. Importa, por essa razão, aprofundar esta análise a uma escala mais fina e regional procurando intercepar nas duas manchas territoriais, que apresentam especificidades endógenas distintas, Algarve e Lisboa, designadamente ao nível dos seus fatores naturais e culturais que podem ser causadores de desequilíbrios temporários nos fluxos turísticos, realidades ou tendências vinculadas a modelos de gestão turística diversos.

Examinando o comportamento das dormidas no Algarve, podemos observar que a média do coeficiente de Gini para o período em análise é mais elevado do que o observado em relação ao agregado nacional em mais 0,1, o que revela um comportamento mais concentrado e desigual da procura ao longo das séries mensais analisadas. O indicador médio permanece abaixo do limiar que se considera definir como cenário de sazonalidade forte. Constata-se ainda que este coeficiente tem vindo a aumentar desde 2004⁵², o que revela uma tendência de incremento da sazonalidade no Algarve que, em 2012, apresenta um coeficiente de 0,35 (Quadro 15).

⁵² Com a exceção de 2007, ano em que se verifica uma ligeira descida.

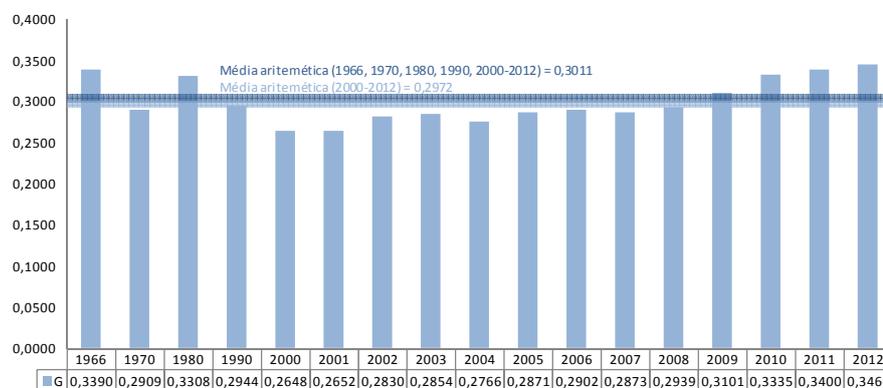
Quadro 15: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

	Dormidas	Yi	$\Sigma xi - \Sigma yi$	G
1966	617105	4,4658	2,0342	0,3390
1970	1383567	4,7547	1,7453	0,2909
1980	5271151	4,5151	1,9849	0,3308
1990	9662851	4,7335	1,7665	0,2944
2000	14571472	4,9113	1,5887	0,2648
2001	13900192	4,9088	1,5912	0,2652
2002	14294303	4,8020	1,6980	0,2830
2003	14037579	4,7877	1,7123	0,2854
2004	13252873	4,8403	1,6597	0,2766
2005	13814100	4,7774	1,7226	0,2871
2006	14163600	4,7587	1,7413	0,2902
2007	14704384	4,7761	1,7239	0,2873
2008	14265164	4,7364	1,7636	0,2939
2009	12927603	4,6392	1,8608	0,3101
2010	13247450	4,4993	2,0007	0,3335
2011	13979866	4,4601	2,0399	0,3400
2012	14326774	4,4238	2,0762	0,3460
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)				0,3011
Média aritmética (2000-2012)				0,2972

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Todavia, quando examinada a evolução do coeficiente de Gini para o período em análise, tal como observado em relação ao agregado nacional, reconhece-se a relativa estabilidade de todos os valores calculados. Pode novamente observar-se que os resultados representados graficamente estão próximos de um nível constante, mostrando variações insignificantes em relação à média ($s = 0,03$). Esta inferência não pressupõe a inexistência de sazonalidade que se apresenta num nível superior ao agregado nacional e com tendência para aumentar.

Figura 31: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Calculando o coeficiente de Gini para as séries mensais de cada país de residência habitual (Quadro 16), observa-se que são os residentes em França que revelam o indicador mais elevado ($G = 0,46$), atingindo um valor próximo de 0,5. Este nível do coeficiente demonstra um perfil da procura mais sazonal, patente na desigualdade das séries mensais que para o ano de 1966 obteve um coeficiente de 0,60. As razões que justificarão este comportamento poderão estar associadas a uma certa inércia relativamente ao destino algarvio em meses de época baixa e média. Este comportamento decorrerá, possivelmente, do não reconhecimento de uma dimensão cultural relevante no código genético da região⁵³, potencialmente geradora de práticas turísticas mais estáveis e homogéneas ao longo do ano.

Quadro 16: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Holanda	Reino Unido
Algarve	1966	0,30	0,38	0,43	0,60	0,39
	1970	0,34	0,43	0,34	0,55	0,36
	1980	0,35	0,44	0,41	0,56	0,33
	1990	0,36	0,37	0,52	0,44	0,23
	2000	0,34	0,26	0,37	0,39	0,20
	2001	0,34	0,26	0,40	0,40	0,22
	2002	0,37	0,24	0,42	0,44	0,25
	2003	0,38	0,24	0,42	0,43	0,24
	2004	0,39	0,24	0,44	0,39	0,19
	2005	0,39	0,24	0,41	0,43	0,20
	2006	0,41	0,22	0,46	0,43	0,22
	2007	0,39	0,20	0,43	0,43	0,22
	2008	0,40	0,20	0,41	0,44	0,22
	2009	0,43	0,21	0,41	0,44	0,20
	2010	0,45	0,24	0,43	0,46	0,21
2011	0,47	0,24	0,47	0,46	0,24	
2012	0,48	0,25	0,47	0,47	0,25	
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)	0,39	0,27	0,43	0,46	0,24	0,25
Média aritmética (2000/2012)	0,40	0,23	0,43	0,43	0,22	0,24

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Também o mercado espanhol e doméstico revelam resultados do coeficiente de Gini para o período de 2000-2012 acima da média da procura da região algarvia, de 0,43 e 0,40, respetivamente. O comportamento da procura proveniente destes dois mercados parece ser influenciado pelos fatores naturais do destino e não reconhecer outras dimensões, designadamente a cultural, que permitiram distribuir as dormidas de uma forma mais equilibrada ao longo do ano.

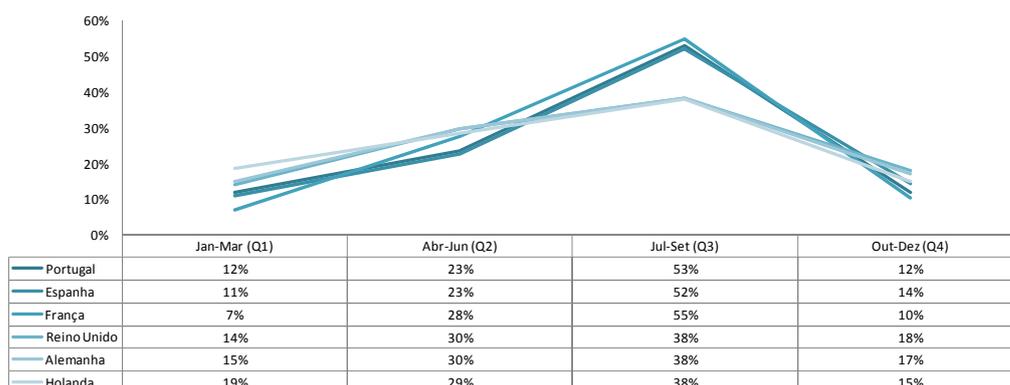
A procura domiciliada em Portugal evidencia uma tendência de aumento do coeficiente, expressa na média das variações deste indicador para o período 2007-2012, de 4,3%, o

⁵³ A ausência de marcadores (Urry, 1990) de indicação deliberada⁵³ das qualidades intrínsecas associadas ao sítio, a par de uma certa amnésia clínica (Ashworth e Tunbridge, 2000), ditarão este fenómeno de polarização motivacional em torno de fatores naturais essenciais à prática balnear.

que correspondeu a um aumento no coeficiente de Gini de 0,1. Esta alteração poderá indiciar uma tendência para especializar as suas experiências turísticas em função dos atributos mais expressivos de cada região no plano interno.

Os mercados externos mais relevantes para o Algarve, o Reino Unido e a Alemanha, demonstram um comportamento antagónico, patenteando um coeficiente de Gini mais baixo do que a média da região, expondo um nível de sazonalidade pouco expressivo apesar de se verificar, em ambos os mercados, também uma tendência de aumento do coeficiente desde 2007 (até 2012), expressa numa média de variações do indicador de, respetivamente, 4% e 5,5% ao ano. O comportamento mais estável destes dois segmentos poderá estar a ser influenciado pela oferta do produto golfe no Algarve.

Figura 32: Concentração das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve por país de residência habitual e épocas (trimestres Q1-Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Faro; 1990-2012: NUT II Algarve

Lisboa patenteia justamente uma situação divergente à do Algarve, revelando um coeficiente de Gini cuja média aritmética para o período em análise se cifra em 0,149 (Quadro 17), abaixo do valor calculado para Portugal, o que demonstra uma sazonalidade muito ténue ou quase inexistente. Tendo em conta que esta região constitui o segundo destino turístico mais importante em Portugal, concentrando cerca de 24% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 2012, demonstra revelar uma certa imunidade aos principais fatores geradores de sazonalidade (naturais, institucionais ou outros), o que poderá estar vinculado à sua natureza endógena que assenta essencialmente numa base cultural que é perene, não suscetível a alterações ou modificações que possam influenciar o comportamento da procura turística e com um carácter não duplicável (Cluzeau, 1998). Também não está tão exposta a fatores

exógenos, designadamente no domínio da distribuição como ocorre no Algarve ou fatores naturais que concorram com os destinos de proximidade e que contribuam para definir uma desigualdade no comportamento da procura ao longo das séries mensais observadas.

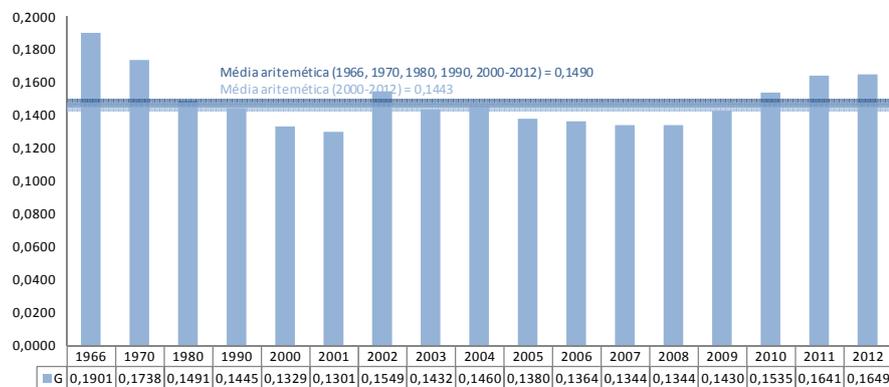
Quadro 17: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

	Dormidas	Yi	$\Sigma xi - \Sigma yi$	G
1966	2871537	5,3596	1,1404	0,1901
1970	3275478	5,4573	1,0427	0,1738
1980	4319271	5,6051	0,8949	0,1491
1990	5798170	5,6328	0,8672	0,1445
2000	7823695	5,7027	0,7973	0,1329
2001	7607579	5,7195	0,7805	0,1301
2002	7548167	5,5706	0,9294	0,1549
2003	6424706	5,6410	0,8590	0,1432
2004	6994783	5,6242	0,8758	0,1460
2005	6038000	5,6719	0,8281	0,1380
2006	8162700	5,6819	0,8181	0,1364
2007	8679040	5,6936	0,8064	0,1344
2008	8410405	5,6939	0,8061	0,1344
2009	7905937	5,6419	0,8581	0,1430
2010	8620423	5,5789	0,9211	0,1535
2011	9027432	5,5152	0,9848	0,1641
2012	9439853	5,5106	0,9894	0,1649
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)				0,1490
Média aritmética (2000-2012)				0,1443

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Lisboa; 1990-2012: NUT II Lisboa

A expressão gráfica (Figura 33) da evolução do coeficiente de Gini para Lisboa durante o período em análise parece também demonstrar um comportamento relativamente constante, revelando variações insignificantes em relação à média⁵⁴, o que por sua vez implica que a concentração sazonal de Lisboa é constante.

Figura 33: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Lisboa; 1990-2012: NUT II Lisboa

⁵⁴ [s = 0,02; (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)]; [s = 0,01; (2000-2012)]

Da observação do coeficiente de Gini por país de residência habitual é saliente o reduzido nível de desigualdade nas séries de dormidas mensais analisadas para a procura domiciliada em Portugal que, em média para o período em análise, representa 0,07 (Quadro 18). Este indicador exprime uma sazonalidade quase negligenciável, embora se verifique uma tendência de crescimento deste coeficiente desde 2008, quando atingiu o seu nível mais baixo ($G = 0,01$). A caracterização da sazonalidade da procura interna em Lisboa, que evidencia a sua quase inexpressividade, deverá ser enquadrada pelo gradual do coeficiente de Gini, de 0,05 entre 1980 e 2012, o que poderá refletir alterações de ordem institucional responsáveis por marcar e definir um determinado padrão de fluxos turísticos mais concentrado por via da quase total eliminação do consumo nos primeiro e quarto trimestre.

Acresce ainda a particularidade dos mercados emissores apresentarem coeficientes acima da média calculada para o período em análise mas, ainda assim, exibindo níveis que poderão considerar-se baixos e que exprimem uma fraca sazonalidade.

Quadro 18: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Holanda	Reino Unido	
Lisboa	1966	0,07	0,28	0,32	0,43	0,27	0,36
	1970	0,09	0,26	0,30	0,37	0,29	0,32
	1980	0,06	0,24	0,31	0,28	0,35	0,26
	1990	0,05	0,23	0,28	0,22	0,32	0,14
	2000	0,06	0,21	0,26	0,20	0,26	0,17
	2001	0,06	0,23	0,22	0,19	0,27	0,16
	2002	0,08	0,24	0,26	0,25	0,29	0,18
	2003	0,05	0,20	0,29	0,23	0,28	0,19
	2004	0,06	0,21	0,28	0,20	0,26	0,28
	2005	0,06	0,20	0,28	0,18	0,25	0,17
	2006	0,06	0,21	0,28	0,19	0,24	0,15
	2007	0,07	0,17	0,26	0,18	0,24	0,16
	2008	0,01	0,19	0,25	0,19	0,23	0,17
	2009	0,07	0,19	0,26	0,21	0,24	0,20
	2010	0,09	0,17	0,26	0,21	0,27	0,22
	2011	0,10	0,20	0,28	0,21	0,29	0,20
2012	0,11	0,21	0,26	0,23	0,26	0,20	
Média aritmética (1966, 1970, 1980, 1990, 2000-2012)	0,07	0,21	0,27	0,23	0,27	0,21	
Média aritmética (2000/2012)	0,07	0,20	0,26	0,21	0,26	0,19	

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Lisboa; 1990-2012: NUT II Lisboa

Quadro 19: Evolução do peso relativo das dormidas de residentes em Portugal e do coeficiente de Gini em Lisboa: 1980, 1990, 2000 e 2012

	1980	1990	2000	2012
% residentes em Portugal	45,8%	31,7%	30,8%	28,3%
G	0,06	0,05	0,06	0,11

Fonte: elaboração própria / INE (1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012) / 1966-1980: distrito de Lisboa; 1990-2012: NUT II Lisboa

Tendo em conta a elevada concentração geográfica do fenómeno turístico português em torno do Algarve e a origem limitada de mercados que convergem para o território, seria expectável um desequilíbrio ou perturbação visível nas séries mensais da procura turística, como é habitual em destinos periféricos em zonas balneares (Buhalis, 1999)

Este vaticínio não se confirmou tendo em conta que o coeficiente de Gini calculado nas diferentes séries mensais analisadas, foi sempre inferior a 0,5, o que contrariou a ideia de que a presença de fatores naturais condicionadores das práticas turísticas e o freio institucional que tem vindo a afirmar uma condição semi-periférica do país e uma espécie de cintura turística de soberanias do centro da Europa ditas desenvolvidas, não revelaram ter um impacto significativo neste indicador. Poderemos mesmo concluir que os fatores natural e institucional poderão ter tido um efeito catalisador da redução da sazonalidade ao permitir o aproveitamento da região do Algarve também nos trimestres em que as condições climatéricas são menos favoráveis à prática balnear mas adequadas, por exemplo, para o golfe, designadamente nos segmentos motivados por esta prática, a saber: o Reino Unido e a Alemanha.

II.2.1.3. Síntese

A procura turística em Portugal revela duas facetas que estão relacionadas com a sua evolução e com a sazonalidade. A primeira é marcada pelo crescimento assinalável do fenómeno no Algarve, a partir de meados dos anos 1960 e até 1973, ano em que sofre o impacto da 1.^a crise petrolífera no mundo e ainda em 1974 com a Revolução que põe termo ao regime do Estado Novo. Segue-se um curto período de taxas de variação anual pronunciadas, designadamente, entre 1975 e 1976, ao qual se segue uma tendência de estabilização das taxas de variação. A partir de 1980 e até 2012 seguem-se alguns períodos de variação negativa coincidentes com ciclos económicos internacionais recessivos. A evolução da procura revela uma evolução de crescimento súbito e acelerado num curto espaço de tempo na franja algarvia seguido de uma desaceleração a partir da década de 1980 a que se segue a estagnação entre 2000 e 2012. Em termos de quota nacional do peso da procura turística em estabelecimentos hoteleiros, é em 1979, 14 anos após a construção do aeroporto de Faro, que o Algarve ultrapassa Lisboa em percentagem de dormidas no total nacional.

A análise da procura incide também sobre a problemática da sazonalidade tendo em conta o seu impacto mais agudo em destinos balneares periféricos (Buhalis, 1999) e a necessidade de compreender o seu impacto em áreas geográficas de morfologia assente em recursos culturais como representa Lisboa. Expõe-se um aumento da taxa de sazonalidade no Algarve, entre 1966 e 2012, que coincide com o incremento da concentração da procura em torno dos meses de verão. Situação contrária ocorre em Lisboa e no agregado nacional, onde se afere uma diminuição da taxa de sazonalidade e a redução da concentração da procura no período estival (Julho-Setembro). Observa-se que é nos mercados tradicionais, Alemanha e Reino Unido que se verifica uma diminuição da taxa de sazonalidade, tanto na totalidade do território nacional como no Algarve, onde seria de esperar um comportamento contrário. Quando aferido o coeficiente de Gini são, de novo, as séries mensais das dormidas no Algarve que revelam um indicador mais próximo de 0,5, embora ainda abaixo do “limiar crítico” proposto por Bigović (2012). Também Lisboa tem vindo a revelar um aumento gradual deste coeficiente desde 2000, embora o seu valor denote uma desigualdade quase desprezível das séries mensais de dormidas.

II.2.2. A OFERTA

Tendo presente os diferentes cenários descritos que remetem, por um lado, para um movimento pungente da procura⁵⁵ durante a segunda metade dos anos 1960 em torno do Algarve e subsequente desaceleração, e mesmo estagnação nos anos mais recentes, a par de um comportamento sazonal mais agudo, por oposição ao arquétipo de consumo turístico no agregado nacional (Portugal) e em Lisboa, importa conhecer os seus efeitos do lado da oferta.

II.2.2.1. A evolução dos estabelecimentos hoteleiros como testemunho de um cenário turístico no Algarve de contornos fordistas

A análise da procura no Algarve a partir de 1964 revela-nos um fenómeno de explosão súbita e inopinada que teve consequências do lado da oferta, designadamente no domínio privado. O Algarve não possuía um agregado de infraestruturas e serviços exigidos pela procura internacional, que se tornava a partir desta década mais numerosa e buscava “(...) praias ainda «mediterrâneas» mas não saturadas pela grande frequência estival” (Cavaco, 1969: 229). Em simultâneo, a região, e o país, careciam de um modelo

⁵⁵ Dormidas em estabelecimentos hoteleiros

formal aplicado ao investimento hoteleiro que o sujeitasse a regras técnico-funcionais mas também de enquadramento (Brito, 2009). Seria, desse modo, possível escorar a sua qualidade e criar condições de sustentabilidade do fenómeno turístico na região.

Assiste-se a um novo fenómeno no Algarve de emergência de um forte agregado económico dependente direto do turismo, a imobiliária e a construção civil. Começava assim a “(...) especulação sobre parcelas urbanas bem situadas (...)” (Cavaco, 1969: 267) e a construção de estabelecimentos hoteleiros com capitais algarvios ligados ao negócio dos frutos secos (Cavaco, 1969), um fenómeno de reconversão económica em curso com a falência da agricultura⁵⁶. Mas o investimento que decorre durante este período não se subsume a capitais nacionais e revela apresentar uma evidente porosidade à entrada de capitais estrangeiros como sucedeu com o hotel “Sol e Mar”. A avalanche de turistas desencadeia tensões diversas que suscitam o interesse e a confiança dos investidores, para alguns, pela primeira vez nesta área de negócio, mas para muitos, já com uma experiência nestes domínios em países que haviam desenvolvido estas competências.

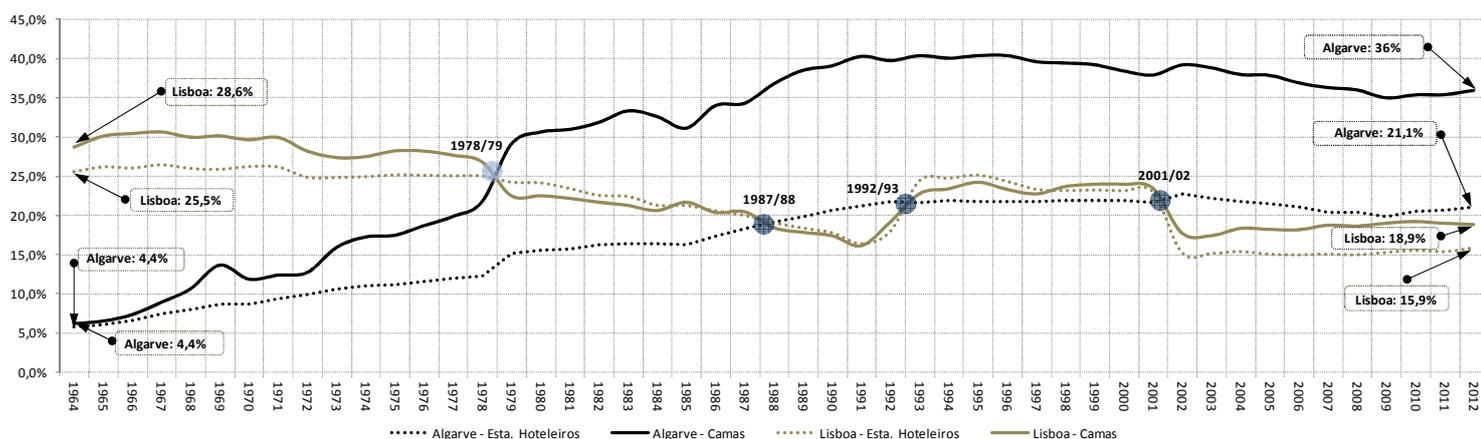
Em 1962 o Algarve não representava mais do 4,4% da oferta de estabelecimentos hoteleiros em Portugal, com 57 unidades e uma percentagem igual (4,4%) em camas que correspondia a um valor absoluto de 2.459 camas. A oferta de estabelecimentos hoteleiros cresce paulatinamente ao ponto da disponibilidade de camas representar 35,4% do total da oferta nacional em 2011, quota substancialmente superior à sua representação em termos de número de estabelecimentos hoteleiros que era de 20,6%.

Em 1979, justamente no mesmo ano em que o Algarve ultrapassa Lisboa no número de dormidas, também supera no número de camas em cerca de 7.966, mas com um número de estabelecimentos hoteleiros ainda inferior, 220 por oposição às 353 unidades de Lisboa. Esta desproporção indicia uma morfologia da oferta divergente relativamente a Lisboa e de maior capacidade. Em média, em 1979, as unidades de alojamento no Algarve possuíam o dobro (2,07) das camas dos estabelecimentos hoteleiros em Lisboa, numa relação de 159 para 76. Os indicadores da oferta para 2012 revelam que as unidades de alojamento continuaram a aumentar de capacidade em camas tendo crescido, em média por unidade, 5,2 vezes no Algarve e 3,4 vezes em Lisboa. Por

⁵⁶ São exemplificativos deste fenómeno, os hotéis “Sol” e “Baltum”.

consequente, de uma forma genérica, a dimensão dos estabelecimentos hoteleiros tendeu para um aumento em 2012, passando o Algarve a dispor de 28,8 vezes mais camas que em 1964 e Lisboa 3,3 vezes mais. Esta realidade traduz justamente uma resposta às massas e uma concentração da oferta que em número de camas e unidades representa, respetivamente, 36% e 19% do total nacional.

Figura 34: Evolução do peso relativo do Algarve e Lisboa na oferta total estabelecimentos hoteleiros e camas em Portugal: 1964 - 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1964-2012) / 1964-1986: distritos de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

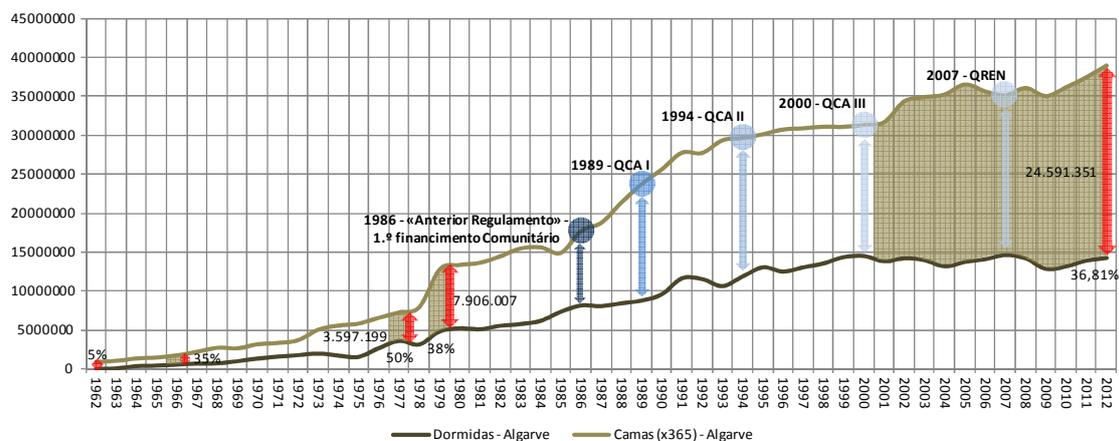
II.2.2.2. A relação entre a oferta e a procura

Se atentarmos no modo como a oferta de estabelecimentos hoteleiros (camas) evoluiu desde 1962 até 2012 (Figura 35), constatamos um comportamento sempre ascendente e com um volume de camas continuamente superior à procura, gerando assim um cenário excedentário de oferta.

Ao longo dos últimos 12 anos, este afastamento e clivagem entre a procura e a oferta tem vindo a agravar-se no Algarve, possivelmente ditado por fatores exógenos à região e que estão associadas ao reposicionamento dos operadores turísticos imperantes, designadamente do Reino Unido e da Alemanha, dos quais o Algarve (e Portugal) depende fortemente (Guerreiro, J. et al., 2007; MEE⁵⁷, 2013).

⁵⁷ Ministério da Economia e do Emprego

Figura 35: Evolução do número de camas (oferta) e de dormidas (procura) em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1962 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1962; 2012) / 1962-1986: distritos de Faro e Lisboa; 1987-2012: NUT II Algarve e Lisboa

Esta tendência da oferta se distanciar da procura, num registo de sobredimensionamento explícito, retrata o comportamento da totalidade do destino nacional, embora, ao contrário do que sucede com o Algarve, a procura revele para o país uma tendência de crescimento mais dinâmica.

Quando observamos Lisboa, um destino urbano multifuncional caracterizado por um acentuado simbolismo histórico e cultural, verificamos também que a oferta de alojamento ainda sobeja face à procura, embora as dormidas apresentem uma tendência de crescimento. Esta região tem vindo a acolher eventos culturais com projeção internacional que vão no sentido de aumentar a notoriedade do destino, destacando-se aqui a *Lisboa 94* (Capital Cultural Europeia), a *Expo 98* e, mais recentemente, a afirmação de um calendário de eventos que incrementa a densidade cultural e confere singularidade e interesse ao destino num espectro mais alargado do ano. São exemplos os investimentos em torno das festas tradicionais e temáticas (e.g.: Festas de Lisboa; *Laureus World Sports Awards*) como tem sucedido, com sucesso, também na cidade do Porto.

A cidade de Lisboa tem vindo a procurar uma afirmação em domínios que entroncam em novas formas e práticas turísticas que tiram partido dos períodos de lazer de curta duração (fins-de-semana e férias de curta duração) (Ministério da Economia e do Emprego, 2007)⁵⁸, bem como da transformação operada no sector do transporte aéreo que, em dois momentos, em 1987 e 1997, foi liberalizado e remido de uma regulação

⁵⁸ Plano Estratégico Nacional de Turismo

rígida e apertada dos Estados, permitindo às companhias aéreas a possibilidade de operar em qualquer país da União Europeia⁵⁹ (Holloway, 2006). Este fator liberalizador deu origem a novos fenómenos na aviação, designadamente o mais mediático, denominado de *low cost* ou *no frills*, mas também à intensificação das operações na esfera dos grandes conglomerados das viagens, os operadores turísticos, que efetivaram operações de integração vertical a montante, adquirindo companhias aéreas para transportar diretamente ou fretando aviões a companhias *charter*.

No caso do Algarve, o fenómeno das companhias de baixo custo surge em resposta ao cancelamento dos operadores internacionais do Algarve nas épocas baixa e média (Turismo do Algarve, 2013). Operam em Portugal Continental cerca de 32 companhias com estas características onde se incluem, aproximadamente, 25 operadoras aéreas que poderão enquadrar-se no espectro da atividade *no frill* (Quadro 20), mas só recentemente as companhias mais influentes criaram as suas bases em Portugal⁶⁰.

Quadro 20: Companhias aéreas *no frills* e *charter* que voam para Portugal Continental

Companhia Aérea	Aeroporto			no frills	Outras características
	Porto	Lisboa	Faro		
Transavia.com					
German Wings					
Vueling					
Easyjet					
Ryanair					
Flybe					
Jet2.com					
Air Transat					OT/Charter
Air Méditerranée					Charter
Air Europa					OT (+ voos regulares)
Aer Lingus					
Blue Air					
Flyniki.com					
Norwegian.com					Charter
Air Berlin					
Luxair					OT
Cordendon					OT/Charter
Edelweiss Air					Charter
Enter Air					Charter
Germania					Charter
Jet Time					Charter
Primera Air					Charter (?)
Smart Lynx					Charter
XL Airways France					Charter (+ voos regulares)
ArkeFly (TUI)					OT/Charter
Jetairfly (TUI)					OT/Charter
Thomas Cook					OT/Charter
Thomsonfly.com					OT/Charter
Tui Fly					OT/Charter
Brussels airlines					
Monarch Airlines					OT/Charter
Smartwings					Charter
Número de companhias	8	12	26	23	
Total de companhias	32				

Fonte: elaboração própria | ANA (2013); companhias aéreas⁶¹

⁵⁹ Mais tarde, a liberalização do voo foi introduzida fora do espaço comunitário, alargando-se a alguns países da EFTA: Suíça, Noruega e Islândia.

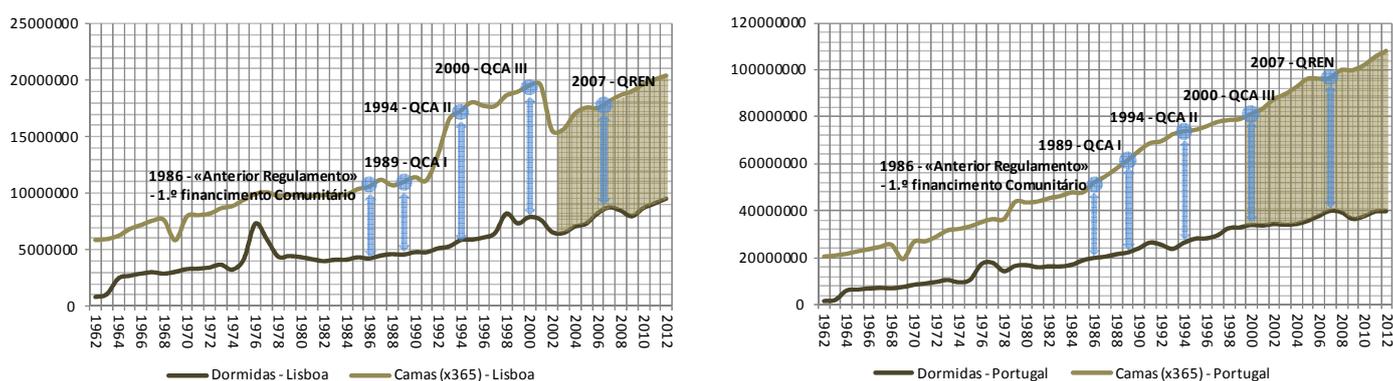
⁶⁰ A Ryanair estabelece em 1999 dois centros de operações, um em Faro e outro no Porto, e a Easyjet em 2012 cria também a sua base de operações em Lisboa após uma experiência de voos para e a partir desta plataforma desde 1999. Esta alteração veio possibilitar a intensificação dos voos e o simultâneo alargamento das rotas.

⁶¹ Foram consultados os *websites* das companhias aéreas em 26.09.2013

Apesar desta modificação no domínio da aviação, que remete para um novo posicionamento de Portugal enquanto destino turístico, desde 1962 que o cenário nacional demonstra uma relação desequilibrada entre a procura e a oferta, revelando-se esta última excedentária e tendendo sempre para um crescimento que parece não ser interrompido por ciclos económicos recessivos.

O comportamento de constante crescimento poderá estar associado ao volume de apoios comunitários ⁶² (Figura 35 e 36) que tem estado disponível para alavancar o investimento na área do alojamento, o que terá ditado um excesso de disponibilidade de recursos financeiros e concomitantemente uma avaliação do risco desatenta ao enquadramento macro da economia turística portuguesa. Releva ainda para o comportamento do crescimento da oferta uma dificuldade endémica da indústria do alojamento de ajustamento da sua capacidade no curto prazo (Holloway, 2006). As unidades operam sempre com a capacidade disponível independentemente do comportamento da procura. Acresce ainda que o modelo de ajustamento e aumento de capacidade não ocorre de forma avulsa e singular mas em blocos de unidades de alojamento (quartos) tendo em conta o custo do investimento unitário e a problemática da intervenção.

Figura 36: Evolução do número de camas (oferta) e de dormidas (procura) em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa e Portugal: 1962 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012) / 1962: distrito de Lisboa; 2012: NUT II Lisboa

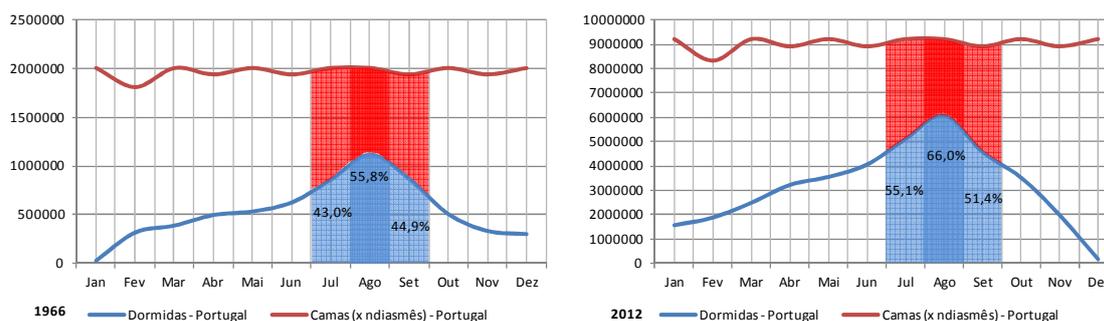
O pendor massivo e concentrado do esforço de investimento que ditou o desenvolvimento turístico em Portugal, exhibe um sector do alojamento excessivamente

⁶² Não obstante, e por referência ao primeiro Quadro Comunitário de Apoio, o turismo tenha absorvido apenas 4% dos fundos.

volumétrico, que resulta, particularmente no caso do Algarve, de uma reivindicação dos grossistas estrangeiros em meses de forte concentração da procura, entre Julho e Setembro.

Um olhar mais atento sobre a relação entre estes dois indicadores⁶³, e reportando-nos a 1966, revela uma dificuldade de ajustamento, demonstrada na sub-lotação da oferta, mesmo nos meses mais fortes, entre Julho e Setembro (Figura 37). Nesse ano e no mês de Agosto, o número de dormidas não consegue ocupar mais do que 55,8% da oferta instalada em Portugal. Já atentos ao ano de 2012, constata-se uma melhor absorção da oferta pelo lado da procura, com um aumento de 10,2 pontos percentuais na taxa de ocupação/cama em Agosto, não obstante o sector reiterar um saldo de camas positivo face ao número de dormidas.

Figura 37: Dormidas e oferta do número de camas por mês em Portugal: 1966 e 2012

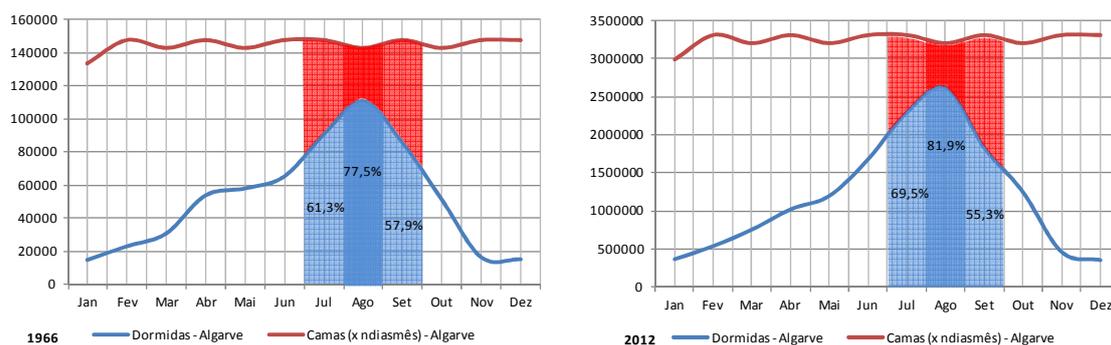


Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012)

O Algarve destaca-se do cenário nacional por apresentar uma concentração mais acentuada da procura nos meses estivais, comportamento que remonta a 1966, mas demonstra uma tendência de ajustamento da oferta do número de camas à afluência de Agosto (Figura 38), mês em que alcança uma taxa de ocupação média (cama) assinalável, de 81,9%. Este fenómeno parece estar a revelar uma tendência de concentração nos meses de Julho e Agosto, tendo em conta que a ocupação média de camas em Setembro de 2012 diminuiu face a Setembro de 1966. Ao contrário, os meses de Julho e Agosto de 2012 assinalam uma diferença de 8,2 e 4,4 pontos percentuais face aos mesmos meses em 1966.

⁶³ dormidas em estabelecimentos hoteleiros e número de camas

Figura 38: Dormidas e oferta do número de camas por mês no Algarve: 1966 e 2012



Fonte: elaboração própria / INE (1966; 2012) 1966: distrito de Faro; 2012: NUT II Algarve

A alteração do efeito sazonal radiografada na Figura 36 demonstra as vulnerabilidades de um sistema que se massificou de forma não orientada e sem atenção à capacidade de carga regional (Guerreiro, J. et al., 2007), reproduzindo uma prática monolítica e mais concentrada no tempo e geograficamente geradora de desequilíbrios no investimento e consequentemente na qualidade do ordenamento e do ambiente com fragilidades no domínio do emprego. O desequilíbrio sazonal referido constitui um desafio relevante para quem gere e planeia um destino turístico de características homogêneas e cuja procura é moldada e definida a partir do exterior.

O Turismo do Algarve reconhece ainda estar em curso uma alteração no domínio da distribuição que caminha no sentido da virtualização do intermediador, que está a retirar espaço comercial aos operadores turísticos tradicionais. Está em curso o “(...) início da desagregação do pacote para a oferta individualizada (...)” (Turismo do Algarve, 2013: 5) e nesse sentido “O operador e agente de viagens que antes comandavam a distribuição dos produtos turísticos veem-se forçados a adaptar, então, a sua atuação à nova realidade de comercialização.” (Turismo do Algarve, 2013: 5). Apesar de reconhecer as alterações em curso, a organização gestora do destino confia no papel dos grandes operadores tradicionais, e na necessidade de os convocar de novo, para, mediante a atribuição de incentivos em função dos resultados alcançados, poderem realizar as suas operações em época baixa.

Este argumento destapa e revela uma relação de subordinação do destino face ao posicionamento e poder negocial dos grossistas (operadores turísticos) bem como uma debilidade estrutural radicada na excessiva volumetria da oferta de alojamento que

parece ser atenuada pela ação negocial dos grossistas e retalhistas que controlam os mecanismos de equilíbrio entre a procura e a oferta. O Turismo do Algarve (2013) preceitua o regresso à operação de massas que radica justamente em mecanismos de controlo e dependência comercial num contexto em que a procura que cresce mais no mercado das viagens organizadas e que se expande a maior velocidade, fruto da maior experiência do viajante que tende a ter uma origem muito concentrada em torno do mercado do Reino Unido e da Alemanha, é o mercado *long haul* (Holloway, 2006) que constitui uma ameaça ao equilíbrio entre a procura e a oferta no destino.

O excesso de volumetria da oferta em reação ao crescimento súbito da procura, que foi comandado externamente pelos operadores turísticos, originou uma expressão territorial do fenómeno turístico no espaço continental fortemente polarizado, o que se ficou a dever, em grande medida, também às circunstâncias e contexto político e institucional que vigorou a partir de 1961, de um regime económico de natureza semi-periférica (Bastien e Cardoso, 2003).

II.2.3. A DOMINÂNCIA DAS “VIAGENS E TURISMO” NO SETOR EXPORTADOR NACIONAL COMO INDICADOR DE UMA ECONOMIA SEMI-PERIFÉRICA

A marca semi-periférica do país e da sua economia aparece refletida no modo como o turismo se tem desenvolvido de forma acentuadamente assimétrica e polarizada geograficamente e ancorada num arquétipo de dependência externo de um número limitado de mercados emissores (e. g. Alemanha e Reino Unido). Este paradigma afirmou o controlo do setor exportador nacional mais relevante fruto da ausência de um empenhamento político na gestão e planeamento deste fenómeno, particularmente durante o regime do Estado Novo.

As “Viagens e Turismo” representam, em média, entre 2010 e 2013, cerca de 43% (Quadro 21) do total das exportações de serviços da economia portuguesa e lideram o *ranking* (2013) de todos os setores exportadores, com a inclusão do comércio internacional de bens.

Quadro 21: Exportações de serviços – 2010 e 2013

	2010	Quota	2011	Quota	2012	Quota	2013	Quota	Quota Média
Exportações de serviços (total)	108454	100%	118970	100%	119788	100%	127521	100%	100%
Exportações de serviços - viagens e turismo	45434	42%	49028	41%	51899	43%	55687	44%	43%
Exportações de serviços - transportes	29250	27%	33098	28%	34940	29%	36492	29%	28%
Exportações de serviços - serviços fornecidos pelas empresas	30804	28%	33973	29%	29628	25%	31652	25%	27%
Exportações de serviços - serviços de construção	3015	3%	3625	3%	3350	3%	3811	3%	3%
Exportações de serviços - seguros	619	1%	743	1%	668	1%	627	0%	1%
Exportações de serviços - serv. natureza pessoal, cultural e recreativa	1723	2%	1554	1%	1728	1%	1857	1%	1%
Exportações de serviços - operações governamentais	1244	1%	1315	1%	1591	1%	1829	1%	1%
Exportações de bens (total)	236890	100%	275926	100%	296826	100%	308167	100%	100%

Unidade: milhares de euros

Fonte: elaboração própria / Banco de Portugal (2010 - 2013)

A magnitude das exportações do setor das “Viagens e Turismo” testemunha o modelo de desenvolvimento adotado para Portugal, que revela um tecido económico periférico ou semi-periférico fortemente polarizado territorialmente, enfraquecido em domínios estratégicos como a indústria de ponta e de alto valor acrescentado, salientando-se a área tecnológica, o setor farmacêutico, a indústria automóvel, entre outros.

O turismo parece, assim, ter assumido uma função relevante e natural no âmbito exportador tendo em conta as debilidades do país nos domínios da investigação e do desenvolvimento mas também fruto das características endógenas do país, designadamente do Algarve, propiciadoras de uma prática turística de massas, harmonizada com o consumo e procura do centro da Europa.

O fenómeno germinou em Portugal de um modo relativamente espontâneo e sem preparação ou orientação específica para concretizar o seu desenvolvimento já demonstrado anteriormente. Ao invés, os setores de ponta e de maior valor acrescentado, que não podem dispensar um modelo de investimento consistente, estruturado e suportado pela investigação e desenvolvimento (PWC⁶⁴, 2013) são, justamente, aqueles que se encontram mais enfraquecidos.

Esta anatomia económica e modelo de desenvolvimento revelam a vacuidade do Estado na definição de políticas de planeamento estratégico para Portugal, prática que exonerou durante muito tempo o investimento em áreas estratégicas e de elevado potencial económico⁶⁵. Como consequência, a liderança e a promoção do desenvolvimento do turismo no Algarve surgiu como uma oportunidade quase espontânea tendo em conta a sua propulsão por forças económicas externas o que, por sua vez, teve uma influência

⁶⁴ PricewaterhouseCoopers International

⁶⁵ Também a indústria transformadora só durante a década de 1960 se começa a desenvolver (Rocha, 1977)

profunda no modelo de desenvolvimento económico do país. O turismo, polarizado territorialmente, passou a liderar o setor exportador e na lista de países importadores de serviços portugueses é o Reino Unido que comanda (Quadro 22), tal como na emissão de turistas.

Quadro 22: Comércio internacional português de serviços (balança comercial) por mercados de Janeiro a Julho – 2012 e 2013

	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO				SALDO	
	2012	2013	% Tot. 13	Var. %	2012	2013	% Tot. 13	Var. %	2012	2013
Total	10.640.380	11.354.073	100,0	6,7	6.134.073	6.168.053	100,0	0,6	4.506.307	5.186.020
Reino Unido	1.536.600	1.630.164	14,4	6,1	689.860	714.606	11,6	3,6	846.740	915.558
França	1.344.429	1.479.161	13,0	10,0	591.290	646.222	10,5	9,3	753.139	832.939
Espanha	1.266.642	1.318.769	11,6	4,1	1.443.043	1.457.004	23,6	1,0	-176.401	-138.235
Alemanha	993.811	1.054.426	9,3	6,1	550.460	524.758	8,5	-4,7	443.351	529.668

Unidade: milhares de euros

Fonte: elaboração própria / Banco de Portugal (2012; 2013)

A corroborar esta análise e argumentação relativamente ao perfil semi-periférico da economia nacional baseado na hegemonia do turismo nas exportações, pode ser apresentado o exemplo de França que, em 2011, foi o destino turístico mundial mais relevante em termos de fluxos de *inbound*, mas onde a preponderância dos setores de elevado nível tecnológico e valor acrescentado se destaca. Fica bem patente esta característica na balança comercial francesa (Quadro 23), que nos demonstra a importância destes setores.

Quadro 23: O turismo comparado com outros setores da economia francesa no estrangeiro em 2009 (a preços correntes)

Setores	Exportações	Importações	Saldo
Indústria agroalimentar	44,3	39	5,3
Energia	14,7	54,5	- 39,8
Automóvel	72,7	65,4	7,3
Turismo	35,4	27,6	7,8

Fonte: Banque de France / INSEE, Comptes de la Nation (base 2000) / unidade: milhares de euros (*apud* Conseil National du Tourisme, 2010, p. 31)

Apesar do turismo poder ter um impacto económico relevante e constituir um fator de equilíbrio do saldo comercial, não substitui setores económicos importantes como parece estar a suceder em Portugal. Importa salientar que a relevância turística de França se apoia numa estrutura de regionalização de tipo desconcentrado (Schrijver,

2006)⁶⁶ tendo o turismo, por essa via, um impacto mais harmonioso no território nacional com a vantagem de poder possibilitar uma promoção mais alargada de outros produtos e setores económicos no exterior. A complexidade cultural e social é transferida para a economia de um modo múltiplice e, designadamente, no turismo é relevada a diversidade e a abundância de camadas da memória nacional (Schrijver, 2006)⁶⁷ que são assim transformadas em instrumento de desenvolvimento do país.

O fenómeno de afunilamento económico em Portugal, particularmente visível a partir dos agregados de serviços exportadores, evidencia a emergência em se operar uma governação social e económica a partir de uma “(...) multiplicidade de pequenas narrativas que estão inerentemente abertas ao desfio e cancelamento.” (Billington, et al., 1991: 193). Quer isto dizer que deve ser capaz de compreender a necessária e oportuna rutura com políticas de desenvolvimento que não reconhecem o perigo da concentração e da hegemonia discursiva com impacto na organização económica do país. Deverá, no que toca ao turismo, ativar novas dimensões da sua memória coletiva e atualizar o seu posicionamento nos mercados, designadamente no domínio da distribuição.

Importa conhecer de que forma Portugal é percecionado no exterior ao nível da sua abrangência geográfica bem como dos seus recursos tendo em conta um ajustamento das operações turísticas na Europa, com novas abordagens ao mercado, mais especializadas em resultado das mutações cognitivas e motivacionais da procura. Esta interação mais inclusiva e potenciadora dos recursos do país, e não apenas de uma pequena fração, permitirá corrigir debilidades históricas de elevada assimetria do impacto do turismo internacional em Portugal.

Como vimos, a morfologia económica dos setores exportadores em Portugal revela e denota um desequilíbrio e assimetria expresso na dominância do setor “Viagens e Turismo” que é agravado pelo seu impacto geográfico polarizado, cuja atenuação e melhoria poderá ser alcançada através de uma interação mais inclusiva e potenciadora dos recursos culturais em articulação com o turismo, constituindo fatores de atratividade e competitividade regionais (OECD, 2009). Do mesmo modo que a França, o complexo

⁶⁶ “France has had no shortage of territorial sub-divisions of the state, and it can just as well be described as a prime example of deconcentration. Much of this typical structure of deconcentration was formed after the French revolution, and toned down somewhat during the 1982 decentralisation measures.” (Schrijver, 2006: 171).

⁶⁷ “France is still famous as a country of cultural, natural or gastronomic diversity (...)” (Schrijver, 2006: 175)

cultural do país pode ser transferido para a economia, devendo o turismo desempenhar uma função de catalisador e de promotor da sua transformação em instrumento de desenvolvimento. O turismo deverá conter e concentrar importância no domínio exportador não apenas em termos quantitativos e financeiros, como sucede em França, mas como instrumento de promoção e internacionalização de setores de elevado valor acrescentado e geradores de emprego qualificado; não se substituindo a eles como tem vindo a ocorrer em Portugal, o que traduz ainda uma condição semi-periférica da sua economia.

A relação do turismo com a cultura parece assim essencial, designadamente na sua capacidade de franquear novas anatomias regionais que têm vindo a definir demográfica e economicamente em Portugal. Tal como nos sugere o exemplo de França, o turismo pode desempenhar um papel essencial na economia mas não deve monopolizar os resultados do setor exportador, constituindo sim um mecanismo de valorização e transformação de condições fatorias⁶⁸ relevantes para a competitividade económica do país. Deste modo, a cultura constitui um fator de competitividade dos destinos, “devendo estes mobilizar de forma mais eficaz o agregado de condições fatorias através da reestruturação do setor, da inovação e da comercialização dos produtos.” (OECD, 2009: 25).

Importa, em consequência, compreender de que modo o espectro político e institucional português tem vindo a gerir o fenómeno turístico face aos riscos associados a um quadro de polarização territorial estabelecido e à relevância que ocupa no setor exportar.

II.3. O quadro político e institucional recente e o turismo

A observação crítica da evolução do quadro institucional e político durante a segunda metade do regime do Estado Novo (e após a eclosão da Guerra Colonial), atravessando o seu derrube com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e instauração da democracia até à atualidade, permite-nos reconhecer as alterações no *campus* ideológico e político dos sucessivos governos e identificar a sua relação e resultados na implantação contemporânea do fenómeno turístico em Portugal. A interpretação e o estudo da problemática turística a partir do foco político e institucional, constitui um exercício

⁶⁸ “(as atrações ou as manifestações culturais, etc.)” (OECD, 2009: 25)

historiográfico que nos permite localizar a origem do modelo de concentração de práticas turísticas em torno do Algarve e causas que justificaram a sua apologia. Pretende-se com a recuperação de eventos e episódios de natureza política e institucional também averiguar as alterações no arquétipo e narrativas políticas que vão no sentido de encontrar reconfigurações do fenómeno turístico em Portugal, particularmente a partir da queda do regime do Estado Novo, com incidência em novas anatomias regionais coadjuvadas pela dimensão cultural.

A análise político-institucional incidirá sobre quatro períodos que marcam as principais alterações de paradigma económico com influência nas políticas do turismo (Quadro 24):

1. O Regime do Estado Novo e a eclosão da Guerra Colonial: 1961 - 1974;
2. A mudança revolucionária e o período de «normalização» política, económica e financeira: 1974 - 1985;
3. A adesão à Comunidade Económica Europeia: 1986 - 1999;
4. A adesão ao Euro e «fixação irrevogável» das taxas de câmbio: 1999 - 2014

Quadro 24: As principais alterações de paradigma político e económico com influência nas políticas do turismo desde 1961

Período	1961 – 1974	1974 – 1985	1986 – 1999	1999 – 2014
	O Regime do “Estado Novo” e a eclosão da guerra colonial	A mudança revolucionária e o período de normalização política, económica e financeira	A adesão à Comunidade Económica Europeia	Adesão ao Euro e fixação das taxas de câmbio
Regime	“Estado Novo”	1 - IX Governos Constitucionais	X - VIII Governos Constitucionais	XIV - XIX Governos Constitucionais
Situação Económica	Período de maior crescimento económico da história do país (Barro, 2002). Necessidade de procurar créditos externos para suportar a Guerra que havia erupido em 1961; o turismo constituiu um modo de captação de divisas estrangeiras.	Grave crise económica e financeira; 2 programas de assistência financeira com a intervenção do FMI em 1977 e 1983. Estabilização financeira alcançada em 1985. Decretação a nacionalização de um largo espetro do setor empresarial.	X - VIII Governos Constitucionais Educação económica; redução do peso do Estado na economia resultante de um extenso programa de privatizações.	Declínio económico que culmina com um programa de assistência financeira internacional
Situação política	Mutação do regime autoritário revelada por uma postura “moderadamente virada para fora” (Baklanoff, 1996: 26); estado de confitualidade e confronto militar nas províncias ultramarinas.	Derrube do regime do “Estado Novo” e instauração de uma democracia parlamentar.	Estabilidade política e adesão à CEE em 1992 e assinado o Tratado da União Europeia (vulgo «Tratado de Maastricht»)	Instabilidade política e governativa
Designas políticas para o turismo e ações	Concentração dos investimentos, priorizando a incutação de um fenómeno turístico de massas no Algarve, oportunamente consentido para permitir a captação de divisas estrangeiras.	O fomento do turismo externo visando a obtenção de receitas e a atenuação dos déficits da balança de pagamentos. Valorização do património cultural no discurso programático.	Criação do Plano Nacional de Turismo 1986-1989 que: Propõe, entre outras medidas, um modelo de regionalização turística para alavancar o fenómeno a partir de novas geografias e atenuar o efeito de polarização em torno do Algarve. Desenvolvimento do Inventário de Recursos Turísticos como um instrumento de planeamento para permitir o alargamento das geografias de usufruto turístico. Criação de sistemas de incentivo de apoio ao investimento em novos empreendimentos turísticos, valorizando o suporte endógeno do país, reabilitando património edificado e permitindo uma irradiação turística mais ampla do território nacional (e.g. áreas rurais). Atribuição de importância capilar ao binómio cultura-turismo como estratégia de atenuação das assimetrias regionais e alavancagem de maior coesão territorial. Em 1991, o Livro Branco do Turismo refere-se explicitamente ao fenómeno do “turismo cultural”.	Publicação do Plano de Consolidação do Turismo (PCT) em 2002 que se suporta numa matriz ideológica de sustentabilidade dos recursos e responde aos indícios de mutação do fenómeno turístico no contexto internacional; a concorrência de novos destinos; e a complexificação do consumo. O Plano identifica os riscos que Portugal enfrenta associados à excessiva concentração territorial do fenómeno turístico e polarização melindrosa dos mercados emissores. Criação do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PQUTUR) no âmbito do PCT que financiará medidas que visam a diferenciação de Portugal como destino turístico e a sua capacitação competitiva. Em 2002 é publicado o documento «Turismo em Portugal – Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção: Turismo sustentável e de qualidade com empresas modernas e competitivas», que ensina uma charneira política condensada e ordena-se por uma estratégia de territorialização das políticas do turismo suportada na convergência da região, do produto turístico e do mercado emissor. Organização do UFA-EURO 2004 Em 2005, o XVII Governo Constitucional prevê a criação da nova Lei de Bases do Turismo, que consagra as linhas orientadoras e a estratégia de uma Política Nacional de Turismo.
				Em 1997 é criado o Programa de Incremento do Turismo Cultural que deu origem ao itinerário-exposição “Terras da Moura Encantada - arte islâmica em Portugal”.
				Em 2007 o Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território vem sufragar a necessidade de uma estratégia que promova o desenvolvimento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local, propondo a implementação do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT). Em 2007 é publicado o PENT em articulação com a estratégia definida no contexto da política de ordenamento do território nacional. Sustenta-se num diagnóstico de perda de quota de mercado do destino Portugal bem como de deficiências ao nível da concentração dos mercados emissores e uma marcada polarização territorial em torno do Algarve, Lisboa e Madeira. Em 2008, em resultado das orientações definidas no âmbito do PENT, foi implementado um novo modelo de regionalização, extinguindo os anteriores órgãos locais regionais de turismo que não abrangiam a totalidade do território nacional. São criadas as Áreas Regionais de Turismo e os Pólos de Desenvolvimento Turístico (e.g. Douro e Serra da Estrela), que incidiam sobre regiões com elevado potencial turístico mas revelando um baixo grau de penetração nos mercados internacionais. Agravamento das taxas do IVA em setores como a restauração e o golfe. Suspensão imediata de projetos infraestruturais no domínio rodoviário e o introdução de pontos de pagamento à circulação nas ex-SCUT. Extinção dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, implicando um modelo de regionalização mais concentrado. Atualização do PENT conferindo prioridade ao produto «sol e mar», não obstante a narrativa programática do XIX Governo Constitucional sinalizar o designio de pluralidade regional do fenómeno turístico em Portugal ao conferir ao fator «História, Cultura e Tradição» uma importância determinante como elemento diferenciador e de atratividade do destino.
Resultados da política adotada em termos de:				
<i>Concentração das dormidas:</i>				
	Algarve	13%	28%	43%
	Lisboa	40%	30%	21%
<i>Variação das dormidas:</i>				
	Portugal	5%	8%	4%
	Algarve	17%	16%	5%
	Lisboa	3%	5%	2%

Fonte: Elaboração própria

II.3.1. O REGIME DO ESTADO NOVO E A ECLOSÃO DA GUERRA COLONIAL: 1961 - 1974

A observação da evolução do fenómeno turístico em Portugal desde 1964 demonstrou que, tanto à escala macro como à meso-escala⁶⁹, se evidenciou uma tendência de concentração geográfica do fenómeno turístico em Portugal, facto que foi influenciado por um conjunto de circunstâncias de natureza política interna, que agremiadas a alterações no domínio económico, social e tecnológico no mundo e, particularmente, em países do centro da Europa, ditaram aqueles que são ainda hoje os focos geográficos mais relevantes de incidência de práticas turísticas em Portugal⁷⁰.

O fenómeno de concentração geográfica de contornos massificadores do turismo decorre em plena ditadura mas num contexto de mutação do regime (Estado Novo) que assumia gradualmente uma postura “moderadamente virada para fora” (Baklanoff, 1996: 926), fruto de necessidades emergentes de novos desafios financeiros e orçamentais colocados ao Estado português, resultantes da erupção da Guerra Colonial em 1961.

Salazar é obrigado a procurar créditos externos e fontes adicionais de financiamento da dívida pública, reconhecendo que “(...) só através de um crescimento rápido da capacidade produtiva nacional seria possível fazer frente a um maior peso das contribuições para o Estado por parte da produção nacional para gastos militares, assim como a uma transferência cada vez maior de investimento oficial para as «províncias ultramarinas»” (Baklanoff, 1996: 928). A necessidade urgente de entrada de moeda estrangeira na economia vem conferir ao turismo um papel estratégico na sua captação que, por consequência, desencadeia um modelo de estruturação territorial polarizado em torno de unidades geográficas que tinham capacidade de atrair e captar mercados internacionais.

É o começo de um novo rumo na política económica portuguesa que tende para uma abertura ao exterior “(...) confirmada pelo substancial aumento na percentagem de investimento estrangeiro nos projetos de formação de capital entre o primeiro (1953 –

⁶⁹ Escala mais fina de âmbito sub-regional e local; dentro do Algarve o fenómeno turístico tende a revelar fenómenos de concentração mais agudos como acontece com Albufeira.

⁷⁰ Algarve, Lisboa e Madeira

1958) e o segundo (1959 – 1964) planos de desenvolvimento económico” (Baklanoff, 1996: 928), cujo contributo passou, respetivamente, de 6% para 25%.

É neste quadro de tendencial permeabilidade do regime aos mercados internacionais bem com a necessidade de encontrar fontes de financiamento externas, a par de debilidades significativas no plano demográfico, particularmente expressas nas mais elevadas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo dos países europeus ocidentais⁷¹ (Barreto, 2002) e o “(...) declínio do Portugal agrícola e rural (...)”⁷² (Baptista, 1994: 907), que ocorre o crescimento mais intenso do fenómeno turístico no Algarve⁷³. Estamos no dealbar do turismo de massas em Portugal e num momento de convergência de fatores de política doméstica e dinâmicas externas que influenciarão de forma determinante o modo como as políticas económicas e o investimento no turismo se repercutirão territorialmente.

O Governo acaba por reconhecer que o turismo era mais um instrumento de captação de divisas⁷⁴ do que uma ferramenta de viabilização do equilíbrio económico regional, referindo mesmo que “(...) não se pode pensar, com base em critérios de planeamento regional” recomendando que, “(...) sob o ponto de vista da eficiência, que uma grande parte dos investimentos turísticos seja concentrado num número pequeno de pontos (...)” (Presidência do Conselho, 1964: 430). O executivo não estava apostado numa política e estratégia de desenvolvimento turístico nacional mas sim, em assegurar a sua hegemonia política interna a par de encontrar mecanismos de financiamento da Guerra Colonial. A polarização regional do fenómeno turístico era percecionado como uma medida positiva, a par da ausência de qualquer alusão à dependência extensiva que se vai gerando em relação a um número restrito de mercados emissores⁷⁵.

⁷¹ Em meados do século XX e até ao fim dos anos sessenta (Barreto, 2002)

⁷² De 1950 a 1974 (Baptista, 1994)

⁷³ Média de variações anuais de 20% (dormidas em estabelecimentos hoteleiros) entre 1964 e 1973 (INE, 1964-1973)

⁷⁴ “(...) o crescimento económico português durante a década de 60 se processou sem o obstáculo da falta de divisas.” (Rocha, 1977), facto que se ficou a dever à contribuição do Império Colonial em moeda estrangeira, à entrada das relevantes remessas dos emigrantes e às “(...) importantes receitas do turismo” (Rocha, 1977: 613)

⁷⁵ Reino Unido e Alemanha

II.3.2. A MUDANÇA REVOLUCIONÁRIA E O PERÍODO DE «NORMALIZAÇÃO»⁷⁶ POLÍTICA, ECONÓMICA E FINANCEIRA: 1976 - 1985

Com a queda do regime do Estado Novo, Portugal mergulha num caldo de instabilidade política e económica provocado pela transmutação revolucionária que dita a perda das colónias, a par de externalidades à economia nacional muito relevantes como constituiu o primeiro choque petrolífero de 1973/74 e a grave crise económica mundial decorrente deste fenómeno.

Mas o efeito mais condicionador da economia nacional, e designadamente do turismo, durante a era pós-Estado Novo será causado pelo modelo ideológico seguido que se amarrou a um erro-vício de impugnação ao regime de Salazar-Caetano e que acabará por cercear também liberdades (num período pós-revolução) ao nacionalizar empresas em nome da democratização da sociedade e do Estado. Esta ideologia, marcará um dos momentos mais convulsivos e de falta de confiança do setor privado, com efeitos na estagnação do investimento a par de dificuldades de financiar a dívida pública. “De 1976 em diante acentuou-se a incongruência entre os artigos económicos da Constituição e os regimes civis moderados que governavam Portugal” (Baklanoff, 1996: 932) tendo em conta não só a validação de inúmeras nacionalizações⁷⁷.

Tendo presente os distúrbios e perturbações causadas pela Revolução de Abril⁷⁸ e o Processo Revolucionário em Curso (PREC)⁷⁹ bem como a alteração ideológica decorrente, importa observar e analisar o contorno político recente, delimitado a montante pela Constituição da República Portuguesa de 1976, elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte, em 2 de Abril desse ano.

O I Governo Constitucional⁸⁰ recebe o encargo de uma “(...) grave crise financeira, com grandes desequilíbrios do sector público, das empresas e da balança de pagamentos, correspondendo-lhe uma dramática queda da taxa de poupança nacional (que passou de 23% do produto nacional em 1973 para 4% em 1975).” (Programa do I Governo Constitucional, 1976: 33). Acresce ao cenário macroeconómico a existência de escolhos, designadamente na falta de controlo e intervenção do Estado relativamente aos circuitos

⁷⁶ Barreto, 2002: 5

⁷⁷ Decretos-Leis n.º 205-A, B, C, D, E, F, G/75, de 16 de Abril e Decretos-Leis n.º 280-A, B e C/75, de 5 de Junho

⁷⁸ 25 de Abril de 1974

⁷⁹ De 25 de Abril de 1974 a Abril de 1976

⁸⁰ Governará até 1978

comerciais vigentes e onde proliferam os intermediários. Esta problemática assume em relação ao turismo uma preocupação particular, designadamente em torno da “Fragilidade económica e estruturas especulativas de muitos empreendimentos turísticos (...)” (Programa do I Governo Constitucional, 1976: 67) instalados e oriundos do antigo regime que esqueceu e abandonou a necessidade de vigilância e acompanhamento da economia em detrimento de uma estratégia de perpetuação da hegemonia política no plano doméstico e controlo militar das operações nas ex-colónias. A sua obsessão pela asfixia democrática como mecanismo e instrumento de controlo político interno permitiu a condução e o apoderamento externo das redes de distribuição turística que se tornou larvar, mas útil do ponto de vista da entrada de divisas (Silva, 1998). O turismo transformou-se num fenómeno de “(...) exploração intensa dos recursos turísticos de base balnear nos mercados externos e a sua afirmação no mercado interno fez com que se acentuasse a localização litoral das infraestruturas turísticas e, especialmente, uma enorme polarização na costa Algarvia.” (Silva, 1998: 9).

As inquietações da governação, que se converteram em medidas que constam do respetivo programa governativo, resultam ainda de uma circunstância de recessão económica mundial que foi responsável por gerar uma quebra na procura turística externa. Salientam-se, em resposta às evidências de crise no setor detetada pelo I Governo Constitucional a necessidade de criar um operador nacional de turismo “(...) que permitirá a condução de uma política agressiva de oferta internacional, não discriminando internamente nenhum tipo de empresas, e que será um instrumento de coordenação das campanhas turísticas a realizar internacionalmente.” (Programa do I Governo Constitucional, 1976: 68).

Não obstante a orientação política perseguir e defender uma estratégia de menor concentração e dependência de mecanismos de distribuição instalados, a promoção externa acabará por reafirmar Portugal como um destino monolítico e focado numa parcela diminuta do seu território e conteúdo endogénico. Tal como durante o regime do Estado Novo, a necessidade de corrigir o desequilíbrio económico e financeiro do país adia o desígnio de coesão e convergência regional, o que fica bem patenteado na medida de fomento “(...) do turismo externo, através de uma política agressiva de oferta internacional visando a obtenção de receitas e atenuando os deficits da balança de pagamentos (...)” (Programa do I Governo Constitucional, 1976: 67). As únicas regiões

em Portugal continental que dispunham de oferta instalada para responder de forma assertiva a uma procura internacional e com efeitos na balança de pagamentos seriam, novamente, o Algarve e Lisboa⁸¹.

Apesar da conjuntura económica impor uma reincidência em tecidos económicos estabelecidos, a orientação do discurso político do I Governo Constitucional revela o desejo de contrariar o bloqueio de outras regiões com potencial endógeno para o desenvolvimento do turismo. Este desígnio interceta a variável cultural de um modo explícito, sendo objetivado no programa através de uma medida de “Valorização do património nacional e cultural (...)” (Programa do I Governo Constitucional, 1976: 67).

Embora a elevada instabilidade política e os desafios no plano financeiro e económico, estando em curso um programa de assistência financeira, que se iniciou em 1977 e terminará em 1980, destaca-se na narrativa política um desejo de promover o desenvolvimento turístico segundo uma perspetiva mais endógena e alargada a novas geografias. O atestado político é claro na afirmação de que o seu desenvolvimento deve suportar-se mais nas “(...) potencialidades turísticas do país que até à data não tinham sido devidamente aproveitadas” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 87) através do “Aproveitamento e valorização do património histórico e cultural como forma de atração turística” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 87) e “(...) construção de pousadas aproveitando e valorizando o património histórico do país” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 88).

Tornam-se explícitas as intenções dos governantes em adicionar novas camadas de valor à experiência turística através da associação do património arquitetónico, e da “(...) criação de circuitos ou trajetos turísticos” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 88) que intercetem diferentes geografias com conteúdos e expressões paisagísticas que exprimam a diversidade da oferta turística em Portugal.

A ideia de que o turismo pode alavancar o desenvolvimento económico e social de regiões deprimidas e melhorar economias mais robustas inscreve-se num quadro de regionalização turística e de integração desta problemática no foro das políticas de

⁸¹ Representavam em número de camas, respetivamente, 19% e 28% (INE, 1976), o que totalizava cerca de 47% do total da oferta nacional.

ordenamento do território, que começa agora a ser aventado através da explicitação aberta ao estímulo da “(...) criação de novas regiões de turismo com base na adesão das autarquias locais interessadas” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 88) e na “Articulação e integração, na medida do possível, dos planos de desenvolvimento turístico com as políticas de ordenamento do território (...)” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 87).

Ainda no plano da política cultural o guião programático do II Governo Constitucional introduz uma dimensão relevante que perpassa a “Participação na vida das organizações internacionais cujos objetivos se relacionem ou visem domínios culturais, nomeadamente a UNESCO e o Conselho da Europa” (Programa do II Governo Constitucional, 1978: 124). A inscrição desta medida, particularmente no que toca à UNESCO⁸², visa corresponder ao compromisso internacional decorrente da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris, entre 17 de Outubro e 21 de Novembro de 1972, da qual resulta a Convenção para a Protecção do Património Mundial.

Apesar da vontade expressa de renovação das políticas do turismo, designadamente, envolvendo o seu aprofundamento com a cultura no sentido de reduzir a sua assimetria, na prática o fenómeno de polarização em torno do Algarve permanecerá durante todo o período de «normalização» política. São as regiões onde o turismo gera resultados financeiros mais relevantes que merecerão maior atenção da governação tendo em conta que a assistência financeira, que se iniciou em 1977, impunha um programa de ajustamento estrutural que incluía medidas de austeridade. Constan também dos desafios que o país tem que ultrapassar a falta de confiança e de clarificação das regras económicas⁸³ que conduziram à estagnação do investimento e hipertrofia do setor sob intervenção do Estado bem como condicionalismos externos impostos por uma crise económica mundial que contribuiu para agravar o défice da balança de transações correntes, mormente por via das “(...) dramáticas subidas de preços das importações, designadamente das ramas petrolíferas (...)” (Programa do III Governo Constitucional, 1978: 4).

⁸² Só em 1983 esta medida germinará em Portugal as primeiras classificações com a inscrição do centro histórico de Angra do Heroísmo, do Convento de Cristo (Tomar), do Mosteiro da Batalha (Batalha) e do conjunto Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (Lisboa).

⁸³ “(...) aparelho produtivo, parcialmente desarticulado pelas transformações operadas na sequência da Revolução (...)” (Programa do III Governo Constitucional, 1978: 4).

O cenário de instabilidade governativa manter-se-á até ao final de 1984, momento em que Portugal cumpre um segundo acordo de financiamento externo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com êxito ao “(...) estabilizar a economia, restaurar a confiança dos mercados e criar as precondições macroeconómicas para a entrada de Portugal na Comunidade Europeia.” (Ter-Minassian, 2011: 19).

Em 1985, apesar do Governo não dispor de uma maioria parlamentar, usufruía de finanças públicas em razoável estado de equilíbrio, o que lhe permitirá desencadear “(...) importantes reformas de médio prazo (...)” (Ter-Minassian, 2011: 20). Estavam reunidas as condições mínimas e indispensáveis de âmbito financeiro mas também no tocante à envolvente económica⁸⁴ para desencadear as primeiras reformas estruturais desde a eclosão da Revolução, com influência direta sobre a economia portuguesa.

II.3.3. A ADESÃO À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA: 1986 - 1999

Em 1986 inicia-se um novo ciclo governativo que é marcado pela adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1 de Janeiro de 1986, projeto político onde o papel dos fundos estruturais⁸⁵ e do Fundo de Coesão, com o objetivo de fomentar a convergência e a coesão das regiões e dos Estados-Membros menos desenvolvidos, revelará um papel capital. Os fundos estruturais comunitários terão um impacto relevante no desenvolvimento económico de Portugal, tanto do ponto de vista da drenagem de recursos financeiros, tendo em conta que “(...) nos primeiros seis anos da adesão às CE Portugal recebeu cerca de 1100 milhões de contos em transferências da Comunidade que, líquidas dos pagamentos, representaram um fluxo financeiro acumulado de cerca de 640 milhões de contos.” (Mateus, 1992: 669) como na “(...) dinamização de um largo conjunto de investimentos estruturantes no processo de modernização da economia e das suas infra-estruturas.” (Mateus, 1992: 669). Iniciar-se-á um “(...) longo período de optimismo entre 1986 e o ano 2000.” (Amaral, 2010: 84), generalizando uma opinião de vários economistas que “(...) viam em Portugal um «caso de sucesso».” (Amaral, 2010: 84).

⁸⁴ “(...) foi especialmente beneficiada com a forte redução da factura petrolífera a partir dos finais de 1985, que contribuiu decisivamente para a abertura de um importante processo de *desinflação* (...)” (Mateus, 1992: 656), particularmente nos nossos principais parceiros comerciais.

⁸⁵ Fundo Estrutural de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA); e Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

É este o ambiente em que as políticas do turismo iniciaram, aparentemente, um ponto de viragem. O Programa do X Governo Constitucional apresenta um conjunto de considerações e objetivos que realçam a importância conferida a este fenómeno como alavanca regeneradora do tecido económico e social, face à sua elevada inclinação exportadora, “(...) o que conduziu a que o turismo se tenha transformado na segunda maior fonte de divisas e num dos sectores de maior capacidade de criação de emprego (...)” (Programa do X Governo Constitucional, 1985: 43), logo após um dos períodos de maior conturbação política, financeira, económica e social da história recente de Portugal: 1974 - 1984.

Mas o discurso político revela uma transformação/mudança em relação à argumentação que vinha sendo reiterada pelos anteriores Governos Constitucionais⁸⁶, questionando as consequências e os riscos de acentuar um fenómeno turístico que assenta na sua volumetria, particularmente no Algarve, e exprime contornos de massificação. O Governo parece reconhecer de forma aberta que o “(...) crescimento ao nível da procura não tem a indispensável correspondência na solução de problemas que impedem o são e ordenado desenvolvimento do turismo, acentuando-se, assim, graves desequilíbrios estruturais do passado” (Programa do X Governo Constitucional, 1985: 44). A narrativa governativa demonstrava estar ciente de um fenómeno de concentração das práticas turísticas com um efeito *boomerang*, no médio e longo prazo, nos domínios territorial, económico e social.

A concatenação do discurso e medidas políticas do X e XI Governos Constitucionais com as conclusões e recomendações que a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980)⁸⁷ (CUEBC, 2014), terá como desiderato o Plano Nacional de Turismo 1986-1989 (PNT), que constitui a primeira previsão e antecipação do Governo de Portugal às mutações que haviam de ocorrer no contexto da procura a partir de 1991⁸⁸. O Algarve, que era o principal motor do turismo em Portugal, passa a crescer de forma menos acentuada, o que demonstrou a emergência de novas dinâmicas da procura a par

⁸⁶ Ciclos económicos e políticos de reconhecida dificuldade.

⁸⁷ Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 1980; resolução da 6.ª Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, em Sófia, que adotou a Carta do Turismo e o Código do Turista, de 1985.

⁸⁸ Os dados quantitativos do consumo apresentarão a partir desse ano um abrandamento substancial do crescimento, revelando uma média de variações anual das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, no Algarve, de 1% ao ano até 2012, chegando mesmo a apresentar variações negativas ao longo deste período (1991/92: -1%; 1992/93: -8%; 2000/01: -5%; 2002/03: -2%; 2003/04: -6%; 2007/08: -3%; 2008/09: -9%). Quando comparado com o agregado nacional, é possível perceber que o Algarve apresenta uma média de variações anuais que é, sensivelmente, inferior em 1 p.p., à média do agregado nacional.

de alterações significativas no setor da distribuição que validou, designadamente, o modelo de desenvolvimento turístico algarvio e que, em certa medida, gerou uma relação de dependência de um conjunto restrito de mercados cujo risco se patenteia em alterações significativas na variação da procura, já analisado anteriormente.

O reconhecimento dos malefícios causados pela polarização excessiva e sem regulação do fenómeno turístico no Algarve obtém reconhecimento no âmbito das políticas de ordenamento com a criação de um Gabinete de Recuperação dos Desequilíbrios Turísticos do Algarve (Ministério do Comércio e do Turismo, 1991: 12).

Com a aprovação e início da execução do PNT, passa a estar consagrada de uma forma vinculada nas linhas estratégicas de desenvolvimento turístico em Portugal, a importância e a relevância do substrato endógeno (recursos naturais e culturais), em sincronia com as “(...) alterações e exigências da procura (...)” (Programa do XI Governo Constitucional, 1987: 51). Esta mudança de paradigma na política vigente, percebe-se de forma correta os riscos associados a uma tendência de polarização da oferta mas também da procura, que estava concentrada num conjunto restrito de segmentos de mercado do centro da Europa. No PNT, o Governo evidencia a sua ambição de promover um novo paradigma de regionalização turística e alavancar o fenómeno a partir de outros territórios (e.g. Douro e Serra da Estrela) que não apenas os polos tradicionais de ocorrência de práticas turísticas (e.g. Algarve e Lisboa em território continental).

A conceção e o desenvolvimento turístico a partir de diferentes unidades de território carece do reconhecimento pleno dos seus recursos. Este desígnio é operacionalizado com o desenvolvimento do projeto de construção de um Inventário de Recursos Turísticos (IRT). A criação deste instrumento é iniciada em 1990 (Ministério do Comércio e do Turismo, 1991: 68), visando a concretização de um longo e extenso trabalho de rastreamento de toda a componente da oferta no sentido de poder operar as medidas preconizadas de maior desconcentração do fenómeno turístico, quer do lado do investimento (oferta) quer do lado da procura ao promover a diversificação dos mercados.

O PNT é definido como um “(...) instrumento de orientação geral” (Programa do X Governo Constitucional, 1985: 44), mas tem a responsabilidade de induzir na política nacional de turismo preocupações relacionadas com a sustentabilidade dos recursos; dimensão expressa no objetivo de “Contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural”⁸⁹ (Ministério das Finanças, 1986: 194).

Ainda no âmbito deste Plano, são criados importantes instrumentos de alavancagem financeira, isto é, sistemas de incentivo ao investimento a fundo perdido, que viabilizarão o desenvolvimento de projetos em vários domínios, designadamente na criação de novos empreendimentos turísticos em áreas rurais, reabilitando património edificado, bem como a construção de novos empreendimentos ao longo de todo o território nacional.

Interessa ainda notar que no âmbito do XI Governo Constitucional, a área ministerial responsável pela cultura, propõe a colaboração com as Autarquias em ações integradas com a Administração Central nos domínios do “(...) planeamento regional e urbano, ambiente e turismo”. Esta medida mostra também uma certa transversalidade do setor da cultura que denota uma alteração profunda do arquétipo da gestão dos bens culturais, e um sinal da “(...) implosão da abordagem oficial (de Estado) do património” (Amirou, 2000: 20”).

Já vinha sendo patenteada a importância capilar do binómio turismo-cultura⁹⁰ como estratégia de atenuação das assimetrias regionais e alavancagem da coesão territorial, mas esta relação e colaboração só obterá tradução explícita e direta na taxonomia de produtos turísticos que assumem uma expressão institucional em 1991 no âmbito do Livro Branco do Turismo (Ministério do Comércio e do Turismo, 1991), podendo inferir-se que estamos no dealbar do «turismo cultural» em Portugal.

⁸⁹ Desiderato que, segundo o Plano poderia ser alcançado através da “Organização equilibrada dos espaços”, da “(...) Definição da carga turística ótima para cada zona a desenvolver”, da “(...) Da protecção da arquitectura regional e dos aglomerados urbanos típicos”, da “Preservação dos monumentos e protecção dos espaços envolventes” e do “Desenvolvimento do artesanato e apoio ao folclore” (Ministério das Finanças, 1986: 194).

⁹⁰ A “(...) interação turismo/cultura (...)” (Cluzeau, 1998: 105), é caracterizado pela sua “durabilidade”, “caráter não duplicável” e “aptidão para ser indefinidamente declinada e encontrar os seu público alvo” (Cluzeau, 1998: 93) e ao qual acresce a virtualidade de poder criar valor e, simultaneamente, “(...) compreender a alteridade, a variedade de patrimónios e a força das identidades” (Cluzeau, 1998: 105).

O ano de 1991, e já na vigência de um novo Governo Constitucional (XII), será marcado pela participação de Portugal na criação da União Económica e Monetária (UEM), objetivo firmado no Programa do Governo e no Programa de Convergência Q2 para 1992-1995, aprovados em Novembro de 1991 (Aguiar-Conraria, Alexandre e Correia de Pinho, 2012).

O ano de 1992⁹¹ é marcado pelo início de um curto período recessivo⁹², que durará até 1994, e pela adesão de Portugal ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio que será alvo de fluxos especulativos que conduzirão à desintegração do Sistema Monetário Europeu⁹³ entre 1992 e 1993 (Buitter, Corsetti e Pesenti, 1998). Portugal interrompe um ciclo de crescimento que durava desde 1985. Durante este período também a procura turística sofre um ligeiro abalo, decrescendo entre 1991 e 1992 e 1992 e 1993, respetivamente, -4% e -7%.

Em 1994, Portugal regressa ao crescimento e recupera durante o período seguinte, entre 1993 e 1995, 18% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, o que é revelador, por um lado, de uma certa suscetibilidade do turismo à conjuntura externa, designadamente, em relação aos principais mercados emissores que sofreram durante a implementação do SME. Em particular, realça-se o Reino Unido, que foi alvo de fortes ataques especulativos, vendo-se obrigado a suspender a participação da Libra Esterlina no MTC e a sofrer uma fortíssima desvalorização (Buitter, Corsetti e Pesenti, 1998; Mendonça, 2006), com implicações no decréscimo da procura turística, particularmente no Algarve⁹⁴. O comportamento declinante da procura revela o peso dos mecanismos de transação turística vigentes e malefícios causados por uma política de concentração e convergência de mercados e da oferta. Este cenário reflete o escopo programático do Governo que reitera para o turismo a necessidade de aproveitar e ampliar as «vantagens comparativas» de Portugal como destino turístico, apresentando um conjunto de medidas valorizadoras das componentes sócio-culturais e patrimoniais, que assumem assim uma “(...) importância central no processo de planeamento.” (Costa *apud* Costa, 2005: 286) e capacidade diferenciadora no mercado internacional para poder também captar novos segmentos da procura turística.

⁹¹ Assinado o Tratado de Maastricht que institui a Comunidade Europeia.

⁹² Recessão na Europa com efeitos em Portugal.

⁹³ Criado em 1979.

⁹⁴ As dormidas em estabelecimentos hoteleiros decrescem sucessivamente, entre 1991/92 e 1992/93, respetivamente, -1% e -8% (INE, 1991-1993).

Em 1997 o governo retoma e formula uma medida de convergência das esferas económica (turismo) e cultural, no sentido de promover a cultura portuguesa com um alcance mais alargado. Esta medida consubstanciou-se na criação do Programa de Incremento do Turismo Cultural pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/97, de 30 de Julho. Este documento vem reconhecer “(...) a necessidade de incrementar e reforçar a participação do turismo na salvaguarda do património cultural nacional e no estímulo à actividade cultural, baseando esse esforço em estratégias de desenvolvimento sustentado.” (RCM n.º 127/97, de 30 de Julho). A medida preconiza o desenvolvimento de circuitos turístico-culturais de projeção internacional alargada, de matriz e identidade europeia, e neste caso específico de lastro Mediterrânico⁹⁵, alavancada pela organização não governamental «Museu sem Fronteiras»⁹⁶. *O Programa vigorará para o período de 1997-1999 e funcionará junto do membro do Governo que tutela a área do turismo*⁹⁷ que, em articulação com os países da bacia do Mediterrâneo e sob o tema «A Arte Islâmica em Portugal» desenvolveram o itinerário-exposição *Terras da Moura Encantada – arte islâmica em Portugal*⁹⁸.

Encerra-se um ciclo que é marcado, genericamente, por um crescimento económico quase contínuo com a exceção dos anos 1992-1994 (Amaral, 2010). O período é marcado do ponto de vista turístico por uma afirmação clara e objetiva do alargamento das geografias e territórios de exploração turística, assumindo a cultura um papel relevante neste propósito. A narrativa política alinha o discurso com a estratégia europeia de coesão e convergência regional, ajustando as políticas e medidas de redução das assimetrias e fenómenos de concentração do turismo à sua especificidade endógena, designadamente, através da aplicação de fundos comunitários em regiões periféricas que continham um elevado potencial turístico mas não dispunham de infraestruturas de exploração turística. Decorre deste ciclo de crescimento e desenvolvimento económico o primeiro intento de regionalização turística que visa o alargamento da base territorial do fenómeno, particularmente de regiões com um elevado potencial (e.g. Douro e Serra

⁹⁵ Estava em causa a conceção de um “(...) espaço euro-mediterrânico como um imenso «museu sem fronteiras»” de visita ao público (Direção-Geral do Turismo *apud* Cardeira da Silva, 2005, p. 799) bem como um objetivo estratégico que mergulha na herança cultural e histórica que liga a Europa, o Norte de África e o Médio Oriente. Este conceito visa, em certa medida, visa recuperar o significado de Mediterrâneo que “(...) na sua raiz latina, (...) significa «o centro da terra» e não «a barreira meridional», que durante séculos, foi o centro do nosso mundo.” (Emmott, 2011)

⁹⁶ *Museum With No Frontiers*

⁹⁷ Com o apoio da Direção-Geral do Turismo e do Instituto de Financiamento e apoio ao Turismo.

⁹⁸ Inaugurado em Maio de 1999.

da Estrelas) com o intuito de atenuar o fenómeno de concentração e polarização turística em torno do Algarve.

III.3.4. A ADESÃO AO EURO E A «FIXAÇÃO IRREVOGÁVEL» DAS TAXAS DE CÂMBIO: 1999 - 2014

A partir do final de 1999 tem início um ciclo de longa estagnação da atividade económica em Portugal (Aguiar-Conraria, Alexandre e Correia de Pinho, 2012), em resultado do novo regime económico de adesão ao Euro e fixação irrevogável do câmbio. Apesar de uma conjuntura económica desfavorável do país, os resultados do turismo são de crescimento ao ponto de em 2002⁹⁹ o Governo publicar o Plano de Consolidação do Turismo que reagia à “(...) grande progressão no triénio de 1998-2000 (...)” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 24 de Janeiro: 507) do turismo com o argumento de consolidar as posições adquiridas e garantir estabilidade e segurança no futuro, suportada num arquétipo de “(...) turismo sustentável e de qualidade, com empresas modernas e competitivas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 24 de Janeiro: 507).

O Plano de Consolidação do Turismo vem responder a indícios de mutação do fenómeno turístico no contexto internacional¹⁰⁰, privilegiando «opções estratégicas» que permitam um reconhecimento mais plural do substrato endógeno do país, expresso em linhas de força que suscitam uma intervenção territorial alargada com determinação em várias escalas, nomeadamente, a nacional, regional e local e articulada com as políticas de ordenamento do território. Vem ainda reconhecer os “(...) traços dominantes da procura turística, sobretudo ao nível (...) da incidência sazonal, da dependência em relação aos grandes operadores internacionais e da diversificação das origens” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 24 de Janeiro: 507).

Ainda em 2002, e no âmbito da vigência do XIV Governo Constitucional é publicado um documento¹⁰¹ que reúne um acervo relevante de informações sobre a política, estratégia e instrumentos de intervenção que vigoram em Portugal na área do turismo.

⁹⁹ Ano em que entraram em circulação as notas e moedas do euro nos países que adotaram a moeda única.

¹⁰⁰ Fruto também do impacto no setor das viagens do atentado às torres gémeas do World Trade Center em 11 de Setembro de 2009.

¹⁰¹ «Turismo em Portugal – Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção: Turismo sustentável e de qualidade com empresas modernas e competitivas»

Este documento, que é publicado¹⁰² no final da legislatura e que não dispõe do formalismo político que lhe conferiria peso institucional e uma base de compromisso genérico, ensaia, uma charneira política condensada na secção “Política nacional de turismo”, onde se consubstanciam medidas que remetem para um modelo de regionalização turística que, apesar de não se ter efetivado, perspectiva e propõe uma estratégia de territorialização das políticas do turismo suportada numa «matriz estratégica» que faz convergir a região, o produto turístico e o mercado emissor. A linha de pensamento que suporta esta estratégia assenta num paradigma que interpreta e percebe os riscos que Portugal enfrenta e que estão radicadas na excessiva concentração territorial do fenómeno turístico a par de uma polarização melindrosa dos mercados emissores.

Desde o I Governo Constitucional que a retórica política tem acentuado a necessidade de criar novas oportunidades a partir da base endógena mas foi sempre omissa em relação aos modelos de distribuição a perseguir no sentido de corrigir esta debilidade. O documento em apreço, e em relação à problemática da comercialização, intenta sugestões concretas e específicas que vão no seguinte sentido (Direcção-Geral do Turismo, 2002: 69):

- 1) Reposicionar a “(...) imagem (texto e fotografias) das marcas e produtos turísticos nacionais nas brochuras dos principais Operadores Turísticos para Portugal;
- 2) Proceder a uma “Seleção rigorosa dos Operadores turísticos estratégicos para Portugal, e para produtos específicos”;
- 3) Racionalizar os “(...) apoios a Operadores Turísticos, privilegiando o desenvolvimento de acções conjuntas, quer de imagem, quer de apoio à venda”;
- 4) Estabelecer “Parcerias estratégicas com Companhias Aéreas (regular ou charter) para o lançamento de operações específicas”;
- 5) Atuar “(...) junto dos Circuitos de Distribuição , em especial com acções de formação e de incentivo à venda de produtos turísticos nacionais.”

Estas orientações¹⁰³ remetem para o domínio da operação especializada e novas morfologias do território, relevando e caucionando temática desta investigação tendo

¹⁰² Editado pela Direcção-Geral do Turismo.

¹⁰³ Com a excepção da quarta.

em conta que a pretensa seleção deverá sustentar-se numa análise fina de várias dimensões envolvidas, a saber:

- 1) Geografias de incidência do fenómeno turístico;
- 2) Recursos que obtêm integração programática nos pacotes turísticos;
- 3) Modelos de interação territorial e circulação;
- 4) Tipo e precisão da retórica discursiva aplicada.

Também no âmbito dos instrumentos de financiamento¹⁰⁴ são interpeladas dimensões relevantes da ação política do XIV Governo Constitucional, particularmente, para operacionalizar medidas que fundem e articulam o domínio cultural e turístico, através de linhas de ação inseridas no Sub-Programa do QCA¹⁰⁵ II «Turismo e Património Cultural», que visavam, entre outros objetivos, a “Recuperação de monumentos e edifícios com especial interesse histórico para fins de alojamento turístico”, a “Valorização do património cultural, através da recuperação e melhoria das infra-estruturas de apoio aos visitantes nos principais monumentos nacionais” e a “Recuperação e revitalização de museus e de outros equipamentos culturais de interesse turísticos”. Também estas medidas de apoio se estendiam à resolução da problemática das assimetrias regionais ao apoiar projetos localizados no interior com o intuito de fomentar a coesão económica e social do país.

Em 2002, a situação económica e financeira em Portugal continua a degradar-se face à dificuldade do país em se adaptar a um ambiente de moeda única e câmbio fixo¹⁰⁶ e restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento¹⁰⁷ que define regras de “(...) controle apertado dos défices orçamentais excessivos que continuavam a não poder ultrapassar o limite de 3% do PIB (...)” (Mendonça, 2006: 22). Os problemas estruturais relativamente ao precário equilíbrio orçamental bem como o contexto internacional ditarão dificuldades que serão aprofundadas até aos dias de hoje. Portugal reincide em falhas de política económica como havia cometido em 1977 e 1983 mas sem a possibilidade de poder aplicar medidas de política económica e monetária.

¹⁰⁴ O Plano de Consolidação do Turismo estava também dotado do “(...) Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR) (...)” (Diário da República n.º 20, 2002: 507), vocacionado para entidades públicas e associativas. O PIQTUR disporá de uma cobertura orçamental “(...) até ao montante máximo de 180 milhões de euros, que será assegurada através das verbas provenientes da prorrogação dos contratos de concessão de zonas de jogo (...)” (Diário da República n.º 20, 2002: 508), desdobrando-se em seis sub-programas com incidência sobre a “Estruturação, qualificação e diversificação da oferta”, a “Promoção e Animação Turística”, o “Emprego e Formação”, a “Investigação, Planeamento e Qualidade”, a “Inovação, Informação e Novas Tecnologias” e a “Assistência Técnica”.

¹⁰⁵ Quadro Comunitário de Apoio

¹⁰⁶ Integração na União Económica e Monetária.

¹⁰⁷ Aprovado no Conselho Europeu de Amesterdão, de 16 e 17 de Junho de 1997.

Se era importante garantir o saneamento das finanças públicas, com efeito o Governo dará uma resposta contrária, ao acumular mais despesa pública com a organização do UEFA EURO 2004¹⁰⁸, ancorado nos desígnios da política de desenvolvimento do turismo que é “(...) considerado, sem quaisquer hesitações, como um sector produtivo prioritário e estratégico para a próxima legislatura” (XV Governo Constitucional, 2002: 88). O impacto direto sobre a procura¹⁰⁹ terá algum efeito ao provocar um ligeiro crescimento observado na média de variações que rondará os 7% ao ano entre 2004 e 2007. Todavia, essa alteração positiva será pouco prolongada e, entre 2007 e 2008, a taxa de crescimento das dormidas descerá para os 3%¹¹⁰ e no ano seguinte, 2008/09, a evolução deste indicador quantitativo será mesmo negativa, rondando os -3% em Portugal.

Apesar do XV Governo Constitucional revelar um forte pendor para medidas de ação externa e confiar no potencial multiplicador económico dos megaeventos de vulto internacional e na sua capacidade de dar notoriedade a Portugal, revelará adicionalmente preocupações recorrentes que têm vindo a ser registadas ao longo dos anteriores Governos Constitucionais. Essas estão também diretamente associadas ao esforço do UEFA EURO 2004 mas remetem para questões mais estruturais que estão relacionadas com a concentração dos mercados emissores e a necessidade de “(...) aumento e diversificação da receita real e dos fluxos turísticos (...)” (XV Governo Constitucional, 2002: 89), o que pode ser alcançado também através de “campanhas de promoção e comunicação seletivas por produtos/marcas dirigidas a segmentos de mercados/consumidores alvo” (XV Governo Constitucional, 2002: 89). Esta medida remete para orientações que haviam sido explicitadas no documento estratégico (DGT, 2002)¹¹¹ elaborado pelo anterior Governo Constitucional, que observava novas dimensões do território e da sua oferta em articulação com as variáveis económica e motivacional em estreita ligação com os mercados.

¹⁰⁸ Campeonato Europeu de Futebol de 2004

¹⁰⁹ Dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

¹¹⁰ Verificou-se uma diminuição de -1% das dormidas no Algarve. Apesar do EURO 2004 acontecer “(...) num momento de retração da evolução da procura turística no Algarve, ressentindo-se desse facto, (...) também não foi capaz de por si inverter essa tendência generalizada de desaceleração no primeiro e segundo semestre de 2004. Em termos físicos o retrocesso é significativo.” (Perna, F., et al, 2005)

¹¹¹ “Turismo em Portugal – Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção: Turismo sustentável e de qualidade com empresas modernas e competitivas”.

Em 2005 o XVII Governo Constitucional partirá para a legislatura com um programa que visa, desde logo, reenquadrar o setor com uma nova Lei de Bases do Turismo que “(...) consagre as linhas orientadoras e a estratégia de uma Política Nacional de Turismo” (XVII Governo Constitucional, 2005: 111).

O programa do Governo propõe ainda a implementação de «Planos de Intervenção Turística (PIT)», atribuindo-lhes uma natureza autónoma e plurianual com uma articulação “(...) à escala das regiões, capazes de responder a questões específicas de cada uma delas.” (XVII Governo Constitucional, 2005: 112). Também prevê que estes instrumentos sejam articulados com “(...) outros programas já existentes, nomeadamente com o PIQTUR¹¹²” (XVII Governo Constitucional, 2005: 112), instrumento de apoio criado na vigência do XIV Governo Constitucional, e que integrava o Plano de Consolidação do Turismo¹¹³.

Com efeito, em 2007, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – Programa de Acção vem sufragar a necessidade de uma “(...) estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local” (DGT, 2007: 29), elencando para a sua realização a implementação do Plano Estratégico Nacional de Turismo tendo em vista, nomeadamente, a definição e delimitação das regiões do País com atual especialização turística ou com significativo potencial de desenvolvimento turístico nas múltiplas componentes (2007-2013).” (DGT, 2007: 36).

Nesse mesmo ano (2007) será publicado o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)¹¹⁴, em estreita articulação e coerência com a estratégia definida no contexto da política de ordenamento do território nacional. O Programa do Governo obtém assim desenvolvimento das suas políticas de turismo no documento estratégico que irá marcar os próximos sete anos de governação.

A ação e a oportunidade do PENT sustenta-se num conjunto de resultados e tendências do turismo nacional que remetem para indicadores menos favoráveis como a perda de

¹¹² Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo.

¹¹³ RCM n.º 12/2002, de 24 de Janeiro.

¹¹⁴ Era acompanhado de dossiers de produto e estabelecerá a agenda da política nacional de turismo de um modo integral com uma influência territorial à escala nacional, regional e local, aprofundando os principais vetores que compõem o sistema turístico e produzindo, no domínio dos mercados, um exercício analítico de nível setorial de todos os produtos considerados prioritários.

quota de mercado a nível internacional, deficiências ao nível da concentração dos mercados emissores, uma marcada polarização territorial em torno do Algarve, Lisboa e Madeira, e também uma concentração temporal evidenciada na “(...) elevada sazonalidade e limitações nas ligações aéreas” (Ministério da Economia e do Emprego, 2007: 5). O Governo identifica as principais debilidades e oportunidades que radicam nas “(...) perspectivas de forte crescimento para o mercado mundial” (Ministério da Economia e do Emprego, 2007: 5), reconhecendo todavia que é um imperativo construir uma “(...) estratégia de actuação que permita responder à sofisticação da procura e a um número crescente de ofertas concorrenciais” (Ministério da Economia e do Emprego, 2007: 5) tal como já havia reconhecido o Plano de Consolidação do Turismo em 2002. De resto, constitui um dos fatores diferenciadores de Portugal como destino turístico na estratégia do PENT a «História, Cultura e Tradição» (Ministério da Economia e do Emprego, 2007: 5).

O PENT foca também nos mecanismos de distribuição turística salientando a sua complexificação em resposta à crescente «sofisticação da procura» (Ministério da Economia e do Emprego, 2007: 5) e reconhecendo uma tendência de desintermediação que viabiliza mecanismos de *bypass* comercial que desobstruem corredores comerciais e colocam o consumidor em contacto direto com os fornecedores de alojamento, transportes e outros serviços. Também esta alteração permitiu a emergência de novos protagonistas que desempenham funções tradicionalmente catalogáveis como operadores turísticos (grossista) mas que, na realidade, executam uma operação de intermediação mais flexível e que tende a especializar-se em temáticas (e.g. cultura).

Em Outubro de 2009 o cenário macroeconómico revela continuar a degradar-se e pode ler-se no discurso programático do XVIII Governo Constitucional que o momento apresentava tensões e hostilidades, que mais tarde se agravariam, afirmando que “(...) é a maior crise económica mundial dos últimos 80 anos” (XVIII Governo Constitucional, 2009: 4).

Em matéria de política para o turismo esta modificação do cenário em nada fará oscilar ou alterar as medidas de fundo que estavam traçadas. Foi um período de implementação de políticas, designadamente uma das mais impactantes em termos institucionais, a regionalização turística provocada pela extinção dos anteriores órgãos regionais e locais

de turismo que não abrangiam a totalidade do território nacional e a criação de novas figuras jurídicas, as Entidades Regionais de Turismo, que fariam a gestão das Áreas Regionais de Turismo e dos Pólos de Desenvolvimento Turístico. Esta foi uma das iniciativas mais relevantes em matéria de reforma pública e que ia no sentido de afirmar manchas com elevado potencial turístico, como o Douro ou a Serra da Estrela, operando assim uma medida de correção das assimetrias regionais¹¹⁵.

Não obstante o intento que ia no sentido de tornar o espetro institucional de escala regional mais forte, operam-se dificuldades orgânicas que terão dificultado a melhor evolução deste processo. Citando o exemplo do Douro, onde existia um referencial estratégico e um pacote de instrumentos financeiros relevante, entre 2009 e 2012, o número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros decresceu cerca -4,2%, revelando que a descentralização e o reforço das plataformas regionais não bastará como medida para efetivar mudanças nas economias turísticas regionais.

Salientam-se na narrativa programática do XVIII Governo Constitucional, preocupações que relevam para a drenagem e captação de procura internacional para o destino Portugal, sustentadas na necessidade de alinhamento do “(...) transporte aéreo, em todas as suas vertentes, com as prioridades do turismo, designadamente ao nível da competitividade das infraestruturas aeroportuárias, da articulação Turismo/Transportadora Aérea Nacional, da captação de novas rotas e da promoção do País” (XVIII Governo Constitucional, 2009: 30). Esta medida parece revelar a relevância que está associada ao alinhamento e articulação das políticas dos transportes, designadamente no plano aéreo e as alterações e transformações nos padrões migratórios que envolvem o fenómeno turístico. Visa também a melhoria das condições de acesso ao país no seu todo e, simultaneamente, a ampliação das rotas aéreas que permitirão reduzir o impacto da concentração da procura em torno de 4 mercados emissores.

Também o ciclo de declínio económico revelou implicações na política fiscal com efeitos no comportamento do turismo nacional, nomeadamente, com o agravamento das taxas do IVA (Quadro 25), em Julho 2010, em 1 ponto percentual e mais tarde, em

¹¹⁵ No caso do Douro esta iniciativa foi acompanhada de importantes instrumentos de planeamento regional, citando apenas o exemplo do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, que dispunha de um conjunto de medidas de intervenção estratégicas para a região, a par linhas de financiamento que o operacionalizariam.

Janeiro de 2011, adicionando mais 2 pontos percentuais à taxa normal, passando de 21% para 23%. Em 2011 o impacto do IVA amplia-se com reescalonamento das taxas que terão um efeito sobre serviços como o golfe e a restauração que passarão da taxa reduzida e intermédia, respetivamente, para a taxa normal.

Quadro 25: Evolução do IVA – Portugal Continental

Imposto sobre o Valor Acrescentado - Portugal Continental								
	até 30.06.2010		01.07.2010		01.01.2011		29.11.2011	
		Serviços		Serviços		Serviços		Serviços
Taxa reduzida	5%	Alojamento hoteleiro; Golfe	6%	Alojamento Hoteleiro; Golfe	6%	Alojamento Hoteleiro	6%	Alojamento Hoteleiro
Taxa intermédia	12%	Restauração	13%	Restauração	13%	Restauração	13%	Restauração
Taxa normal	20%		21%		23%	Golfe	23%	Restauração; Golfe

Fonte: elaboração própria / Autoridade Tributária e Aduaneira (2010; 2011)

A situação económica e financeira de Portugal em 2011 não se regenerará, tendendo para um agravamento e uma situação de paralisia em resultado da rejeição do novo Programa de Estabilidade e Crescimento 2011 – 2014 pela Assembleia da Republica, o que leva o Governo a pedir a sua demissão. Durante o período que mediará o processo eleitoral e a sua conclusão é assinado um Memorando de Entendimento de assistência financeira estabelecido com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, subscrito por cerca de “85% dos deputados eleitos para a Assembleia da República”.

O cenário de governação do XIX Governo Constitucional é crítico, tendo em conta a situação em que se encontram as finanças públicas e as medidas que são negociadas no Memorando de Entendimento que obriga à redução escalonada mas drástica do défice das Administrações Públicas para, 5,9% do PIB em 2011, 4,5% em 2012 e 3,0% em 2013¹¹⁶. As medidas a adotar para alcançar tal desiderato tiveram um carácter estrutural e foram tomadas num período de elevada turbulência e agitação dos mercados financeiros, cujo efeito foi mitigado pelo acordo que blindou o Estado de ocorrências exógenas mais extremas.

O Programa do Governo assume um perfil «Frugal», apelando ao “(...) esforço de poupança do Estado, das famílias e das empresas” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 10). Em resultado da situação de emergência foram várias as consequências no contexto do turismo, desde logo emanadas da revisão do Programa

¹¹⁶ Em termos absolutos a redução equivalerá a 10.068 milhões de euros.

para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) que conduziu à extinção dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, optando por um modelo institucional mais concentrado e eliminando estruturas que interpretavam a necessidade de desenvolver novas economias turísticas a partir de bases territoriais cujas características endógenas revelavam um elevado potencial turístico.

Concretizam-se a suspensão imediata de projetos públicos que estavam na forja como o novo aeroporto de Lisboa, o projeto de “Alta Velocidade” Lisboa – Madrid, a suspensão temporária de algumas autoestradas, a alteração do modelo de gestão/eliminação das SCUT¹¹⁷ com a introdução de pórticos de pagamento à circulação (*Open Road Tolling*), a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal e o aumento do IVA já referido (Quadro 23). Estas medidas tiveram, algumas delas, um impacto imediato sobre a oferta e a procura como sucedeu com o aumento já referido da taxa do IVA e outras com implicações futuras face ao atraso no domínio das operações e acessibilidades com a respetiva perda na atratividade fiscal e infraestrutural de Portugal como destino turístico face a outras regiões do mundo. Ainda assim, o turismo nacional revela um comportamento resiliente e positivo, patenteado no crescimento das dormidas em cerca de 1% entre 2011 e 2012 e um incremento entre Novembro de 2012 e o período homólogo de 2013 de 5,1%, devendo este crescimento à procura externa que aumentou 7,9% em oposição à procura domiciliada em Portugal que verificou um decréscimo de -1,3%.

O XIX Governo Constitucional densifica a sua orientação em matéria de política do turismo, dando continuidade às medidas de fundo do Plano Estratégico Nacional do Turismo com o argumento de que foi adotado pelos agentes do setor e desenvolvido para suportar, mediante revisões periódicas, um período de aplicação até 2015. Será respaldado por este fundamento bem como pela necessidade de adaptar o Plano às “(...) mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo (...)” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 2) e “(...) instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal (...)” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 2) que a revisão do PENT se concretizará. O Governo sustenta também a necessidade de atualização do Plano no facto da realidade ter demonstrado “(...) que a definição dos

¹¹⁷ Sem Custos para o Utilizador

objectivos feita (...) em 2007 não foi realista, uma vez que os resultados ficaram muito aquém do esperado” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 2) (Quadro 26).

Quadro 26: Extrato de previsões que constavam do PENT (2007) e resultados obtidos em 2012 e 2014

	Previsão 2007 - 2015		
	PENT (2007)	2012	Desvio
Proveitos totais (mil milhões de €)	14,4 - 15,5	11,3-12,2(*)	-21,50%
Peso do Algarve, Lisboa e Madeira	75%	74%	
Variação anual das dormidas			
Norte	8,5%	2,9%	-5,6%
Centro	6,0%	1,3%	-4,7%
Lisboa	6,7%	2,6%	-4,1%
Alentejo	11,0%	2,8%	-8,2%
Algarve	2,7%	0,3%	-2,4%
Açores	6,0%	-3,3%	-9,3%
Madeira	2,7%	-0,3%	-3,0%

(*) Intervalo calculado com base na afirmação “(...) as receitas turísticas ficaram 21,5% aquém do objetivo (...)” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012)

Fonte: elaboração própria / INE (2012); Ministério da Economia e do Emprego (2007); Ministério da Economia e do Emprego (2012)

O teor da atualização do PENT demonstra o estado crítico em que se encontra a Governança que reserva prioridade para medidas de emergência nacional e subtrai espaço de ação governativa a medidas de maior criatividade, mesmo no domínio exportador. O estado de emergência e a necessidade de captação rápida de divisas é perceptível na prioridade política atribuída ao desenvolvimento de uma imagem de Portugal como um destino de «sol e mar». Os argumentos que o Governo profere acabam por evidenciar os riscos dessa opção, reconhecendo que as “ (...) motivações lazer – onde se destaca o sol e mar – predominam para os turistas que procuram o Mediterrâneo, e perdem estruturalmente quota de mercado ao nível global” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 5) e que no “(...) período 2006 – 2011, a Turquia, seguida de Marrocos e Croácia, obtiveram o melhor desempenho ao nível de entradas de turistas na bacia do Mediterrâneo, situação que penaliza a competitividade e sustentabilidade das empresas em destinos tradicionais como Portugal” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 6).

Não obstante a incoerência, esta posição recorda circunstâncias de governos anteriores, particularmente, do período pós-Estado Novo e de «normalização» política (até 1984), sujeitos a sucessivas crises económicas e financeiras, e cujas medidas favoreceram sempre os tecidos económicos instalados e sistemas de distribuição estabelecidos; o que

aprofundou a polarização turística em Portugal. Em simultâneo, a narrativa programática sinalizava o desígnio de maior pluralidade regional do fenómeno turístico, designadamente através da coligação da cultura e do património como fatores de valorização e diferenciação dos territórios, o que o XIX Governo Constitucional repetiu ao considerar no âmbito da proposta de valor do «Destino Portugal», a “História, Cultura e Tradição” (Ministério da Economia e do Emprego, 2012: 7) como um fator diferenciador e de “atratividade do turismo” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2012: 51).

II.3.5. SÍNTESE

A evolução do quadro político e económico nacional desde a segunda metade do regime do Estado Novo até à atualidade revela mudanças profundas nos arquétipos de governação e modelos ideológicos vigentes com implicações relevantes no modo como o fenómeno turístico se estabeleceu e desenvolveu em Portugal. Desde logo, o regime do Estado Novo exhibe uma transformação estrutural do seu modelo governativo a partir da década de 1960 que tende para uma gradual abertura ao exterior em busca de recursos financeiros para suportar uma operação militar exigente em África que eclode em 1961. O desenvolvimento do “(...) fenómeno do turismo de massas, que teve a sua origem na década de 50 e grande desenvolvimento entre as décadas de 60-70 (...)” (Costa, 2005: 280), viria a constituir um importante instrumento captura de divisas estrangeiras a partir do Algarve¹¹⁸, região que possuía as condições geomorfológicas e climatéricas adequadas ao perfil de oferta reproduzido pelos “(...) grandes operadores turísticos (grossistas) (...)” (Costa, 2005: 280) que suportavam o fenómeno turístico em toda a bacia do Mediterrâneo¹¹⁹.

A coincidência histórica da necessidade de reservas financeiras do Estado português e o desenvolvimento de um fenómeno económico na Europa com um impacto relevante no domínio exportador (turismo) das economias recetoras, ditou uma acentuada concentração do fenómeno turístico em Portugal, exibindo adicionalmente uma reconhecida dependência de mecanismos de distribuição exteriores ao país. A conjuntura económica e financeira de Portugal influenciou o modo como o turismo se implantou de forma assimétrica e polarizada em termos de mercados e produtos.

¹¹⁸ Particularmente a partir de 1965 com a construção do aeroporto de Faro.

¹¹⁹ Mas também algumas ilhas das Caraíbas (Pearce *apud* Costa, 2005: 281).

A queda do regime do Estado Novo com a Revolução de 25 de Abril de 1974, e o sucessivo processo de descolonização, provocou uma contração geográfica do território nacional, circunscrevendo-o à sua fração europeia¹²⁰. A degeneração do território pronunciou uma alteração da narrativa política¹²¹, que se manteve até à atualidade, de tentativa de alargamento do fenómeno turístico a novas regiões ou áreas do país. Os sucessivos governos passaram a advogar uma estratégia de alargamento do fenómeno a outras regiões, outorgando à cultura uma função influente no desenvolvimento regional. É-lhe atribuída a capacidade de alimentar e municiar a dimensão turística com efeitos na regeneração económica de cinturas regionais debilitadas, contribuindo assim para a atenuação das assimetrias que estão ancoradas num flagelo histórico de recuo da “afirmação das identidades regionais” (Silva, 2000: 147) aprofundadas durante o regime do Estado Novo.

No entanto, os Governos Constitucionais do período de «normalização» política (1976-1984) encontraram um país praticamente paralisado economicamente, em resultado das nacionalizações em massa decretadas e consumadas durante o PREC. A condição económica complexa de baixa taxa de emprego e défices da balança de pagamentos elevados, agravada pelo efeito de um conjunto de externalidades negativas à economia¹²², terá como implicações dois pedidos de intervenção e assistência financeira externa¹²³. Este ambiente económico de elevada fragilidade ditará um discurso que salienta a necessidade de reduzir os déficits da balança de pagamentos através do fomento do turismo externo ao qual só poderia acorrer a oferta já estabelecida e garantida de mecanismos de distribuição eficazes, designadamente, no Algarve, Lisboa e Madeira.

Por conseguinte, apesar das sucessivas narrativas políticas defenderem medidas de alargamento das geografias de oferta turística suportadas nas variáveis cultural e patrimonial, a operacionalização do discurso é notoriamente mais intrincada e bastará para isso observar o mapa do património classificado pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a sua distribuição territorial com as zonas de incidência turística

¹²⁰ Macau regressará à soberania chinesa em 20 de Dezembro de 1999.

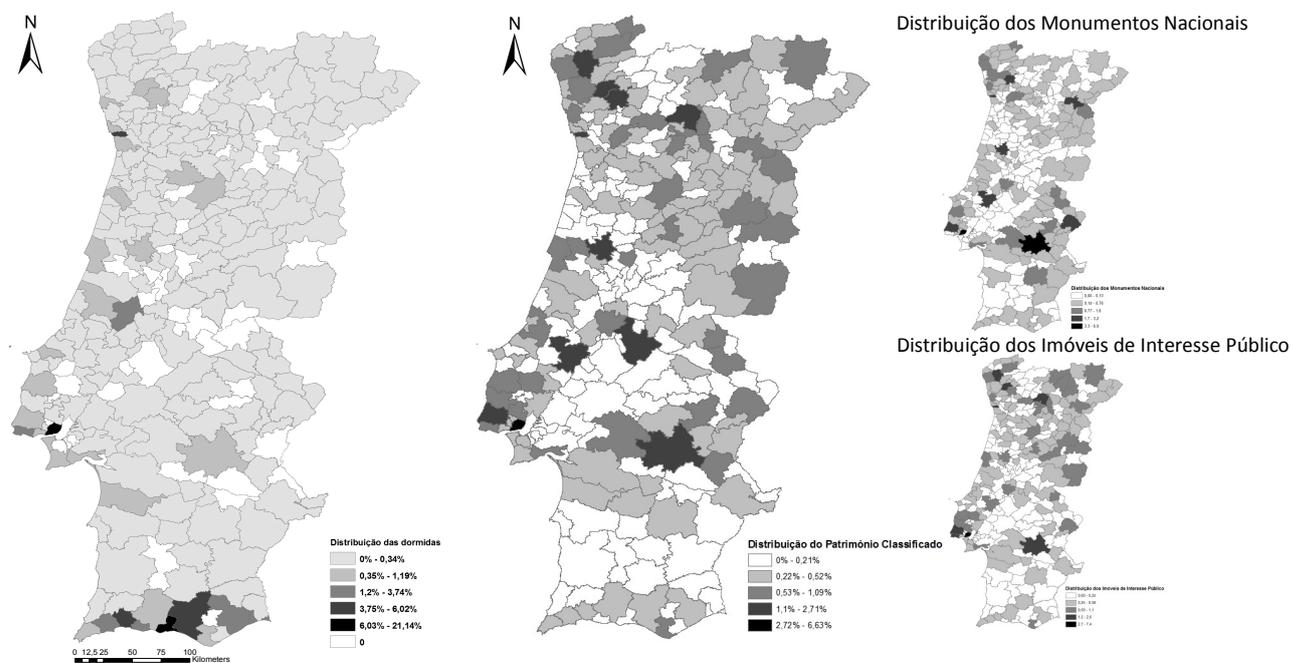
¹²¹ Agora focadas num território que contraiu sensivelmente 560 anos desde a trajetória expansionista com a conquista de Ceuta em 1415

¹²² “Em 1977-78, Portugal solicitou assistência para aliviar os défices e a acentuada subida do desemprego e dos preços de energia, bem como o aumento das pressões inflacionárias (...)”; Em 1983, Portugal solicitou ajuda ao FMI para fazer face a uma recessão, altas taxas de juros no estrangeiro, desequilíbrios na balança comercial e défices elevados. (IMF, 2014)

¹²³ Entre 1977 e 1978 e entre 1983 e 1984.

(Figura 39) para podermos perceber o quão distante o discurso e a efetivação das políticas estão. A morfologia endógena, que constitui um repositório da “(...) afirmação das identidades regionais (...) e preservação/ostentação de culturas próprias (...) indispensável de processos de desenvolvimento regional auto-centrado” (Silva, 2000: 147) revela uma disposição alargada, ampla e de menor assimetria. Em contraponto, observa-se uma distribuição dos impactos diretos do fenómeno turístico em Portugal muito polarizado, revelando um “uniformismo” (Silva, 2000: 148) e uma certa “homogeneização mercantilista” (Godinho *Apud* Silva, 2000, p. 148) que a malha primária latente, o património cultural classificado, poderá combater (Silva, 2000).

Figura 39: Distribuição das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (2012) e do património classificado (2014) por unidade concelhia



Fonte: elaboração própria / INE (2012); DGPC (2014); Direção-Geral do Território (2014); CAOP

O ciclo que se seguiu ao período de «normalização» política é assinalado pela prosperidade e crescimento económico, marcado pela adesão à Comunidade Económica Europeia. O novo enquadramento político associado à regeneração económica do país cria pela primeira vez no atual regime constitucional, condições para se conceberem as primeiras medidas de alargamento das geografias de usufruto turístico. A problemática da coesão e convergência regional, que norteia a política europeia, a par do desígnio de diminuição da polarização regional do fenómeno turístico em Portugal, é assumida

institucionalmente com a publicação do primeiro Plano Nacional de Turismo 1986-1989 (PNT). Apesar da não concretização da aplicação do modelo de regionalização preconizado pelo PNT serão implementadas medidas de investimento que têm uma incidência regional que visa corrigir a assimetria do fenómeno turístico em Portugal. A par desta medida, também o «turismo cultural» obtém em 1991 uma referência explícita num documento institucional¹²⁴, constando de um leque de produtos estratégicos com impacto na redução do fenómeno de polarização turística em Portugal.

O ciclo económico que se iniciou com a adesão ao Euro (e fixação irrevogável das taxas de câmbio) constitui uma longa caminhada de deterioração lenta da economia nacional até se alcançar a rutura e o bloqueio que ditaram um novo cenário de protetorado. Na conjuntura atual, tal como nos anos que sucederam o regime do “Estado Novo” até 1984, o esvaziamento económico e a intervenção externa ditaram uma degradação do mercado doméstico que, por sua vez, era responsável por uma maior irrigação turística em zonas periféricas. Também o consumo da procura externa, responsável por equilibrar e permitir o crescimento dos indicadores do turismo manteve uma origem polarizada (e. g. Reino Unido e Alemanha) associada à dependência dos mecanismos de distribuição estabelecidos que agremiada a conjunturas de risco económico e financeiro apoiou tecidos produtivos instalados, dificultando a atenuação do impacto assimétrico do turismo em Portugal.

Apesar das dificuldades e desafios em operar medidas de impacto territorial mais plural e ampliar os fenómenos de irrigação turística, fruto do efeito paralisador da crise económica, o XIX Governo Constitucional sinaliza a relevância da coligação do turismo com a cultura como fórmula de Portugal se diferenciar como destino turístico e de desobstruir geografias periféricas com potencial turístico.

Em síntese, o que as sucessivas governações desde 1976 introduziram em comum na sua matriz programática, com maior ou menor intensidade, dependendo da conjuntura económica, foi sempre o fator cultural como elemento de valorização e diferenciação do destino Portugal no seu todo e como agente de aglutinação territorial e transmutação económica de tecidos regionais periféricos enfraquecidos.

¹²⁴ Livro Branco do Turismo (1991)

Importa com efeito compreender como é que esta relação se estreita, entre a cultura e o turismo, e qual a sua relevância em termos sociais e económicos tendo em conta a importância e a consistência discursiva do ponto de vista político que, reiteradamente refere esta relação como estratégica. Considera-se assim, útil a compreensão e análise relacional entre estes dois domínios, recorrendo a um exame qualitativo de fontes primárias (WTO, 2001), designadamente a partir de informação literária que têm a vindo a ser produzidas em torno das problemáticas que conformam esta relação.

II.4. A cultura e o turismo: uma análise relacional em domínios científicos

O presente capítulo propõe uma análise relacional do quadro científico que circunscreve a ligação entre a cultura e o turismo no sentido de franquear domínios que escorem os objetivos centrais desta dissertação que se confrontam com o vácuo territorial que o modelo de desenvolvimento turístico vigente em Portugal exhibe.

A atenuação da natureza polar e assimétrica do fenómeno turístico em Portugal deverá assentar em novas formulações que escorem na problemática da sustentabilidade dos recursos e, simultaneamente, promovam o alargamento das geografias e recursos de usufruto. A cultura é aqui convocada pela sua dimensão estética e pelo imaginário que exalta mas também pela sua vinculação espacial tendo em conta que o seu usufruto pelos turistas tende a articular-se “(...) à volta de patrimónios que ilustram e personificam a identidade e a especificidade do lugar (...)” (Cluzeau, 1998: 41). Também na Europa, o estímulo à interação entre estes dois domínios tem constituído, mais recentemente, uma fórmula que se funda em objetivos políticos e estratégicos, consignados pela Comissão Europeia, de desenvolvimento local (Cluzeau, 1998), expondo o seu alcance como mecanismo de desenvolvimento territorial e reabilitador, entre outros, de tecidos regionais de baixa densidade (OECD, 2009).

Importa, então, clarificar e contextualizar a convergência do turismo com o universo cultural, traduzido por alguns autores como uma espécie de vinculação não circunstanciada a um fenómeno motivacional particular que o vernáculo turístico tende a autonomizar com referência ao «turismo cultural». Segundo Amirou “(...) não existe um turismo estritamente e inteiramente cultural por oposição a um outro que seria

menos” (2000: 5) e “não existe uma diferença de natureza, mas uma diferença de grau de interesse por aspetos culturais” (2000: 5). Esta tonalidade transversal de um fenómeno que é marcadamente simbiótico (WTO, 2001), é acompanhada de uma interpretação que tende a associar o turismo cultural a uma “(...) consequência de tendências sociais e económicas mais amplas que marcam o período da «modernidade tardia» ou «pós-modernidade»” (Richards, 1996: 12). Cluzeau refere mesmo que o “(...) turismo cultural foi há muito tempo um pleonasma: justamente ao entrar no século XX, o turismo era cultural por natureza; mas depois, as temáticas da viagem multiplicaram-se – turismo balnear, turismo de montanha, turismo no campo... - e o fenómeno turístico propagou-se no corpo social: não é mais apanágio de alguns privilegiados (...)” (1998: 3). Esta observação remete para um fenómeno de desintegração entre «alta» cultura e «baixa» cultura (Wynne, 1992). À medida que estas distinções desaparecem, assim o escopo do turismo cultural se expande para incluir elementos que anteriormente não seriam considerados «culturais».

Para compreender a relação entre estes dois fenómenos importa observar o encadeamento historiográfico do turismo na Europa, que espelha múltiplas anatomias que são reflexo das sucessivas transformações operadas no seio da sociedade europeia ao longo de três séculos. As dinâmicas sociais na Europa evidenciam transformações que prosseguem num sentido de uma “cultura fragmentária” (Fortuna, 1999), configurando um trajeto antropológico (Durand, 1960) assente em processos de complexificação da sociedade responsáveis pelo metamorfismo, a partir do século XVIII, do viajante (aristocrata) em turista. Esta simplificação da análise concede-nos uma longitude temporal que evidencia uma evolução do fenómeno turístico a partir de manifestações de natureza embrionária e minoritária que, até 1960, se impregnam socialmente assumindo uma expressão global, massificada e industrial. Consuma-se assim um movimento de gradual obliteração da diferença (Walsh, 1991) num contexto de modernidade e de globalização. As implicações consistem na perda da identidade distintiva dos lugares que, segundo alguns autores, se efetivam em manifestações de hiper-realismo e no mundo Disney (Baudrillard, 1991 *apud* Fortuna, C., 1999 - Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, p. 2).

A década de 1960 marca o começo da afirmação de uma “(...) cultura urbana de pendor individualista e expressivo que se desenvolve sob o pano de fundo da massificação da

produção e do consumo, tanto materiais como simbólicos” (Fortuna, 1999: 5); definido por Cuvelier, Torres e Gadrey (1994) como massificação diferenciada (democratização). Esta alteração profunda que introduz a problematização das identidades e o esgotamento da lógica de “diferenciação agregadora”, coincide com o declínio de um modelo de produção turística assente numa monocultura. Estamos no dealbar do turismo cultural pós-moderno que assume um confronto aberto com o modelo originário do século XVIII que assentava numa extrapolação elitista de “alta cultura” como sinónimo de cultura. Assistimos à afirmação plena da desintegração das distinções entre “alta cultura” e “cultura de massas” que remonta ao início do século XX quando se inicia a discussão da sua democratização.

O ano de 1960 coincide também com a criação dos primeiros pacotes turísticos que introduzem a cultura como um elemento central. Surgem assim os resultados, na esfera do turismo, das primeiras transformações operadas nas sociedades urbanas ocidentais que assumem uma nova cultura hedonista de massas assente numa procura versátil e proteiforme. Tal como referiu Lipovetsky em relação ao sistema da moda, também o novo sistema turístico está em “(...) perfeita concordância com a «open-society» que institui um pouco por todo o reino fórmulas à «la carte», regulamentações flexíveis, hiper-escolha e o «self-service» generalizado” (1994: 106). A sujeição do fenómeno a regras de “geometria pessoal” (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994) impõe a flexibilização dos processos de consumo e de produção por oposição à antipia do modelo fordista.

É esta a nova atmosfera turística (Lareu, 1991), assente na “radicalização da diferença” (Fortuna, 1999: 2) que justifica o aparecimento de “novos produtores” turísticos (Zukin, 1991: 45), alinhados com a recente problemática da ausência de fronteiras entre “alta cultura” e “cultura de massas”. Esta recente condição é transferida para o fenómeno turístico por via do desaparecimento das divisões tradicionais entre produção e consumo, patente na afirmação produzida por MacCannel (1993) de que o turismo é uma experiência cultural ou, ainda mesmo, que o turismo é cultura (Urry, 1990); tendências que suscitam outro debate que se relaciona com a competência cultural ou capital do utilizador e/ou comprador dos produtos culturais.

O quadro analítico que agora se evidencia remete para a emergência de novos grupos de interesse e mercados especializados que se contrapõem ao ordenamento modernista

assente num plano conceptual universalista. A cultura do turismo contemporâneo institui novas áreas de consumo especiais, ou “áreas de fuga” (Rojek, 1993 *apud* Richards, G., 1996 – *Cultural Tourism in Europe*, p. 25), desenhadas para auxiliar os turistas na busca de autenticidade e significado. São sugeridas quatro áreas por Rojek (*apud* Richards, G., 1996 – *Cultural Tourism in Europe*, p. 25), em que pelo menos duas evidenciam relações claras com o turismo cultural, a saber: “atracções baseadas em heranças culturais” e “paisagens literárias”.

É nesta cercadura que a dissertação se constrói, observando por um lado quadro mental de “(...) busca ansiosa e nostálgica da comunidade e do seu passado cultural (...)” (Lowenthal, 1986 *apud* Fortuna, C., 1999 - *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais* 1999, p. 18), representativo de uma dimensão “societal” (Amirou, 2000: 10) de lazer cultivado e desinteressado mas também alargado a uma dimensão institucional e económica que não remete, necessariamente, para um escopo individual e subjetivo de descoberta ou de avaliação estética mas mais para aquilo que é vendido e definido como tal pelos operadores do turismo. É também esta dimensão do utilitarismo da função cultural, tão contestada por Hanah Arendt (*apud* Amirou, 2000, p. 16), que critica a ideologia funcionalista das «necessidades» e do novo “valor de uso” da cultura, que nos interessa aprofundar com o intuito de encontrar formulações de convergência destes dois corredores, “societal” e económico, que revelam complementaridades de enquadramento estratégico que suporta um ideal de “(...) viagem (semântica) na viagem (deslocação) (...)” (Amirou, 2000: 12), isto é, uma deslocação física na “(...) esperança de sermos transportados mentalmente para a beleza ou autenticidade das coisas e de aceder ao seu «sentido» que está guardado (...)” (Amirou, 2000: 12).

Esta ideia de imersão física e territorial tende a contornar as tensões e tendências vigentes que são originadas por forças de mercado que propendem a concentrar os processos de consumo no sentido de alcançar níveis de otimização operacional, bem reconhecidos em fórmulas de turismo vocacionados para as massas em cinturas balneares. A dimensão económica aqui convocada, que combina as condições fatorias específicas do território, de um modo geral referidos e incluídos no agregado “cultura”, com o fenómeno turístico, associa mecanismos de interação que remetem para uma problemática territorial que tende a refletir-se no arquétipo de desenvolvimento do turismo cultural. Este fenómeno espelha a «rigidez espacial» do turismo (Urry, 1990)

que amarra os processos de desenvolvimento aos recursos endógenos (localmente disponíveis), e o impacto da localização, que é refletido no crescente aumento do interesse sobre as culturas locais (Richards, 1996).

Tendo também em conta o escopo conceptual e o âmbito normativo que sintetiza este fenómeno (turismo cultural) como o “Movimento de pessoas às atrações culturais para fora do seu local habitual de residência, com a intenção de recolher novas informações e experiências que satisfaçam as suas necessidades culturais” ATLAS¹²⁵ (2005: 24) eleva-se uma dimensão económica da cultura e dos seus recursos propulsionada por um processo de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71). Este fenómeno, na sua versão organizada, tanto a partir de intermediários e prescritores especialistas da oferta de turismo cultural, que tendem a distinguir-se pelo foco da área cultural que programam, publicando especialidades¹²⁶ e proporcionando um acompanhamento erudito de um conferencista, como generalistas, que constituem os mais numerosos e que programam também circuitos e estadias para os quais o património constitui o produto de apelo, institui um mecanismo de imersão territorial e alargamento das geografias de usufruto turístico.

A incorporação da cultura no fenómeno turístico alteia as exigências das operações no destino, designadamente pela necessidade de acautelar a interpretação do(s) objeto(s) cultural(ais) (e.g. arquitetura, história, obra de arte, entre outras), embora seja reconhecido por influentes operadores turísticos (e.g. TUI) ou associações nacionais de viagens (e.g. Japan Travel Bureau, Inc.) como uma prestação de serviços deficitária numa grande quantidade de destinos no mundo, sendo apontada a necessidade de maior densificação desta atividade ou liberalização onde este serviço se encontra regido por políticas protecionistas que inviabilizam a possibilidade da sua prestação por guias pertencentes aos operadores estrangeiros (Peisert; Koteda – Cultural Heritage and Tourism Development *in* WTO, 2001).

Esta característica constitui uma marca e efeito da relação simbiótica entre o turismo e a cultura que remete para a “(...) descoberta da identidade do território como fator relevado por quase todos os turistas” (Cluzeau, 1998: 39), franqueando oportunidades

¹²⁵ Association for Tourism and Leisure Education and Research

¹²⁶ Arqueologia, música, campos de batalha, circuitos de arte, entre outras

económicas nos destinos vinculadas à especificidade do universo patrimonial que carece, num número considerável de casos, de desobstrução cognitiva. Segundo Hewison (1992) “A paisagem que vemos não está lá fora: existe nas nossas cabeças, filtrada pelas nossas perceções culturais, estruturada pelas nossas necessidades psicológicas” (*apud* Millar, S. – In Leask, A. e Yeoman, I., *Heritage Visitor Attractions: an operations management perspective*, 1999, p. 2). “O património é assim culturalmente construído e, por conseguinte, providencia a flexibilidade e as oportunidades de desenvolvimento (...)” (*apud* Millar, S. – In Leask, A. e Yeoman, I., *Heritage Visitor Attractions: an operations management perspective*, 1999, p. 2) que, designadamente, as organizações que operam e preparam viagens reclamam. É este também o papel que as operações turísticas organizadas podem desempenhar, como catalisadores de práticas turísticas em regiões opacas ou inexistentes para o turismo através da criação cultural do património, mecanismo que permite inaugurar novas fronteiras turísticas em cinturas periféricas. O exemplo do tour “*Wellington in the Peninsula - From Portugal to the Pyrenees*”, do qual se retira o excerto da fração em território português do operador turístico britânico Martin Randall Travel (2012) demonstra, justamente, o poder da construção patrimonial e a capacidade do turismo cultural e das operações organizadas poderem alcançar cinturas que tendem a estar arredadas ou secundarizadas do mapa turístico nacional:

“DIA 1: Voo 11:45 de Londres Gatwick para o Porto. Dirija-se até o hotel na floresta do Buçaco, um ex-retiro de verão da família real Português. Primeiro de duas noites em Buçaco.

DIA 2: Buçaco. Na floresta visitar o museu comemorativo da Batalha do Buçaco, a cena de grande ação de atraso de Wellington durante a sua retirada para Torres Vedras. Veja também o moinho de Craufurd e a perspectiva francesa do monte de Massena. Há uma visita opcional ao posto de comando de Wellington ou algum tempo livre para explorar os jardins do hotel.

DIA 3: Roliça, Vimeiro, Torres Vedras, Badajoz (Espanha). A longa viagem de hoje segue para sul para Roliça e Vimeiro, locais das duas primeiras batalhas do Exército britânico na Península. Continue para Torres Vedras; Obra-prima estratégica de Wellington, uma cadeia de fortalezas no morro usadas em 1810 como linhas de defesa. Atravessar a fronteira para Espanha, para a cidade de fronteira de Badajoz para a primeira de duas noites.”

O excerto aqui reproduzido expõe a capacidade do fenómeno turístico em operar a compreensibilidade dos espaços, geografias e recursos, por vezes, amorfos e apáticos, desencadeando a sua metamorfozação em mercadoria, com um valor de troca (Billington, et al., 1991), extrapolando a sua condição de recurso (cultural) e afiliando-o ao pacote de viagem que “pode ser considerado como englobando um novo produto turístico completo (...)” (OMT, 1999: 33). “O produto engloba normalmente serviços de transporte, um ou vários alojamentos, as refeições, as vistas a locais de interesse turístico (...)” (OMT, 1999: 33).

A cultura aqui representada pelo património e pela paisagem de conteúdo histórico torna-se “(...) dependente da base económica ou infraestrutura” (Billington, et al, 1991: 23), isto é, do dispositivo de serviços e atividades consideradas no conceito prefigurado pela OMT¹²⁷ como centrais na composição do pacote turístico, mas exprime de igual modo uma condição recíproca, sendo responsável por originar e ativar o fenómeno turístico e influenciar a forma como este se desenvolve (Gunn, 1994). Neste caso, o turismo é contextualizado pela função exercida pelo operador turístico que cumpre uma missão estruturante de coligação dos diferentes elementos/recursos primários¹²⁸ e secundários¹²⁹ no pacote turístico que tem como efeito transformativo o seu prolongamento para um conceito mais lato de produto turístico.

O excerto reproduzido do programa interpela uma dimensão do fenómeno turístico de conjugação dos recursos ou construção cultural do património (Millar, 1999) que tem também uma natureza mútua, isto é, identicamente o turismo sofre uma dilatação e expansão a partir da base endógena. Este processo de transformação recíproco revela a complexidade do fenómeno turístico que supera um entendimento estreito e tradicional de âmbito sectorial tendo em conta o seu carácter fenomenológico que convoca uma profusão de sectores e interesses (públicos e privados) e cuja expressão se condensa numa orgânica funcional de busca de equilíbrio entre a procura (mercado) e a oferta. Esta evidência fica bem patente em modelos sistémicos de planeamento (Heeley, 1981; Getz, 1986; Mill e Morrison, 1985; Pearce, 1989; Inskip, 1991; Gunn, 1994) que se

¹²⁷ Organização Mundial do Turismo

¹²⁸ “Os recursos primários ou básicos resultam, quer da acção da Natureza (recursos naturais), quer da acção do Homem (recursos culturais e históricos), constituindo condição indispensável para o surgimento do produto turístico.” (Costa, Rita e Águas, 2001: 5).

¹²⁹ “Os recursos secundários ou instalações têm por objectivo a satisfação das necessidades dos turistas. (...) As unidades de alojamento, as agências de viagens, os complexos de animação, entre outros, são exemplos de recursos secundários. (Costa, Rita e Águas, 2001: 5)

constroem reconhecendo do lado da oferta um núcleo de fatores internos¹³⁰ que buscam equilíbrios e são influenciados/determinados por um complexo de externalidades¹³¹ de geometria variável.

É neste quadro que os recursos culturais intervêm exercendo uma influência extrínseca ao agregado de fatores internos e sobre o sistema turístico do qual fazem parte. No caso exibido, que contextualiza um programa organizado por um operador turístico, fica bem expressa esta relação, isto é o efeito dos recursos culturais sobre a construção de arquétipos de consumo turístico delineados sob uma fronteira limitada à ação corporativa do operador mas extrapolável à conceção sistémica do fenómeno turístico tendo em conta o efeito externo dos recursos culturais sobre as atividades que constituem o miolo económico da produção turística local. O papel do operador constitui um elemento central, particularmente em cintururas de elevada opacidade turística ao franquear a sua transformação, outorgando-lhes inteligibilidade através da incorporação, designadamente, de serviços de guias que permitem a sua interpretação.

A cultura, vinculada ao espaço e ao território de um modo particular e distintivo a partir do fenómeno turístico pode, deste modo, contrariar os modelos «desterritorialização cultural» e de «compressão e amalgamento das nações» (Fortuna, 1999) que têm vindo a originar “(...) um sistema tendencialmente homogéneo do ponto de vista cultural” (Fortuna, 1999: 13). Na verdade, o exercício de densificação cultural a partir do instrumento turístico, desobstruindo corredores da história e da cultura que foram fechados pelo tempo e quase obliterados pela erosão demográfica e do reduto social e humano, particularmente em cintururas periféricas, revela as oportunidades colaborativas de reabilitação de tecidos sociais e económicos que podem ser legitimamente conjeturáveis a partir da convergência destes dois polos. É justamente sobre esta relação e suas implicações nos territórios que a presente investigação empírica procurará aprofundar, testando a porosidade do território continental relativamente às práticas organizadas que interpelam o recurso cultural e identificar parâmetros de modelação da morfologia primária e do território que revelem arquétipos funcionais latentes propulsores de níveis de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) de menor assimetria regional.

¹³⁰ Segundo o modelo de Claire Gunn (1994) estes fatores subdividem-se em: atrações, os serviços, os transportes, a promoção e a informação

¹³¹ Segundo o modelo de Claire Gunn (1994) estes fatores subdividem-se em: recursos naturais e culturais do destino, mão-de-obra, a concorrência, o empreendedorismo, trabalho, competição, comunidade, política governamentais, organização e liderança.

CAPÍTULO III

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: ANÁLISE DE PROGRAMAS DE FÉRIAS A PARTIR DO SEU DOMÍNIO CULTURAL

III.1 Metodologia de análise e definição da amostra

III.1.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE

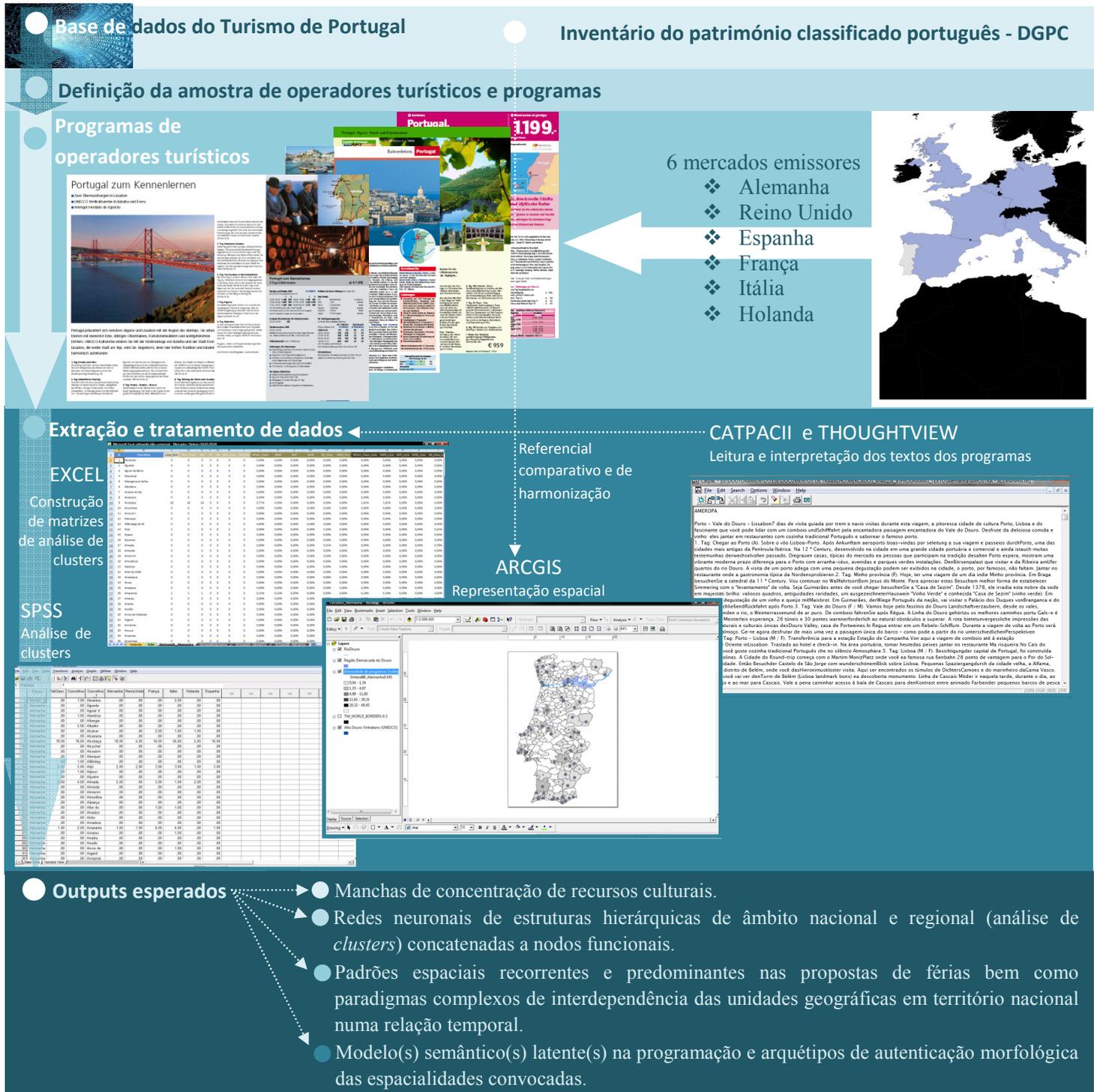
Ainda que os aspetos metodológicos gerais tenham sido tratados no início da tese (secção I.3) é agora, justamente no começo da investigação empírica, que abordamos de forma mais concreta a metodologia utilizada (Figura 40), que se centrará primordialmente na captura de dados e informações constantes em programas de grossistas radicados em seis mercados emissores relevantes para Portugal, a saber: Reino Unido, Alemanha, Espanha, França, Itália e Holanda; cujo *focus* programático se centre no binómio recurso-produto, identificado anteriormente, e ancorado num referencial primário de natureza cultural e patrimonial. Seleccionados os grossistas por país emissor e os respetivos programas que constituem a amostra, procedeu-se à extração de dados e informação reportando aos quatro domínios e especificidades enumeradas anteriormente e que respondem ao objetivo geral e central que radica na confirmação da existência de uma moldura de oferta organizada (operadores turísticos) que incorpora matéria cultural radicada nos principais (e tradicionais) mercados emissores para Portugal. Para responder a este desígnio foram seleccionadas como variáveis de análise as unidades concelhias e os recursos culturais construídos, tendo sido rastreada a sua presença em todos os programas examinados e classificados de acordo como o modelo taxonómico vigente sancionado pela DGPC e que se traduz nas classificações de “Monumento Nacional”, “Imóvel de Interesse Público” e “Imóvel de Interesse Municipal”.

Aos recursos foram associadas as respetivas classificações por harmonização com o inventário de recursos classificados da DGPC¹³². Do rastreamento dos programas foram eduzidos recursos construídos não classificados e ainda um conjunto de referências imprecisas mas que aduziam a património cultural construído (e.g. “sus plazas y sus tres puentes”). O lastro patrimonial extraído por mercado emissor foi totalmente rastreado e classificado em suporte Excel segundo a matriz $A_{r,u,c}$ em que r corresponde aos recursos, u às unidades concelhias e p aos programas. A partir desta matriz foi construída um quadro final que resultou da harmonização dos recursos de acordo com as nomenclaturas e classificações constantes da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro¹³³.

¹³² Primeira extração foi realizada em 2009 e ciclicamente atualizada até ao corrente ano (2014).

¹³³ Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Figura 40: Ilustração do modelo experimental



Fonte: elaboração própria

A análise do *focus* e incidência geográfica referenciadas nas fontes formais analisadas foram, numa primeira fase, extraídas e registadas numa matriz desgregada por operador e programa, com referência específica às unidades geográficas intercetadas em território nacional.

Em todas as unidades geográficas em território nacional foi identificada a condição do seu registo no programa, designadamente, quando se tratava de uma unidade concelhia de pernoita, com a indicação do respetivo número de noites programado e o seu registo nominal em situações de visita. Acrescentou-se ao quadro o número total de dias do programa e a fração correspondente em dias e noites em território nacional. Este quadro foi transposto e convertido numa matriz $A_{u,p}$ ¹³⁴ que permitiu o cálculo da frequência de unidades concelhias em todos os programas (Σu), a determinação do peso relativo de cada unidade concelhia, o somatório do número de noites por unidade concelhia (Σn), o cálculo da frequência relativa, isto é da proporção relativa de cada unidade concelhia em termos de número de noites programadas e a média aritmética do número de noites por unidade concelhia.

Tendo em conta que o número de casos por unidade concelhia é distinto, repercutindo médias aritméticas não comparáveis¹³⁵ precedeu-se à sua harmonização multiplicando esta medida de tendência central pela frequência relativa do número de noites e por 100 ($ms = m \times fs \times 100$)¹³⁶. De referir que na matriz foi atribuída uma pontuação de 0,5 a todas as unidades concelhias de visita/passagem, como forma de distinção das unidades não programadas. Assim, os concelhos que constavam dos programas como nodos de visitação e passagem passaram a representar metade de uma noite (0,5). Deste modo, foi possível capturar e recolher todos os dados representativos das unidades concelhias programadas, podendo assim realizar uma análise estatística mais robusta, designadamente possibilitando o cálculo da correlação entre a variável recurso e as variáveis unidade territorial e unidade temporal (ms). A sistematização dos dados viabilizará ainda a concretização do seu estudo espacial e respetiva visualização gráfica através da utilização de *software* SIG, neste caso o ArcGIS. A delimitação das unidades concelhias e a sua representação espacial (utilizando *software* SIG) permite o desenvolvimento de representações gráficas dos padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias no sentido de encontrar figurações espaciais visíveis e mapeadas das sequências programadas e respetiva articulação com os nodos de pernoita e visitação.

¹³⁴ u : unidades concelhias; p : programas

¹³⁵ Média Aritmética (Nelas) = 2 noites; Σ noites_Nelas = 2; Média Aritmética (Ourém) = 0,7 noites; Σ noites_Ourém = 28

¹³⁶ ms = média aritmética harmonizada; m = média aritmética; fs = frequência relativa do número de noites

Este exercício visa evidenciar paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional, designadamente através da identificação de *clusters* de unidades concelhias tomando em linha de conta o seu grau de associação. Visa ainda, o reconhecimento de *gateways* de acesso ao destino bem como níveis de vinculação temporal oscilantes no território, identificando nodos de cruzamento e interceção (*hubs*) e pontos de escala (*stopovers*), isto é, espaços/sítios que servem intermediação entre destinos, podendo funcionar como destinos secundários em circuitos mais longos (Rodrigue et al., 2006). Para o efeito aplicar-se-á uma “técnica exploratória de análise multivariada” (Maroco, 2003: 295) que visa reconhecer e analisar agrupamentos homogéneos (*clusters*) e naturais de sujeitos, isto é, agregar observações que contêm características comuns. Esta técnica tem justificação no facto de que para $p > 3$ variáveis “o agrupamento de sujeitos em *clusters* já não é possível graficamente” (Maroco, 2003: 297) sendo necessário o recurso a medidas de semelhança e/ou medidas de dissemelhança entre sujeitos. Optou-se por utilizar o método da menor distância que se traduz na aplicação de um algoritmo que emprega, após a constituição do primeiro *cluster*, “a menor das distâncias de cada um dos elementos constituintes deste cluster a cada um dos restantes objetos” (Maroco, 2003: 303). Esta opção permitirá identificar relações estruturais iniciais, tendendo a elevar ao máximo o nível de conectividade entre *clusters* tendo como consequência a geração de um menor número de clusters (Maroco, 2003).

A análise espacial dos padrões de circulação foi justaposta às manchas de densidade de implantação de recursos culturais construídos (identificados nas propostas e constantes do inventário da Direção-Geral do Património e Cultura) no sentido de confirmar visualmente e espacialmente os níveis de correlação calculados.

A nossa investigação empírica conclui-se com o reconhecimento e identificação de modelos mentais semânticos latentes na programação dos seis mercados em análise. Os “(...) modelos mentais desempenham um papel central e unificador na representação de objetos, estados de coisas, sequências de eventos, representação do modo como o mundo é, e das ações quotidianas da vida” (Johnson-Laird, 1983: 397), embora se revelem incompletos e em constante evolução (Pan e Fensenmaier, 2006) tendo em conta que constituem “(...) a estrutura cognitiva interna que o individuo constrói, explicitamente ou implicitamente, para representar um domínio alvo concreto, seja ele

um evento, uma atividade, um objeto, ou um tema.” (Jacob e Shaw, 1998: 158). Também, segundo Anderson (1980) (*apud* Solaz-Portolés, J. e López, V. – Tipos de conhecimento e suas relações com a resolução de problemas em ciências: orientações para a prática, 2008, p. 107), as componentes do conhecimento dividem-se em competências declarativas, procedimentais, e metacognitivas, isto é, factuais, argumentativas e reguladoras (Solaz-Portolés e López, 2008), desempenhando todas papéis complementares. No presente estudo, o conceito de modelos mentais semânticos é aplicado, justamente, para apreciar o conhecimento declarativo dos grossistas, visando a obtenção de algum esclarecimento sobre o conhecimento factual (Solaz-Portolés e López, 2008) sobre o destino. Está em causa a identificação dos conceitos latentes nas narrativas programáticas associadas ao destino Portugal e sua relação (Pan e Fesenmaier, 2006).

A análise recorre ao *software* CATPACII, um programa de rede neuronal concebido para ler e interpretar qualquer tipo de texto. O CATPACII apreende as inter-relações entre palavras e frases do texto, e identifica os conceitos que lhe estão subjacentes (Woelfel, 1998), podendo assim inferir-se a percepção mental coletiva no caso vertente dos operadores turísticos em relação a Portugal como destino turístico identificando:

- a) Importantes aspetos e componentes associados à imagem e marca «Portugal».
- b) Ligações e associações entre estas imagens.
- c) Diferenças ou semelhanças entre os modelos mentais semânticos dos diferentes setores grossistas e mercados emissores analisados.

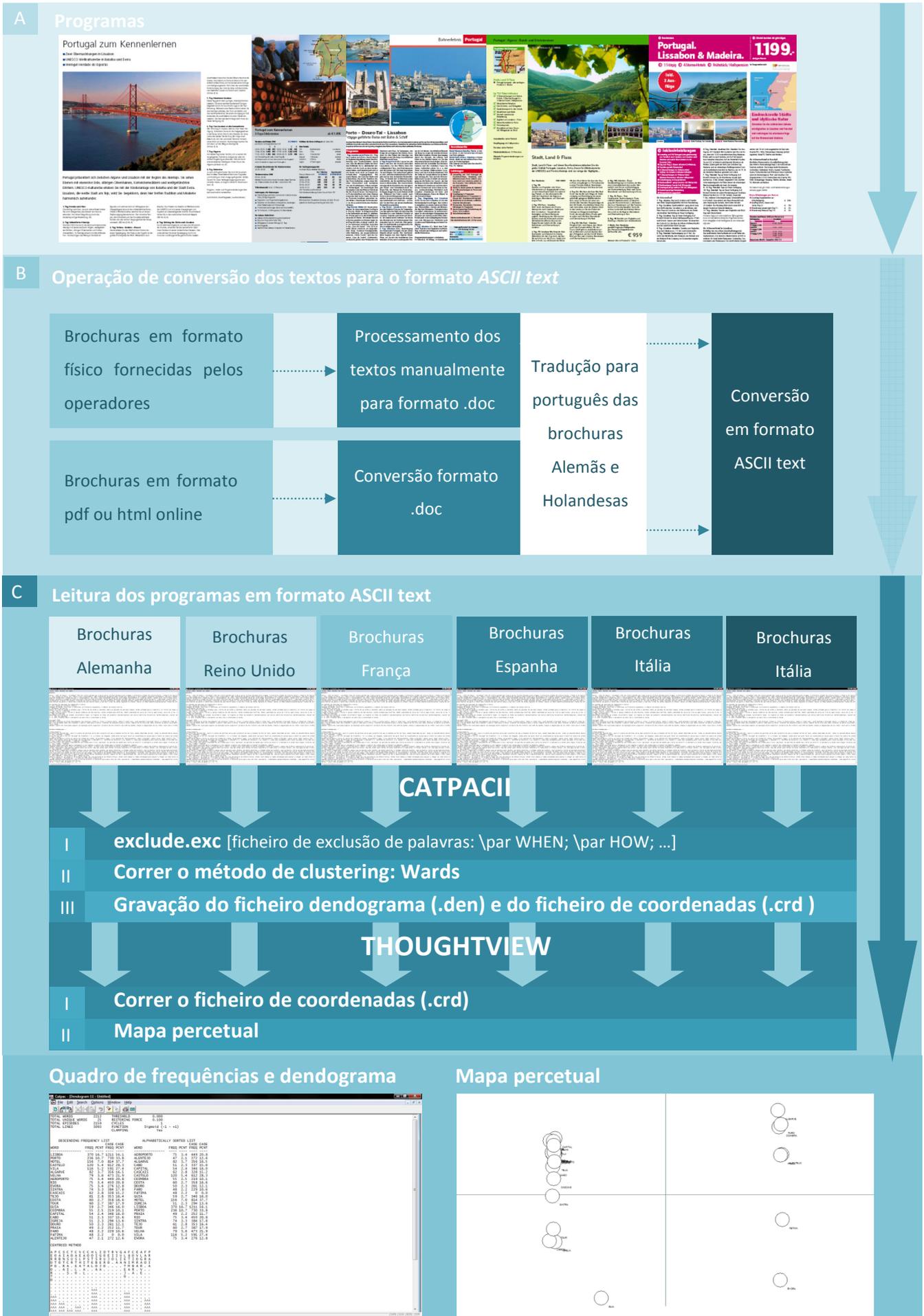
Para analisar o conteúdo dos programas que constituem a nossa base de amostragem, que adiante clarificaremos, foi necessário converter os textos para o formato *ASCII text*, e expurgá-los de um conjunto de artigos, preposições, pronomes, entre outros grupos de palavras com uma função puramente gramatical e adicionalmente excluir expressões/palavras que remetem para atos padrão e recorrentes em todos os programas (e.g. “transfer”, “pequeno-almoço”, “almoço”, “viagem”, “dia”, “noite”, entre outras) e que tendem a revelar uma elevada frequência, ocultando informação relevante. O seu elevado grau de repetição justifica uma purga ao texto, operação que é facilitada pela possibilidade que o *software* coloca de criação de um ficheiro de exclusão onde são indicadas as palavras a retirar.

De seguida, foram corridos os textos na aplicação que gera um *output* estatístico que apresenta, entre outros dados, o total de palavras geral e o total de palavras únicas identificadas bem como uma lista palavras em ordem de frequência decendente e uma lista de palavras filtrada alfabeticamente com a respetiva indicação de frequências.

Acresce ao output primário de natureza descritiva, um dendograma que explica as relações existentes entre os conceitos mais comuns, por aplicação do método de *clustering* «Wards», que revelou apresentar resultados mais consistentes e inteligíveis.

A aplicação permite ainda, através de um software agregado, o ThoughtView, criar mapas percetuais, a partir dos dados gerados, exportados como ficheiros de coordenadas em formato *.crd* para obter uma leitura em quadrantes (Figura 41).

Figura 41: Ilustração da metodologia de análise e construção de modelos semânticos

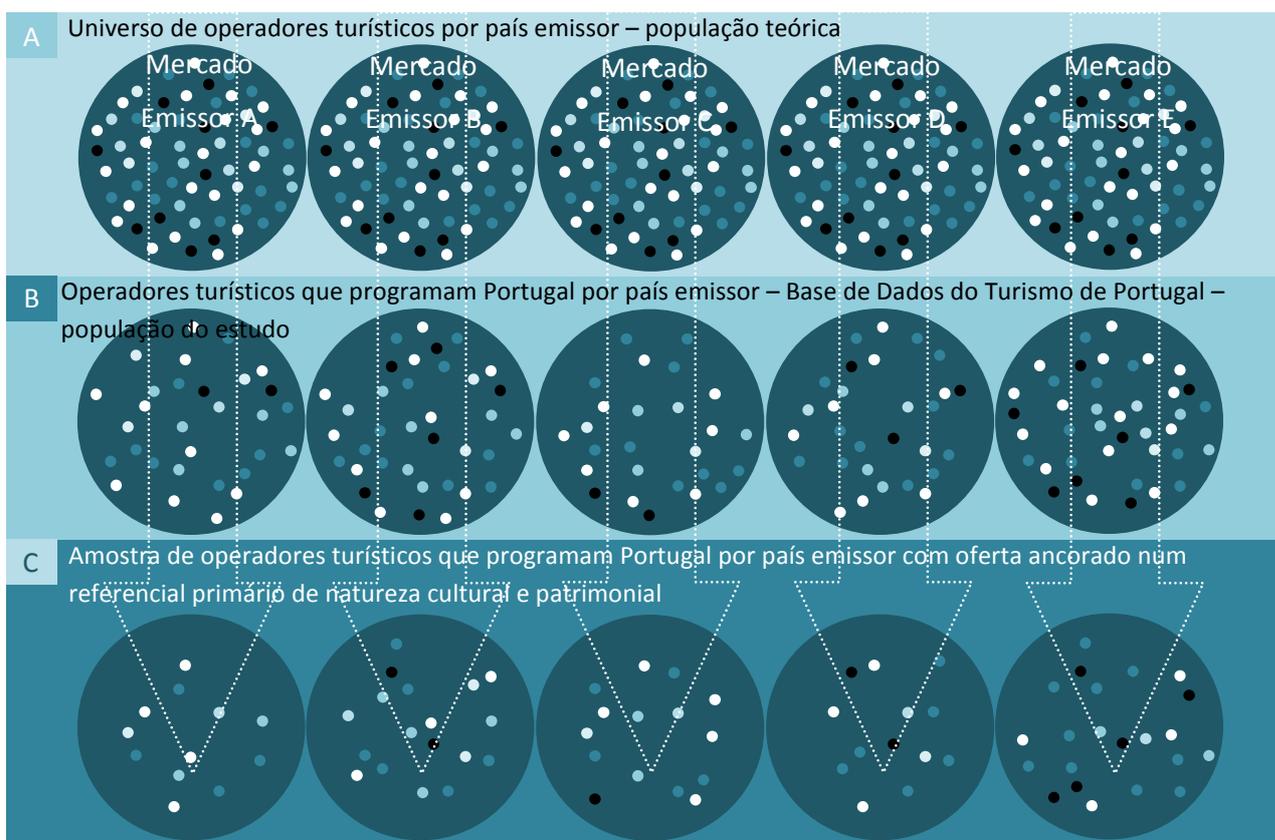


III.1.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A primeira dificuldade no plano da recolha de dados, tendo em conta o lastro e a extensão do universo de empresas que operam e programam Portugal prende-se com a identificação de uma fonte segura (de dados) que referencie um agregado relevante de empresas com as características aqui evidenciadas, isto é, canais de distribuição formais que contemplem no seu escopo de programação o destino nacional.

Adotámos como referencial uma base de dados fornecida pelo Turismo de Portugal em 2009 de relevância estrutural para a investigação que operaremos tendo em conta que constitui uma primeira delimitação do universo de empresas nestes seis mercados (população teórica), constituindo a nossa população do estudo, a partir do qual construiremos uma amostra não-probabilística ou não-aleatória (Maroco, 2003) (Figura 42).

Figura 42: Processo de definição da amostra de operadores turísticos



Fonte: elaboração própria

A extração da amostra constituiu um processo de depuração moroso, tendo em conta que a base de dados contém um total de 986 operadores turísticos que, apesar de estar estruturada segundo um modelo taxonómico que visa a identificação de características comuns de temáticas de programação, revelou uma certa inconsistência na generalização das nomenclaturas de produto nos seis mercados emissores. Tendo em conta esta debilidade, foi realizada uma perscrutação individual dos registos de cada listagem a partir do seu endereço URL¹³⁷.

Neste contexto, procedeu-se a uma avaliação preliminar dos conteúdos (território, recursos e produtos) e dos modelos de programação do destino, engajando preferencialmente (mas não integralmente) exemplares de práticas turísticas em circuito, designado por *touring*¹³⁸, que tendem a intercepar um maior número de unidades geográficas no destino e a referenciar um leque mais rico de recursos endógenos de natureza patrimonial e construída que deverão exprimir os mapas ideológicos associados ao destino, espelhando os meios semióticos (Coupland, 2010) implícitos na sua representação e permitir a identificação de modelos de programação tendentes a um impacto territorial menos assimétrico. Foi considerado adicionalmente na perscrutação individual dos registos o quadro formal que circunscreve os objetos de análise (operadores turísticos e programas de férias)

III.1.2.1. Conteúdo da amostra

Recursos

Foram considerados programas que aportam recursos primários posicionados de modo inquestionável no domínio cultural, particularmente na esfera do património arquitetónico e construído, o que implica a eliminação de programas de férias monolíticos cuja motivação primária se centra em domínios exclusivos (e.g. domínio particular da natureza) e de elevada intensidade temática que cumulativamente anule o contexto cultural do destino. Estes casos configuram situações que ausentaram integralmente a contextualização de recursos patrimoniais aqui tidos como relevantes. Por conseguinte, o que importa não é tanto o modo como a prática turística se desenrola

¹³⁷ Análise realizada em 2010 e revisitada em 2011 e 2012 para verificação de alterações.

¹³⁸ Segundo Enoch (1996) *touring* está intimamente associado ao *sightseeing* (visita turística) ou *tourist gaze* (Urry, 1990) transformando-se, em certo sentido, num símbolo de status na sociedade moderna.

mas se é reconhecido o lastro cultural do destino através da intercessão de recursos patrimoniais e culturais na construção programática dos operadores.

Foram ainda considerados na definição da nossa amostra recursos com características muito particulares no contexto cultural e cujo carácter marcadamente especializado nos permite perscrutar um sector produtor e distribuidor com características e dispositivos organizacionais muito focalizados em domínios que carecem de um acompanhamento interpretativo permanente e de nível académico superior. Esta característica contextualiza e tipifica a operação independente e de nível especializado que tende a estar associada a duas características particulares (Curtin e Busby, 1999), a saber: áreas geográficas específicas e tipos de férias (temas culturais).

Sobre os modelos de programação do destino

Importa realçar que para efeitos de operacionalização restringimos e limitámos, sempre que possível, a nossa análise às dinâmicas e práticas turísticas identificadas no modelo já aludido, o *touring*. Este fenómeno, referenciado à classe média educada (Weber, 1958), reproduz, de certo modo, modelos de consumo que tendem a concentrar recursos patrimoniais de tipo cultural e que constituem o objeto central e nuclear da nossa análise.

O *touring* releva para esta pesquisa por fundar a sua racional num processo de transferência de recursos entre unidades espaciais segundo uma lógica de maximização das oportunidades complementares (van der Heijden e Timmermans, 1988), o que desafia, de ponto de vista da montagem das propostas, a articulação dos fragmentos espaciais envolvidos.

Do ponto de vista da representação da oferta e das possibilidades de territorialização das práticas turísticas o modelo *touring* não esgota outras possibilidades que deverão influir na escolha da amostra. Referimo-nos particularmente a padrões espaciais de viagens que tendem a efetivar-se num destino primário e que, a partir daí, viabilizam e desencadeiam um conjunto de visitas a destinos satélite. Aludimos explicitamente ao padrão espacial designado “base camp” ou radial (Lue, Crompton e Fesenmaier, 1993). Também este modelo facilitará dados de natureza espacial que permitirão discutir a

problemática do relacionamento dos recursos de natureza patrimonial e o fenómeno turístico no território nacional.

Foram excluídos os operadores que evidenciaram uma programação consistente com as seguintes características:

- a) Informação pobre ou inexistente sobre o destino Portugal;
- b) Propostas generalistas centradas num modelo de práticas turísticas focalizado no recurso balnear e/ou com uma afetação quase exclusiva a uma finalidade imobiliária.
- c) Operadores que, fruto de um modelo de integração vertical, implementam sistemas de partilha de identidades (Holloway, 2006) com vantagens na comunicação e coordenação, replicando a sua programação, dependendo do grau de integração alcançado, em mais do que um mercado emissor. Esta exclusão não teve um alcance generalizado a todos os operadores turísticos oligopolistas, tendo em conta que foram identificadas para o mercado alemão propostas do operador TUI que respondem aos requisitos enunciados anteriormente

Restaram operadores que situavam o seu modelo de exploração numa relação de proximidade com o destino o que, por sua vez, se traduz na identificação de recursos que tendem a estar pulverizados por todo o território. Estes modelos aproximar-se-ão do grau de especialização pretendido na análise e que tendem a redistribuir a procura, com um efeito na alavancagem económica de cinturas regionais de baixa densidade.

Na sequência desta primeira purga foi realizado um rastreio final no sentido de procurar equilibrar a nossa amostra, procedimento que se ateve a domínios particulares da oferta organizada por mercado e que pressupôs a:

- a) Verificação e análise de programas com uma ação preponderante no domínio religioso mas cujo articulado programático evidenciava recursos patrimoniais relevantes, podendo aí obter-se e extrair-se elementos representativos de cinturas regionais alternativas¹³⁹.
- b) A calibragem da amostra através da inclusão de determinados operadores que apresentavam apenas uma ou duas propostas para Portugal. Neste domínio

¹³⁹ Constitui um bom exemplar o caso italiano onde abundam operadores com este perfil de produto, revelando uma certa especialização temática mas com um sentido territorial mais alargado, intercetando recursos patrimoniais e unidades concelhias relevantes para a nossa análise.

estavam contidos operadores independentes e especializados em oferta cultural, designadamente no Reino Unido, destacando-se neste lote programadores relevantes e de extrema competência como a Kirker, a Martin Randall ou a Holts.

- c) A reanálise e a inclusão de operadores com propostas de férias com um *focus* temático de âmbito natural, designadamente através da programação de caminhadas associado a um lastro patrimonial e densidade cultural relevante.
- d) A inclusão de operadores especializados em cruzeiros fluviais no Douro que apresentavam modelos de integração regional originais, estabelecendo ligações virtuosas entre a cintura litoral e o *terroir* duriense, com incursões a nodos de baixa densidade e localizados em áreas periféricas, intercetando simultaneamente recursos patrimoniais de natureza construída.

Sobre o quadro formal que circunscreve os objetos de análise

Importa ainda referir que se aceitou genericamente como consensual a integração de empresas que respondem cumulativamente a dois requisitos formais que circunscrevem os nossos objetos de análise, operadores turísticos e pacotes turísticos, tendo em conta a diversidade de formulações organizativas neste setor e entidades associativas que tendem a federar interesses múltiplos e por vezes opostos. Para o efeito, tomámos em linha de conta a Diretiva do Conselho n.º 90/314/CEE, de 13 de Junho de 1990, relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados transposta na legislação nacional dos Estados-Membros, condição em que se encontram os seis países emissores onde radicam os operadores examinados.

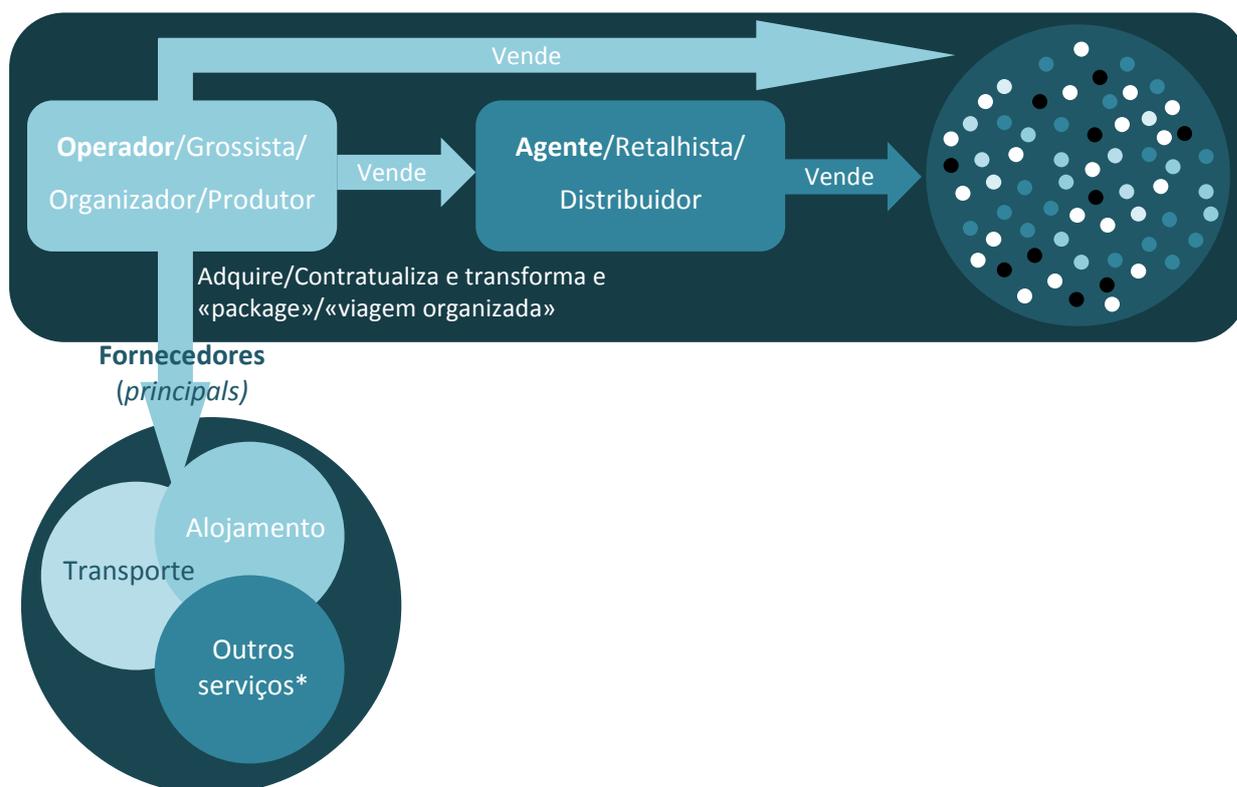
Podemos extrair deste documento duas definições que são estratégicas na delimitação dos objetos de análise: a de «operador» (turístico) e a de «viagem organizada». O documento define conceptualmente o operador¹⁴⁰ como “a pessoa que organiza viagens organizadas de forma não ocasional e as vende ou propõe para venda, diretamente ou por intermédio de uma agência.” (n.º 2 do art.º 2.º da Diretiva do Conselho n.º 90/314/CEE, de 13 de Junho de 1990). Estão configuradas no seu escopo de ação duas dimensões que se complementam: a de grossista, em resultado da prerrogativa de poder contratualizar e/ou adquirir um conjunto de serviços que se conformam à definição de

¹⁴⁰ Na transposição para o ordenamento jurídico de outros Estados Membros poderá ainda adquirir a designação de produtor ou organizador.

«package»/ «viagem organizada» e a de agente¹⁴¹, quando execute operações de venda das viagens organizadas de forma direta (Figura 43). Paralelamente, a diretiva esclarece sobre a conformidade da «viagem organizada», que constitui a combinação prévia de pelo menos dois dos três elementos seguintes: transportes, alojamento e outros “serviços turísticos não subsidiários do transporte ou do alojamento que representem uma parte significativa da viagem organizada” (alínea c) do n.º1 do art.º 2.º da Diretiva do Conselho n.º 90/314/CEE, de 13 de Junho de 1990); e “quando seja vendida ou proposta para venda a um preço com tudo incluído e quando essa prestação exceda vinte e quatro horas ou inclua uma dormida” (n.º1 do art.º 2.º da Diretiva do Conselho n.º 90/314/CEE, de 13 de Junho de 1990).

Em todos os casos analisados foram verificados e cumpridos estes preceitos de forma a validar os dados constantes da base de dados do Turismo de Portugal, i.p..

Figura 43: Ilustração do circuito de organização e venda de «viagens organizadas»



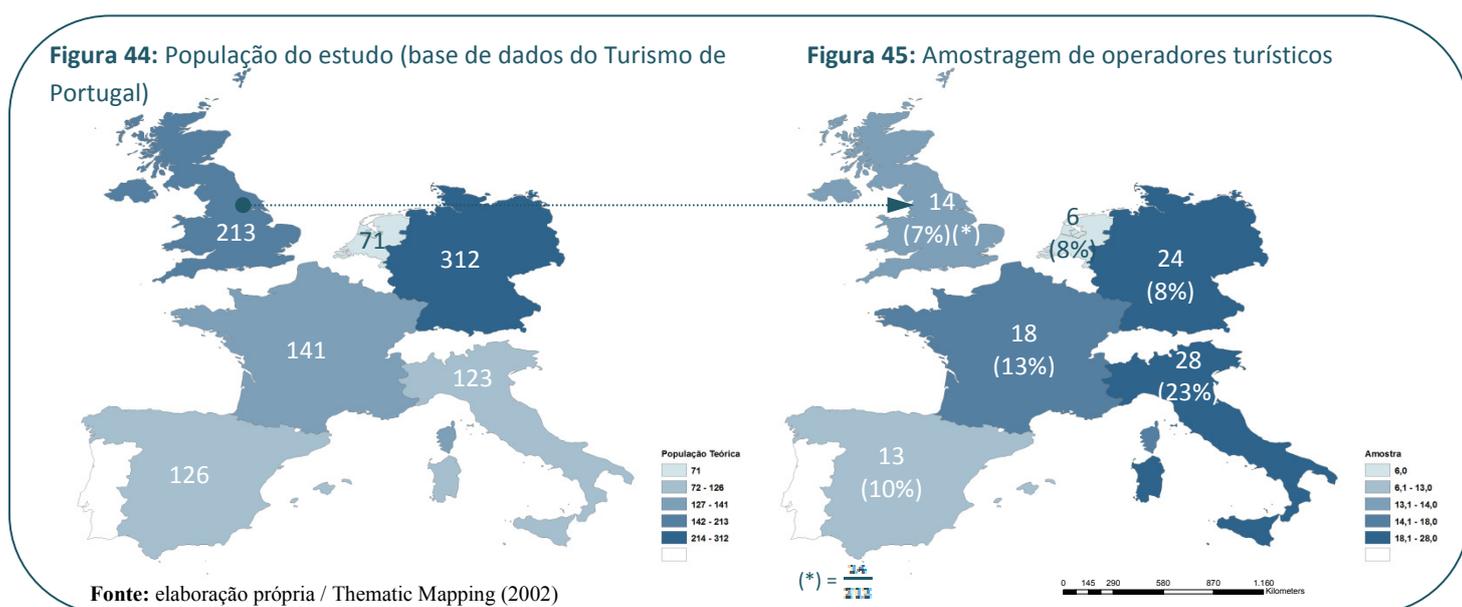
(*) “serviços turísticos não subsidiários do transporte ou do alojamento”

Fonte: elaboração própria

¹⁴¹ Na transposição para o ordenamento jurídico de outros Estados Membros poderá ainda adquirir a designação de retalhista ou distribuidor.

III.1.2.2. A amostra

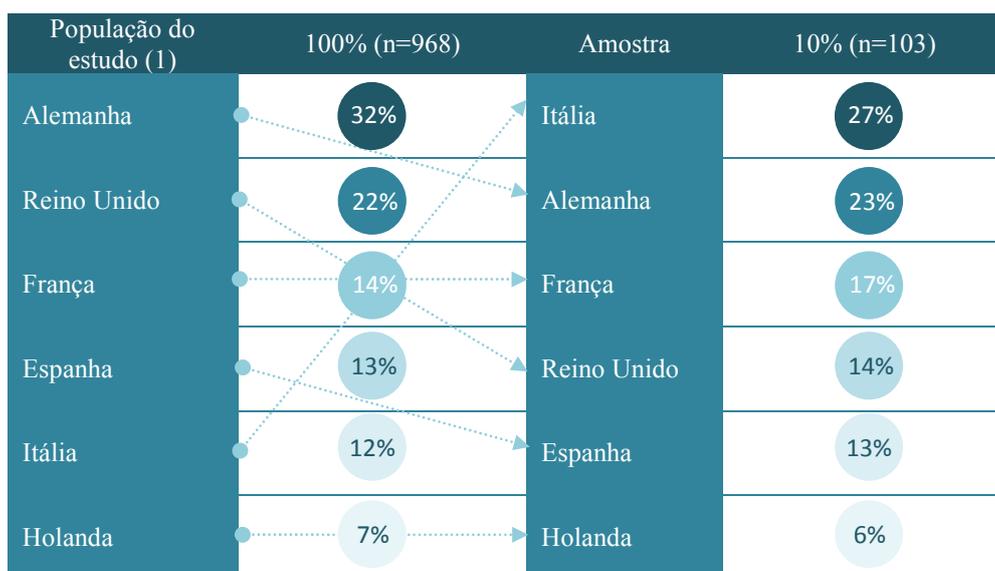
Ao todo foram avaliados 968 operadores turísticos, estando o maior número de empresas (54% = (213+312)/968) radicado nos mercados da Alemanha e do Reino Unido (Figura 44). Após a análise e seleção dos operadores por aplicação de critérios não probabilísticos, ancorados nas características já enunciadas e critérios adotados de calibração,¹⁴² estabilizou-se uma amostra que equivale a 10,6% do total da população do estudo (Figura 45), que em termos absolutos corresponde a 103 operadores turísticos.



O processo de amostragem dos operadores turísticos pressupõe a divisão da população do estudo em subpopulações, de acordo com o respetivo mercado emissor que apresentava pesos distintos na população total do estudo (Quadro 27), desencadeando um procedimento de seleção dos indivíduos a partir de cada subpopulação e originando subgrupos amostrais que revelam uma hierarquização de densidades de operadores por mercado distinto.

¹⁴² Visando o resgate de empresas de operação mais especializada ou com um número de propostas para Portugal reduzido (entre 1 e 2), constando do seu *nexus* programático a articulação de motivações primárias como a natureza ou a religião com domínios relevantes de dimensão cultural e patrimonial ou um escopo de exaltação do conhecimento e de elevada especialização cultural patenteado em modelos de operação que aportam uma dimensão de erudição presente no acompanhamento de um conferencista ou especialista.

Quadro 27: População do estudo e amostra



(1) Operadores turísticos dos seis mercados analisados registados na base de dados do Turismo de Portugal

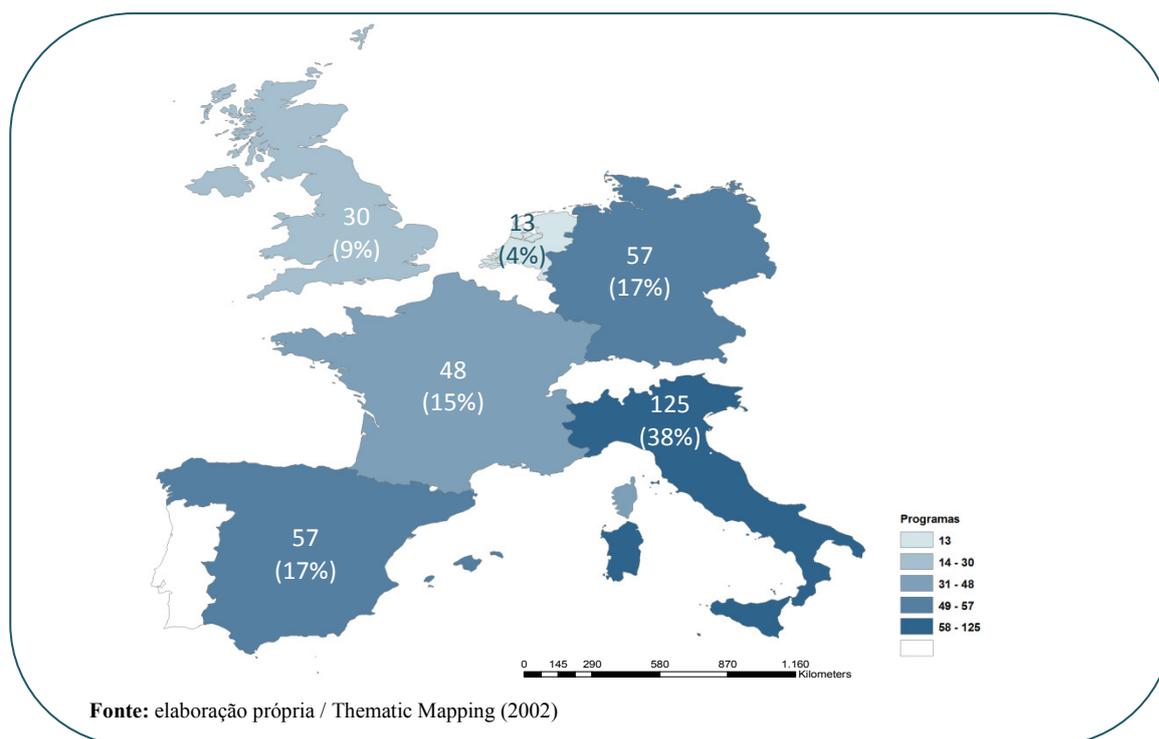
Fonte: elaboração própria

As subpopulações do estudo que revelam maior concentração de empresas grossistas para Portugal, com destaque para o Reino Unido e para Alemanha, segundo os critérios de seleção que enunciámos, passaram a ter uma representação distinta em termos amostrais, o que se fica a dever, principalmente, a uma certa tendência destes mercados incidirem as suas programações sobre arquétipos de consumo que tendem a convergir sobre as unidades geográficas tradicionalmente polarizadoras do turismo em Portugal, isto é, Algarve, Lisboa e Madeira e adicionalmente apresentarem formulações programáticas que tendem a uma certa recorrência em torno do «sol e praia».

Acresce ainda que a presença de Portugal na programação dos operadores independentes e especializados, que no caso do Reino Unido tendem a revelar um nível de exigência extremo, apresentam condições de programação de baixa densidade e nalguns casos, mesmo inexistente.

A estabilização da nossa amostra de operadores turísticos carrou a perscrutação e triagem de programas de férias que constituirão o nosso objeto de estudo e a base de extração de dados, totalizando 330 programas (Figura 46) que se repartem de forma distinta por mercado emissor, cabendo 38% ao mercado italiano, 17% ao mercado alemão e espanhol, respetivamente, 15% à França, 9% ao Reino Unido e 4% à Holanda.

Figura 46: Programas selecionadas para análise



III.2. Análise e discussão dos resultados da observação

III.2.1. DENSIDADES DE RECURSOS E UNIDADES CONCELHIAS POR MERCADO

Na presente secção trataremos de analisar e discutir os resultados da observação dos programas de férias por mercado emissor, que constituem um total de 330 programas¹⁴³ repartidos de forma heterogénea pelos países analisados, repercutindo também densidades de dados diferentes por mercado (Quadro 28).

Quadro 28: Configuração geral da amostra

	Programas (p) (%)	Concelhos (c) (%)	Recursos (r) (%)	Desvio Padrão (S)	Média (\bar{X})	Coefi. de Variação (CV)	Rácio [r/c]	C. Correlação (Pearson) (ρ)
Alemanha	17%	20%	18%	0,01	0,18	8%	0,98	0,92
Reino Unido	9%	6%	9%	0,02	0,08	20%	1,55	
França	15%	15%	22%	0,04	0,17	23%	1,55	
Espanha	17%	13%	14%	0,02	0,15	14%	1,18	
Itália	38%	41%	33%	0,04	0,37	11%	0,88	
Holanda	4%	4%	4%	0,00	0,04	5%	0,98	

Fonte: elaboração própria

¹⁴³ Revisitados em 2012

A relação entre as proporções dos programas analisados por mercado dos recursos extraídos e do número de unidades concelhias intercetadas¹⁴⁴ denotam padrões de distribuição distintos, evidenciados pelo coeficiente de variação das proporções nas três variáveis. Os resultados deste fator demonstram que é no Reino Unido e na França onde a amostra revela um nível de dispersão maior entre essas proporções. O rácio que resulta do quociente entre os recursos (r) e as unidades concelhias (c) confirma relações contrárias entre a evidência de predomínio de programas analisados em determinados mercados (e.g. Itália) e o número de recursos e unidades concelhias intercetadas e extraídas. Esta relação, que não sendo perfeita, pode ser comprovada pelo valor negativo do coeficiente de correlação de Pearson ($\rho = -0,44$) entre as proporções de programas por mercado e o rácio *recursos por concelho*. Adicionalmente, podemos demonstrar que existe uma forte dependência e linear entre o coeficiente de variação (CV) das proporções por mercado e o rácio de *recursos por concelho*, expresso no coeficiente de correlação de Pearson ($\rho = 0,92$).

Esta evidência comprova que as amostras de programas organizados por país emissor revelam dissemelhanças de carácter qualitativo, expressas numa relação de baixa linearidade entre o número de objetos de análise/fontes formais perscrutadas (programas de férias) e os resultados captados.

Podemos demonstrar justamente essas diferenças comparando os casos do Reino Unido e da Itália, cuja amostra de operadores nos permitiu avaliar 30 e 125 programas, respetivamente, isto é, observações desiguais¹⁴⁵, e rácios *recursos-concelhos* distintos, denotando a programação do Reino Unido níveis de concentração de recursos por unidade concelhia mais elevado. Podemos constatar que a amostra do Reino Unido nos revela modelos de programação mais concentrados geograficamente, com um menor número de pontos de captação de recursos mas com maior expressão da diversidade endógena por unidade geográfica do que a Itália, declarado num rácio de 1,55 recursos por unidade concelhia (uc), por oposição à amostra Italiana que capta 0,88 recursos por uc (Figura 49).

¹⁴⁴ Somatório da contagem das unidades concelhias intercetadas nos programas como unidades de visita e/ou pernoita; o mesmo nodo concelhio poderá ser intercetado mais do que uma vez no mesmo programa.

¹⁴⁵ O número de programas do Reino Unido representa cerca de $\frac{1}{4}$ do número de programas italianos.

Figura 47: Somatório da contagem de recursos intercetados nos programas por país emissor

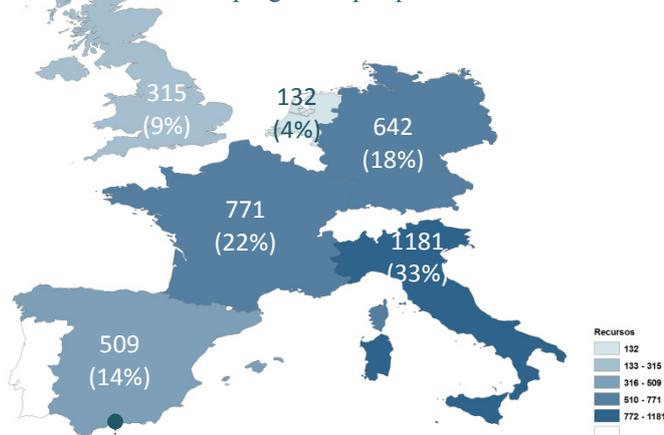


Figura 48: Somatório da contagem de unidades concelhias intercetadas nos programas por país emissor

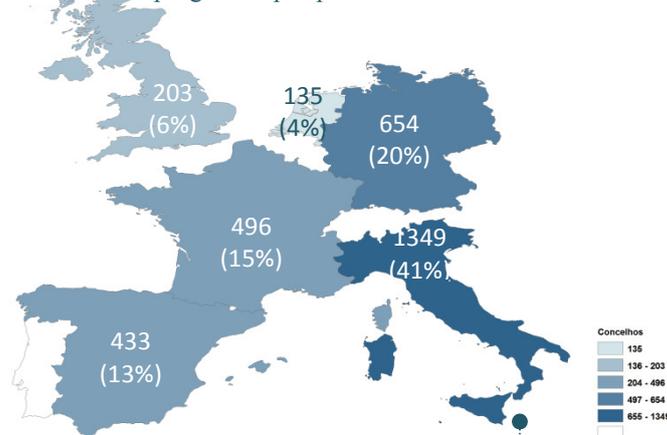
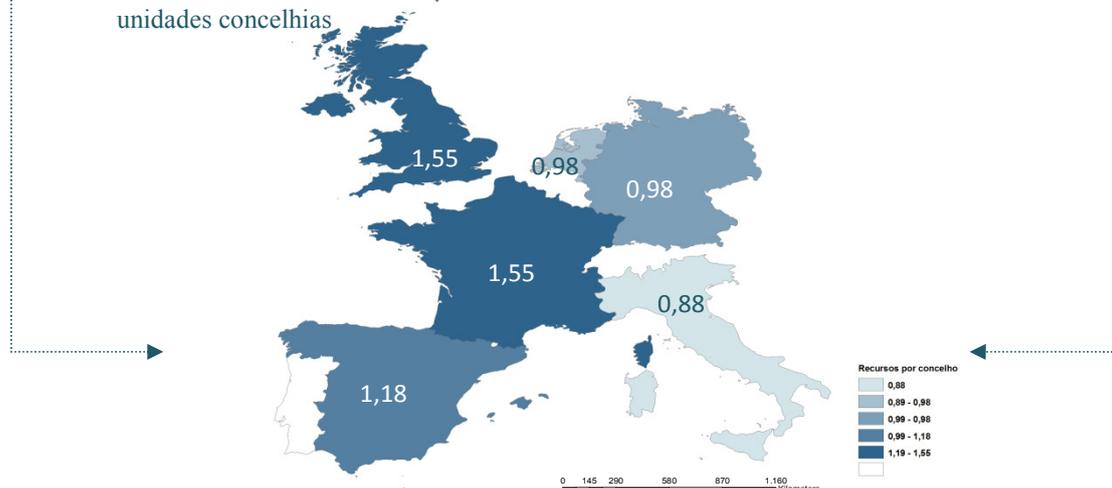


Figura 49: Rácio: Somatório da contagem de recursos/Somatório da contagem de unidades concelhias



Fonte: elaboração própria / Thematic Mapping (2002)

Em todo o caso, observando a relação entre o número de programas e o número de concelhos nos seis mercados emissores, verifica-se que quanto maior o número de programas analisados maior é o número de unidades concelhias intercetadas, relação que pode ser confirmada aferindo o coeficiente de determinação (R^2) que nos permite evidenciar a proporção da variabilidade total do número de concelhos que é influenciada pela dependência de todos os programas. O R^2 calculado foi de 0,955, revelando um elevado ajustamento do modelo aos dados, podendo afirmar-se que quanto maior o número de programas da amostragem maior será o número de unidades concelhias intercetadas.

Acresce que, apesar do coeficiente de determinação (R^2) também nos evidenciar que a proporção da variabilidade total do número de recursos influenciada pela dependência de todos os programas é elevada (0,851), o coeficiente de determinação apresenta uma proporção de variabilidade mais baixa em relação aos recursos do que a evidenciada relativamente aos concelhos, o que explica também uma relação distinta entre os programas e as duas variáveis em análise.

Tendo presente o quadro geral de densidades de recursos e unidades concelhias intercetadas, analisaremos e discutiremos os seus resultados de acordo com o guião de objetivos definido:

1. Identificar manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores.
2. Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional (análise de *clusters*) concatenadas a nodos funcionais.
3. Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias bem como paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal.
4. Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das espacialidades convocadas.

III.2.2. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS CULTURAIS PREVALENTES NAS PROPOSTAS DE FÉRIAS POR GRUPOS TAXONÓMICOS

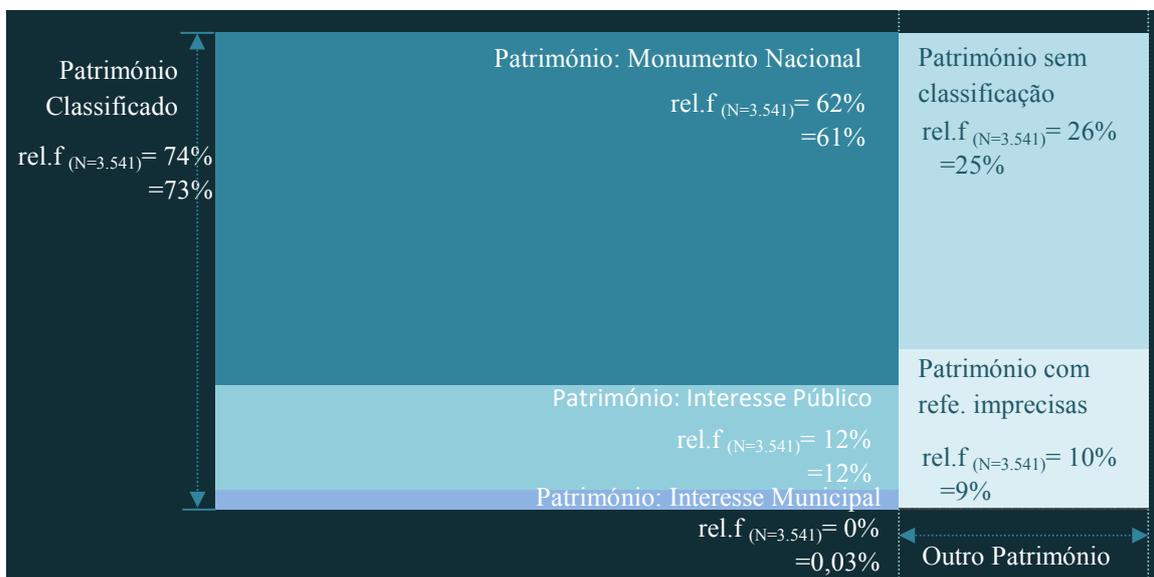
Da análise realizada às brochuras foram intercetados e contados 3.541¹⁴⁶ recursos/observações que apresentam níveis de concentração por países distintos (Figura 50), tendo sido triados e catalogados de acordo com os seguintes grupos:

- a) Todo o património identificado por mercado;
- b) Património classificado por mercado;
- c) Património classificado «Monumento Nacional» por mercado;
- d) Património classificado de «Interesse Público» por mercado;
- e) Património classificado de «Interesse Municipal» por mercado;
- f) Património classificado sem classificação;

¹⁴⁶ Corresponde ao somatório da contagem de recursos intercetados nos programas (N); o mesmo recurso poderá ser intercetado mais do que uma vez no mesmo programa.

g) Património identificado com referências imprecisas por mercado.

Figura 50: Distribuição da amostra de recursos intercetados e contados



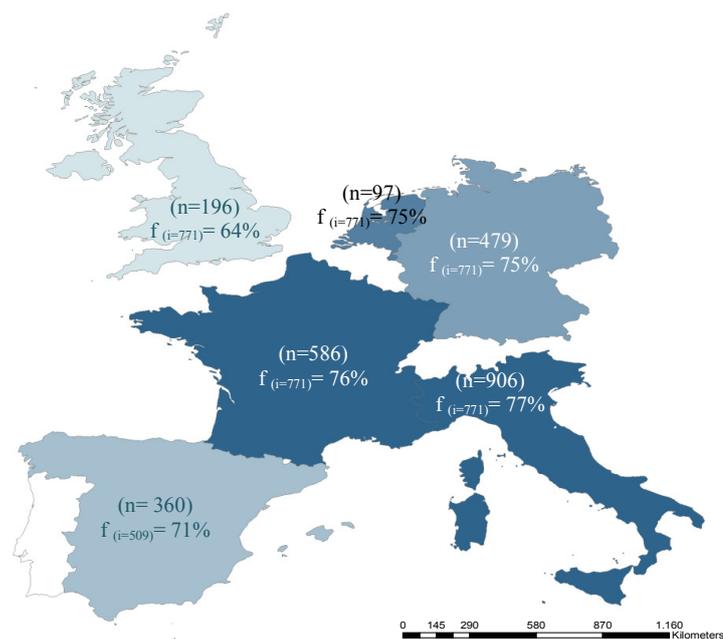
Nota: o património sem classificação contém o património com referências imprecisas

rel. f = frequência relativa; N = total de recursos intercetados nos 6 mercados

Fonte: elaboração própria

Constituem uma percentagem expressiva dos recursos analisados os bens patrimoniais classificados segundo o ordenamento jurídico português que, em média, correspondem a 73% das observações por mercado. Constitui este lote de recursos os bens classificados de «Monumento Nacional» que representam uma porção relevante das observações classificadas, cerca de 80%, e uma média de observações, por mercado, de 61%, cabendo aos programas italianos e franceses, em termos relativos, a maior expressão de bens classificados (77% e 76%, respetivamente) (Figura 51).

Figura 51: Somatório da contagem do património classificado identificado nos programas dos operadores turísticos



Fonte: elaboração própria // Thematic Mapping (2002)

As classificações que remetem para uma menor valia matricial¹⁴⁷ do bem, comparativamente com a classificação mais relevante de «Monumento Nacional», considerando-se aí incluídas as classificações de «Interesse Público» e de «Interesse Municipal», têm uma expressão mais reduzida, constituindo a primeira, em média, 12% das observações e a segunda com um valor residual e desprezível, expresso numa média de observações nos seis mercados de 0,3%. Foram ainda agregados os recursos sem classificação formal que nos seis mercados constituem, em média, aproximadamente, 26% do total das observações e dentro deste grupo um conjunto de bens patrimoniais que exibem uma representação difusa e imprecisa mas que identificam uma dimensão endógena de natureza construída que visa exprimir e atribuir à experiência turística uma representação cultural, constituindo, em média, 10% dos recursos extraídos.

¹⁴⁷ Referido a título de exemplo, tendo em conta que os critérios genéricos de apreciação dos bens se alargam a outros domínios referidos no art.º 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Figura 52: Somatório da contagem do património classificado «Monumento Nacional» identificado nos programas dos operadores turísticos

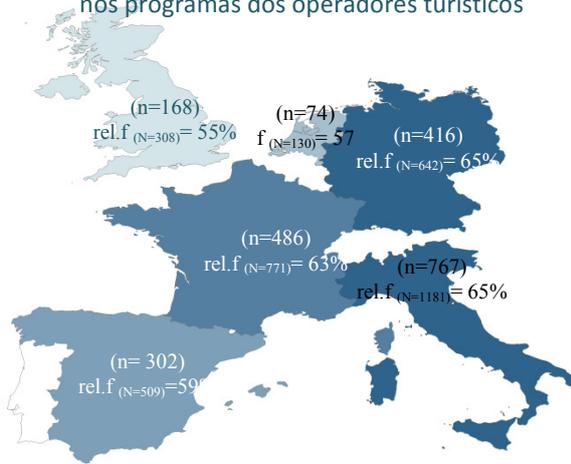


Figura 53: Somatório da contagem do património classificado de «Interesse Público» identificado nos programas dos operadores turísticos

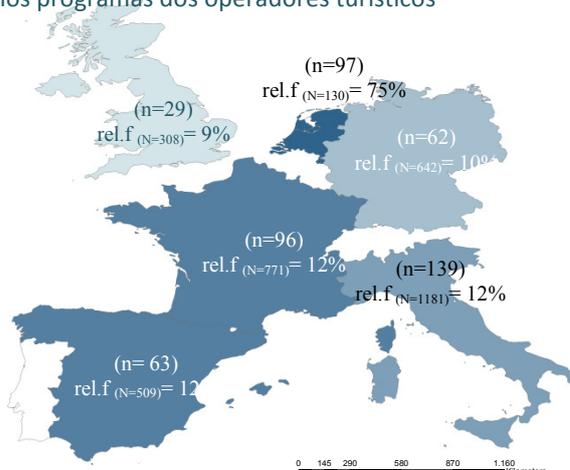
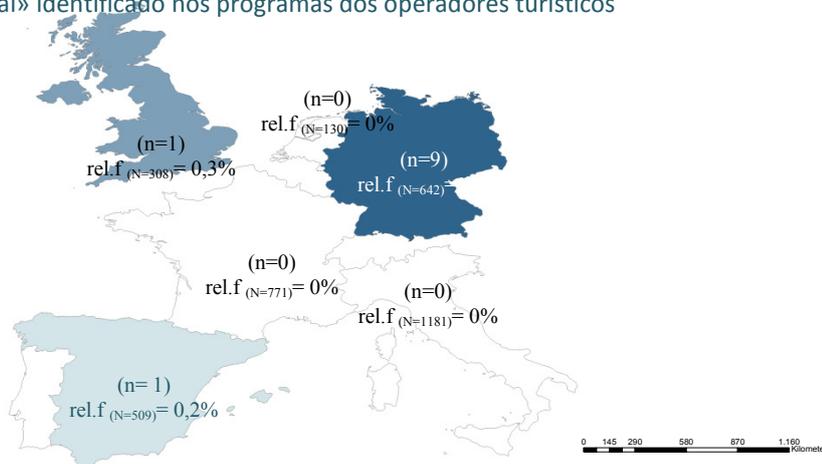


Figura 54: Somatório da contagem do património classificado de «Interesse Municipal» identificado nos programas dos operadores turísticos



	Patri_Class	MN	IIP (3)	IIM (4)	Sem_Class	Ref_Imp (6)
	(1)	(2)			(5)	
\bar{X}	0,73	0,61	0,12	0,00	0,26	0,11
<i>S</i>	0,05	0,04	0,02	0,01	0,05	0,04
<i>CV</i>	7%	7%	20%	170%	17%	42%

(1) Lista de referências a recursos classificados; (2) Lista de referências a recursos classificados «Monumento Nacional» (MN); (3) Lista de referências a recursos classificados «Interesse Público» (IIP); (4) Lista de referências a recursos classificados de «Interesse Municipal» (IIM); (5) Lista de referências a recursos sem classificação; (6) Lista de recursos patrimoniais e construídos com referências imprecisas.

\bar{X} = média aritmética (e.g. MN=(65% + 55% + 63% + 65% + 59%)/6); *S*=desvio-padrão; *CV*= c. de variação.

n = somatório da contagem de bens por classificação; *N* = somatório da contagem de bens classificados por mercado; rel. f. = frequência relativa

Fonte: elaboração própria / Thematic Mapping (2002)

As médias citadas ocultam um dado relevante que se prende com a variação das frequências relativas dos valores que as originam, e que revela uma menor variação nos

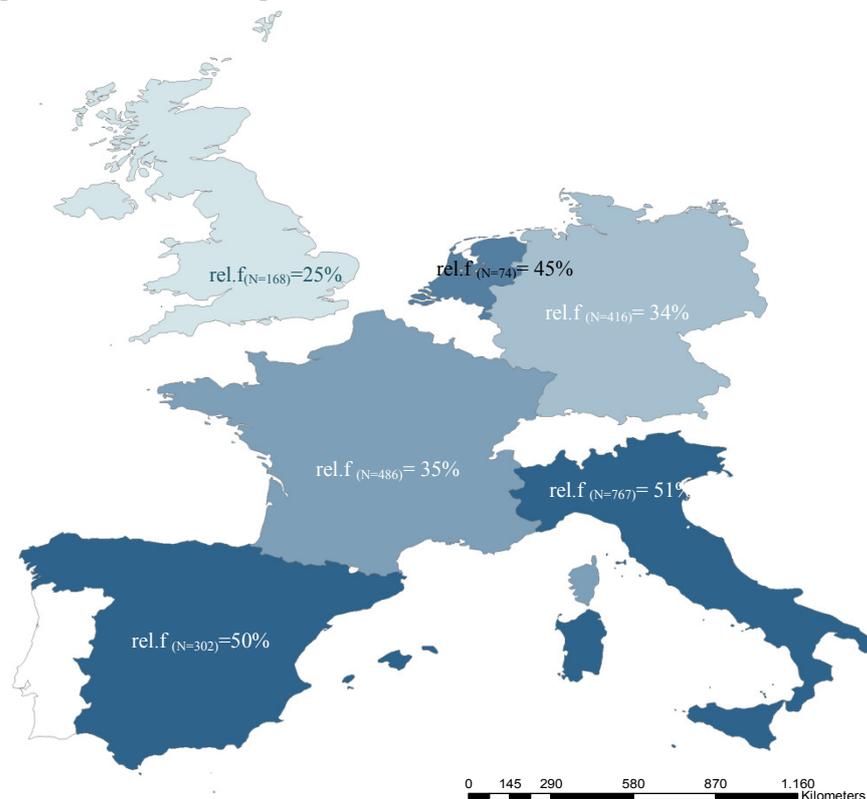
grupos «Património Classificado» e «Monumento Nacional», para os quais se calculou um coeficiente de variação (CV) de, respetivamente, 7%. Quando comparado com as variações dos restantes grupos que apresentam percentagens mais elevadas¹⁴⁸, concluímos que as tipologias de recurso que ressaltam no modelo programático dos operadores analisados, de uma forma transversal, relevam o seu carácter matricial bem como variáveis que a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, ilumina, designadamente relacionadas com o seu “valor estético, técnico ou material intrínseco”, o seu interesse «como testemunho simbólico ou religioso» ou ainda do ponto de vista da sua relevância em termos de «memória coletiva».

Estas características consolidam-se de um modo mais expressivo na categoria de «Monumento Nacional», que se considera “(...) de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.” (n.º 4, do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro). Nesta categoria, os bens estão sujeitos a um regime de protecção mais exigente por lhes ser atribuída importância nacional e, em casos particulares, valia patrimonial de escala mundial.

Em média, por mercado, 40% das observações de bens classificados de «Monumento Nacional» correspondem a recursos patrimoniais classificados pela UNESCO como «Património Mundial», constando da programação italiana a maior frequência de referências, equivalendo a cerca de 51% dos Monumentos Nacionais citados, cabendo inversamente o menor número de menções a recursos com classificação universal, justamente, ao Reino Unido, com 25% dos Monumentos Nacionais e ao mercado alemão, com 34% (Figura 55). Também podemos confirmar que existe uma relação expressiva, com intensidade considerável entre a frequência relativa de recursos patrimoniais referenciados nas propostas dos operadores turísticos classificados pela UNESCO (e.g. $rel.fi = \frac{f(PMundial_{Alemanha})}{N(MNacional_{Alemanha})}$), revelando uma associação de tipo linear entre estas duas variáveis, expresso no coeficiente de correlação de Bravais-Pearson (ρ) que se calculou em 0,957.

¹⁴⁸ «Interesse Público» (CV=20%); «Interesse Municipal» (CV=170%)¹⁴⁸; «Sem classificação» (CV=17%); recursos com «Referências imprecisas» (CV=42%).

Figura 55: Frequência relativa de recursos classificados «Património Mundial» nos programas dos operadores turísticos por mercado emissor



$\bar{X}=0,4$; $S=0,10$; $CV=26\%$

Fonte: elaboração própria / Thematic Mapping (2002)

A análise do *ranking* de recursos agregados por unidade concelhia pertencentes ao conjunto dos «Monumentos Nacionais», cuja expressão percentual média por mercado constitui a maioria dos recursos citados nas brochuras ($\bar{X}=61\%$), exibe um nível de relativa concentração em torno de Lisboa, cujo lastro patrimonial carrega, em média por mercado, cerca de 23% dos recursos captados nas brochuras.

Da lista de unidades concelhias com maior número de recursos citados, também em média por mercado, constam nas 10 primeiras, 9 unidades concelhias detentoras de bens classificados «Património Mundial» pela UNESCO (90% dos recursos classificados como «Património Mundial» em Portugal Continental) constando apenas Óbidos como exceção nesta lista e em 13.º lugar, o concelho de Elvas¹⁴⁹ também depositário de um legado de valia universal.

¹⁴⁹ Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e suas Fortificações

A relação que se estabelece no *ranking* parece sugerir que existe uma relação íntima entre as unidades concelhias onde a presença de recursos de maior valia matricial, isto é «Monumento Nacional» é mais expressiva e concentrada de acordo com a escolha/identificação dos operadores coincidindo, justamente, com as unidades territoriais que são simultaneamente detentoras de recursos com a distinção de «Património Mundial» (Quadro 29).

Quadro 29: Recursos identificados (frequência relativa) nas brochuras classificados «Monumentos nacionais» e «Património Mundial» desagregados por unidade concelhia e mercado (%)

n	Unidade Concelhia	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Holanda	Espanha	Património Mundial	\bar{X}
1	Lisboa	28%	17%	30%	23%	18%	23%	●	23,2%
2	Porto	10%	16%	11%	10%	8%	14%	●	11,5%
3	Coimbra	7%	11%	7%	10%	10%	9%	●	9,0%
4	Sintra	11%	4%	8%	5%	10%	15%	●	8,8%
5	Évora	11%	8%	8%	4%	11%	7%	●	8,2%
6	Batalha	5%	2%	4%	8%	3%	7%	●	4,8%
7	Alcobaça	4%	2%	3%	7%	7%	3%	●	4,3%
8	Óbidos	3%	2%	5%	7%	4%	5%	●	4,3%
9	Guimarães	1%	5%	3%	7%	4%	3%	●	3,8%
10	Tomar	2%	4%	4%	5%	4%	3%	●	3,7%
11	Vila Real	1%	7%	3%	2%	4%	1%	●	3,0%
12	Braga	1%	2%	2%	3%	3%	4%	●	2,5%
13	Elvas	0%	2%	1%	0%	1%	0%	●	0,7%

Fonte: elaboração própria

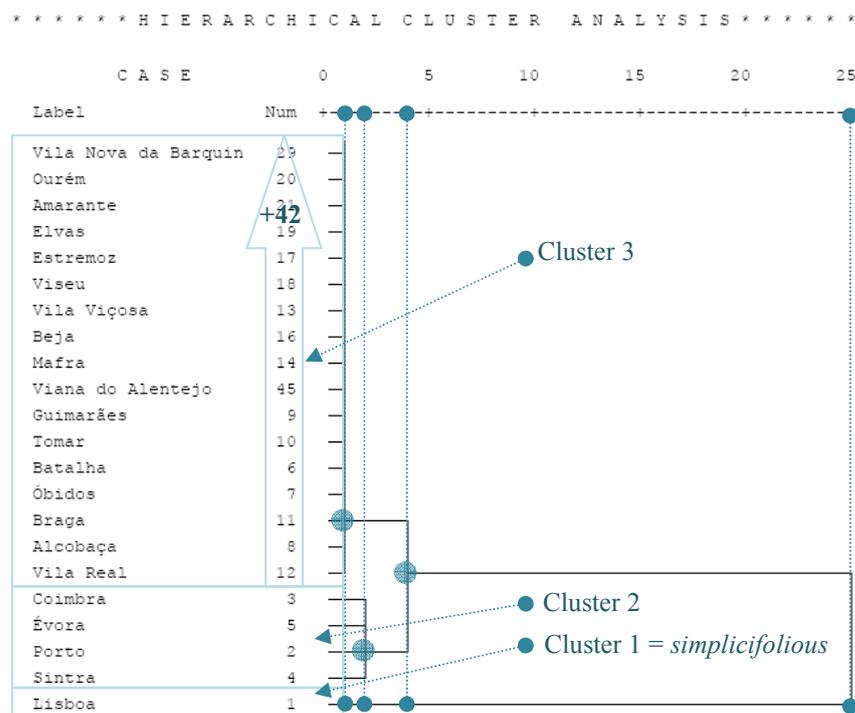
Por conseguinte, a distribuição dos recursos mais representativos da nossa amostra, que constituem o grupo do património classificado «Monumento Nacional» parece evidenciar uma tendência latente de agregação natural por agrupamentos de unidades concelhias que importa desencerrar.

III.2.3. ANÁLISE ESTATÍSTICA E GEOGRÁFICA A PARTIR DA MORFOLOGIA PATRIMONIAL E TERRITORIAL CONVOCADA PELAS FONTES FORMAIS DA AMOSTRA

III.2.3.1. Análise de agrupamento hierárquico de clusters a partir das frequências relativas dos recursos patrimoniais e estudo comparativo das frequências relativas dos bens classificados

No presente exercício é aplicada uma técnica de agrupamento hierárquico de *clusters* cujo algoritmo utiliza um método aglomerativo. Para suportar a análise de *clusters* a partir das frequências de património classificado «Monumento Nacional» nos seis mercados e por unidade concelhia, é utilizada como medida de semelhança (e/ou dissemelhança) entre sujeitos a distância Euclidiana (ao quadrado), calculada a partir de variáveis standartizadas ($rel.f = (f(MNacional_País/Concelho)) / (N(MNacional_País))$) (Anexo 1) que visam expurgar o efeito e influência da sua amplitude sobre esta medida (Maroco, 2003). Da aplicação do método de agrupamento hierárquico utilizando o algoritmo da menor distância, apresenta-se graficamente (dendograma) (Figura 56) uma ilustração dos agrupamentos resultantes das iterações envolvidas no método agregativo e das distâncias entre os membros dos respetivos *clusters*.

Figura 56: Agrupamento Hierárquico de Clusters - Dendograma



Fonte: elaboração própria / SPSS

A análise do dendograma parece, portanto, revelar três *clusters* distintos de sujeitos: *cluster* 1: Lisboa; *cluster* 2: Sintra, Porto, Évora, e Coimbra; e *cluster* 3: restantes 59 sujeitos.

Torna-se então essencial encontrar o número de agrupamentos “naturais” na matriz de dados, operação que efetivaremos seguindo o critério que é sugerido por Maroco (2013) do R-quadrado que permite aferir o nível de diferença entre cada um dos *clusters* em cada operação do algoritmo, calculando o rácio entre a soma dos quadrados entre os *clusters* e a soma dos quadrados totais para cada uma das variáveis usadas na análise. Segundo este método, deve ser encontrado um número mínimo de *clusters* responsáveis por uma percentagem relevante da variabilidade total (e.g. > 80%). Para o efeito obtiveram-se novas variáveis que registam a pertença de cada objeto à solução de *clusters* solicitada, neste caso de 2 a 5 *clusters*. Os cálculos resumem-se no Quadro 30 que revela que a solução aceitável pode ser encontrada num conjunto de 3 *clusters* tendo em conta que estes são responsáveis por mais de 80% da variabilidade total (+/- 84%), denotando-se que as diferenças entre os *R-squared* calculados diminuem a partir do 3.º *cluster*.

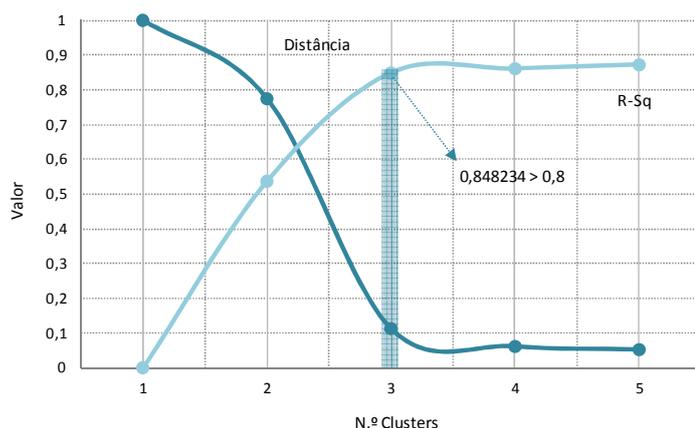
Quadro 30: Resumo dos cálculos

N.º Clusters	R-Squared	Dif R-Squared
1	0,000000	-
2	0,536709	0,536709
3	0,848234	0,311525
4	0,860493	0,012259
5	0,871825	0,011332

Fonte: elaboração própria

A Figura 57 ilustra a distância entre *clusters* relativizada (entre 0 e 1) e auxilia na decisão sobre o número de *clusters* a reter ao demonstrar, justamente, que é a partir do 3.º *cluster* que a variabilidade total explicada pelo número de *clusters* tende a estabilizar.

Figura 57: Distância entre clusters relativizada (entre 0 e 1) e do R-squared



Fonte: elaboração própria

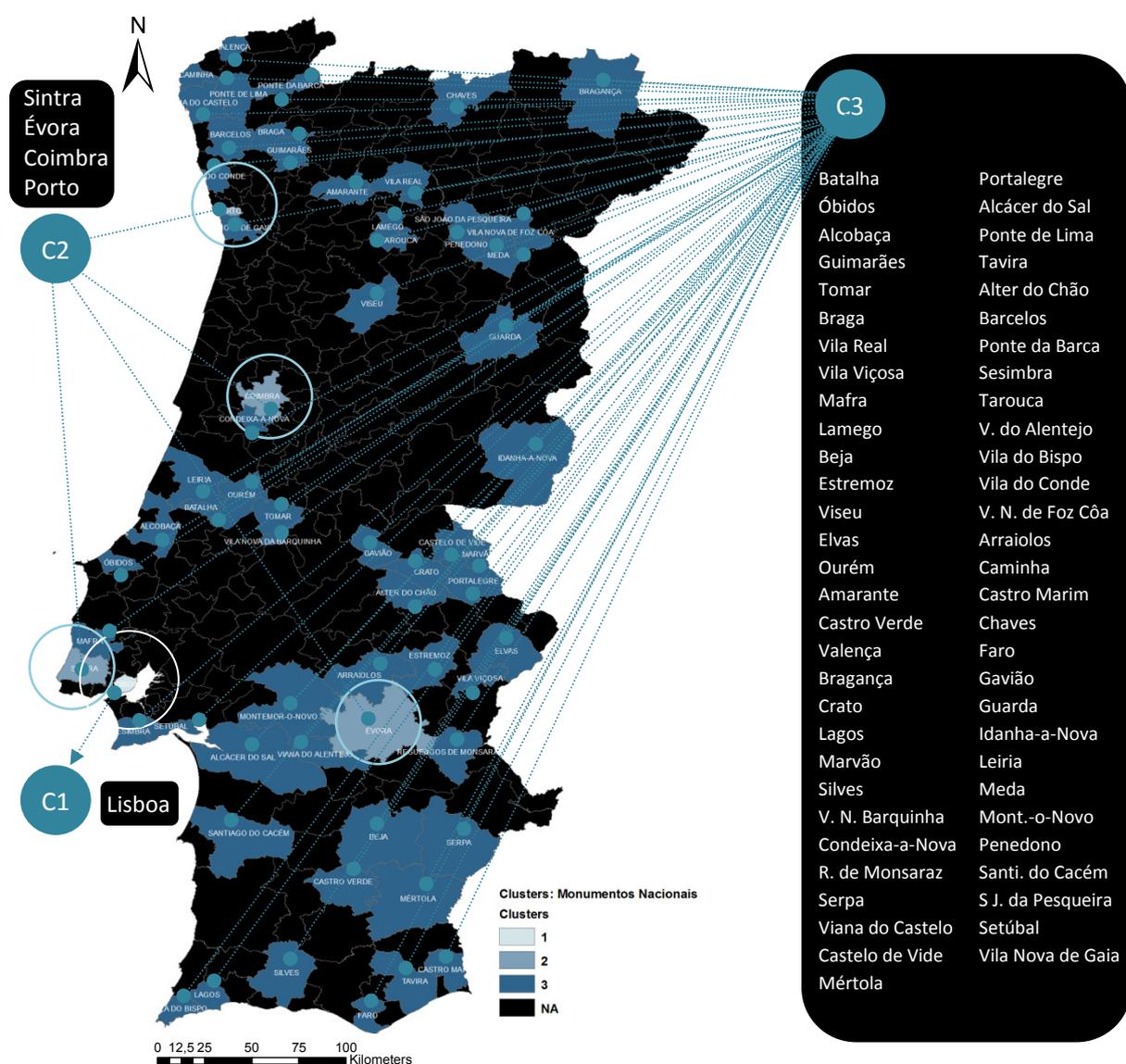
A análise permite-nos confirmar 3 *clusters* que apresentam níveis de semelhança dentro de cada grupo de sujeitos que tendem evidenciar-se nas fontes formais/programas perscrutadas nos seis mercados. Confirma-se uma tendência de polarização dos recursos patrimoniais de maior valia matricial localizados em Lisboa, que agrega também, sensivelmente, 7% de todo o património classificado «Monumento Nacional» em Portugal.

A capacidade de atração de Lisboa no plano da organização de viagens para Portugal Continental assume um papel indispensável de indução de fórmulas de práticas organizadas sustentadas em morfologias de oferta que se valorizam e influenciam a potencial procura turística a partir de uma ilharga cultural distinta. Esta unidade constitui a âncora patrimonial que parece permitir, numa percentagem assinalável de casos nos seis mercados analisados, alicerçar propostas de geometria variável. Tem por isso, capacidade de indução regional do fenómeno turístico em Portugal, constituindo o denominador comum dos programas analisados e que teremos oportunidade de aprofundar através da análise de diferentes perspetivas sobre o seu conteúdo ao nível regional.

É perceptível a partir desta agregação um segundo grupo de unidades geográficas concentradoras de recursos de valia matricial relevante, todas detentoras de património também de valia universal, constituindo acionadores e indutores de um nível de imersão regional mais fino que se estabelece ao longo de uma malha mais vasta de unidades concelhias mas cuja frequência de recursos identificados nos programas de férias tende

a revelar uma expressão exangue, não obstante algumas corresponderem a manchas de concentração de recursos de importância universal (class. UNESCO), como sejam Alcobça, Batalha, Elvas e Guimarães, unidades que possuem um substrato endógeno de escopo e relevância nacional, constituindo nodos de maior imersão territorial e cultural que remetem para um nível de erudição e consciência dos operadores turísticos sobre os recursos de maior subtiliza.

Figura 58: Mapeamento dos *clusters* de património classificado «Monumento Nacional» extraídos dos programas de férias analisados nos seis mercados



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

A escala de unidades concelhias agrupadas, que apresentam funções estruturais de organização e planeamento das variadas composições de oferta (programas), localizando-se no topo desta hierarquia o *cluster* de recursos «Lisboa» que constitui na maioria dos casos a origem ou centro dos programas, permitindo a respetiva estruturação emergente, sugere também uma hierarquização de recursos. Esta unidade (Lisboa) é flanqueada por Sintra, que apresenta simultaneamente um carácter subsidiário em relação a Lisboa, face à sua proximidade geográfica, mas integra e participa no segundo *cluster* de unidades concelhias de nível 2 que parecem revelar uma importância no alcance territorial da estruturação dos programas ao garantirem a construção de circuitos de capilaridade mais fina, intercetando nodos localizados no terceiro *cluster*.

Tomando em consideração as distâncias obtidas na matriz de dissemelhança a partir do cálculo do quadrado da distância euclidiana como medida de proximidade, e observando as unidades que constituem os dois primeiros *clusters* que agregam 5 unidades concelhias¹⁵⁰, cujas soluções dos *clusters* são responsáveis por mais de 80% da variabilidade total, é possível observar a complexidade dos modelos de programação, designadamente nos mecanismos de transferência de fluxos com um impacto regional alargado e de natureza multiforme que se estabelece a partir destes dois grupos. Revelam, por conseguinte, um papel estrutural na programação de Portugal Continental como destino turístico.

É possível ainda observar uma rede neuronal com níveis de hierarquização marcado na apropriação dos bens patrimoniais para efeitos de organização de pacotes de férias, que se traduz em distâncias euclidianas calculadas a partir da frequência relativa dos bens classificados «Monumento Nacional» por unidade concelhia e mercado examinado.

Estamos perante modelos de estruturação da oferta que parecem revelar mecanismos de irrigação turística que tendem a seguir cânones de concatenação de nodos geográficos que visam a exclamação e exaltação da dimensão estética, cultural e histórica do destino. Este processo parece suportar-se numa orgânica funcional, onde a seleção dos recursos e unidades concelhias tende a desempenhar um papel instrumental na programação ao caucionar a autenticidade que alimenta um certo hedonismo imaginativo (Campbell, 1987) que está presente no “coração do consumismo

¹⁵⁰ De um total de 64 concelhos identificados a partir dos bens classificados «Monumento Nacional».

contemporâneo” (Urry, 1990). Será esse o papel que Lisboa e os seus recursos desempenham, expresso na sua total dissemelhança face às restantes unidades concelhias identificadas na análise exploratória em curso, afirmando-se individualmente como um *cluster*. Os seus recursos constituem marcadores recorrentes que sinalizam uma espécie de «nó sagrado» (Urry, 1990) e uma porta para um universo cultural mais complexo do ponto de vista do seu significado e um desafio à competência simbólica (Urry, 1990) dos consumidores das empresas responsáveis por organizar os programas de férias observados. Esta relação fica bem expressa na análise diferenciada destes dois *clusters*, 1-[Lisboa] e 2-[Porto, Sintra, Coimbra e Évora], observando singularmente cada unidade concelha constituinte, designadamente as suas distâncias euclidianas medidas relativamente a todas as unidades concelhias envolvidas nos programas analisados que identificaram bens classificados «Monumento Nacional» (Figuras 59-63).

Esta análise confirma redes neuronais propulsionadas por nodos com competências específicas que tendem a estruturar-se de forma particular, federando unidades geográficas a partir de corredores/vetores mais ou menos robustos, revelando as aptidões distintas de cada um destes nodos.

Lisboa destaca-se por um maior nível de proximidade com as unidades concelhias que integram o segundo *cluster* 2-[Porto, Sintra, Coimbra e Évora], associando unidades territoriais num segundo nível responsáveis por abrir novos corredores de ligação em território continental. Lisboa desempenha uma função prioritária de interceção de fluxos internacionais gerados pela programação, contendo um nodo (*gateway*) de interface estratégico com os mercados emissores – o principal aeroporto nacional. Esta unidade concelha constitui também a unidade recetora dominante nos programas analisados, afirmando-se como um *campus* de operação estratégico que concentra o maior número de recursos culturais classificados e infraestruturas turísticas (e.g. estabelecimentos hoteleiros).

Lisboa constitui, assim, um importante núcleo coletor e, simultaneamente, um nodo que vincula um novo contexto cultural estabelecendo um enlace com unidades territoriais localizadas num segundo *cluster* que constituem plataformas secundárias de receção de turistas e portais de acesso a um nível de imersão territorial mais intenso. Esta realidade

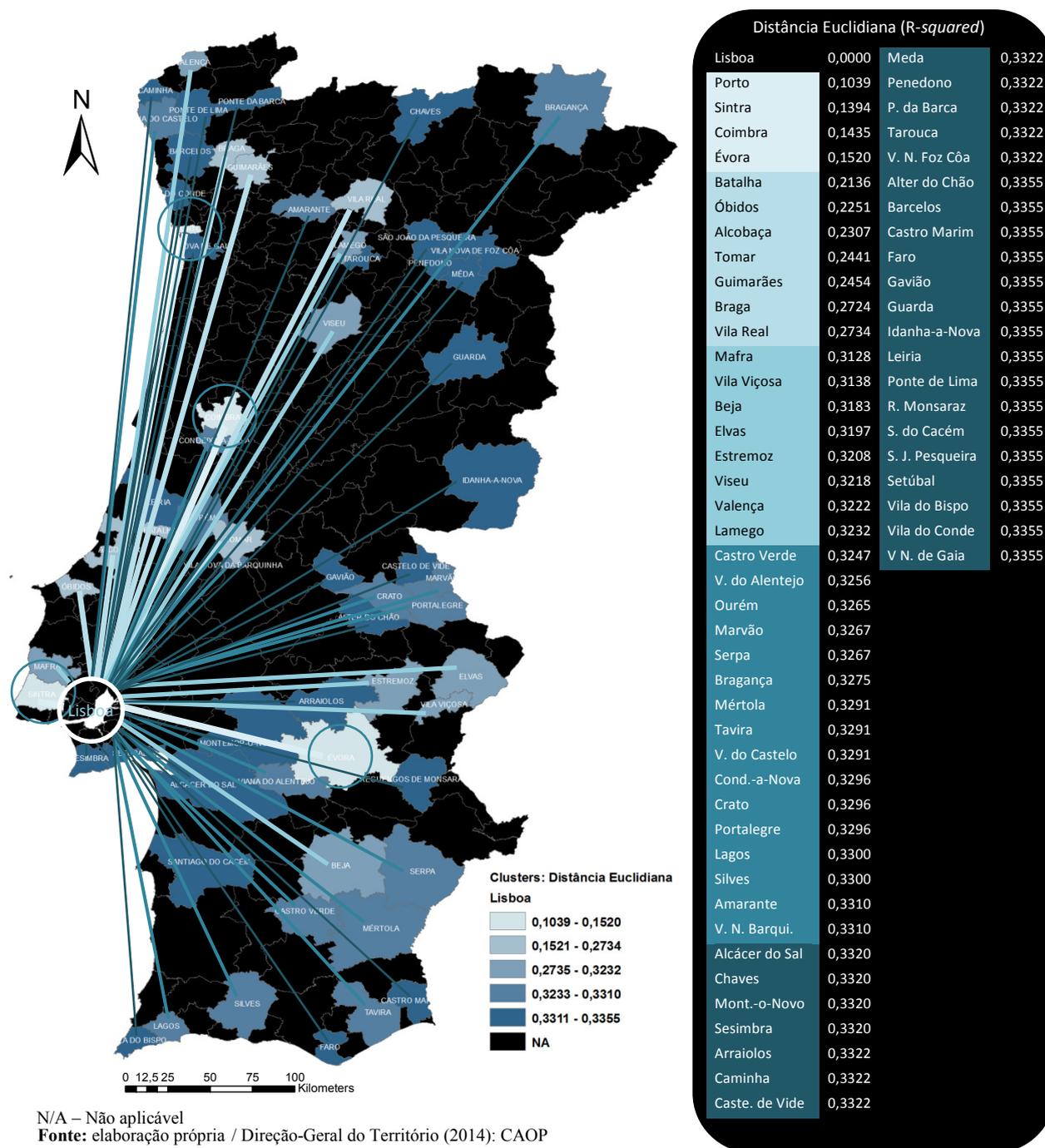
fica bem expressa nas distâncias euclidianas mais próximas entre Lisboa e as quatro unidades concelhias referidas, distância que não é física mas sustentada nas frequências relativas de bens classificados «Monumentos Nacional» presentes nos programas. A unidade concelhia que surge mais próxima é o Porto, seguida de Sintra, Coimbra e Évora.

Está latente aos modelos de programação observados um *nexus* de hierarquização das unidades concelhias que radica, justamente, no seu acervo patrimonial a par da envolvente secundária condicionadora a montante de práticas turísticas e de uma infraestrutura aeroportuária de escala internacional que permita a captura de mercados como acontece com o Porto.

As restantes três unidades concelhias, que constituem o segundo *cluster*, estão localizadas de forma estratégica no centro e sul do país, beneficiando Sintra de uma posição subsidiária face a Lisboa.

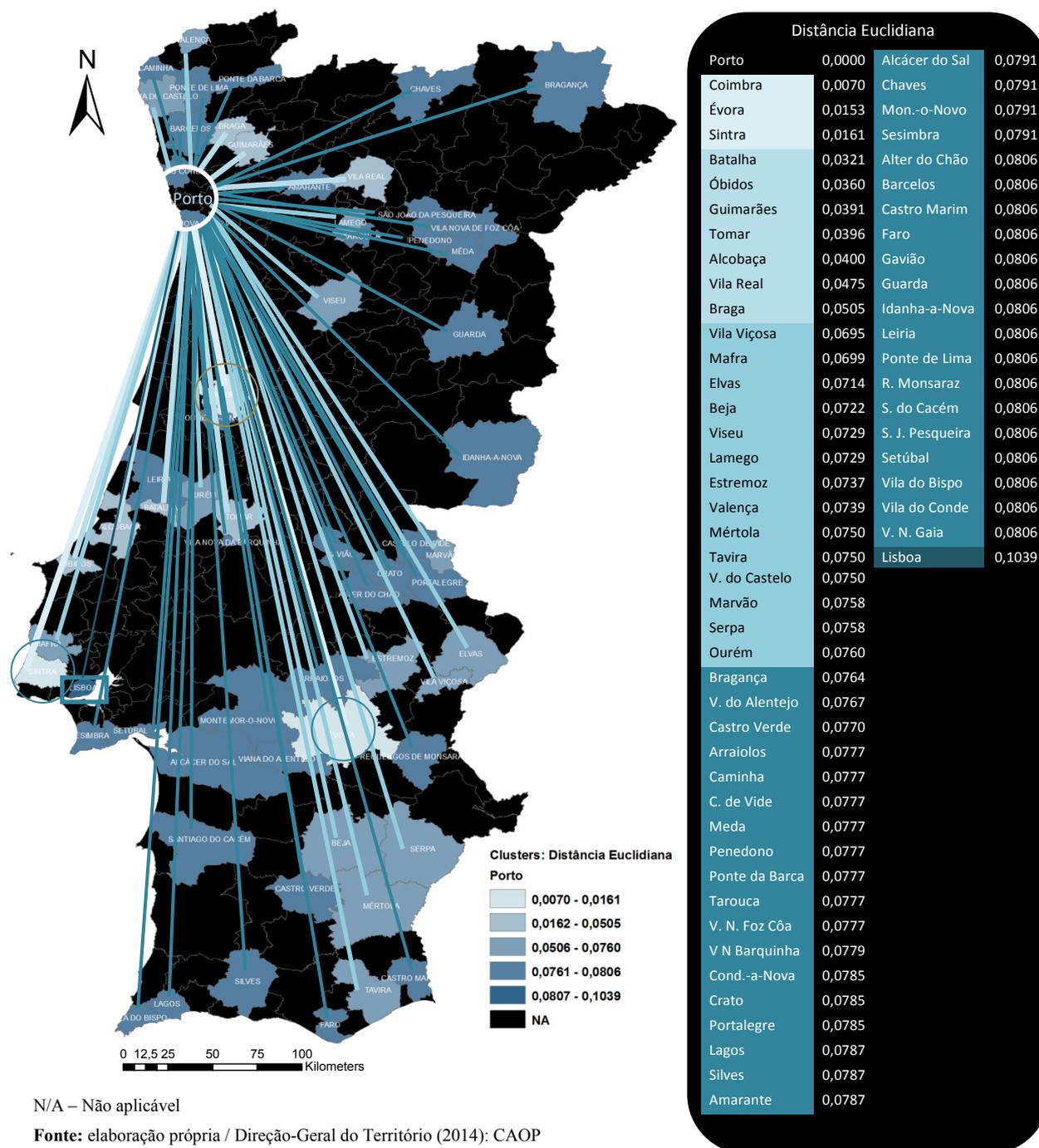
As relações descritas podem ser ilustradas graficamente através da projeção das distâncias euclidianas, utilizando vetores de espessura e cor distintas para exprimir o nível de semelhança, correspondendo às distâncias euclidianas mais curtas segmentos mais espessos e de cor mais clara (Figura 59).

Figura 59: Mapeamento das distâncias euclidianas de Lisboa relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»



Observando as distâncias euclidianas do Porto (Figura 60) relativamente às unidades concelhias intercetadas nos programas dos operadores turísticos a partir de referências aos seus bens classificados «Monumento Nacional», podemos observar que a maior dissemelhança que se estabelece é justamente com Lisboa e que, de forma expectável, as distâncias de maior proximidade associam nodos que constituem o segundo *cluster*, isto é, Coimbra, Évora e Sintra.

Figura 60: Mapeamento das distâncias euclidianas do Porto relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Relativamente às restantes unidades concelhias as distâncias são encurtadas, revelando um maior nível de semelhança entre o nodo Porto e as unidades geográficas mais periféricas, não obstante patentear uma relação hierárquica em relação às restantes unidades concelhias análoga à de Lisboa. Quer isto dizer que a sequência de distâncias relativamente às restantes unidades concelhias intercetadas pelos operadores turísticos

nos programas tende a estabelecer-se segundo a mesma hierarquia como sucede em relação a Lisboa.

Coimbra, não obstante as relações intra-*cluster* revelarem distâncias mais curtas, patenteia relações de maior semelhança e proximidade relativamente às restantes unidades concelhias, exibindo, assim, uma competência de melhor associação territorial do que Porto. Esta relação parece caucionar a abertura de corredores de circulação com unidades de menor notoriedade, revelando um grau de conhecimento e instrução do operador turístico sobre zonas do território nacional mais periféricas em termos turísticos.

Coimbra é a segunda unidade concelhia que, em média, apresenta um nível de dissemelhança menor face a todas as unidades concelhias com referências, na nossa amostra, a bens classificados «Monumento Nacional». Apesar de integrar o mesmo *cluster* que o Porto, exhibe um papel distinto perceptível nas distâncias euclidianas relativamente a unidades concelhias que geograficamente apresentam relações invertidas. Quer isto dizer que o grau de proximidade físico, e a título de exemplo, entre o Porto e Braga, distanciados 57,8 Km por estrada, não induz um grau de semelhança mais elevado (distância euclidiana = 0,0505) do que a relação entre Coimbra e Braga cuja distância física por estrada de 174 Km¹⁵¹, revela um nível de semelhança mais elevado (distância euclidiana = 0,0265).

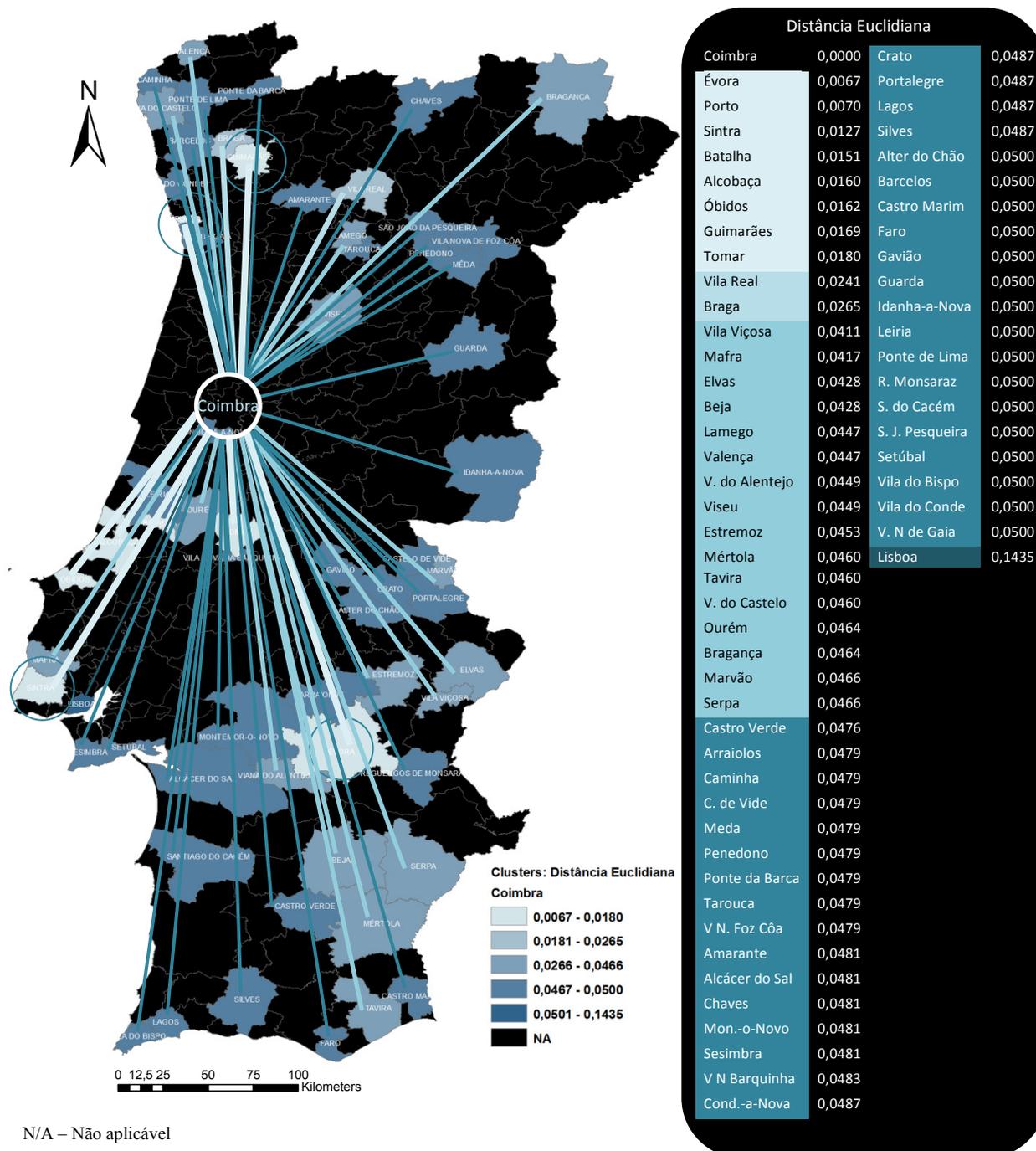
Esta relação remete para particularidades de natureza orgânica associada à estruturação de programas instruídos segundo uma matriz que tende, por um lado, a enaltecer o valor hedonístico das antiguidades (Choay, 1999) e do património em geral, exclamando o seu valor estético, histórico e cultural e, articuladamente, metamorfozando-os “em imagens e réplicas sem peso, nas quais se reúne o seu valor simbólico” (Choay, 1999).

Esta operação, mais ou menos sensível e subtil, dependendo do operador turístico, pressupõe a compressão do conceito de património histórico e cultural dentro de fronteiras demarcadas aqui exibidas de forma clara nos dois principais *clusters* de património que se ancoram num pequeno fragmento do território nacional. Quer isto

¹⁵¹ Que corresponde a praticamente o triplo da distância entre o Porto e Braga.

significar que tanto o nodo Porto como Lisboa revelam conter um conteúdo simbólico que se demarca das restantes unidades concelhias de um modo extremo.

Figura 61: Mapeamento das distâncias euclidianas de Coimbra relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Paralelamente, as propostas programáticas revelam uma expansão tipológica do património histórico, não em termos de valia matricial do bem tendo em conta que os *clusters* concatenam bens classificados «Monumento Nacional» mas através da abertura de novas fronteiras espaciais e reservatórios culturais que, por sua vez, desatam diferentes unidades territoriais.

Parece ser esse o papel desempenhado por Coimbra que representa um portal de acesso a novas dimensões culturais. Mesmo Sintra, que se localiza num nodo geográfico que se reconhece como subsidiário face à sua proximidade (física e espacial) a Lisboa, revertendo sobre ela um maior interesse e número de iterações no desenho programático dos operadores por conveniência espacial, contudo, e tal como em relação a outras situações (e.g. Porto – Braga), radica na concentração de bens patrimoniais classificados «Monumento Nacional» a sua relevância.

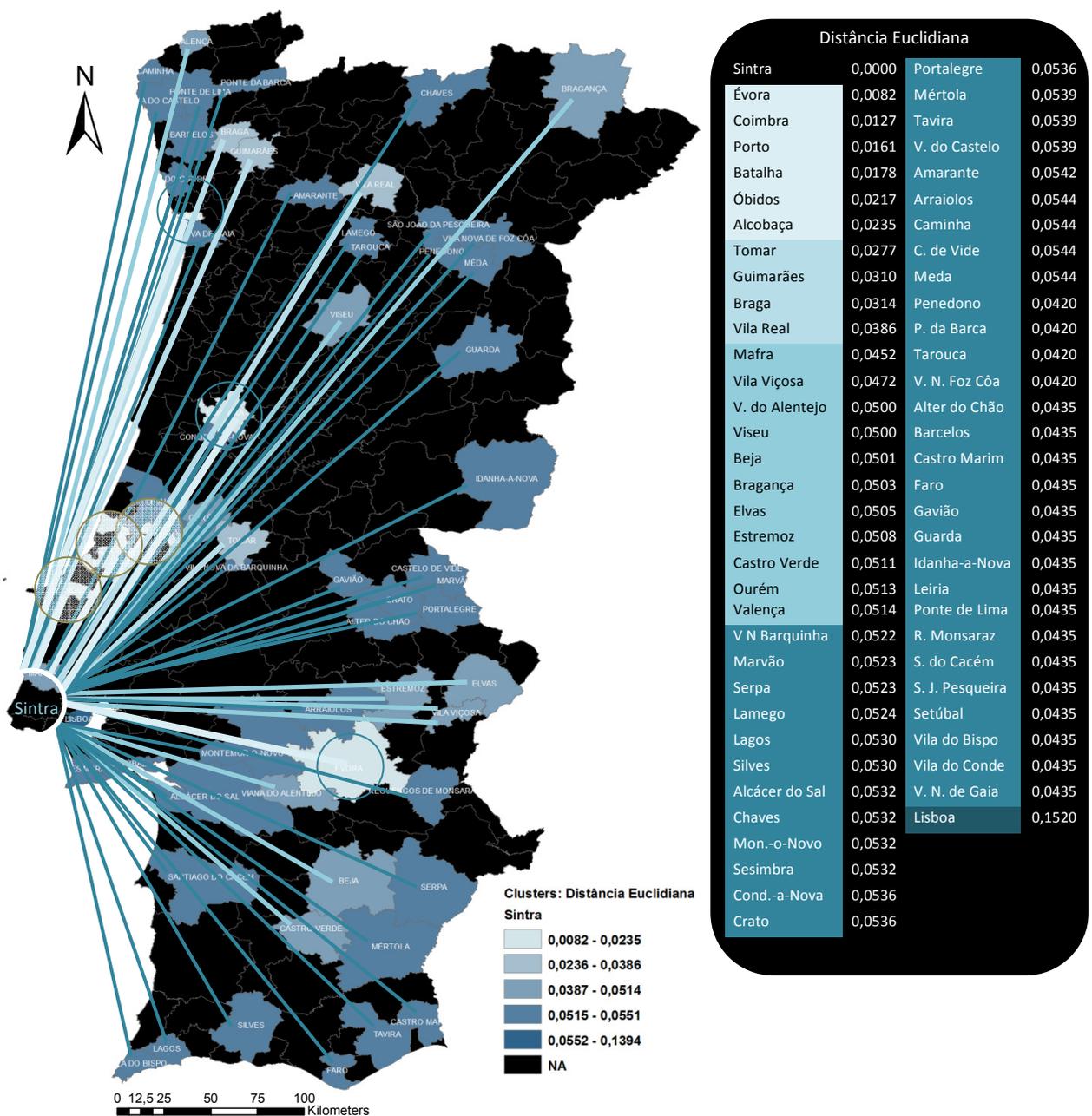
O nível de diferenciação em termos patrimoniais e morfológicos fica bem expresso no facto de apresentar, em média, entre as cinco unidades concelhias em destaque, a terceira maior distância euclidiana medida face às restantes unidades concelhias. De resto, confirma-se esta distinção quando examinada a sua distância euclidiana face a Lisboa, que é superior à distância medida em relação ao Porto. Revela, por outro lado, uma certa homologia de estrutura em relação a Évora, não em termos estritos, mas expressa no elevado grau semelhança com esta unidade concelhia, tal como Coimbra, demonstrando uma dimensão equivalente em termos de frequência relativa de bens classificados «Monumento Nacional» referenciados nas propostas dos operadores turísticos.

A proximidade entre Évora e Sintra induz um grau de associação programático que tende a tirar partido da insígnia da UNESCO, cuja convergência parece patentear-se nas distâncias às unidades detentoras desta classificação e posicionadas também no terceiro *cluster*, designadamente a Batalha e Alcobaça. Esta relação revela uma tendência de busca de mecanismos de validação da integridade e autenticidade do bem e, de um modo geral, um instrumento de autenticação dos prescritores (operadores turísticos) que, numa perspetiva funcional, operacionalizam a intermediação junto do cliente através de mecanismos de indução da valia e qualidade da sua proposta.

A perspetiva de polarização da oferta em torno de bens de valor universal poderá remeter para uma perceção da “(...) erosão da diversidade através da exclusão de outros

bens (...)” (Amirou, 2000). Contudo, as distâncias euclidianas obtidas a partir da análise dos recursos classificados «Monumento Nacional» demonstram que, a partir de unidades concelhias posicionadas no segundo *cluster*, como é o caso de Sintra, se apuram graus de semelhança mais elevados com as unidades concelhias contidas no terceiro *cluster*, localizadas, na sua maioria, em cinturas regionais periféricas que tendem a alargar as representações dos “imaginário coletivo” (Amirou, 2000) associado ao destino.

Figura 62: Mapeamento das distâncias euclidianas de Sintra relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»

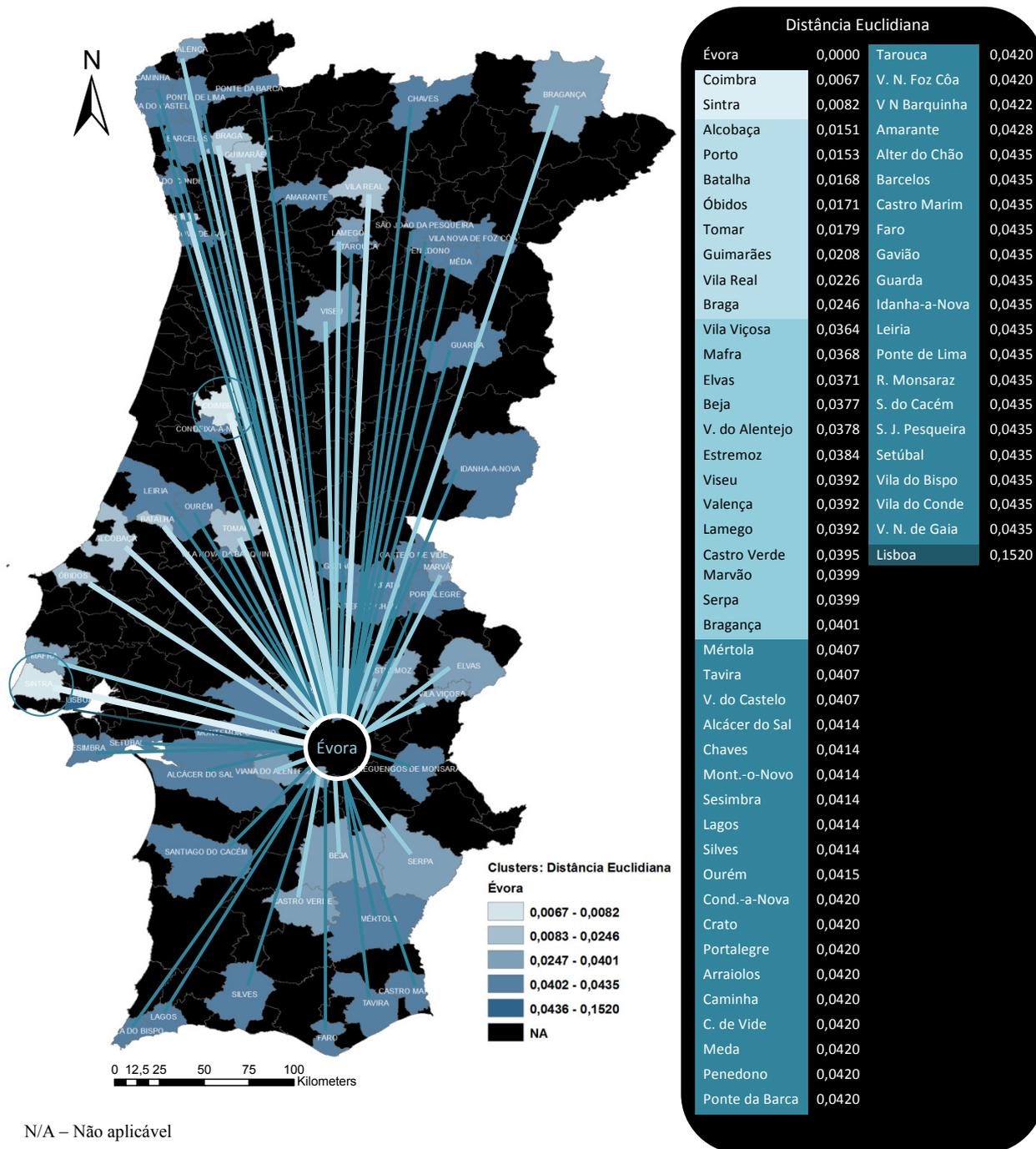


N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Évora, constitui justamente a unidade concelhia que se diferencia mais de Lisboa e aquela que apresenta um maior grau de semelhança relativamente às demais unidades concelhias extraídas no *cluster 2*. As distâncias euclidianas revelam mesmo um nível de semelhança mais elevado em relação a Alcobaça, que integra o terceiro *cluster*, do que em relação ao Porto que integra o *cluster 2* (Figura 63).

Figura 63: Mapeamento das distâncias euclidianas de Évora relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Das primeiras 8 unidades concelhias que apresentam a menor distância euclidiana em relação Évora, 7 são detentoras de património classificado pela UNESCO. Parece, por conseguinte, sugerir que a programação dos operadores turísticos analisados tende a incluir Évora numa dimensão específica que se interrelaciona com a escala universal do bem e simultânea semelhança com unidades também detentoras de bens com o mesmo estatuto.

O mecanismo mais saliente mas já identificado em relação às restantes unidades concelhias localizadas no 1.º e 2.º *cluster*, revela uma cápsula de compressão da oferta patrimonial que traduz um instrumento recorrente dos operadores de autenticação do destino que se observa nas sucessivas iterações concelhias nos diferentes programas, concentrando também elas competências de intermediação e drenagem para unidades concelhias mais periféricas, aptidão que parece evidenciar-se no caso de Évora.

Em média, a distância de Lisboa, que constitui o 1.º cluster, em relação às unidades concelhias com referências de bens classificados «Monumento Nacional» é a mais acentuada, revelando a sua elevada dissemelhança face a todas as unidades concelhias referenciadas nos programas; estatuto que remete, aparentemente, para uma relação de centro-periferia latente nos arquétipos de programação que integram recursos culturais e que reiteradamente desenvolvem programações de tónica polarizada.

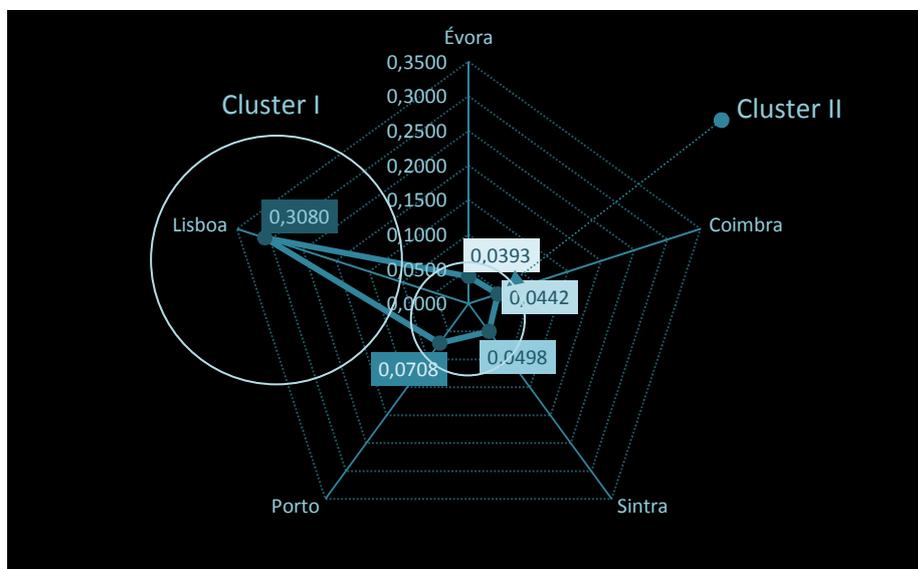
A partir das observações anteriores, o estatuto de aparente concentração parece camuflar um efeito redistribuidor desta unidade concelhia/*cluster* que tende a ocupar uma posição de plataforma de autenticação do destino fruto da valia patrimonial e cultural concentrada. Simultaneamente centraliza meios logísticos estratégicos e expressivos em Portugal Continental, concatenados com outros nodos de relevância operacional como é o caso do Porto e de Faro, este último sem a mesma preponderância nos programas em análise. Contudo, esta graduação das distâncias ocorre, justamente, dentro 2.º *cluster*, cujas unidades concelhias constituintes apresentam medidas de distância euclidiana distintas que revelam também níveis de dissemelhança desiguais (Figura 64).

Importa para o efeito observar o seu comportamento examinando a média das distâncias de cada uma das unidades concelhias constituintes relativamente a todas as unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional». As diferenças

que se observam revelam que a unidade concelhia do Porto apresenta a média das distâncias mais elevada, seguida de Sintra, Coimbra e Évora.

A presença do Porto neste segundo *cluster* permite-nos confirmar que o nível administrativo e económico do nodo mas também os seus padrões morfológicos, isto é, as suas “(...) formas urbanas do passado que sobreviveram na cidade contemporânea.” (Ashworth e Tunbridge, 2000: 9), e a infraestrutura logística disponível parecem determinar a sua competitividade mais do que a sua localização, como revelam as distâncias euclidianas no domínio da programação dos operadores turísticos. É assim que se posiciona o Porto face a Lisboa, ocupando uma posição de segundo nível e de elevada dissemelhança no retrato dos operadores turísticos. Acresce que o seu nível de semelhança é elevado relativamente a Sintra, Coimbra e Évora, constituindo com estas unidades um *cluster*, embora apresente uma distância euclidiana média (0,0708) em relação a todas as unidades concelhias superior.

Figura 64: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional»

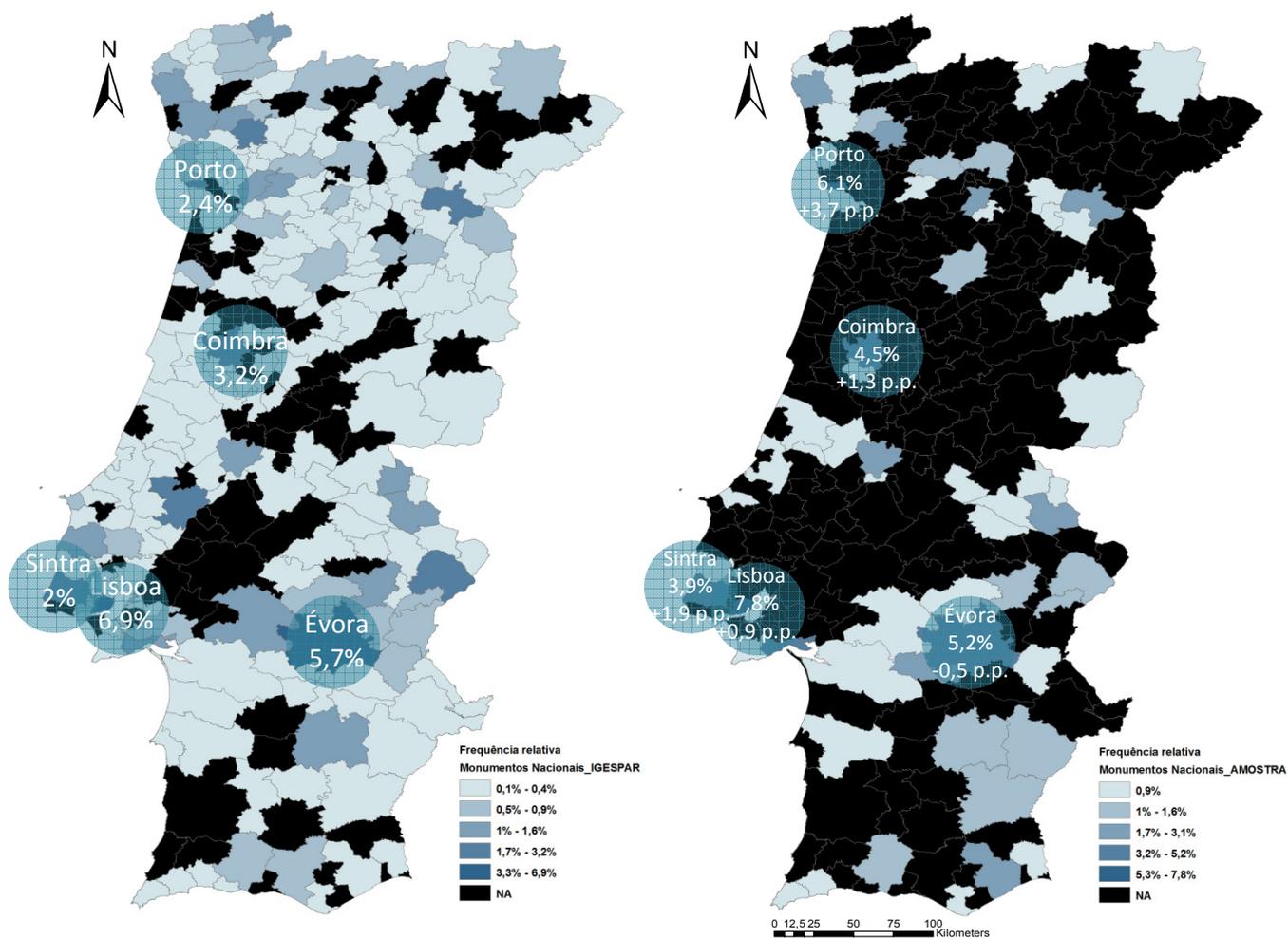


Fonte: elaboração própria

Podemos concluir que a centralidade e a robustez destes nodos na programação está relacionada, genericamente, com a consistência e concentração de bens classificados de «Monumento Nacional» na nossa amostra, cuja expressão e distribuição espacial revela algumas dissemelhanças com a distribuição em território continental do universo de bens classificados «Monumento Nacional» pela DGPC.

Se observarmos a média de frequências relativas do número de bens classificados «Monumento Nacional» da amostra e a frequência relativa dos bens classificados «Monumento Nacional» do inventário da DGPC por unidade concelhia (Figura 65), identificamos diferenças relevantes entre uma distribuição e outra que nos evidencia uma leitura concentrada e aumentada das unidades concelhias prevalentes pelos operadores.

Figura 65: Distribuição dos bens classificados «Monumento Nacional» em Portugal Continental que constam do inventário da DGPC e da amostra



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / DGPC (2014) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Em termos relativos, as unidades concelhias analisadas nos programas revelam uma expressão superior e ampliada face à sua representatividade em termos efetivos no universo de património classificado. Évora constitui a exceção, apresentando uma frequência relativa de bens classificados «Monumento Nacional» no total da amostra

inferior em 0,5 pontos percentuais ao peso relativo no universo de bens classificados «Monumento Nacional».

Este retrato deriva, em grande medida, de uma limitação inerente à programação de férias organizadas que está vinculada a um escopo temporal e financeiro definido mas também às circunstâncias logísticas que o destino propicia. Fruto do conjunto de limitações que circunscrevem a problemática da programação, derivam cenários de estruturação da oferta que tendem a revelar assimetrias em resultado da aplicação de filtros ao destino que repercutem uma utilização parcelar do território. No caso vertente, são referenciadas apenas 11%¹⁵² das unidades concelhias detentoras de bens classificados «Monumento Nacional» e uma seleção de recursos ainda mais resumida que equivale a cerca de 8%¹⁵³ dos bens classificados nesta categoria.

Os resultados tendem a repercutir estruturas que têm uma natureza hierárquica e simultaneamente funcional, podendo um conjunto restrito de nodos servir de marcadores (sinalizadores) e nós sagrados (Urry, 1990), autenticadores do destino e da oferta programada pelo operador. Esta matriz está bem patente no nível de compressão e síntese do destino, evidenciada na análise exploratória que incide sobre os bens classificados «Monumento Nacional». Estes tendem a concentrar o maior número de referências nos programas analisados, justamente, em torno de Lisboa que assume uma natureza e dimensão superlativa que reparte e drena, segundo um mecanismo hierárquico, a programação com nodos/marcadores situados num 2.º *cluster* de unidades concelhias e agrupamento de bens patrimoniais. Por sua vez, os nodos associados no 2.º *cluster* desobstruem corredores que concatenam unidades concelhias localizados no 3.º *cluster* que tendem a outorgar um nível de imersão mais intenso no destino.

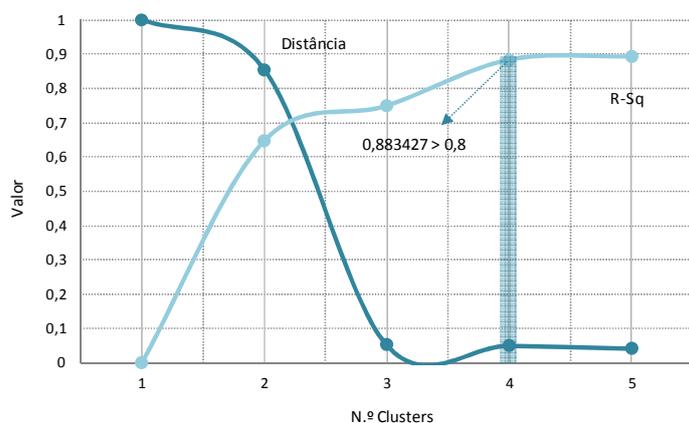
Parece relativamente explícito que os modelos de programação analisados revelam, a partir dos registos de «Monumentos Nacionais», uma certa polimorfia ao convergirem e intercetarem uma diversidade de cinturas regionais situadas em corredores periféricos tendo em conta os modelos de programação prevalentes para Portugal que tendem a manifestar uma maior concentração espacial (e.g. Algarve) e, conseqüentemente, um consumo iterativo de recursos análogos que combinam o sol e o mar.

¹⁵² Em média na amostra dos seis mercados analisados

¹⁵³ Em média na amostra dos seis mercados analisados

Importa, com efeito, estender esta análise a toda a amostra de recursos classificados, tendo para o efeito utilizado o mesmo método de agrupamento hierárquico suportado no algoritmo da menor distância, calculada a partir de medidas de distância euclidiana (ao quadrado), que se ponderou a partir de variáveis standartizadas (Anexo1). Foram retidos quatro *clusters* que são responsáveis por mais de 80% da variabilidade total (+/- 88%), (Figura 66).

Figura 66: Distância entre clusters relativizada (entre 0 e 1) e do R-squared

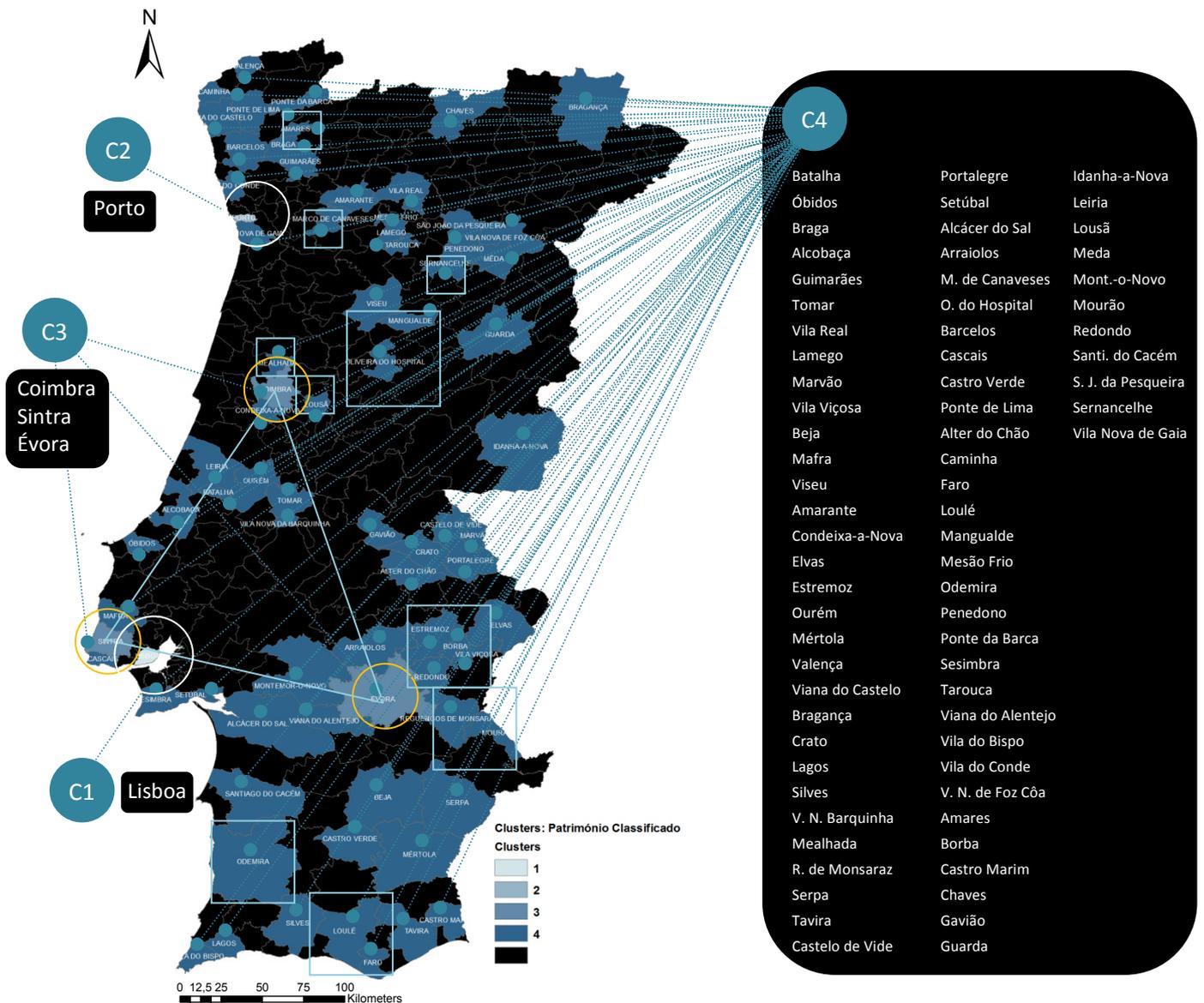


Fonte: elaboração própria

A projeção cartográfica dos *clusters* a partir do alargamento dos recursos extraídos a todos os bens classificados que, em média, representam 73% das observações por mercado, revela um impacto territorial mais alargado da programação dos operadores turísticos. A inclusão de bens classificados de «Interesse Público» que, em média, representam 12% dos recursos referenciados por mercado, adiciona à amostra dos bens «Monumentos Nacionais» uma dimensão nacional mais amplificada, confirmando a definição formal que revela tratarem-se de bens representativos de “um valor cultural de importância nacional (...)” (n.º 5 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro). Incorporam este lote de bens na nossa amostra recursos como o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, a Ponte de Piscais, em Vila Real, a Igreja de Fonte Arcada, em Sernancelhe, a Quinta do General, em Borba, o *Palace Hotel* do Buçaco, no Buçaco (Mealhada), o Convento de Alpendurada, em Marco de Canaveses, entre outros bens, de reconhecido valor matricial em manchas semi-periféricas e periféricas concentrando recursos agregados no 4.º *cluster*.

A transposição para um cenário mais alargado adicionou 14 unidades concelhias no 3.º *cluster* (Figura 67). O padrão morfológico não se altera de uma forma profunda mas revela e sublinha a presença de cinturas regionais secundárias e estruturas que são, tendencialmente, de menor evidência no mapa ideológico dos operadores turísticos.

Figura 67: Mapeamento dos *clusters* de património classificado extraído dos programas de férias analisados nos seis mercados



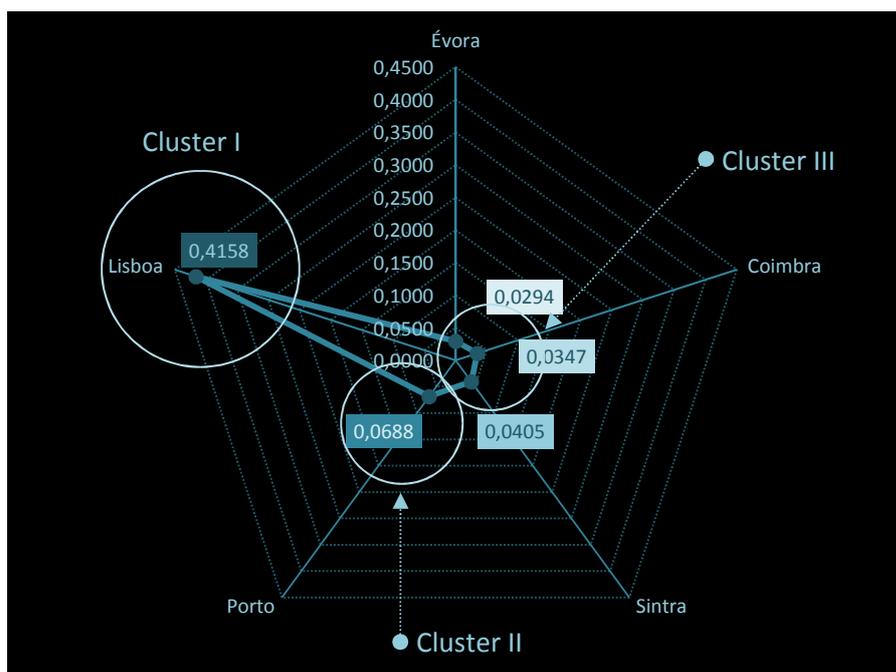
N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Fruto do aumento do número nodos em análise, o nível de dissemelhança propaga-se acentuando as diferenças entre grupos (Figura 68), originando assim um novo *cluster* que coincide com o Porto, que se separa do grupo formado por Coimbra, Sintra e Évora.

Esta alteração decorre sobretudo do aumento da amplitude dos casos envolvidos, incrementando a heterogeneidade do grupo, tendo em conta que a distância euclidiana média do Porto relativamente a todas as unidades concelhias identificadas diminui mas é também determinada pelo aumento da dissemelhança de Lisboa face a todos os sujeitos.

Figura 68: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias com referências a todos os bens classificados



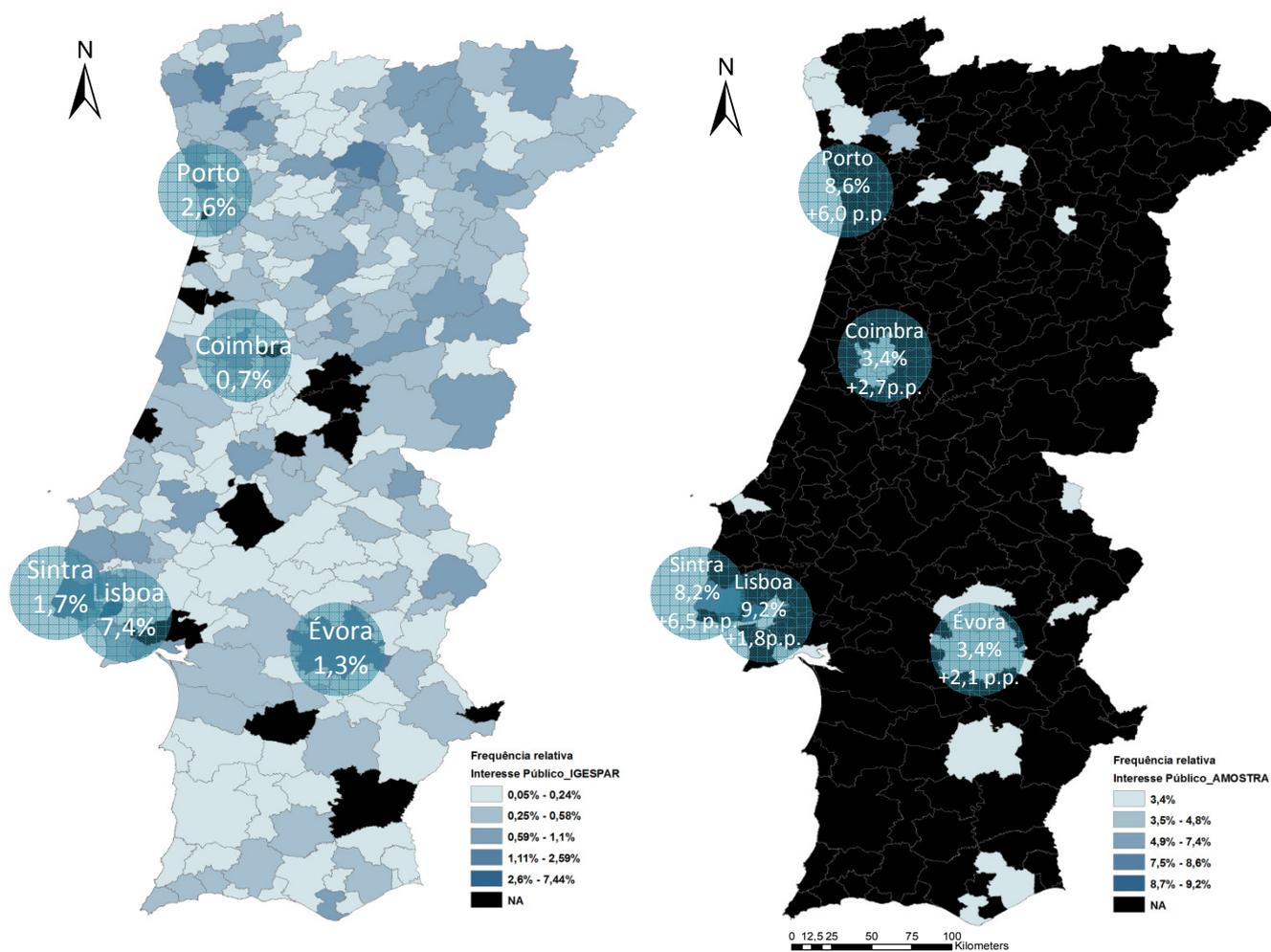
Fonte: elaboração própria

As diferenças são ainda originadas pelo aumento das frequências absolutas de exemplares de bens classificados de «Interesse Público» referenciados nas brochuras que, adicionalmente, contribuem para uma maior concentração territorial das referências a bens classificados, destacando-se o Porto e Sintra com frequências relativas desta categoria de bens na amostra acima das frequências relativas aferidas no universo de bens classificados de «Interesse Público» pela DGPC de, respetivamente, 6 e 6,5 pontos percentuais.

O mesmo sucede com Coimbra e Lisboa, as duas unidades concelhias a concentrarem, em média, percentagens de bens classificados de «Interesse Público» acima das quotas definidas dentro do universo de bens classificados, adicionando, respetivamente, 2,7 e 1,8 pontos percentuais. Estas diferenças revelam uma tendência de compactação do

universo cultural e patrimonial em torno de um número de bens circunstanciado, expondo uma certa assimetria latente no arquétipo de construção de programas, que tende a utilizar o património cultural e monumental, como um «substrato sensível» (Riegl, 1984), em que o “(...) objeto observado transcende o seu sentido material imediato” (Amirou, 2000: 11). A sua função é interrompida para se transformar num símbolo do passado (Amirou, 2000) e mecanismo de translação da estética do destino e marcador/sinalizador de antecipação da experiência turística (Urry, 1990).

Figura 69: Distribuição dos bens classificados «Interesse Público» em Portugal Continental que constam do inventário da DGPC e da amostra



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / DGPC (2014) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

A transformação descrita, a par de circunstancialismos logísticos que também ditam uma determinada paleta de intensidades de uso/frequência de recursos e unidades geográficas nos programas, tende a promover uma certa *purificação* de um universo

patrimonial inflacionado (Amirou, 2000), cuja amplitude e dispersão territorial¹⁵⁴, com níveis de concentração variados, torna difícil a sua estruturação e tratamento narrativo e linguístico nas brochuras, num contexto de indução formal e comercial.

A imersão no destino, patenteada nos programas analisados, parece partir de um mecanismo de inoculação de marcadores e «bolhas ambientais» (Boorstin, 1964) que tendem a amplificar e a sinalizar o destino turístico para permitir, num segundo momento/fase, níveis de contacto mais intensos. Este fenómeno está traduzido nas frequências relativas mais elevadas dos bens classificados no conjunto de unidades concelhias que integram os três primeiros *clusters*, (Lisboa), (Porto) e (Coimbra, Sintra e Évora), cujo nível de concentração, superior às frequências relativas observadas no universo de bens classificados em Portugal continental, demonstra um fenómeno de compressão territorial, designadamente da sua matéria endogénica. Este facto é patenteado nos diferenciais entre cada um dos nodos hierarquizados no nosso modelo experimental, que concluiu sobre a delimitação de 4 *clusters*/grupos de unidades agregadoras de recursos classificados.

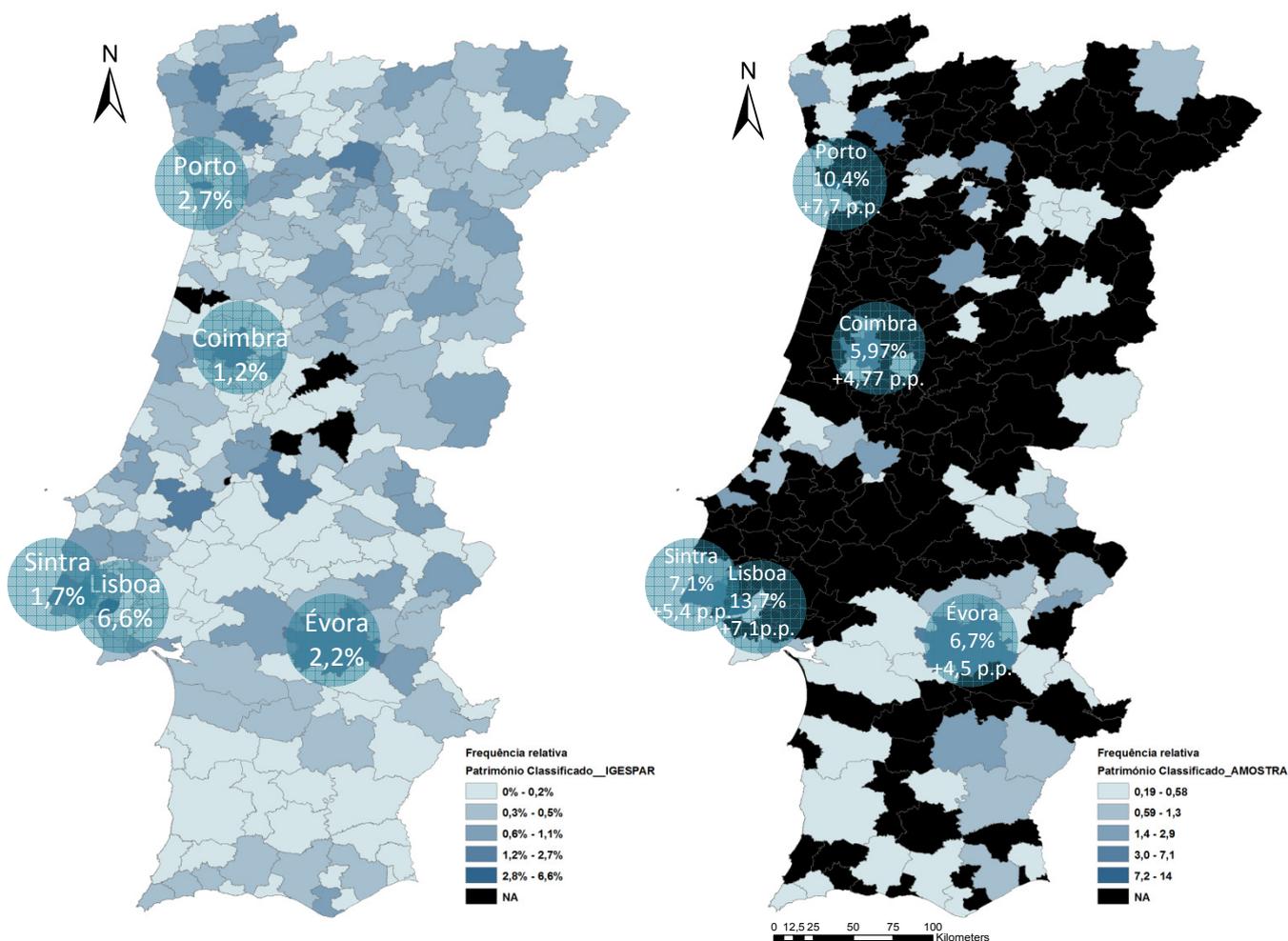
Acresce ainda a esta abordagem indutora de práticas turísticas a expressão e a dimensão relativa que o património classificado assume no universo de bens classificados pela DGPC em Portugal continental que não ultrapassa, em média nos seis mercados analisados, 2,6% desse universo intercetado em 28% das unidades concelhias em território continental. Não obstante, em termos percentuais os recursos e as unidades territoriais envolvidas poderem insinuar um certo sentido inócuo, superficial e concentrado do modelo programático, na verdade, em termos absolutos foram extraídos, em média, de todos os programas analisados, 87 bens classificados distribuídos por cerca de 78 unidades concelhias. Estes resultados demonstram um impacto territorial do fenómeno de amplitude estendida, tendo em conta que as unidades e recursos identificados constituem nodos de corredores de circulação que estabelecem um nível de imersão e contacto com o território continental de maior complexidade.

O modelo hierárquico latente sugere mecanismos de penetração que convergem sobre cinturas semi-periféricas e periféricas do território que poderão constituir importantes acionadores de desenvolvimento, constituindo mesmo um instrumento de transferência

¹⁵⁴ Recursos classificados pelo DGPC.

de oportunidades de integração de territórios de baixa densidade em redes regionais e internacionais indutoras de investimento.

Figura 70: Distribuição dos bens classificados em Portugal Continental que constam do inventário da DGPC e da amostra



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / DGPC (2014) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

O efeito de acumulação de capital cultural é, contudo, perceptível e aparente no nível e concentração de bens classificados em torno de Lisboa, morfologia que elucida o argumentário de Zukin (1991) relativamente à concentração do poder cultural nos principais centros metropolitanos. Em Portugal, esta condição é sem dúvida uma herança régia (Alvará Régio de 1721) que consignou valores tutelares e diretivos sobre os monumentos, submetendo a sua conservação e proteção a mecanismos de decisão descendentes com uma aparente influência na polarização territorial das medidas de proteção e conservação em torno de unidades administrativas mais relevantes.

Esta prática, que no decurso da história sofreu alguns ajustamentos, aportou no modelo contemporâneo que assenta em rotinas burocratas emanantes de uma consciência de diretório central que tende a efetivar atos administrativos que impulsionam a concentração territorial de bens classificados e protegidos, que se torna manifesta, por um lado, na percentagem de bens classificados em Lisboa e na baixa percentagem de bens classificados de «Interesse Municipal» em Portugal continental (12%).

Esta linguagem, que tende para uma simplificação e homogeneização do contexto e ambiente onde radica a base endógena, interpretando o território a partir de um olhar sintético, revela, simultaneamente, um certo antagonismo face a uma tendência contemporânea que é concorrente no sentido de valorizar e fortalecer movimentos de localização e regionalização, que são caracterizados como a “(...) resistência do vernacular para a extensão do «poder das paisagens» sob a globalização (...)” (O’Connor e Wynne *apud* Richards, 1996, p. 62).

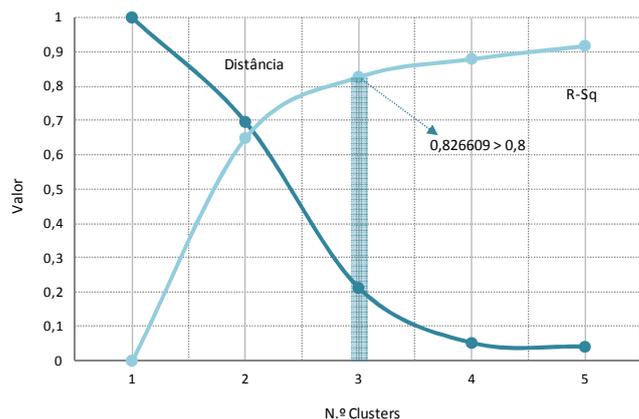
Tendo em conta esta propensão, importa observar os bens sem classificação formal, que constituem, em média nos seis mercados, 26% das referências a recursos da nossa amostra. O enfoque da análise num objeto que revela a particularidade de uma certa heterogeneidade, abre a dimensão do vernacular e amplia o domínio do simbólico patenteado em exemplares como o “Padrão dos Descobrimentos”, a “Ponte 25 de Abril”, a “Cervejaria Trindade”, a “Alfama”, o “Cristo Rei”, a “Basílica da Virgem e Capela das Aparições”, a “Ponte D. Luís I” e a “Quinta da Pacheca”.

Este conjunto contém ainda um variado leque de referências imprecisas que remetem para um espólio patrimonial e dimensão endógena de natureza construída que visa exprimir e atribuir à experiência turística uma representação cultural. Constam deste agregado representações como “Évora Medieval”, “Roma Portuguesa”, “casas de granito”, “casas de pedra cúbica no estilo árabe”, “fachadas cobertas de azulejos”, “casas elegantes” e “ruas pitorescas”. Todas visam aumentar o efeito de autenticidade espacial (Buzard, 1993) e acrescentam uma dimensão simbólica ao espaço, ampliando o universo do destino para uma certa periferia de recursos endogénicos.

Para alcançar este desiderato e compreender se existem diferenças significativas no impacto territorial de um grupo taxonómico de recursos que derrama a dimensão formal de representação do destino a partir de bens patrimoniais classificados, utilizámos

também o método de agrupamento hierárquico suportado no algoritmo da menor distância (distância euclidiana ao quadrado) calculada a partir de variáveis standartizadas (Anexo 2). Foram retidos três *clusters* responsáveis por mais de 80% da variabilidade total (+/- 88%) (Figura 71).

Figura 71: Distância entre clusters relativizada (entre o e 1) e do R-squared

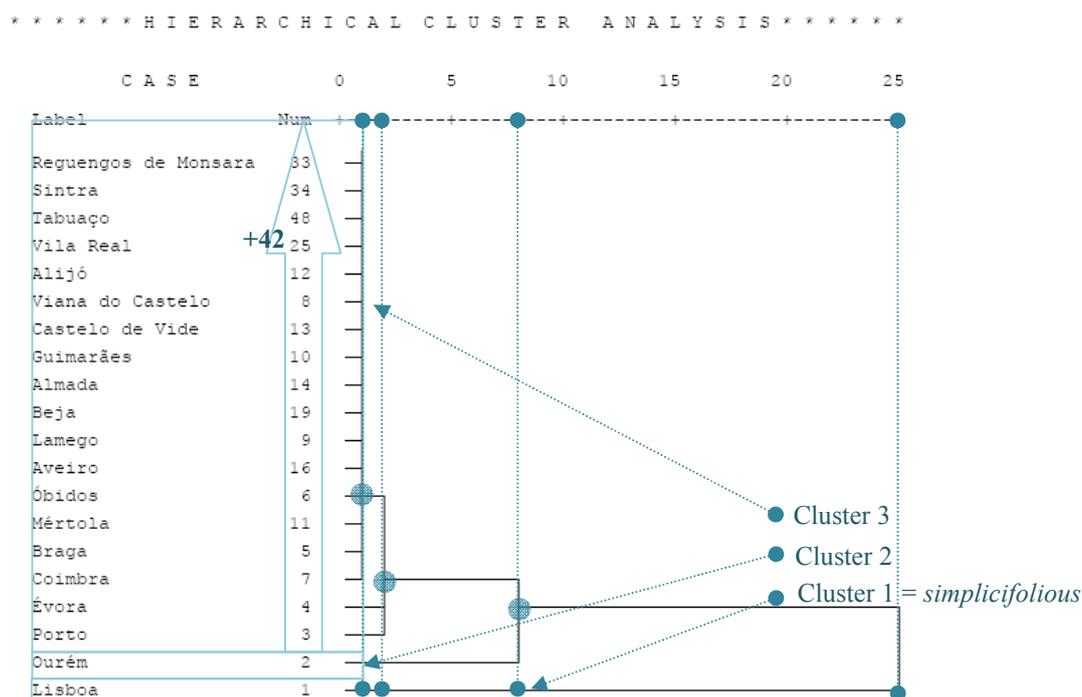


Fonte: elaboração própria

Da aplicação do método de agrupamento hierárquico utilizando o algoritmo da menor distância, apresenta-se graficamente (dendograma) (Figura 72) uma ilustração dos agrupamentos resultantes da aplicação do método agregativo e das distâncias entre os membros dos respetivos *clusters*. Os resultados revelam novamente um cenário de isolamento e de elevada dissemelhança de Lisboa em relação às restantes unidades concelhias, condição que é revelada graficamente no *clado* que tem apenas uma *folha* (*simplicifolious*) do dendograma, indicando um sujeito isolado (*outlier*).

Lisboa agrega o maior número de observações de recursos sem classificação formal assinalados nas brochuras dos seis mercados, em linha com a dominância de observações realizadas nos restantes segmentos de bens. A diferença e a originalidade deste grupo taxonómico (bens sem classificação) reside, justamente, no segundo *cluster* que é composto exclusivamente pelo concelho de Ourém, que não se encontra habitualmente destacado e com um nível de dissemelhança tão marcado em relação ao cluster mais homogéneo, que neste caso é o terceiro que agrega 60 unidades concelhias.

Figura 72: Agrupamento Hierárquico de Clusters - Dendograma

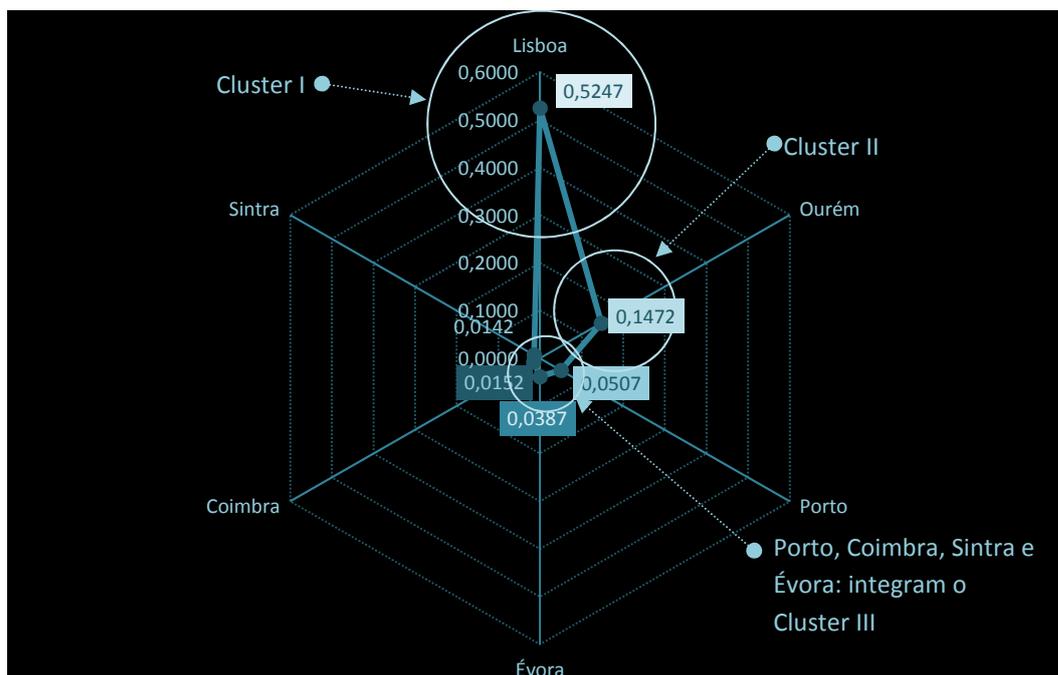


Fonte: elaboração própria / SPSS

Ourém constitui a segunda unidade concelhia, a seguir a Lisboa, mais dissemelhante e com o maior número de referências patrimoniais, em média, nos seis mercados. Este concelho supera as unidades concelhias que tradicionalmente constituem o 2.º *cluster*, cujo espólio patrimonial é mais referenciado nos programas, isto é, Porto, Coimbra, Sintra e Évora, que integram agora o 3.º *cluster*.

As diferenças evidenciam uma distribuição de observações que tende a manter uma considerável demarcação e dissemelhança de Lisboa em relação às restantes unidades concelhias observadas (Figura 73), bem como a existência de um *cluster* mais homogêneo e de maior similitude dos seus sujeitos, que tende a agregar a parcela de unidades territoriais onde os níveis de concentração de bens referenciados é menor, por oposição ao lastro territorial deste grupo que tende a agregar o maior número de unidades concelhias.

Figura 73: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias com referências a bens sem classificação



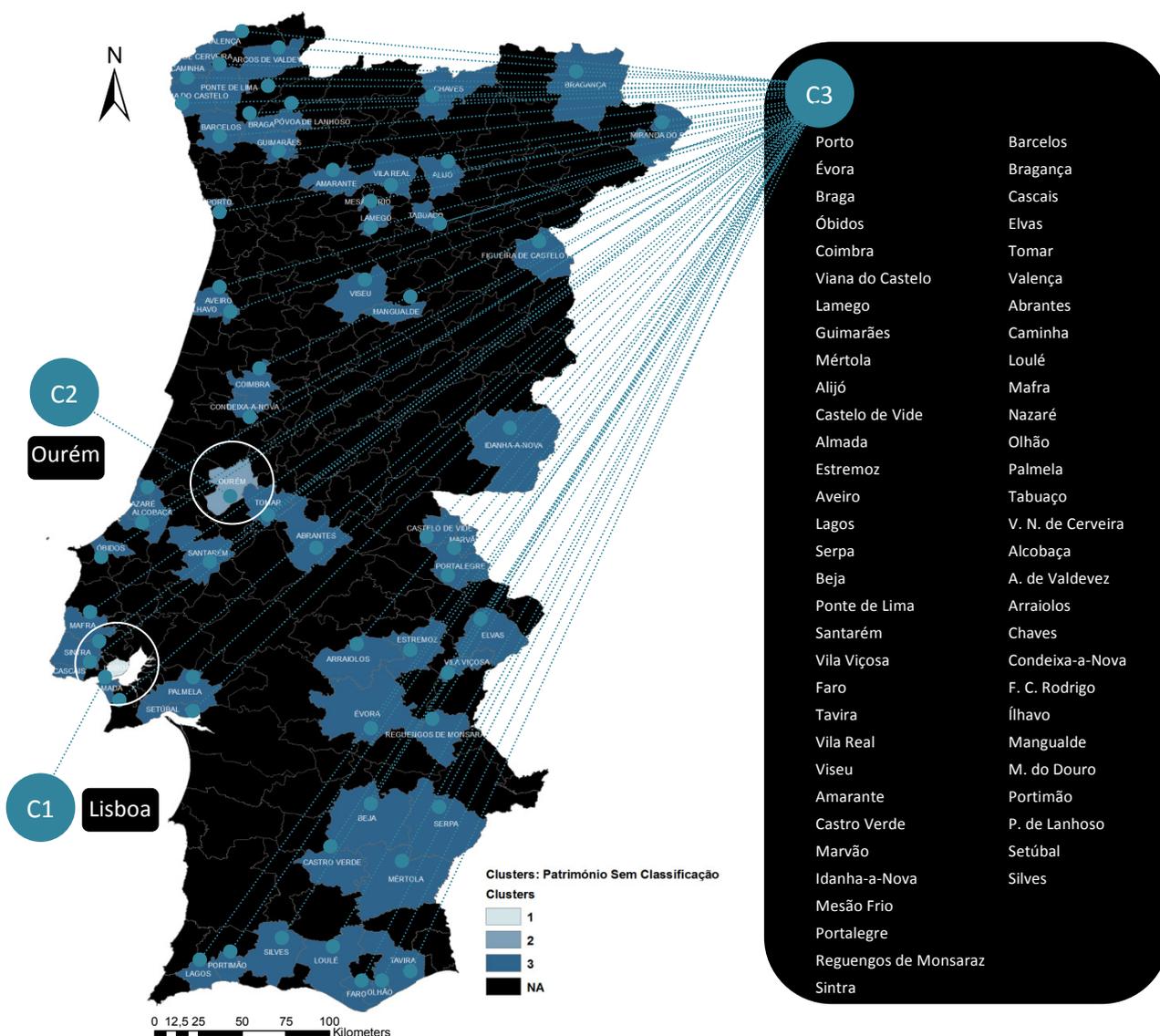
Fonte: elaboração própria

Observando a projeção cartográfica dos *clusters* percebe-se que a morfologia territorial revela cinturas regionais recorrentes, não havendo, nesse sentido, um alargamento substancial da dimensão espacial que tem vindo a ser observada em relação a outros grupos taxonómicos de bens. Não podemos deixar de reconhecer, contudo, algumas unidades territoriais, poucas, que não foram evidenciadas a partir de referências a recursos classificados e que agora se destapam. A título de exemplo, salientamos os casos de Ílhavo e de Aveiro, que embora referenciadas de forma imprecisa e ambígua, o que indicia uma certa opacidade destes territórios em termos de reconhecimento patrimonial pelos operadores turísticos, não deixam de expor uma certa emergência e resistência do vernacular, como nos refere Zukin (1991), patenteados em expressões como “les maisons «pyjama»” em referência aos palheiros da Costa Nova, no concelho de Ílhavo, ou expressões que visam a superlativação do espaço e dos seus recursos a partir de fórmulas de comparação com outros patrimónios classificados pela UNESCO como acontece em relação a Aveiro com a referência “la Venezia portoghese”.

É no contexto do miolo endogénico que podemos confirmar as grandes diferenças de universo patrimonial que nos é franqueado por este grupo de bens, que exibem novos marcadores de maior influência nativa, designadamente na arquitetura por referência

explícita aos materiais de construção local revelados em expressões elucidativas como: “casas de granito”, “casas de pedra cúbica no estilo árabe”, “fachadas cobertas de azulejos”, entre outras. Estas diferenças da malha endógena relatadas são aduzidas principalmente, e de uma forma mais frequente, a partir do terceiro *cluster* de recursos/unidades concelhias. Contudo, as grandes diferenças do conjunto de sujeitos examinados a partir desta análise hierárquica ocorrem, exatamente, em torno da unidade concelhia de Ourém, que concentra o segundo maior número de observações de bens sem classificação por unidade concelhia. Emerge e desfecha-se a partir desta segmentação de bens um outro fenómeno turístico que assume especial relevância neste concelho e, particularmente nas freguesias de Fátima e Aljustrel: o religioso.

Figura 74: Mapeamento dos *clusters* de património sem classificação extraído dos programas de férias analisados nos seis mercados



N/A – Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

O apelo religioso constitui, assim, uma dimensão do fenómeno turístico intercetada pela nossa análise empírica, que de forma quase inevitável nos é reconduzida pela programação que âncora a sua génese motivacional na devoção religiosa mas que carrega uma extensão patrimonial estruturada que interceta outras dimensões da oferta que outorgam estadias mais prolongadas (e.g. Castelo de Ourém, Mosteiro da Batalha, entre outros).

Esta associação não subtrai os efeitos territoriais dos programas turísticos de vocação religiosa. Ao invés, expõe a centralidade do seu objeto, a religião, convocando de forma recorrente um conjunto de bens patrimoniais ausentes de valor matricial reconhecido pela DGPC mas vinculados à dimensão espiritual que está no âmago da experiência que contacta com o religioso em Portugal, a saber: a “Basílica da Virgem e Capela das Aparições”, a “Nova Basílica da Santíssima Trindade” e a “Casa dos Pastorinhos”. Esta ligação mostra-nos a importância, por um lado, do bem físico e material como invólucro e indumento de uma experiência metafísica e espiritual mas, simultaneamente, como instrumento sensorial que impacta territorialmente repercutindo o seu interesse turístico em cinturões regionais de baixa densidade (e.g. Aljustrel).

A partição dos bens e das suas tipologias a partir de uma análise agregada de mercados e de uma metodologia hierarquizante permitiu-nos colher uma primeira dimensão do mapa ideológico dos operadores que estruturam o destino a partir de um reduto endógeno de contorno cultural e patrimonial, graduado e circunscrito a bordaduras regionais específicas, consignando importantes corredores de imersão territorial, não obstante os programas exibirem níveis de concentração recorrentes em torno de Lisboa.

Importa, porém, conhecer as diferentes modelações do espólio patrimonial identificado, agora desagregado por mercado no sentido de poder patentear dimensões específicas e particulares de cada país emissor com efeitos sobre o território continental.

III.4.3.2. Distribuição dos recursos extraídos por mercado emissor

Observando as projeções cartográficas das frequências relativas do património extraído¹⁵⁵ dos programas analisados, agora desagregadas por mercado emissor, confirma-se a tendência das redes neuronais latentes no arquétipo programático dos

¹⁵⁵ Somatório, por unidade concelhia, das frequências absolutas dos bens identificados nos programas de férias.

operadores analisados reincidirem num conjunto restrito de unidades concelhias, propensão que já havia sido reconhecida na análise de *clusters* a partir da agregação das amostras dos seis mercados.

Destaca-se de forma isolada Lisboa que concentra, em média, cerca de 27% dos recursos mais utilizados nas propostas, seguido do Porto, com uma média de 10% (Figuras 76 - 81). Por conseguinte, tomando em consideração apenas estas duas unidades concelhias, afere-se um nível de concentração considerável da utilização de recursos, cerca de 37%, que demonstra a sua relevância no espetro nacional e, por conseguinte, a importância destes dois nodos na programação, sendo o património classificado um importante tributário desta morfologia tendo em conta o seu peso nestas duas unidades concelhias que reúnem cerca de 10% do património classificado em Portugal continental.

O mercado onde o número de recursos se apresenta mais concentrado em termos relativos é o alemão, cujo património referenciado incide em 35% dos casos em Lisboa. Esta polarização é seguida pelo mercado francófono, que concentra 31,4% dos recursos referenciados nesta unidade concelhia, da Espanha com 28,5%, da Itália e da Holanda com 26,2% e 25,6%, respetivamente. Consideração análoga à dominância axiomática de Lisboa e dos seus recursos no plano da programação dos 6 mercados emissores analisados é também o nível de condensação de recursos numa esfera mais alargada de unidades concelhias, as cinco principais¹⁵⁶ que, em média, recolhem cerca de 54% dos recursos referenciados cabendo à Alemanha e à Espanha, em termos percentuais, os níveis mais elevados de, respetivamente 66% e 64%.

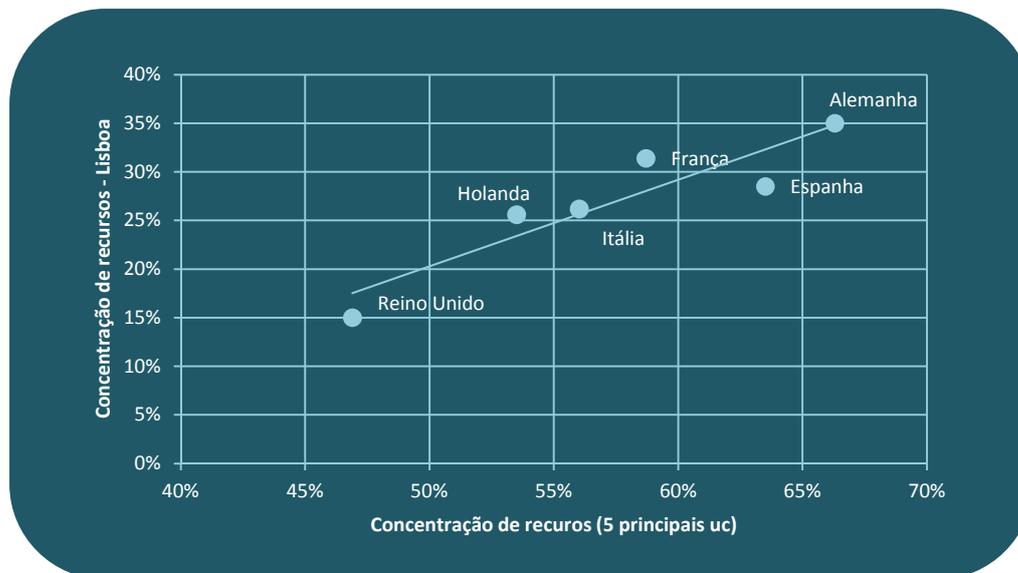
Por oposição a estes dois paradigmas, aquele que revela uma menor polarização dos bens patrimoniais nas propostas de férias é o Reino Unido que reúne nas cinco principais unidades concelhias cerca de 47% dos recursos. Neste caso, Lisboa constitui a segunda unidade concelhia com maior concentração de recursos referenciados, ainda que distanciada 0,3 pontos percentuais do Porto.

A flutuação das concentrações do peso relativo dos recursos aludidos nas cinco principais unidades concelhias por mercado está fortemente correlacionada com o peso

¹⁵⁶ A cinco unidades concelhias com maior frequência de recursos por mercado.

de Lisboa na amostra de programações, relação que fica patenteada no elevado coeficiente de correlação de Pearson ($\rho = 0,925$) entre estas duas frequências (Figura 75).

Figura 75: Relação entre a concentração de recursos na unidade concelhia de Lisboa e a concentração de recursos nas cinco principais unidades concelhias por mercado emissor



Fonte: elaboração própria

Significa que quanto maior o peso de Lisboa, maior é o nível de concentração dos recursos nas cinco principais unidades concelhias. Contudo, o resultado contrário, isto é, a redução das concentrações de recursos referenciados em torno de Lisboa não revela um efeito de substituição direto e proporcional pelas restantes 4 unidades concelhias. Esta relação indicia que a distribuição das frequências relativas que Lisboa perde tem um impacto mais alargado e periférico. Se é verdade que a perda da preponderância e dominância em termos programáticos de Lisboa é determinada pela emergência de nodos estratégicos que revelam um determinado nível de especialização dos mercados, designadamente o italiano e o espanhol, que tendem a exibir propostas mais temáticas e segmentadas em torno da dimensão religiosa, com influência na emergência de Ourém (Fátima e Aljustrel) e Braga ou o caso do Reino Unido, que tende a fazer emergir o Norte, designadamente o Douro acentuando as frequências em torno de Vila Real, na verdade, este efeito não substitui as unidades concelhias que tendem a posicionar-se num segundo e terceiro nível, a seguir a Lisboa ou ao Porto (dependendo do mercado emissor) e que revelam uma certa estabilidade de frequências (e.g. Coimbra, Sintra e

Évora). Assim, a diminuição do efeito polarizador de Lisboa parece revelar um impacto mais alargado do ponto de vista territorial, isto é, obtendo de recursos e unidades concelhias mais periféricas um efeito de substituição.

Figura 76: Frequência relativa de património construído extraído dos programas - Alemanha

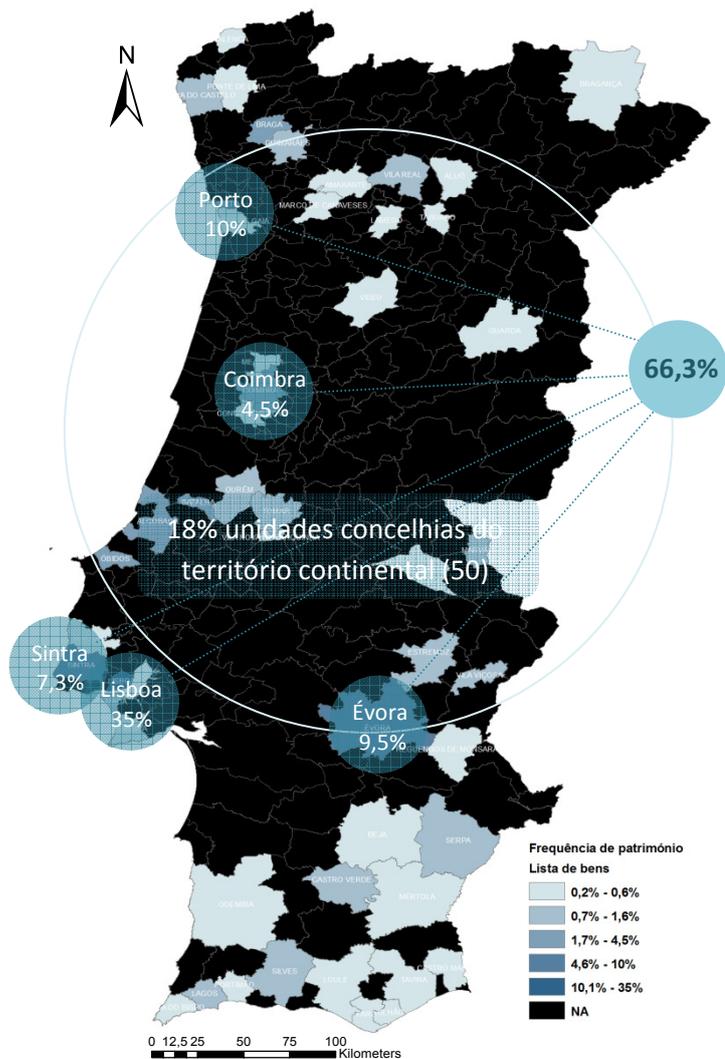
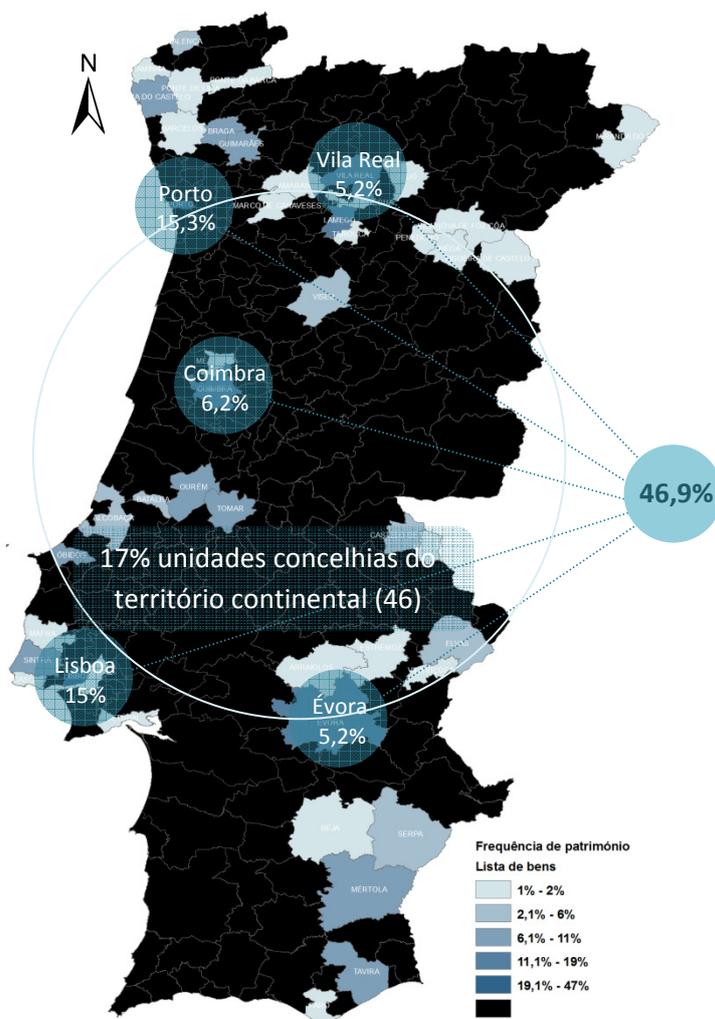


Figura 77: Frequência de património construído extraído dos programas - Reino Unido



Lisboa	35,0%	Silves	0,9%
Porto	10,0%	Vila Viçosa	0,9%
Évora	9,5%	Almada	0,8%
Sintra	7,3%	Castro Verde	0,8%
Coimbra	4,5%	Marvão	0,8%
Batalha	3,4%	Viana do Castelo	0,8%
Alcobaça	2,8%	Vila Real	0,8%

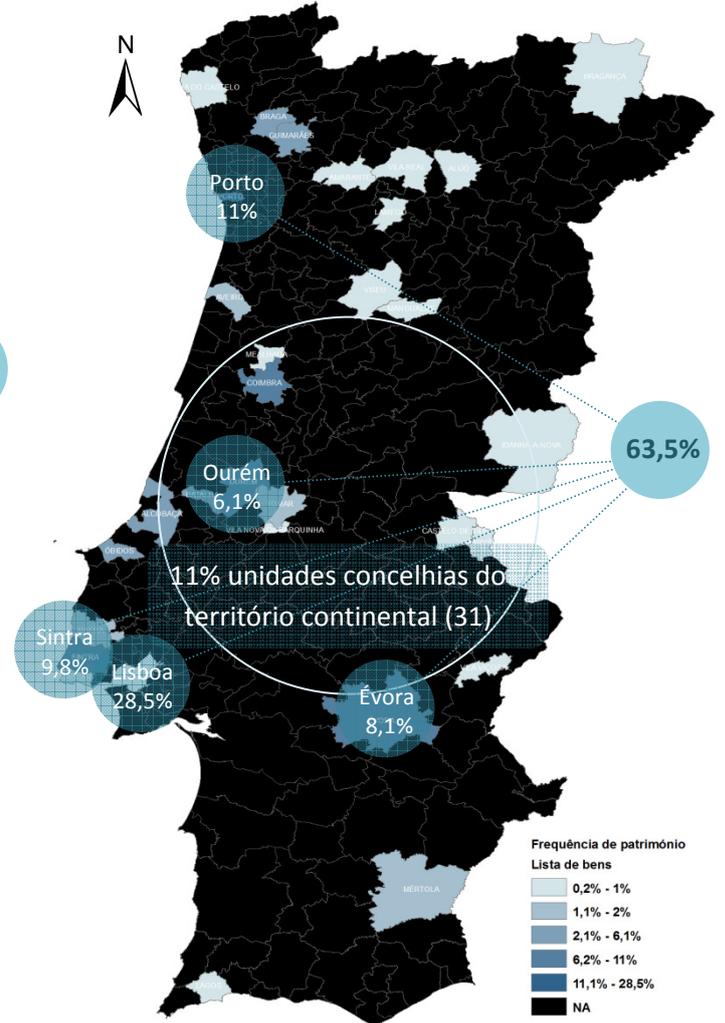
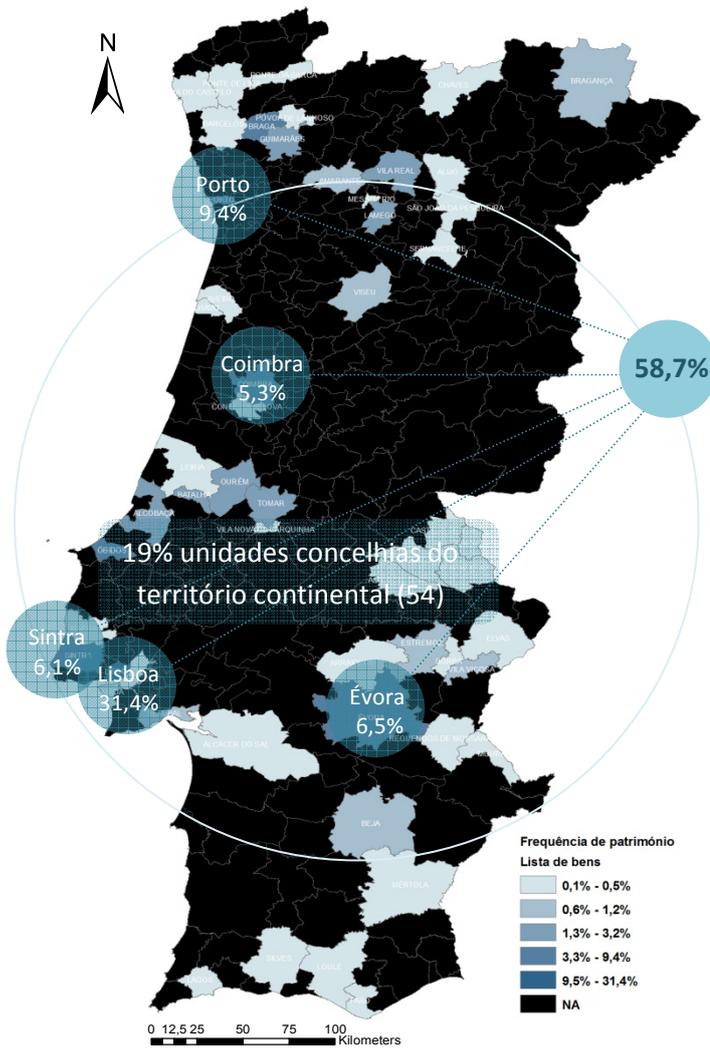
Porto	15,3%	Castelo de Vide	2,0%
Lisboa	15,0%	Alcobaça	1,3%
Coimbra	6,2%	Batalha	1,3%
Évora	5,2%	Elvas	1,3%
Vila Real	5,2%	Serpa	1,3%
Lamego	4,9%	Valença	1,3%
Guimarães	3,6%	Viseu	1,3%

N/A = Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 78: Frequência relativa de património construído extraído dos programas - França

Figura 79: Frequência relativa de património construído extraído dos programas - Espanha



Lisboa	31,4%	Beja	0,9%
Porto	9,4%	Vila Viçosa	0,9%
Évora	6,5%	Viseu	0,9%
Sintra	6,1%	Amarante	0,8%
Coimbra	5,3%	Setúbal	0,8%
Braga	4,8%	Bragança	0,6%
Óbidos	4,5%	Condeixa-a-Nova	0,5%

Lisboa	28,5%	Castelo de Vide	0,8%
Porto	11,0%	Lagos	0,8%
Sintra	9,8%	Marvão	0,8%
Évora	8,1%	V. N. Barquinha	0,8%
Ourém	6,1%	Vila Real	0,8%
Coimbra	5,9%	Vila Viçosa	0,8%
Batalha	4,3%	Viseu	0,8%

N/A = Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 80: Frequência relativa de património construído extraído dos programas - Itália

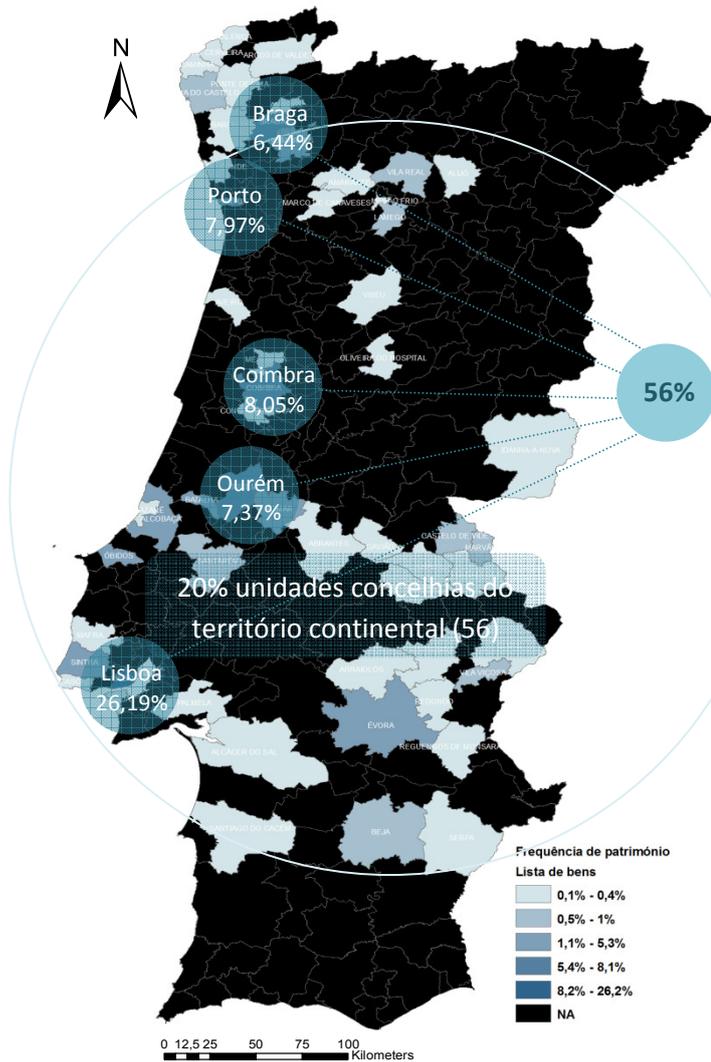
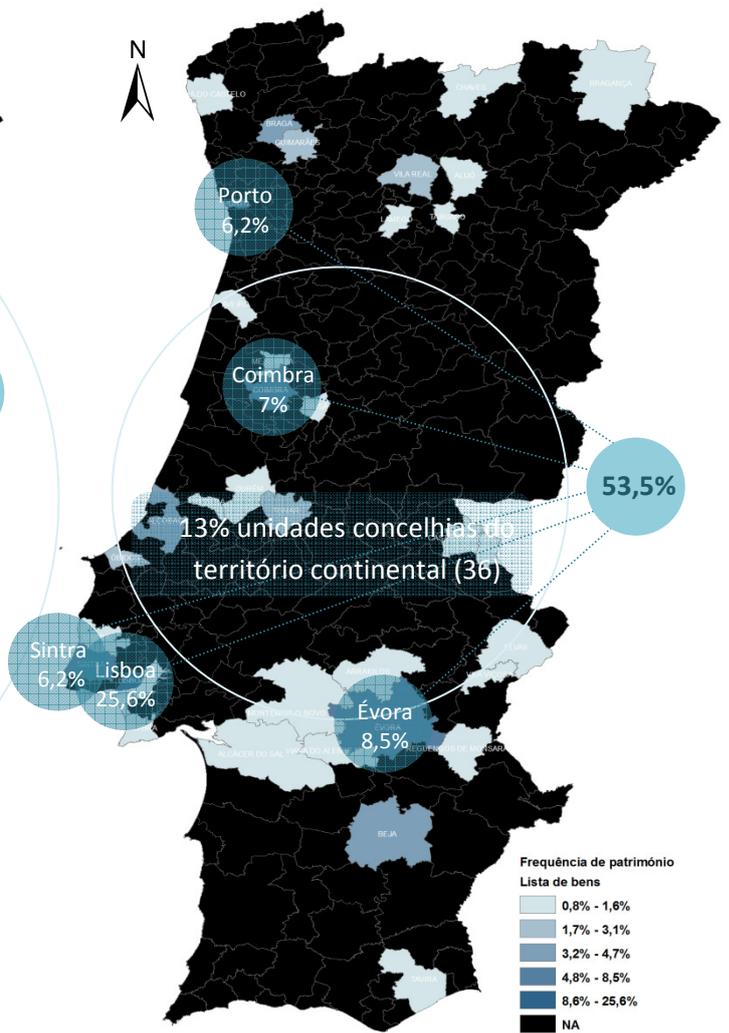


Figura 81: Frequência relativa de património construído extraído dos programas - Holanda



Lisboa	26,19%	Viana do Castelo	0,85%
Coimbra	8,05%	Lamego	0,59%
Porto	7,97%	Beja	0,51%
Ourém	7,37%	Santarém	0,51%
Braga	6,44%	Vila Viçosa	0,51%
Batalha	5,34%	Ponte de Lima	0,42%
Guimarães	5,34%	Portalegre	0,42%

Lisboa	25,6%	Lamego	1,6%
Évora	8,5%	Viana do Alentejo	1,6%
Coimbra	7,0%	Alcácer do Sal	0,8%
Porto	6,2%	Alijó	0,8%
Sintra	6,2%	Arraiolos	0,8%
Braga	4,7%	Bragança	0,8%
Alcoçaba	3,9%	Castelo de Vide	0,8%

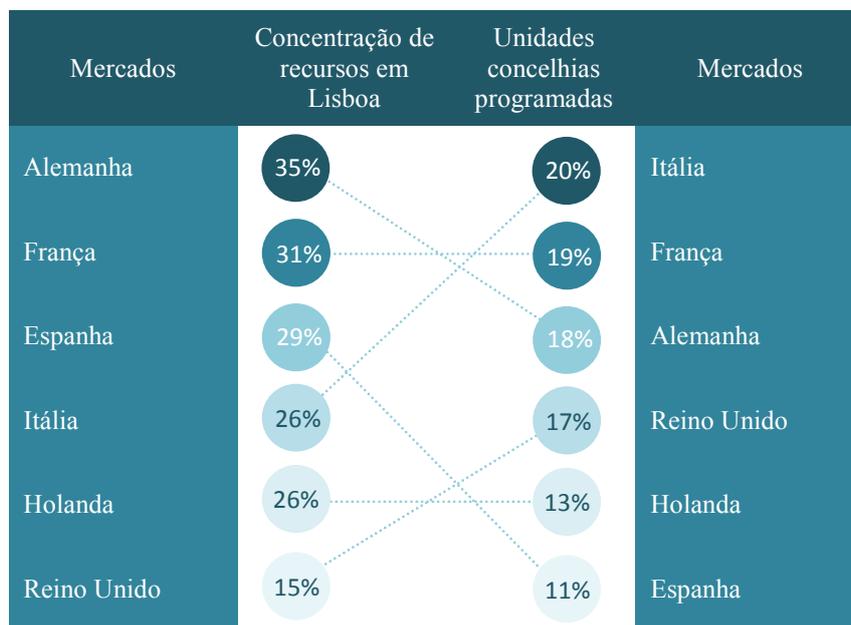
N/A = Não aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Acresce ainda que o efeito polarizador de Lisboa e dos seus recursos não é significativo de um maior ou menor impacto territorial dos programas. Quer isto significar que uma elevada concentração de recursos em torno de Lisboa não vincula resultados específicos do ponto de vista da abrangência territorial dos programas.

Em média, os programas alemães analisados, que revelam níveis de maior concentração de recursos em torno de Lisboa, exibem a terceira morfologia programática mais densa de entre os mercados analisados em termos de imersão territorial abrangendo, sensivelmente, 18% das unidades concelhias em Portugal continental (50). Observa-se ainda que o Reino Unido, que ostenta uma menor concentração de recursos observados em Lisboa (15%), patenteia uma rede neuronal que abrange um número inferior de unidades concelhias, comparativamente com as propostas analisadas no mercado alemão (Quadro 31).

Quadro 31: Concentração de recursos em Lisboa e total de unidades concelhias programadas por mercado emissor



Fonte: elaboração própria

Por conseguinte, os níveis de concentração dos recursos referenciados em torno de Lisboa, apesar de elevados, não parecem inibir a estruturação de programas de espectro territorial mais alargado, concorrendo assim para o desempenho de uma função de nodo multifuncional, assumindo-se como o portal/gateway de entrada e saída mais relevante

do destino e assegurando a interface entre a estrutura geográfica nacional e a rede externa de origem dos operadores turísticos. Desempenha ainda a função de *hub* ao garantir um nível de circulação e capilaridade para graus de imersão territorial e cultural mais amplificados, possibilitando a interceção de cinturas semi-periféricas e periféricas do território nacional.

O mapa de concentrações de recursos remete para uma dimensão ideológica associada à estruturação de programas organizados, exprimindo o universo ideográfico e cultural latente que está na origem da construção de uma certa utopia e simbolismo em torno do destino, constituindo um mecanismo de prefiguração que franqueia o seu acesso e que auxilia na geração de impulsos favoráveis à sua distinção/eleição num patamar de antecipação da experiência turística.

Contudo, os níveis de concentração da programação em torno de um parco número de nodos dissimulam um certo dilema existencial (Dann, 1999) associado à busca/eleição de sítios genuínos que não foram alterados e que são, simultaneamente, confortáveis, constituindo elos de convergência da “intemporalidade com um limite temporal” (Willis, 1996) (*apud* Dann, G. – *Writing Out the Tourist in Space and Time*, p. 178). Esta ideia, que remete para uma dimensão literária associada às viagens, está também presente na estruturação de programas de férias que suportam as suas propostas na essência cultural do destino e simultaneamente pressupõem um exercício de planificação da problemática logística do destino, que também ela determina o grau/nível de irrigação turística da ação do operador turístico. Quer isto significar que a rede neuronal descrita anteriormente se transforma ao acrescentar uma dimensão infraestrutural que garante a estadia no destino e atua como facilitador ou inibidor do grau imersão territorial.

III.2.3.3. Análise de agrupamento hierárquico de clusters de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia

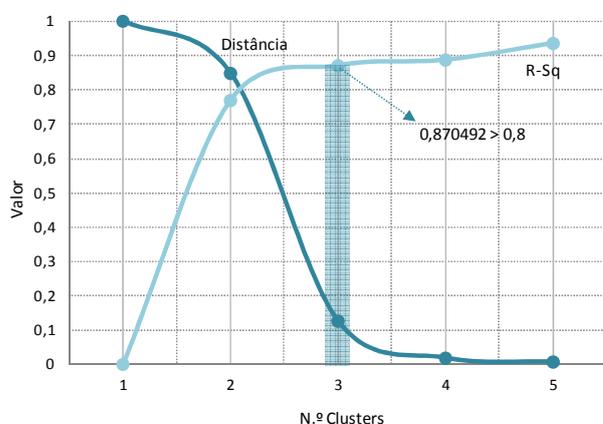
Examinámos as unidades concelhias intercetadas nos programas, tendo para o efeito encontrado um indicador a partir do tempo de estadia associado para identificar o grau de intensidade da programação em relação a cada unidade concelhia. Tendo em conta a indispensabilidade de quantificar todas as unidades concelhias reconhecidas nos

programas de acordo com o seu tempo de estadia e que a programação interceta nodos que têm uma permanência de longevidade inferior a 1 noite, importa diferenciá-las das unidades concelhias que não recolhem qualquer referência, pelo que lhes foi atribuído um valor de 0,5 unidades, exprimindo um tempo de estadia superior a 0 e inferior a 1.

O cálculo da média aritmética dos tempos de estadia não permite uma comparação dos graus de intensidade da programação face à heterogeneidade das estruturas programáticas, que não intercetam um número igual de unidades concelhias. Optou-se, assim, por corrigir o indicador da média aritmética do tempo de estadia por unidade concelhia multiplicando-o pela respetiva frequência relativa resultante do somatório dos tempos de estadia de cada unidade e por 100: $\bar{T} \times \frac{\sum_{t=1}^n t}{\sum_{i=1}^{278} (\sum_{t=1}^n t)} \times 100$, em que \bar{T} = tempo médio de estadia de todos o programas por unidade concelhia; t = tempo de estadia em cada programa por unidade concelhia; i = unidade concelhia.

A utilização da frequência relativa resultante do somatório dos tempos de estadia por unidade concelhia constitui um fator de correção que permite comparar unidades concelhias em termos de intensidade de estadia programada. Tendo presente a conversão dos tempos de estadia em indicadores de intensidade que permitem comparar unidades concelhias, importa aferir o seu impacto territorial identificando grupos taxonómicos latentes nos seis mercados (Anexo 3), aplicando o método de agrupamento hierárquico suportado no algoritmo da menor distância¹⁵⁷. Foram retidos três *clusters* responsáveis por mais de 80% da variabilidade total (+/- 87%) (Figura 82).

Figura 82: Distância entre *clusters* relativizada (entre o e 1) e do R-squared

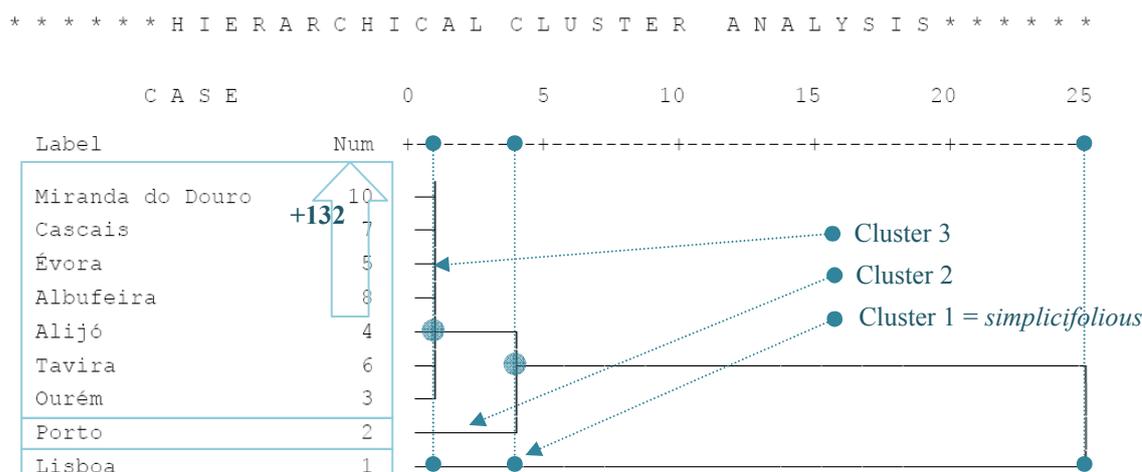


Fonte: elaboração própria

¹⁵⁷ Distância euclidiana ao quadrado

Da aplicação do método de agrupamento hierárquico utilizando o algoritmo da menor distância, apresenta-se graficamente (Figura 83) uma ilustração dos agrupamentos resultantes da aplicação do método agregativo e das distâncias entre os membros dos respetivos *clusters*. Os resultados exibem, de novo, um isolamento de Lisboa, o que denota uma elevada dissemelhança desta unidade concelhia face às restantes, circunstância que se exhibe graficamente no *clado* que tem apenas uma *folha* (*simplicifolious*) do dendograma, indicando um sujeito isolado (*outlier*). O segundo *cluster* é também composto exclusivamente por um concelho, o Porto, que apresenta um nível de dissemelhança grande em relação Lisboa e uma média de distâncias euclidianas (ao quadrado) de nível elevado face a um terceiro grupo composto por 139 unidades concelhias extraídas dos programas nos seis mercados coincidentes como unidades de pernoita e/ou visita.

Figura 83: Agrupamento Hierárquico de *Clusters* - Dendograma



Fonte: elaboração própria/SPSS

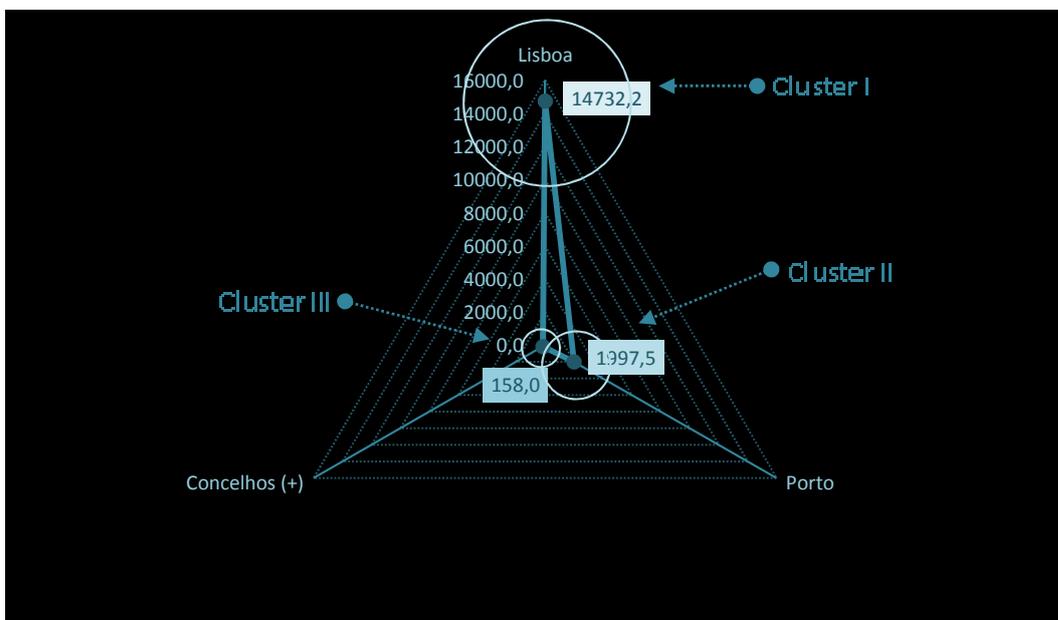
As diferenças evidenciam, por um lado, circunstancialismos logísticos que ditam uma convergência marcada da programação em torno de Lisboa, que reafirma o seu estatuto polarizador, agregando o maior número de observações de importância latente na intensidade de programação mas também como nodo de intermediação e distribuição de fluxos ao afirmar-se como relevante polo de visita.

Lisboa confirma a sua centralidade nos resultados da intensidade de programação, tomando em linha de conta o tempo (noites) de estadia programado, hegemonia que já

havia evidenciado nos níveis de concentração de um reduto endógeno recorrente na programação analisada, denotando estes dois fatores um contributo consistente na sua demarcação face às restantes unidades concelhias (Figura 84).

A intensidade de programação medida a partir do número de noites programado, é também influenciada pela concentração de uma oferta secundária tipicamente concentrada em áreas urbanas (a hotelaria clássica). O Porto denota, justamente, estas características, afirmando-se como um importante destino urbano em território continental e por revelar padrões morfológicos que o diferenciam e demarcam das restantes unidades territoriais que constituem o *Cluster III*, designadamente a partir da sua concentração patrimonial. Também se destaca por possuir uma estrutura logística que lhe permite desenvolver uma operação turística mais robusta, afirmando-se como um importante nodo secundário, a seguir a Lisboa, de entrada e saída de turistas do território continental. Acumula ainda a função *hub* de características de transitoriedade e intermediação com unidades territoriais de terceiro nível que constituem o *cluster* mais homogéneo e de maior similitude dos seus sujeitos.

Figura 84: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias



Fonte: elaboração própria

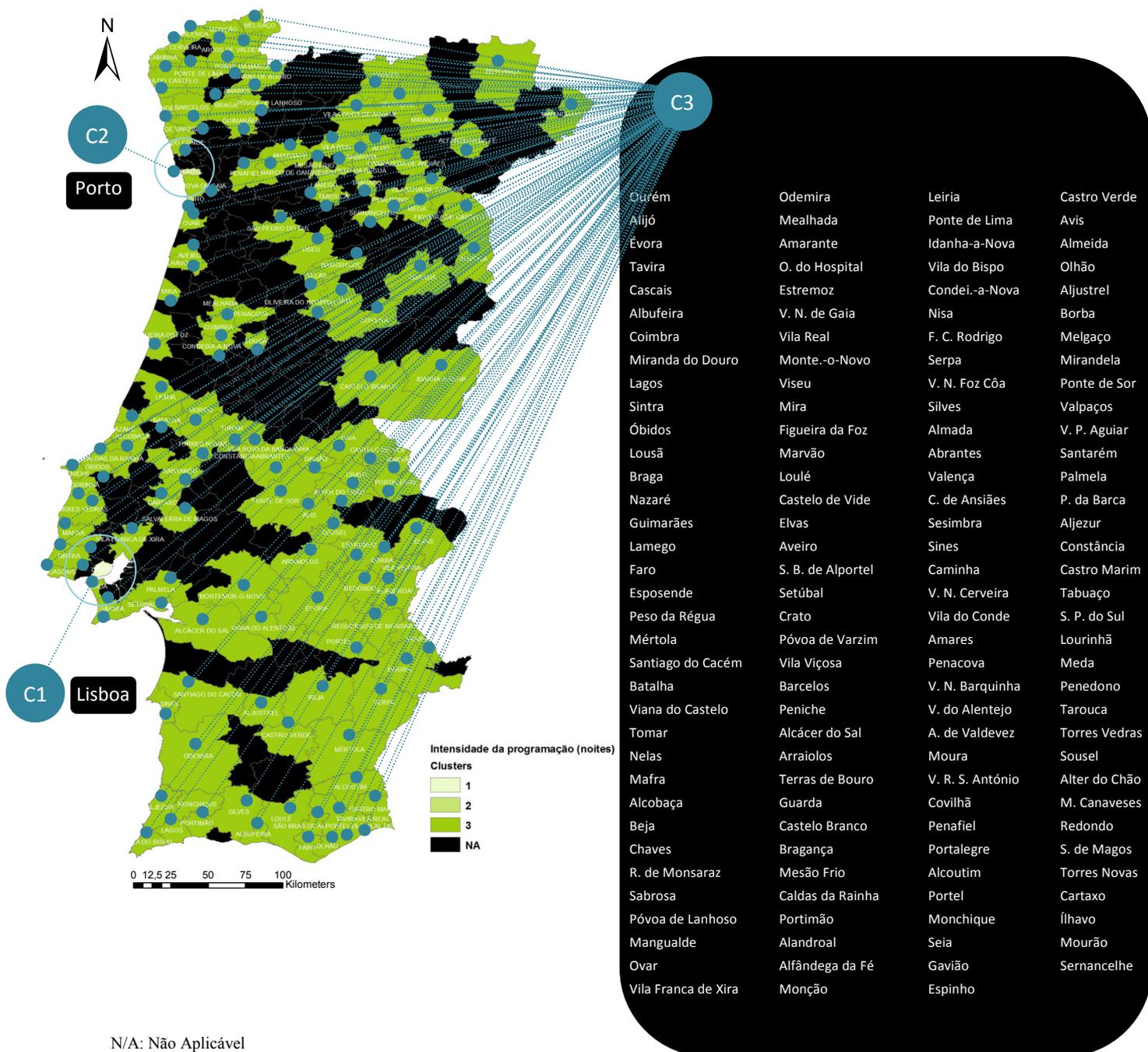
Analisando a projeção cartográfica dos sujeitos observados e agregados em grupos, reconhece-se uma ampliação considerável do grau de imersão territorial da programação examinada. A apreciação do indicador de intensidade de programação, tomando em linha de conta o tempo de planificação destinado a cada unidade concelhia envolvida, destaca mais 77 unidades concelhias do que aquelas que haviam sido evidenciadas na análise de *clusters* dos bens patrimoniais.

Esta ampliação de novas geografias que contêm um universo de bens culturais não referenciado permite-nos concluir que a retórica formal dos programas tende a manter um discurso homogeneizador e simplificador das características patrimoniais do destino, recorrendo a uma prédica tautológica de género e padrão superlativo que incita à busca hedonística.

O discurso escrito dos programas como instrumento de indução formal omite uma dimensão que está presente no *campus* das operações e da logística, que contempla os veios estruturais do pacote que estão relacionados com os tempos e locais de estadia e visita.

A dimensão do *Cluster III* revela a complexidade dos níveis de imersão territorial presentes, abrangendo cerca de 50% das unidades concelhias do território continental. A importância de Lisboa é de novo saliente como portal/*gateway* de acesso a redes regionais mais periféricas de vasta propagação espacial, que se traduz em níveis de frequência mais moderados na planificação dos operadores, tendendo a constituir nodos de tipo *stopover* que servem de pontos intermédios entre destinos ou até como destinos secundários em circuitos mais extensos (Rodrigue, et al., 2006).

Figura 85: Mapeamento dos *clusters* de intensidade de programação calculada a partir do número médio de noites programadas por unidade concelhia



N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

O Porto parece garantir um desempenho funcional análogo ao de Lisboa mas num contexto e escala mais localizada e de âmbito regional, constituindo, simultaneamente, um nodo relevante de articulação com esta unidade concelhia e exercendo uma ação de geometria variável e circunscrito à região Norte, conectando-se a nodos de terceiro nível (*Cluster III*), servindo-os como *hub* regional de intermediação de fluxos e operações.

Importa, adicionalmente, reconhecer o exercício hierárquico descrito de forma desagregada por mercado emissor, observando os indicadores de intensidade de programação e a sua implantação recorrente de forma a identificar arquétipos de estruturação da oferta primária e secundária com níveis de indução económica em contextos regionais diferenciados.

III.2.3.4. Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia e mercado emissor

A conjugação das unidades concelhias em *clusters*, cujo grau de homogeneidade interno se estabeleceu a partir da análise da variável intensidade de programação, agregou especificidades programáticas dos seis países emissores em análise em torno de três grupos que se diferenciam por coincidirem, dois deles, com unidades concelhias isoladas, o caso de Lisboa e do Porto, e um terceiro grupo de extrema complexidade tendo em conta a sua amplitude territorial, revelando uma morfologia que revela e demonstra o grau de porosidade turística do território continental.

A estrutura hierárquica que a análise de *clusters* nos revela e que tende para uma simplificação relevante tendo em conta a necessidade de sintetizar características latentes, omite um fenómeno de apropriação do território continental mais complexo. É possível a partir desta desagregação perceber que, em média, são referenciadas 75 unidades concelhias nos seis mercados, com graus de intensidade diferenciados. Destas, 46% coincidem com nodos de pernoita/visita e 54% dispõem de programação envolvendo exclusivamente visitas (Figuras 86-91).

Os mercados analisados que revelam uma estrutura de programação mais difusa e de derrama territorial mais intensa são, justamente, o mercado alemão e o mercado italiano cuja programação interceta 96 e 81 unidades concelhias, respetivamente. Destas, 59% e 62% são nodos de pernoita/visita no mercado alemão e italiano, respetivamente. São a Espanha e o Reino Unido que apresentam o menor número de unidades concelhias intercetadas, com, respetivamente, 55 e 62 nodos. A Espanha destaca-se com a estrutura de programação que revela um impacto territorial mais concentrado, tendo sido identificados somente 18 nodos de pernoita/visita. Estas diferenças estarão relacionadas com os modelos de operação predominantes que têm na sua génese um reduto primário

mais elementar e concentrado, que estará vinculado a circunstancialismos de natureza motivacional dos mercados de origem.

Também as intensidades de programação calculadas a partir do número médio de noites programadas por unidade concelhia exibem algumas tendências e marcas territoriais. Por exemplo, o modelo do Reino Unido denota estruturas programáticas de menor densidade de unidades concelhias intercetadas, uma estrutura menos hierarquizada e com níveis de intensidade por unidade concelhia mais equilibrados, particularmente entre as quatro unidades concelhias mais relevantes na sua programação. Também nos revela o caso do Reino Unido corredores de disseminação territorial do grau de intensidade da programação que lhe tendem a ser particulares. Exibe nodos estruturantes, designadamente, o Porto que parece vincular diferentes centralidades que sobressaem com intensidades de programação relevantes, como acontece com Alijó e Miranda do Douro, unidos por um importante corredor natural, o rio Douro, que alimenta e sustenta sequências estruturadas de programação dos operadores do Reino Unido em nodos/pontos mais periféricos. Também a região do Minho parece revelar coligações estratégicas do ponto de vista da estruturação de programas com o Porto. Lisboa desempenha um papel semelhante no quadrante sul do país ao estimular a integração de nodos relevantes da região alentejana e algarvia.

O mercado emissor que revela maior nível de concentração das intensidades de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas é a Espanha, ocupando Lisboa uma posição central e de elevada polarização com um certo efeito de enfraquecimento dos nodos secundários, semi-periféricos e periféricos. De resto, Lisboa é recorrente em todos os países emissores analisados, que patenteiam uma programação que ancora e concentra as suas operações, de uma forma relevante, em torno desta unidade concelhia que tende a atuar, simultaneamente, como destino e portal/*gateway* de acesso à rede regional que revela uma morfologia atomizada da qual emergem nodos de intensidade de programação que não se salientaram na análise patrimonial, a título de exemplo: Albufeira e Esposende na programação alemã, Tavira na programação do Reino Unido, Cascais na programação francesa e espanhola, Lousã e Santiago do Cacém na programação holandesa.

Importa ainda referir algumas especificidades temáticas que parecem prevalecer e que são relevadas também no indicador da intensidade de programação, como é o caso já referenciado das unidades concelhias que flanqueiam o rio Douro e que convergem sobre a temática vitivinícola e cultural, bem como o exemplo de Ourém, cujo relevo é ocasionado por Fátima, que concentra uma apetência pela dimensão religiosa que tende a originar programas especializados nesta temática. Parece ainda coexistir com esta tendência de especialização do fenómeno turístico em torno de determinadas bolsas territoriais marcadas pela vinculação de temas e/ou motivações conhecidas uma propensão de coligação entre unidades geográficas centrais e periféricas. Esta situação ocorre a partir de nodos de maior centralidade como o Porto que tende a estabelecer elos de conectividade com espacialidades periféricas como o Douro, ou Lisboa em relação a zonas de baixa densidade na região alentejana, cenário que é particularmente saliente na programação do Reino Unido. Tendem também a emergir outros modelos de conjunção de unidades geográficas, designadamente, de toda a orla costeira algarvia agregada à costa Vicentina no caso alemão, na consolidação de cinturas que amarram a orla costeira atlântica que congrega unidades concelhias que atravessam a Nazaré, Alcobaça, Batalha, Ourém, estendendo-se até à fronteira até Castelo de Vide ou mais a norte a Idanha-a-Nova.

De resto, emergem das distintas morfologias de programação algumas tendências que vinculam a relevância endógena aferida anteriormente e que analisaremos de seguida no sentido de apurar se existe um nível de correlação entre as frequências relativas de bens patrimoniais suscitados e relevados pelos operadores turísticos e os níveis de intensidade de programação avaliados a partir do número médio (corrigido) de noites programadas.

Figura 86: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia - Alemanha

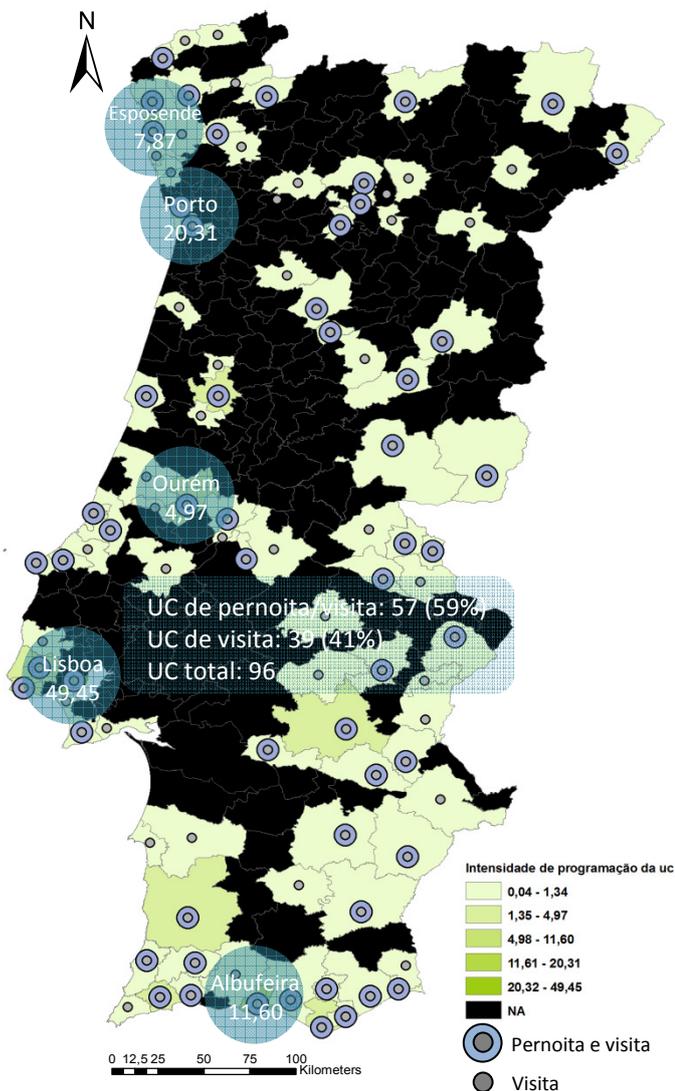
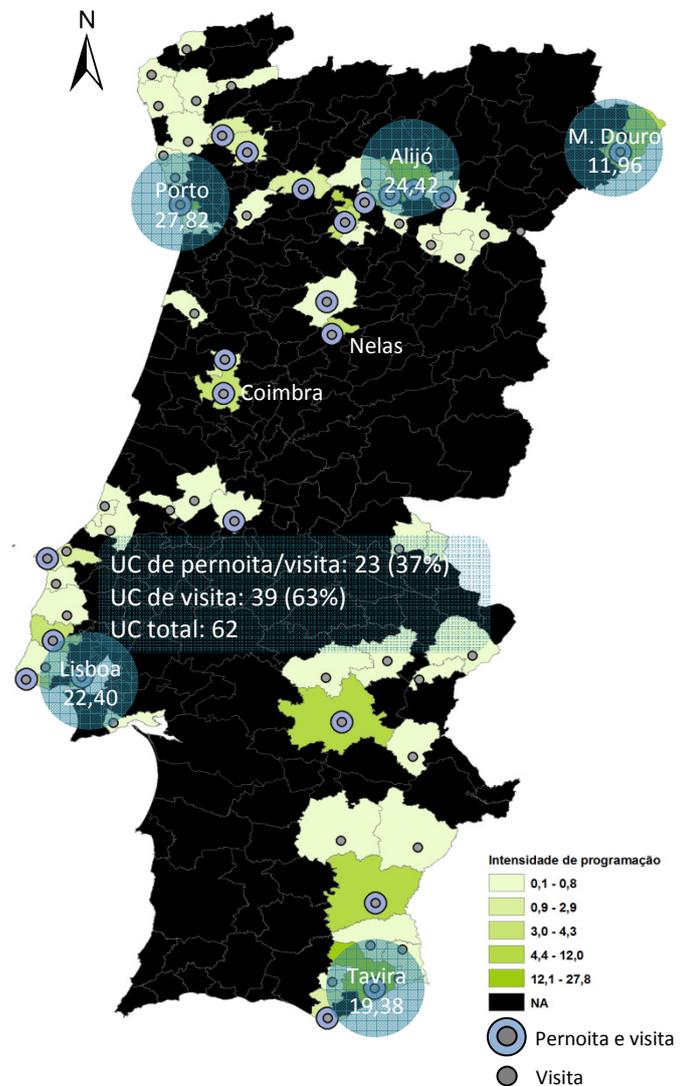


Figura 87: Intensidade de programação calculada a partir do número médio de noites (corrigido) programadas por unidade concelhia - Reino Unido



Lisboa	49,45	Óbidos	1,20
Porto	20,31	Tavira	1,16
Albufeira	11,60	Braga	1,15
Esposende	7,87	S. B. de Alportel	1,13
Ourém	4,97	Nazaré	1,00
Lagos	4,28	Loulé	0,97
Évora	3,70	Batalha	0,96

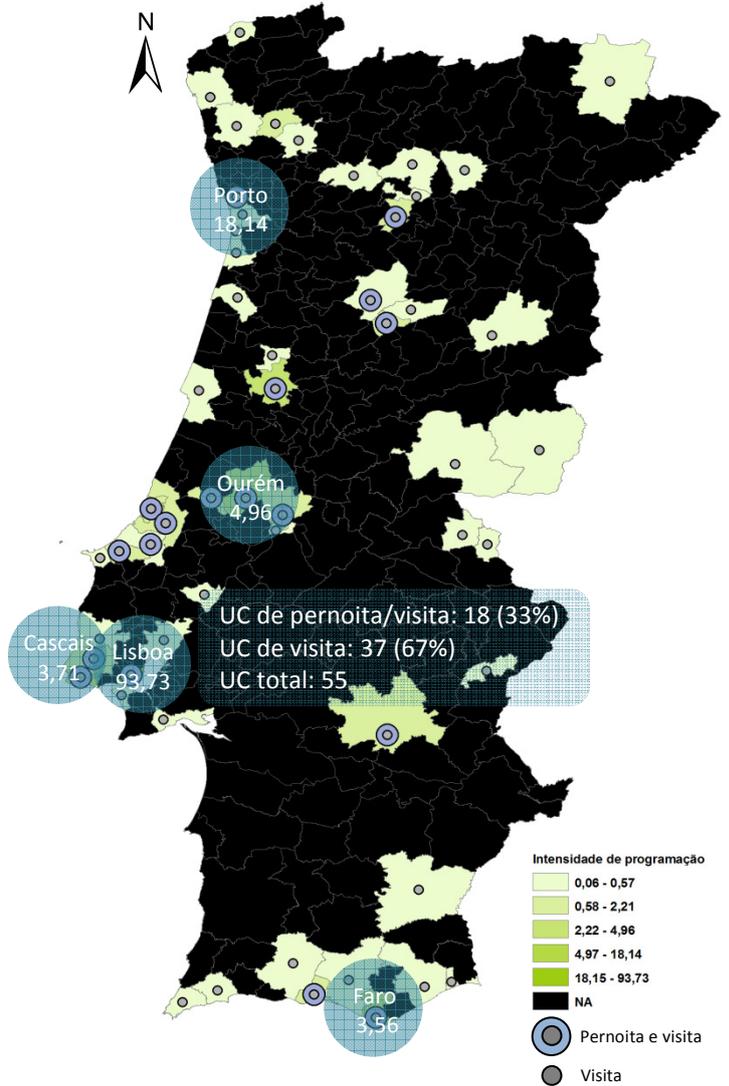
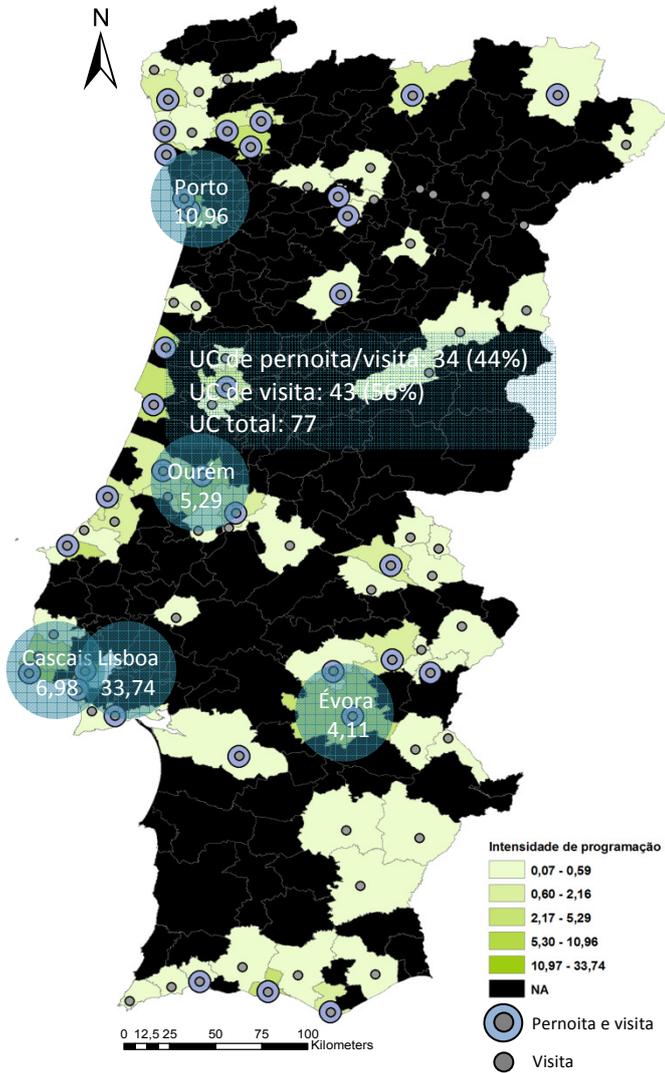
Porto	27,82	Braga	2,41
Alijó	24,42	Amarante	2,39
Lisboa	22,40	Mealhada	1,47
Tavira	19,38	Faro	1,44
M. do Douro	11,96	Óbidos	1,21
Évora	8,64	Vila Real	0,84
Peso da Régua	6,91	Vila Nova de Gaia	0,72

N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 88: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia - França

Figura 89: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia - Espanha



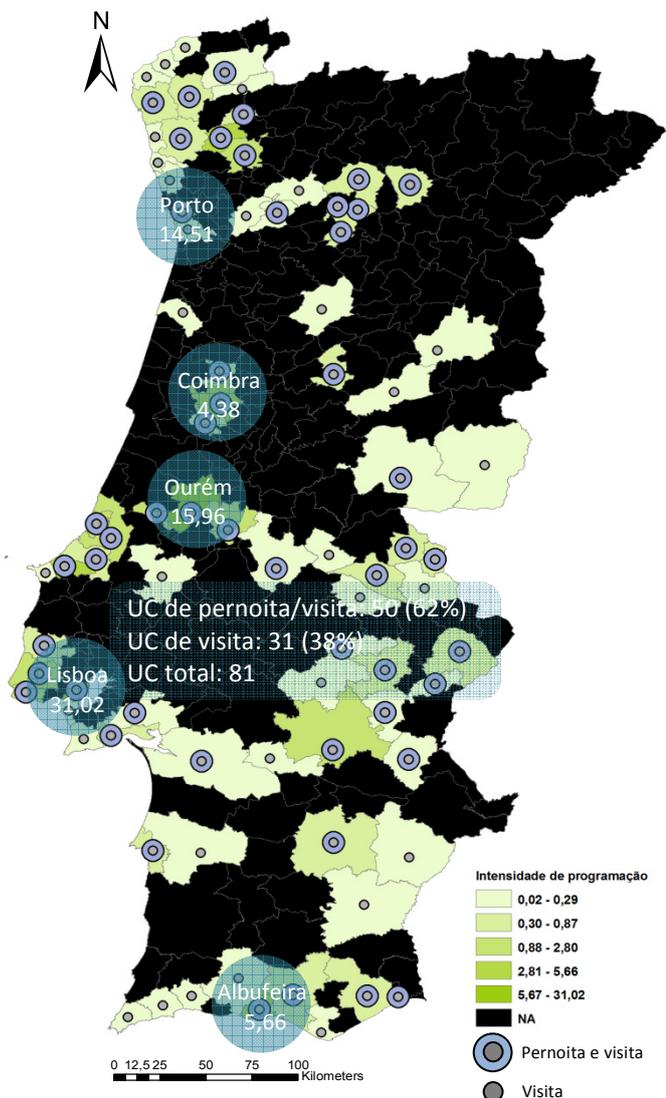
Lisboa	33,74	Batalha	1,32
Porto	10,96	Chaves	1,32
Cascais	6,98	Alcobaça	1,25
Ourém	5,29	Faro	1,20
Évora	4,11	P. de Lanhoso	1,17
Sintra	3,48	Póvoa de Varzim	1,17
Óbidos	2,74	Braga	1,03

Lisboa	93,73	Lamego	0,77
Porto	18,14	Albufeira	0,76
Ourém	4,96	Aveiro	0,57
Cascais	3,71	Guimarães	0,51
Faro	3,56	Idanha-a-Nova	0,51
Coimbra	3,13	Mafra	0,38
Sintra	2,21	Vila Nova de Gaia	0,32

N/A: Não Aplicável

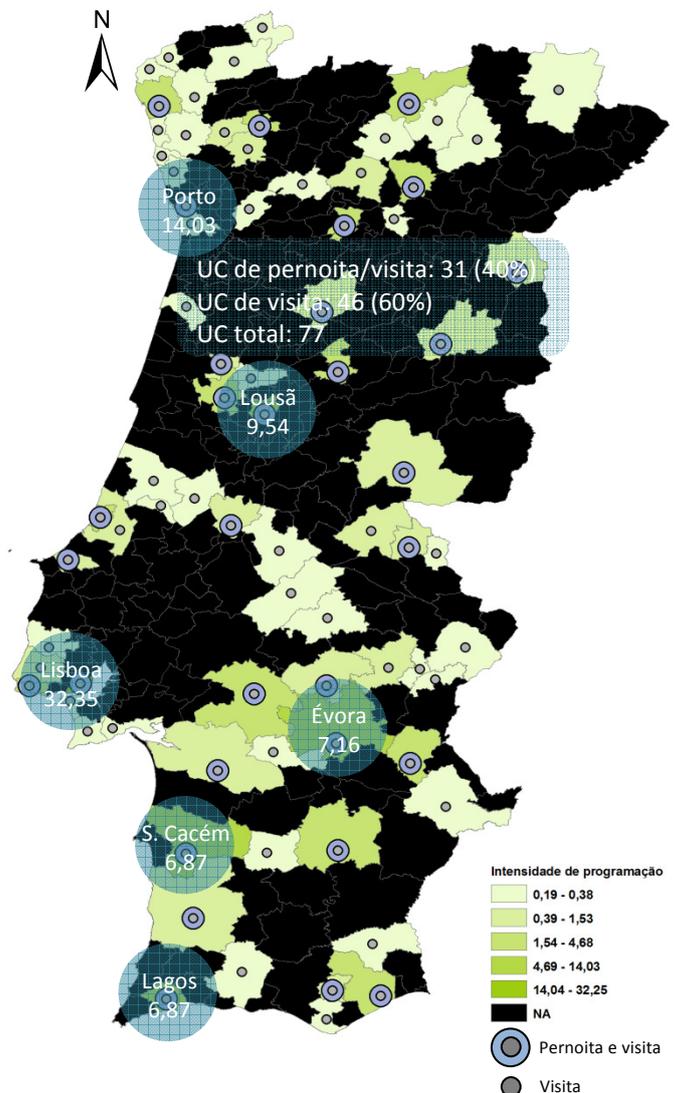
Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 90: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia - Itália



Lisboa	31,02	Caldas da Rainha	0,87
Ourém	15,96	Loulé	0,79
Porto	14,51	Marvão	0,70
Albufeira	5,66	Mealhada	0,69
Coimbra	4,38	Peso da Régua	0,64
Braga	3,51	Alijó	0,62
Óbidos	3,47	Viana do Castelo	0,60

Figura 91: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia - Holanda



Lisboa	32,25	Tavira	3,05
Porto	14,03	Viana do Castelo	3,05
Lousã	9,54	Coimbra	2,44
Évora	7,16	Nazaré	2,39
Lagos	6,87	Tomar	1,53
S. do Cacém	6,87	Óbidos	1,02
Cascais	4,68	Arraiolos	0,86

N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

III.2.3.5. A dimensão patrimonial e o grau de intensidade de programação medido a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia

Analisado o espólio patrimonial e o grau de intensidade de programação por unidade concelhia de modo parcelar e autónomo, importa compreender de que forma é que estas duas dimensões estão associadas. Para o efeito, aplicar-se-á o coeficiente de correlação de Bravais-Pearson, procedendo-se, sequencialmente, a uma avaliação da sua relação funcional, considerando a “Intensidade de programação” como a variável dependente do nosso modelo de regressão linear univariado e a “Lista de bens” (substrato endógeno) a nossa variável independente.

Acresce à relação referida uma dimensão logística que importa aferir nesta associação e que parece constituir uma variável estratégica na valorização e definição do grau de intensidade de programação dos vários nodos em presença nos modelos analisados. Parece fazer sentido admitir que a matéria endogénica influencia, de forma decisiva, a valorização atribuída pelo operador turístico a cada unidade concelhia no destino, relação funcional que procuraremos descrever. Igualmente relevante na decisão de escolha e inclusão de um determinado nodo na matriz programática é a sua dimensão logística. Esta última releva para a experiência turística conjugando-se, justamente, no paradoxo existencial das viagens modernas descrito por Willis (1996) (*apud* Dann, G. – *Writing Out the Tourist in Space and Time*, p. 178) e Dann (1999) que remete para a inevitabilidade de se conjugar a autenticidade e a originalidade do sítio com o conforto da estadia. Deste modo, incorporaremos esta dimensão introduzindo a variável “Hotéis¹⁵⁸” na análise de regressão.

Examinado o coeficiente de correlação de Bravais-Pearson nos diferentes mercados emissores confirmamos a existência de uma associação forte entre estas duas variáveis, designadamente no mercado francês (0,944), italiano (0,918) e alemão (0,917). Revelam ligações mais enfraquecidas entre estas duas variáveis as programações espanhola (0,884), holandesa (0,839) e britânica (0,719). Contudo, e de uma forma geral, o coeficiente é em qualquer dos casos superior a 0,7, revelando um nível de associação médio-alto e elevado. Interessa, consequentemente, determinar a relação entre estas variáveis («intensidade de programação» e «lista de bens») partindo do pressuposto de

¹⁵⁸ Considerou-se para a variável “Hotéis” o número de hotéis por unidade concelhia registado pelo INE em 2012.

que o reservatório cultural e patrimonial do destino, aqui referenciado pela variável “Lista de bens” determina e influencia a intensidade de programação do operador quantificada a partir da variável “Intensidade de programação” (variável dependente). Os resultados obtidos demonstram que, em todos os casos, o coeficiente de determinação (R^2) é superior a 0,5 (Quadro 32). Significa então que mais de 50% da variabilidade total da “Intensidade de programação” é explicada pela variável independente “Lista de bens”, produzindo, assim, um ajustamento aceitável quando aplicado às ciências sociais ($R^2 > 0,5$).

Quadro 32: Coeficiente de determinação (R^2) das variáveis independente “Lista de Bens” e variável dependente “Intensidade de Programação” e Coeficiente de Correlação de Bravais-Pearson

	Coef. Corr. Pearson (c)	Coef. Corr. Pearson (d)	R^2 (a)	R^2 (b)
França	0,9440	0,9302	0,8903	0,9429
Itália	0,9180	0,9300	0,8429	0,9236
Alemanha	0,9170	0,9232	0,8417	0,9145
Espanha	0,8840	0,8674	0,7814	0,8252
Holanda	0,8390	0,8239	0,7041	0,7663
Reino Unido	0,7180	0,5829	0,5156	0,5155

(a) Variável dependente: “Intensidade de programação”; Variável independente: “Lista de bens”;

(b) Variável dependente: “Intensidade de programação”; Variáveis independentes: “Lista de bens” e “Hotéis”;

(c) “Intensidade de programação” - “Lista de bens”;

(d) ” Intensidade de programação” - “Hotéis”.

Fonte: elaboração própria

Acresce a necessidade de integrar a variável logística circunscrita ao alojamento (“Hotéis”¹⁵⁹), para a qual começámos por medir o seu grau de associação com a variável “Intensidade de programação”, calculando o coeficiente de correlação de Bravais-Pearson entre estas duas variáveis. Verifica-se também que o coeficiente revela um grau de associação médio-alto e elevado nos mercados francófono (0,93), italiano (0,93), alemão (0,92), espanhol (0,87) e holandês (0,82) e uma associação mais débil no mercado britânico (0,58). Foi, seguidamente, aferido o modelo de regressão linear que integra como variáveis explicativas da variabilidade da “Intensidade de programação” as variáveis independentes “Lista de bens” e “Hotéis” que, com a exceção do Reino Unido, influenciam proporções da variabilidade total da “Intensidade de programação”

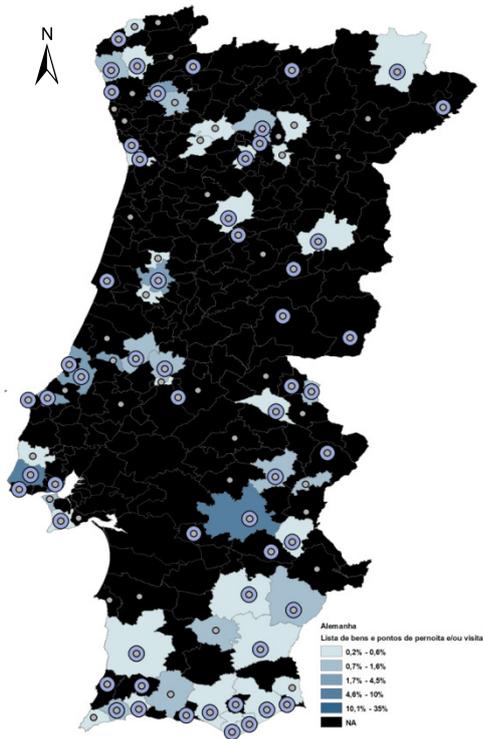
¹⁵⁹ Considerou-se para a variável “Hotéis” o número de hotéis por unidade concelhia registado pelo INE em 2012.

em níveis percentuais superiores ao primeiro cenário, que dispunha, apenas, de uma variável explicativa, isto é, a “Lista de bens”.

O modelo que parece influenciar a alteração da “Intensidade de programação” dos operadores é aperfeiçoado e esclarece de um modo mais completo e inteligível ao agregar à dimensão patrimonial também uma dimensão económica, que acumula uma função fisiológica e existencial (Dann, 1999), que explica as escolhas e opções dos operadores turísticos e influencia os níveis de imersão territorial dos programas tendo em conta que, na ausência de mecanismos de vinculação, patrimonial e logístico, estariam arredados dos modelos de programação consolidados. Também parece coexistir no arquétipo programático do Reino Unido uma dimensão que não é explicada pelo modelo de regressão linear aludido, determinando níveis do coeficiente de regressão linear mais baixos, e que contém uma dimensão explicativa relevante articulada com variáveis patrimoniais não citadas no presente estudo bem como dimensões logísticas e infraestruturais de morfologia particulares e distintivas do espaço de implantação, designadamente, vinculadas a uma anatomia rural (e.g. quintas e unidades de turismo em espaço rural).

De referir ainda que os modelos de programação analisados exibem alguns nodos que possuem uma referência logística sem um referencial patrimonial, revelando uma dimensão estratégica e operacional desse equipamento e, simultaneamente, exibindo uma situação em que a intensidade de programação do nodo está desconectada e desvinculada da sua morfologia endógena.

Figura 92: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Alemanha



N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 93: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Reino Unido

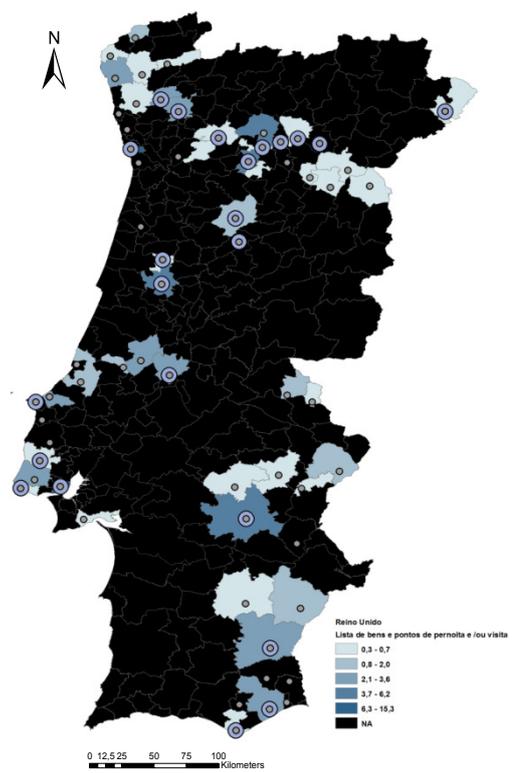
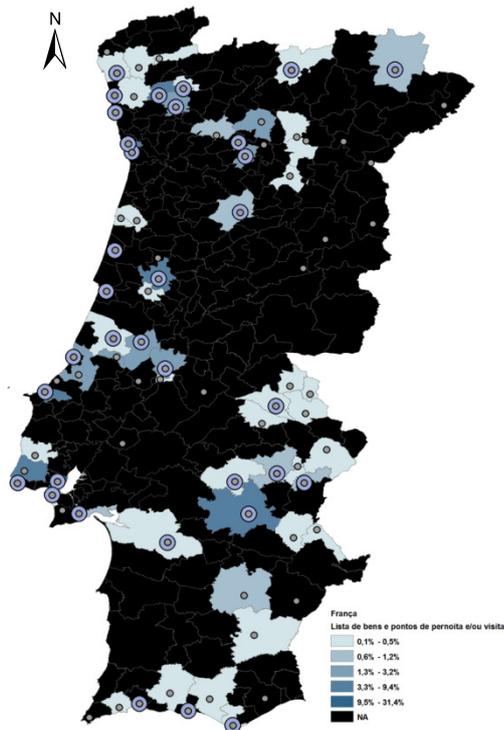


Figura 94: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - França



N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 95: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Espanha

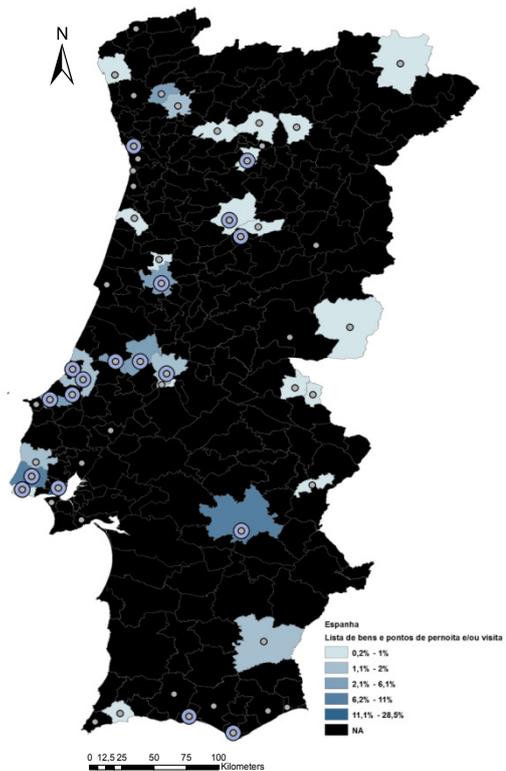
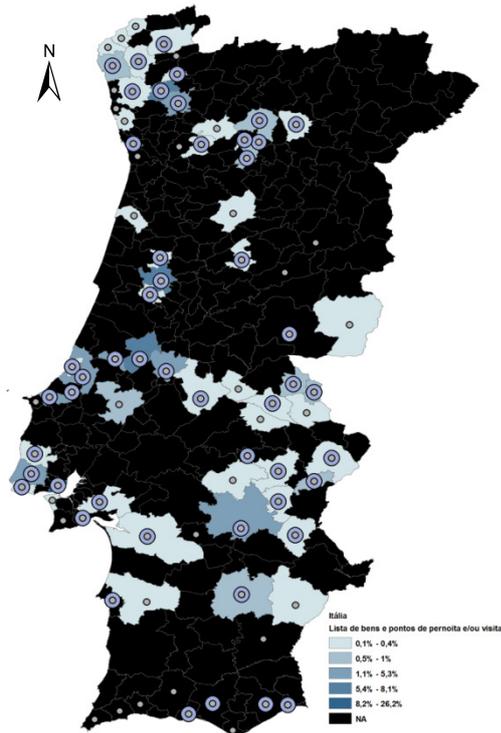


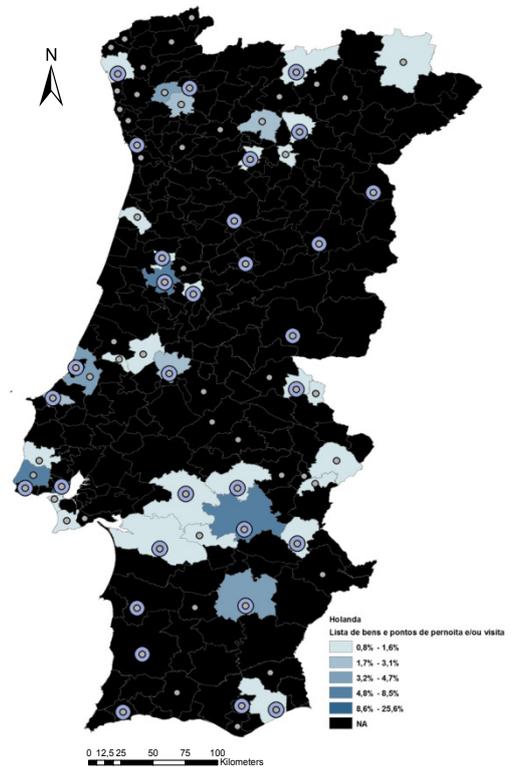
Figura 96: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Itália



N/A: Não Aplicável

Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014); CAOP

Figura 97: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Holanda



Tendo observado combinações de recursos endógenos com dispositivos logísticos que outorgam o reconhecimento de nodos estruturantes da programação, importa identificar padrões espaciais de contacto com o destino com um carácter recorrente e predominante nas propostas de férias. Este exercício visa evidenciar paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território continental e ampliar os padrões recorrentes demonstrados nos domínios anteriores, particularmente através da representação gráfica dos vetores de ligação dos nodos de interceção regional da programação.

III.2.4. IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES ESPACIAIS RECORRENTES E PREDOMINANTES NAS PROPOSTAS DE FÉRIAS

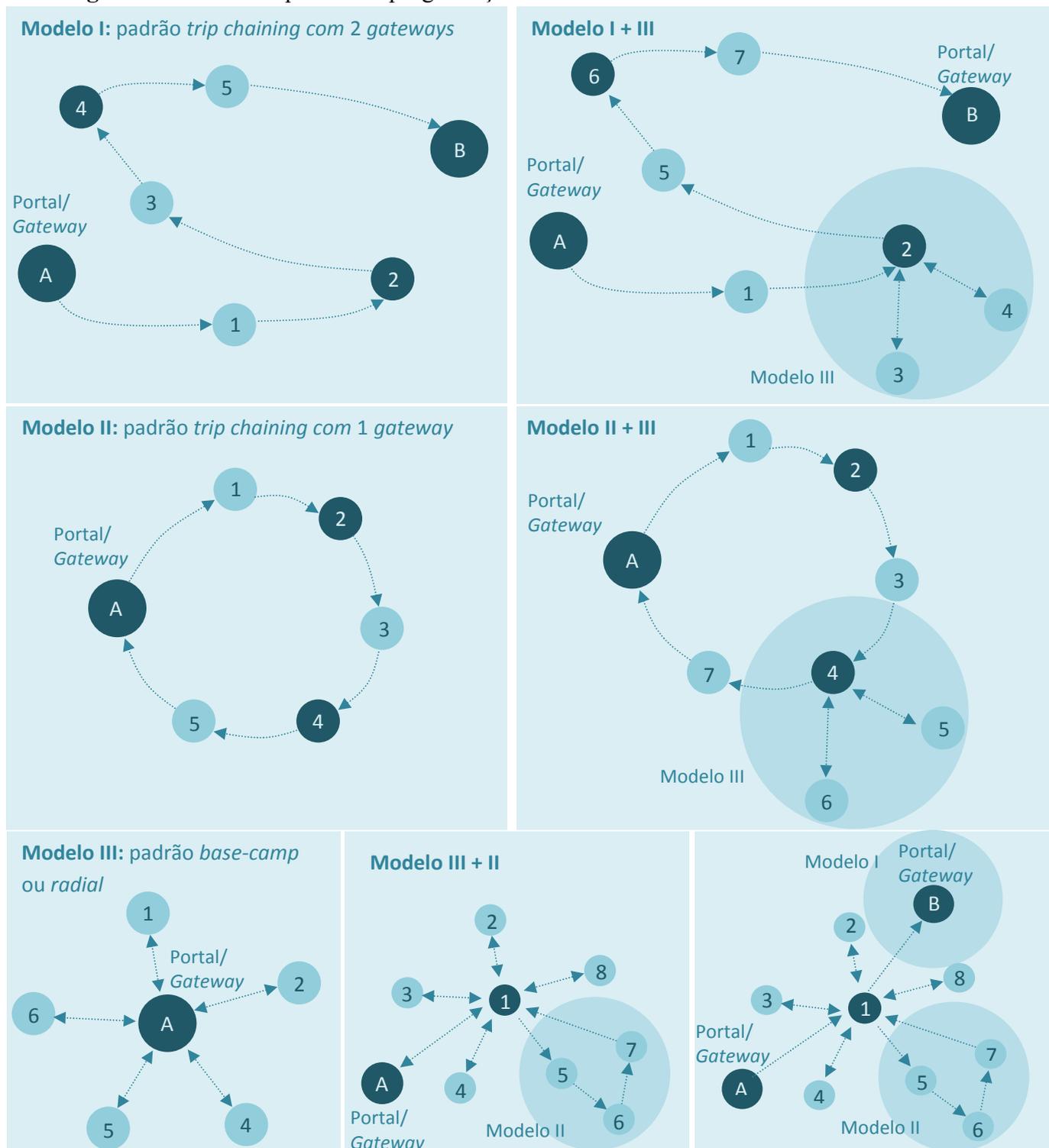
Observando as representações espaciais dos padrões de circulação recorrentes extraem-se três modelos prevalentes, tendo os dois primeiros uma raiz comum que radica no padrão *trip chaining* (Lue, et al., 1993), diferenciando-se pela existência de 1 ou 2 portais/*gateways* de entrada/saída (Figura 98). Estas modelações de circulação são típicas de uma prática itinerante identificada na literatura anglo-saxónica sob a

terminologia *touring* e aquela que é mais habitual em pacotes turísticos, confirmando a referência de Lue, et al. (1993). O terceiro modelo identificado, denominado *base camp* ou radial (Lue, et al., 1993), tem uma natureza centrípeta e baseia-se, por razões normalmente de natureza logística, na concentração das dormidas num único ponto geográfico. O primeiro padrão observa modelações e combinações com outros modelos recorrentes mas são identificados, primeiramente, duas variantes que resultam, principalmente, de uma adequação das limitações estritas do escopo programático à morfologia endógena e logística já analisada que tende a ser estruturada em função de uma demarcação espacial, isto é, das distâncias a percorrer e do tempo necessário e disponível para o realizar.

Estes dois modelos (modelo I e II) pressupõem combinações e sequências de nodos que remetem para os modelos hierárquicos de unidades concelhias analisados em função da sua expressão endógena mas também do perfil e complexidade da sua estrutura logística. Destacaram-se dois nodos que se enquadram neste padrão, Lisboa e Porto, e que estão posicionados num plano hierárquico superior, constituindo de forma recorrente nos programas analisados portais/*gateway* de entrada e/ou saída do destino. Os modelos I e II revelam uma estrutura análoga tendo em conta que pressupõem padrões de circulação itinerante mas distinguem-se por conterem um número distinto de portais/*gateway*. O primeiro modelo observa uma planificação com dois portais/*gateway*, um de acesso ao destino e outro de saída. O segundo padrão distingue-se do primeiro por conter um único portal/*gateway* de entrada e saída do destino, normalmente coincidente com Lisboa. Este modelo, que tende a ser o mais recorrente, pode ser observado em qualquer um dos mercados analisados em programações estendidas e de elevada longitude, ao percorrer, numa grande quantidade dos casos, todo o território continental ou circunscrito a um escopo regional.

O modelo de *trip chaining* ocorre nas programações observadas também em regime combinado com o terceiro padrão reconhecido como *base camp* ou *radial* (Lue, Crompton e Fesenmaier, 1993), cuja particularidade reside na eleição explícita de um nodo/destino principal a partir do qual se realizam incursões a nodos/destinos satélite que poderão ter um carácter subsidiário, por não disporem de um acervo logístico capaz de receber operações turísticas, designadamente estruturas de alojamento, ou uma malha endógena incapaz de o afirmar como nodo de maior intensidade programática.

Figura 98: Padrões espaciais de programação



Fonte: elaboração própria

O padrão radial pode ocorrer em circunstâncias em que a programação tende a ter um foco temático particular, como ocorre com Ourém (Fátima), que condensa o fenômeno religioso em Portugal, que por sua vez reproduz uma tendência de polarização turística especializada no domínio religioso.

No modelo radial, o nodo principal pode ser coincidente com o portal/*gateway* de entrada e saída do destino ou incorporar o modelo de *trip chaining*. Este modelo é observado em situações pontuais em qualquer um dos mercados, particularmente, a partir de Lisboa ou Porto ou em casos mais singulares observados na programação espanhola e britânica, especificamente, a partir de Nelas ou Faro no caso italiano e Fátima na programação alemã e italiana.

Em resultado dos padrões enunciados, que configuram a rede neuronal programada/estruturada pelos operadores turísticos analisados, sobressaem corredores de circulação recorrentes que decalcam os nodos cuja morfologia endógena e suporte logístico outorgam uma mobilização articulada, podendo observar eixos dominantes que tendem a coincidir com o modelo de regionalização de 1936.

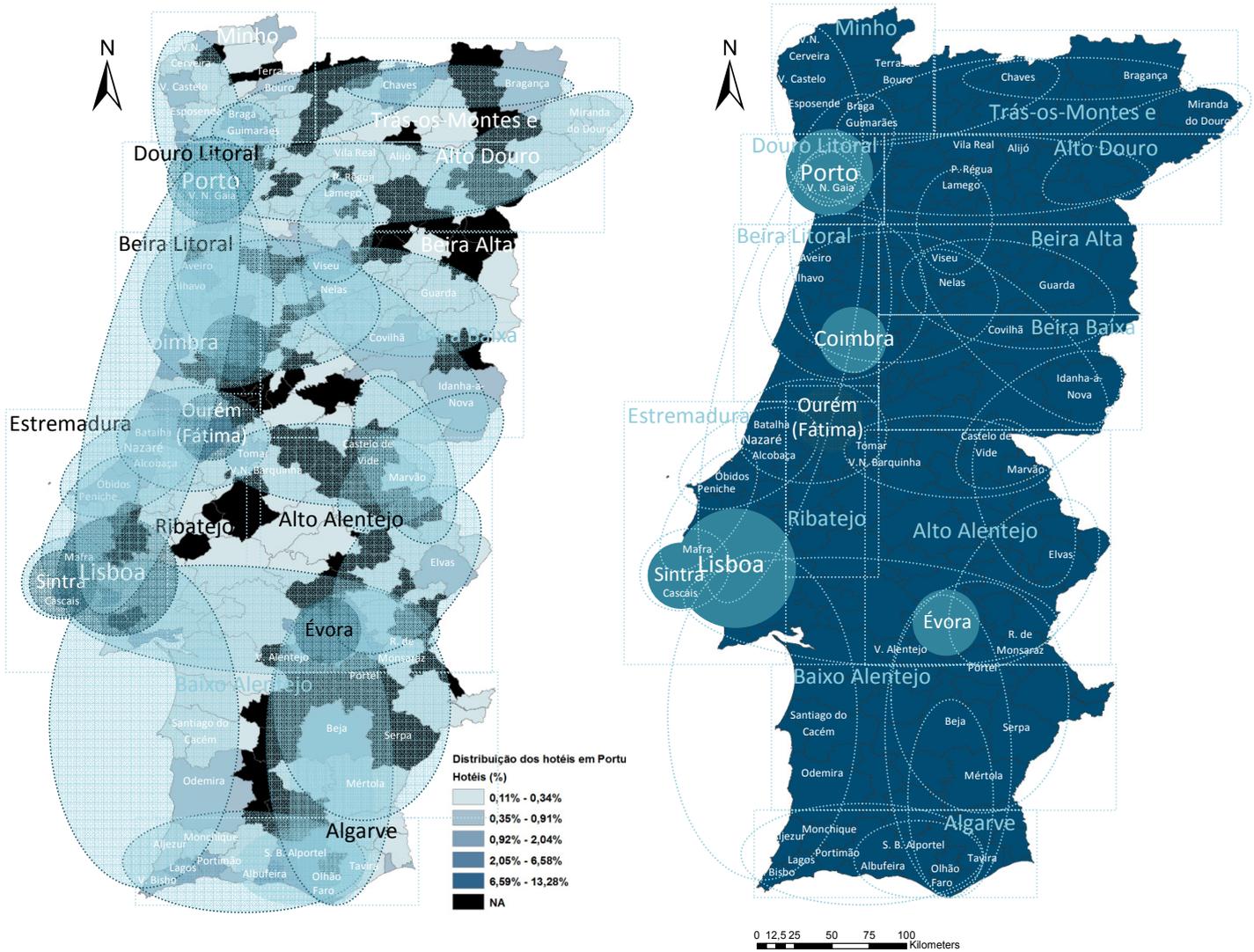
Os corredores de imersão territorial prevalentes na programação dos seis mercados amarram unidades territoriais que se sobrepõem ao modelo provincial referido, e que se simula na Figura 99, sendo observáveis em detalhe nas figuras 100-105. A configuração foi consagrada com a aprovação do Código Administrativo de 1936 e escorada na investigação do geógrafo Amorim Girão (publicados em 1927 e 1930), que propõe uma divisão do território continental em 13 “regiões naturais”. O modelo provincial estabilizou um contorno regional constituído por 11 províncias¹⁶⁰ (Larrea, 2012) que parecem latentes na planificação e estruturação que é empreendida pelos operadores analisados.

Não se pretende com a alusão ao modelo provincial iniciar qualquer alegação que contribua para a abertura de uma discussão em torno da problemática da regionalização turística, tema que, de resto, não constitui o cerne desta dissertação, mas sim recuperar a ideia de “região natural” que parece remeter para uma dimensão simbólica de *terroir* que tende a prefigurar o mapa ideológico que está também latente no ato da programação turística. A feitura e estruturação dos programas estriba-se em marcadores/sinais que estão localizados, justamente, nestes “corredores naturais” de marca idiossincrática e que se encontram imersos nos modelos semânticos e arquétipos

¹⁶⁰ Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve

narrativos condicionados por um imaginário que é percecionado e veiculado através das fontes formais analisadas.

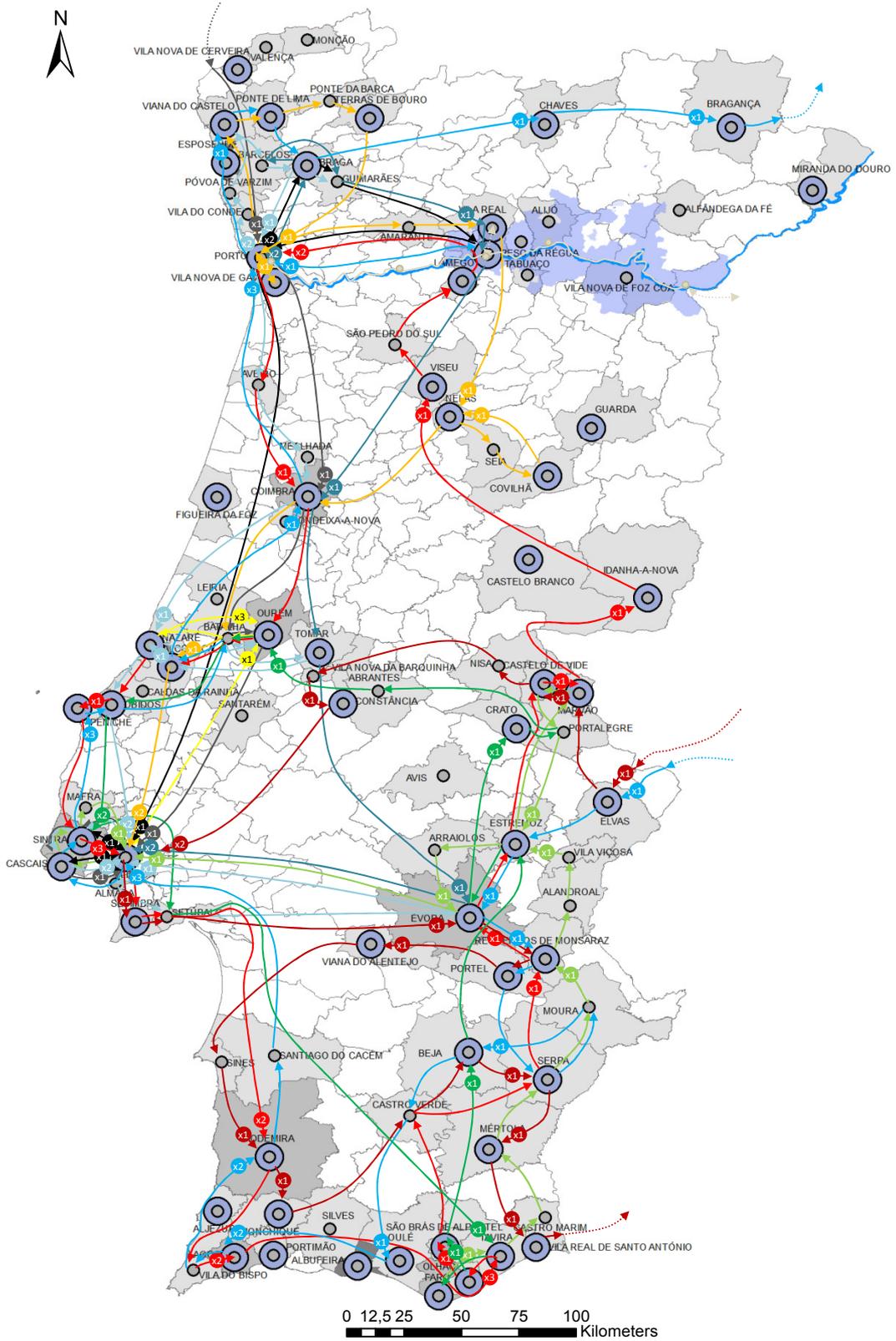
Figura 99: Síntese dos padrões espaciais de programação



N/A: Não Aplicável

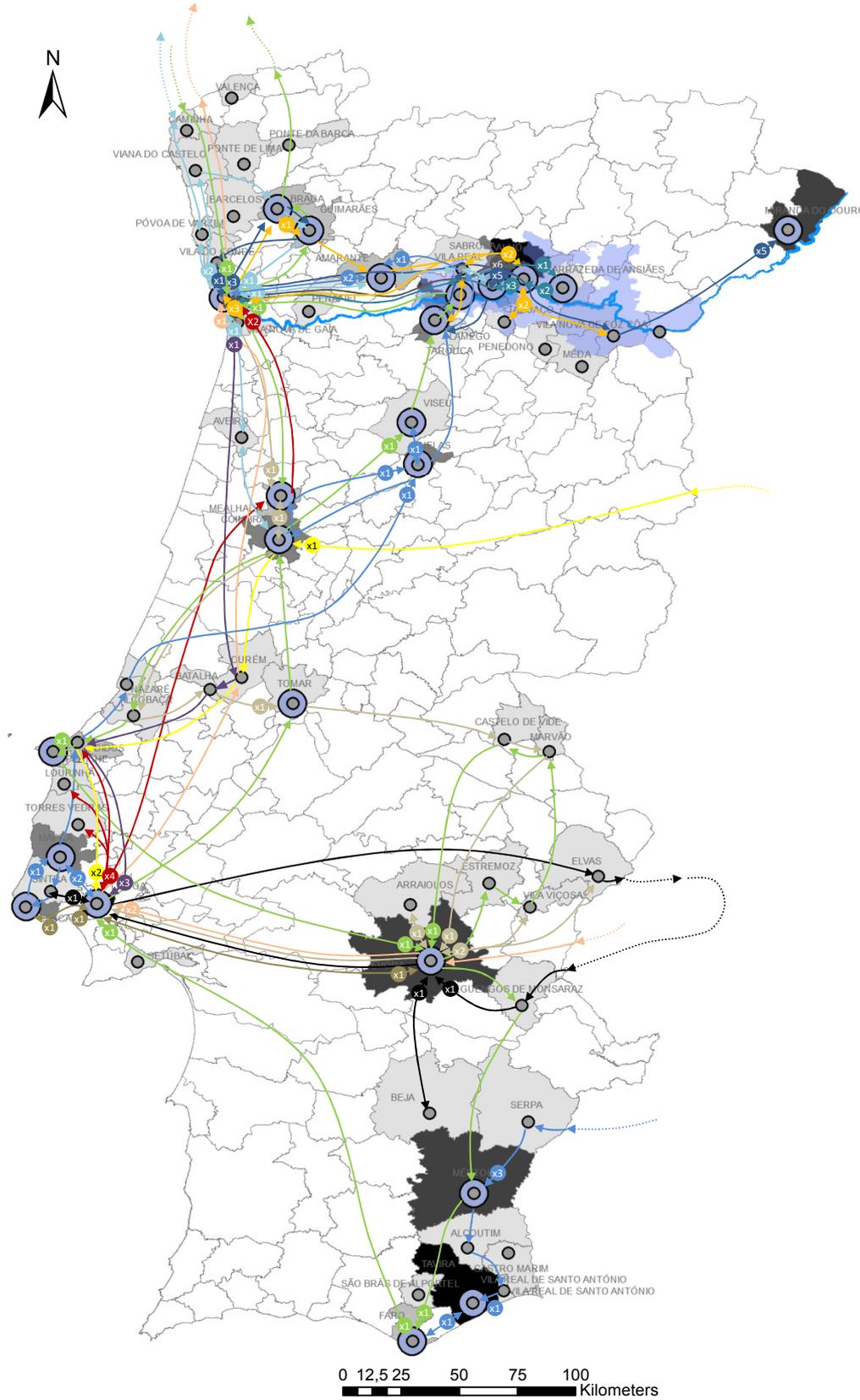
Fonte: elaboração própria / INE (2012) / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 100: Padrões espaciais de programação – Alemanha



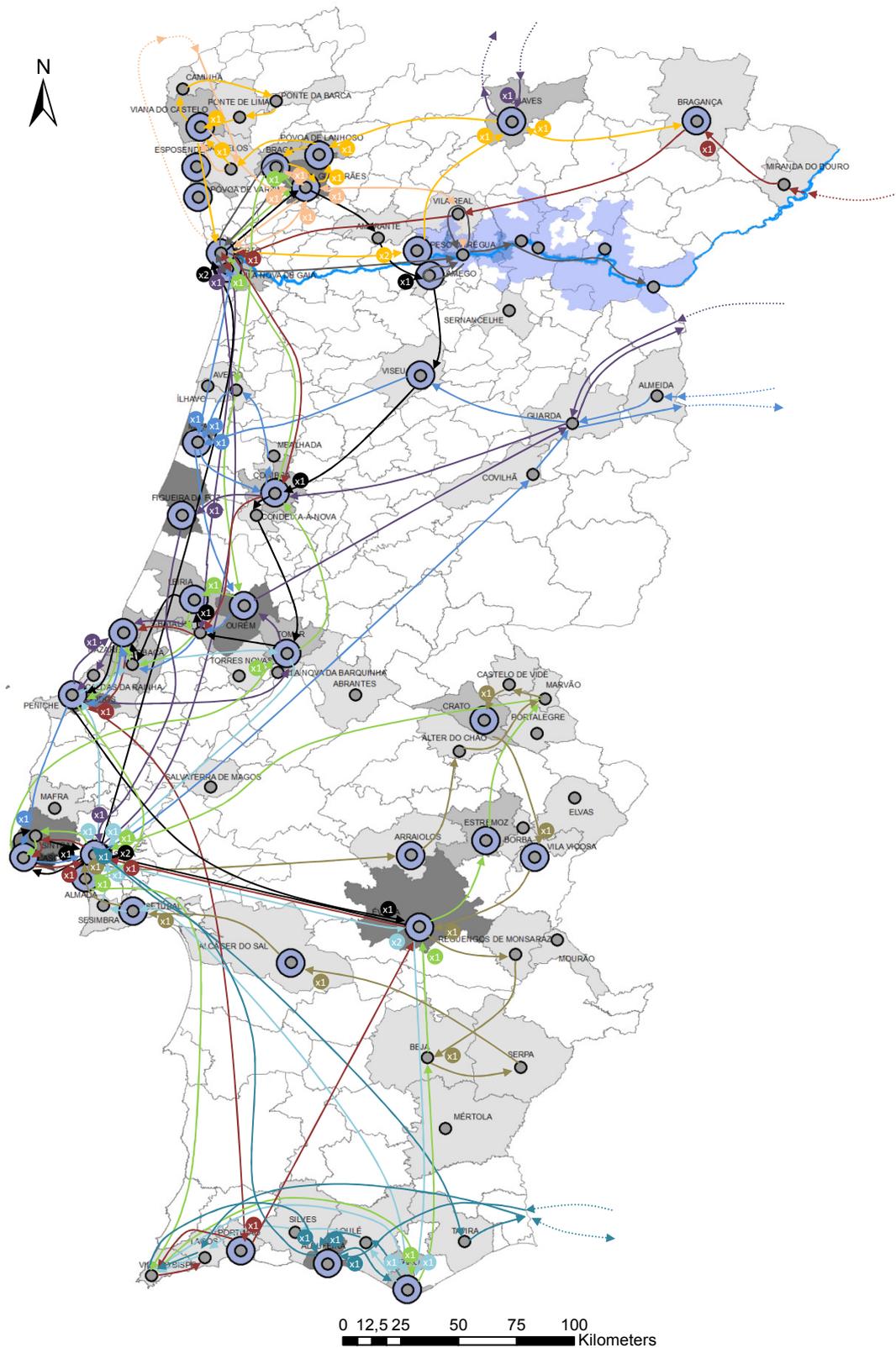
Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 101: Padrões espaciais de programação – Reino Unido



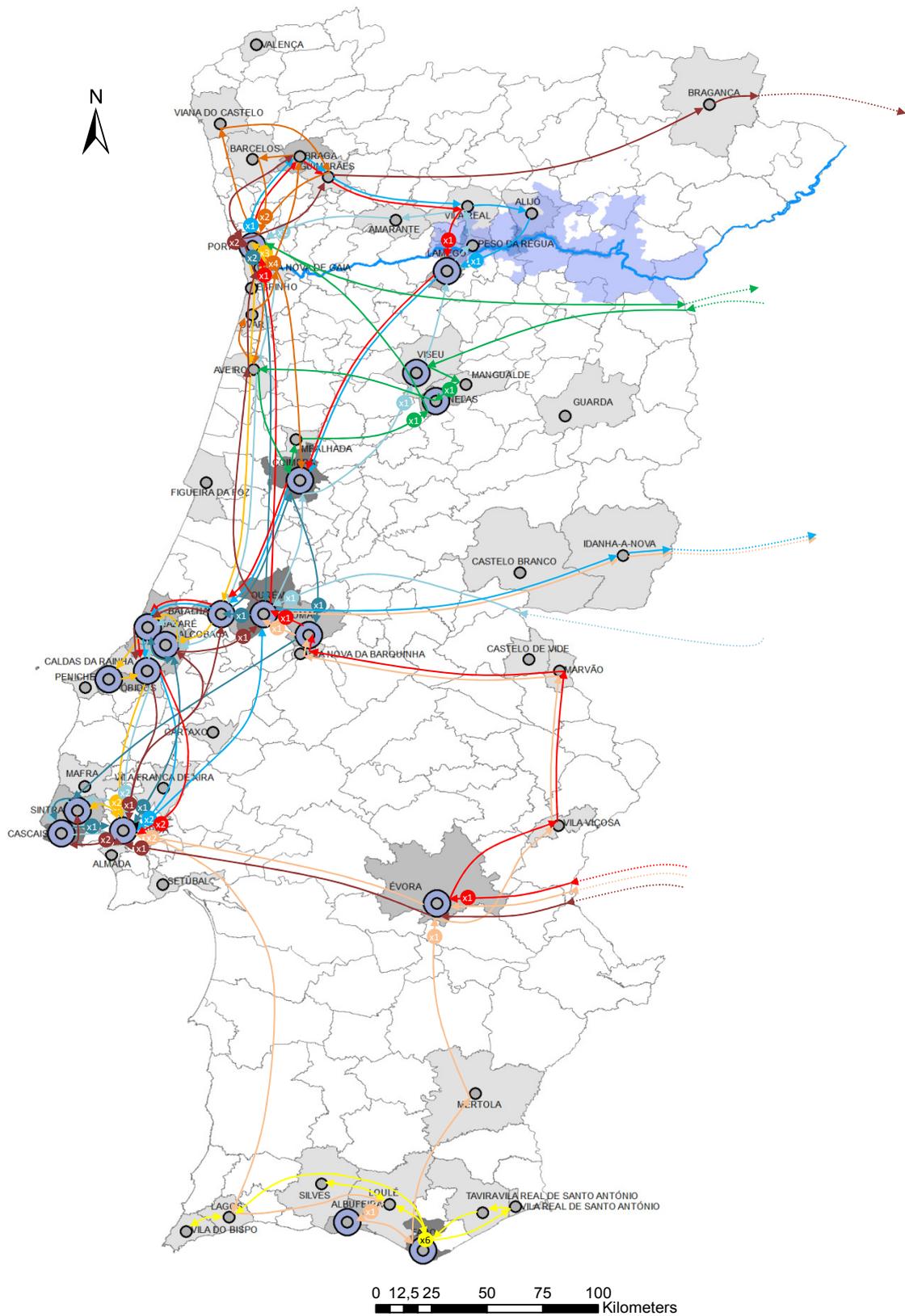
Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 102: Padrões espaciais de programação – França



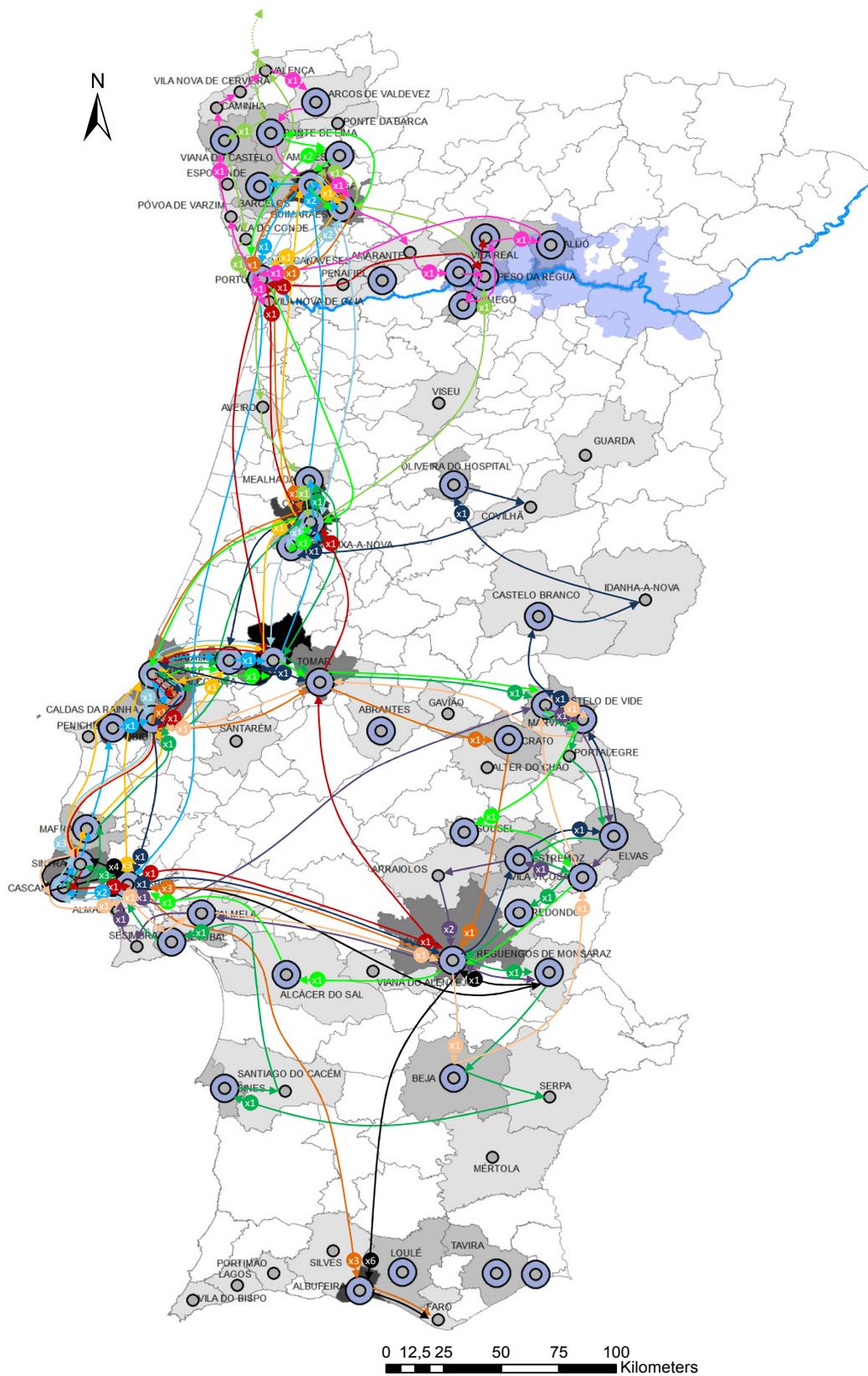
Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 103: Padrões espaciais de programação – Espanha



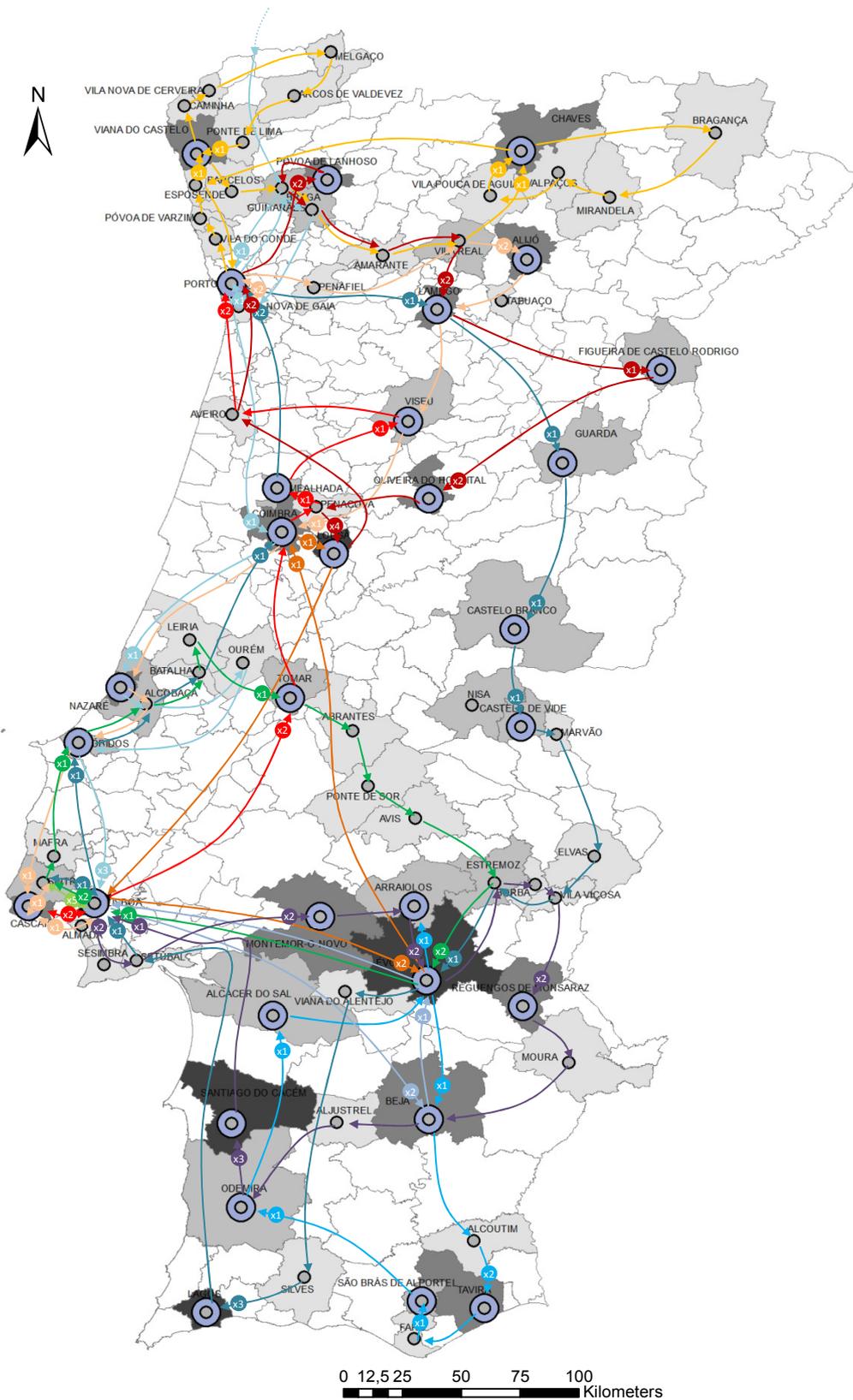
Fonte: elaboração própria/ Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 105: Padrões espaciais de programação – Itália



Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Figura 105: Padrões espaciais de programação – Holanda



Fonte: elaboração própria / Direção-Geral do Território (2014): CAOP

Tendo observado manchas de concentração de unidades concelhias e recursos culturais, estruturas hierárquicas de redes neuronais de âmbito nacional e regional e observado e sistematizado padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias e paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas convocadas pelos programas analisados, importa mergulhar no complexo simbólico latente nos modelos semânticos e arquétipos narrativos da programação no sentido de aprofundar e complementar a leitura e análise já realizada.

III.2.5. ANÁLISE DO MODELO SEMÂNTICO NOS SEIS MERCADOS

A nossa investigação empírica conclui-se com o reconhecimento e identificação de modelos mentais semânticos latentes na programação dos seis mercados em análise. Retomando as referências inscritas no contexto da descrição e explicação do desenho experimental adotado na nossa investigação, esclarece-se, de novo, que o conceito de modelos mentais semânticos é aqui aplicado, justamente, para apreciar o conhecimento declarativo dos grossistas, isto é, a obtenção de algum esclarecimento sobre o conhecimento factual (Solaz-Portolés e López, 2008) que circunscreve conceitos latentes nas narrativas programáticas associadas ao destino Portugal (Pan e Fesenmaier, 2006).

Iniciaremos este percurso analisando os fragmentos semânticos capturados que compõem e configuram cada um dos paradigmas em análise, tomando em linha de conta as estatísticas calculadas a partir do CATPAC II e respetivo dendograma produzido que sintetiza as relações que ocorrem entre os conceitos/palavras mais comuns a par da sua projeção em mapas perceptuais/concetuais utilizando a aplicação ThoughtView. Esta observação terá uma primeira linha de análise segmentada por país emissor, completando-se com uma anotação que incide sobre as conjunções de unidades temáticas que tendem a ser recorrentes.

III.2.5.1. O mercado alemão

Observando o exemplar alemão são perceptíveis centralidades e nodos de convergência que haviam sido identificados na análise de *clusters* de recursos e intensidade de programação, designadamente “Lisboa” e “Porto” que detêm a maior frequência de palavras identificadas, bem como “Évora” e “Sintra”, em 6.º e 7.º lugar da lista de

frequências, respetivamente. Constan ainda da listagem de 18 palavras únicas extraídas (de um total de 1598 palavras) “Cascais”, “Coimbra”, “Faro” e “Fátima”.

Ao todo, compõem a lista de frequências 8 palavras que citam unidades concelhias já identificadas em análises anteriores mas convergem novas dimensões que remetem para uma escala regional que pressupõe a agregação de nodos em plataformas territoriais que parecem reter homogeneidade interna, designadamente, o “Algarve” com a 4.^a maior frequência absoluta, o “Douro” e o “Alentejo” em 14.^o e 18.^o lugar, respetivamente.

Acresce à dimensão regional e conceito de agregação espacial que remete, em certa medida, para um ideal de “região natural”, uma conceção patrimonial que se subdivide em dois troncos, a saber: cultural e natural. O primeiro destaca-se a partir da alusão à palavra “Castelo” que ostenta o terceiro maior número de frequências absolutas¹⁶¹, e que carrega uma dimensão patrimonial cujo lastro se amplia com a referência à palavra “Igreja” que revela o 13.^o maior número de frequências.

O tronco e tema “natureza” é aduzido a partir de palavras que encontram na programação um nível de reiteração elevado, como “Rio”, a 5.^a palavra mais citada, “Costa” que contempla uma dimensão natural e primária à qual se sobrepõe uma grandeza de âmbito territorial e geográfico ao localizar/posicionar o recurso “Praia” que é 15.^a palavra mais citada.

A terceira dimensão, que se reconhece na análise de frequências e que radica na palavra “Tour” remete para um conceito experiencial e subjetivo (Pan e Fensemaier, 2006) que traduz o modelo de circulação e, conjuntamente, de agregação dos recursos.

¹⁶¹ Não constam desta contagem as palavras “Viana do **Castelo**” “**Castelo** de Vide”, “**Castelo** Branco”, “**Castelo** de Bode” e “Figueira de **Castelo** Rodrigo” que, ao todo, representam 30 palavras nos programas analisados.

elemento patrimonial “Castelo” ao primeiro quadrante que está conceitualmente amarrado a uma cintura espacial austral, com a exceção da dimensão distinta associada aos rios Douro e Tejo. Esta relação sugere uma vinculação particular e específica entre a variável espacial e a classe patrimonial retratada pela rede grossista alemã.

Observam-se ainda em quadrantes distintos, mas evidenciando uma relação de elevada associação no dendograma, “Fátima” e “Coimbra”. Parece-nos que esta relação dicotômica provém do respetivo conteúdo endogénico, muito marcado e centrado em domínios particulares. Por um lado, “Fátima” com uma forte associação ao religioso e “Coimbra” amarrada à temática académica e ao espaço universitário. A proximidade estará associada ao corredor de circulação que partilham, o que é evidenciado na programação de forma reiterada.

Figura 107: Modelo semântico da programação alemã



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

III.2.5.2. O mercado britânico

O mercado do Reino Unido revela uma tendência de concentração semântica regionalizada, convergindo de forma consistente em torno do Douro, sendo justamente este o vocábulo mais citado na programação britânica, seguida da palavra “Port”. A

região e o seu principal produto, o vinho do Porto (“Port”) amarram de forma consistente o discurso e a narrativa dos grossistas.

Segue-se, em terceiro lugar, a palavra “Tour” que traduz um paradigma e modelo de contacto com o *terroir*, exprimindo um arquétipo de imersão territorial que é ajustável à morfologia espacial predominante no discurso. De resto, a relevância do cenário duriense retorna com a alusão à palavra “River”, que traduz uma dimensão natural associada ao destino e com o vocábulo “Wine” que estabelece uma ampliação do universo vínico do Douro. O mapa semântico acrescenta a palavra “Valley” que alude ao vale do Douro e ainda o vocábulo “Quinta” que ostenta uma unidade estruturante deste território mas também uma grandeza cénica que está agregada à sua paisagem, que desvenda mais uma dimensão turística, a observação e a contemplação (*gaze*)¹⁶², que na programação pode ser intercetada no vocábulo “sightseeing”.

Finalmente, encerrando o universo duriense, aparece a palavra “train” (o comboio do Douro) que está também associada a uma dimensão lúdica e de contemplação que, de resto, é evidenciado na sua relação com a palavra “sightseeing”.

A 6.^a palavra mais referenciada é Lisboa, que representa justamente o portal/*gateway* de entrada em Portugal continental e uma plataforma de intermediação, sendo secundada pelo “Porto” que aparece em 12.^o lugar.

A terceira unidade concelhia mais citada é “Coimbra”, revelando uma dimensão distinta destas duas centralidades, e cujo posicionamento é representado no dendograma e mapa perceptual, podendo estar relacionado com a temática que tende a assumir centralidade, isto é, a Universidade e a sua localização num corredor de circulação de elevada densidade na programação britânica, ligando Lisboa ao Porto (e vice-versa). Em suma, esta trilogia de cidades, denota um mapa semântico onde a dimensão urbana tem uma natureza mais comprimida do que o evidenciado pelo mercado alemão.

A lista das 18 palavras mais referidas na programação britânica contempla ainda uma dimensão patrimonial que é agregada em torno de unidades como “Cathedral”, “Church”, “Palace” e “Castle”, que atribuem consistência material e histórica ao destino,

¹⁶² Urry, 1990.

Figura 109: Modelo semântico da programação britânica



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

III.2.5.3. O mercado francês

O mapa semântico francês é tributário de um lastro nodal amplo, figurando 7 unidades concelhias no lote de 18 palavras mais referenciadas nos programas de férias, sendo o “Porto” o vocábulo mais citado, seguido de “Lisboa”. De acordo com o dendograma, o “Porto” parece evidenciar uma certa autonomia, circunstância que decorre do seu valor e densidade matricial a par de um nível de conectividade territorial (já analisado) que viabiliza a agregação de cinturas mais periféricas e de caráter regional. Nas suas relações evidencia-se a palavra “Douro”, o 5.º vocábulo mais frequente, que assume um conceito de geometria variável, de duplo sentido, como veio de imersão territorial e espacialidade que vincula o Porto a nodos periféricos como a “Régua” (11.º).

O mapa perceptual revela, por sua vez, níveis de imersão mais específicos, contextualizando a experiência turística por indução através do vocábulo “Bateau” (15.º) que constitui um marcador motivacional que tem como referencial o ambiente do rio Douro. Constam ainda do primeiro quadrante os vocábulos “Coimbra” (9.º) e “Braga”

(12.º) que denotam uma relação de conjunção com o “Porto”, confirmando o domínio regional desta plataforma.

Estabelecem-se ainda associações entre os elementos espaciais representados e a dimensão patrimonial, designadamente, através de qualificativos como “Baroque”, em proximidade com Braga, Coimbra, Porto e Douro, ou a representação de um grupo de bens expresso no vocábulo “Palais” em associação com “Lisboa” e “Sintra”.

Em destaque, figura outro elemento patrimonial, os “Azulejos”, que carrega um valor matricial e artístico específico e, simultaneamente, mobiliza uma dimensão idiossincrática e estrutural da cultura portuguesa, cuja relativa autonomia no dendograma denota a sua transversalidade espacial.

Também na lista dos 18 vocábulos mais frequentes de um total de 1690 palavras analisadas consta um grupo que é representado no dendograma de forma autónoma constituído por elementos que tendem a ser reincidentes na programação e que têm um carácter colateral, subdividindo-se em dois subgrupos temáticos, a saber, um de associação patrimonial representado pelos vocábulos “Château”, “Palais”, “Cathédral” e “Monastère” e outro que titula serviços, a saber, “Croisière” e “Musée”, ambos a remeterem para experiências turísticas nas centralidades mais frequentes mas também associadas a nodos não representados no quadro de frequências.

Figura ainda da lista de vocábulos mais citados (18.º), a palavra “Fátima” que evidencia, de novo, a relevância deste marcador na representação percetual do destino que integrava também o mapa semântico alemão de forma distintiva, sugerindo a sua dimensão específica associada ao domínio religioso.

Figura 110: Output de frequências e dendograma da análise – programação francesa

DESCENDING FREQUENCY LIST				ALPHABETICALLY SORTED LIST			
WORD	FREQ	PCNT	CASE CASE FREQ PCNT	WORD	FREQ	PCNT	CASE CASE FREQ PCNT
PORTO	363	21.5	870 65.4	AZULEJOS	52	3.1	301 22.6
LISBONNE	288	17.0	700 52.6	BAROQUE	45	2.7	258 19.4
PALAIS	108	6.4	496 37.3	BATEAU	52	3.1	265 19.9
CATH&EDRALE	91	5.4	0 0.0	BRAGA	55	3.3	277 20.8
DOURO	86	5.1	470 35.3	CATH&EDRALE	91	5.4	0 0.0
MONAST&RE	82	4.9	0 0.0	CHATEAU	50	3.0	0 0.0
TOUR	75	4.4	419 31.5	COIMBRA	59	3.5	258 19.4
MUS&E	72	4.3	0 0.0	CROISI&RE	58	3.4	0 0.0
COIMBRA	59	3.5	258 19.4	DOURO	86	5.1	470 35.3
CROISI&RE	58	3.4	0 0.0	FATIMA	45	2.7	183 13.7
REGUA	56	3.3	199 15.0	LISBONNE	288	17.0	700 52.6
BRAGA	55	3.3	277 20.8	MONAST&RE	82	4.9	0 0.0
SINTRA	53	3.1	237 17.8	MUS&E	72	4.3	0 0.0
AZULEJOS	52	3.1	301 22.6	PALAIS	108	6.4	496 37.3
BATEAU	52	3.1	265 19.9	PORTO	363	21.5	870 65.4
CHATEAU	50	3.0	0 0.0	REGUA	56	3.3	199 15.0
BAROQUE	45	2.7	258 19.4	SINTRA	53	3.1	237 17.8
FATIMA	45	2.7	183 13.7	TOUR	75	4.4	419 31.5

Fonte: elaboração própria/CATPAC II

A projeção dos *clusters* de vocábulos no mapa perceptual exhibe, justamente, um modelo semântico que denota concentrações e níveis de associação entre elementos que tendem a ser reincidentes nos casos analisados, designadamente, por referência a estruturas espaciais hierarquizadas, emergindo Lisboa e Porto como portais/*gateways* do destino. Por sua vez, também as relações espaciais que se estabelecem a partir destes dois nodos evidenciam uma especialização por setores geográficos que carregam um lastro de recursos endogênicos particular. Acresce a esta relação direta entre o espaço e o bem patrimonial, representado no mapa semântico, a emergência de elementos que são autonomizados em resultado das suas relações colaterais com domínios espaciais que não se encontram representados no presente mapa (e.g. “Château”). Também os elementos patrimoniais revelam uma dimensão idiossincrática e singular patenteado no vocábulo “Azulejos” ou ainda no nodo temático apoiado na religião, “Fátima”, cuja representação tende a ser autonomizada fruto do seu nível de dissemelhança e particularidade face à restante oferta, figurando como um marcador distintivo do destino na programação francesa.

Por fim, acresce uma dimensão experiencial referenciada no vocábulo “Tour”, dimensão recorrente nos modelos semânticos analisados, que estabelece a agregação de unidades espaciais e um modelo de circulação que vincula um determinado agregado de unidades

territoriais que, no caso francês, se circunscrevem às seguintes: Douro, Régua, Coimbra, Braga, Porto, podendo ainda incluir-se Fátima.

Figura 111: Modelo semântico da programação francesa



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

III.2.5.4. O mercado espanhol

A análise de frequências semânticas da programação espanhola evidencia uma preponderância de “Lisboa” e “Porto”, que se destacam pela sua dimensão unívoca e densidade patrimonial distintiva bem como elos funcionais de ligação com cinturas semi-periféricas e periféricas.

À semelhança do modelo francês e alemão, salienta-se no *output* de frequências uma representação espacial mais ampla, figurando 8 unidades de nível concelhio e sub-concelhio. Destaca-se um núcleo de vocábulos que remete para uma base endógena particular e que tende a ancorar-se em torno de bens patrimoniais representados por corpos taxonómicos que têm um carácter figurativo, a saber: “Palacio”, “Monasterio”, “Catedral”, “Torre”, “Castillo”, podendo incluir nestas figuras a “Plaza” como um elemento arquitetónico.

Acresce à representação patrimonial alegórica e figurativa uma referência ampliada que agrega concetualmente todos os bens através do vocábulo “Património”, a 12.ª palavra mais referida na programação espanhola. Acrescem igualmente dimensões primárias inscritas no domínio natural que remetem para uma representação espacial definida que se patenteia nos vocábulos “Costa” e “Paisagens”, esta última agregando também uma dimensão cultural.

Consta ainda do lote de vocábulos mais citados a palavra “Ruta” que tem um carácter distintivo por conter uma dimensão funcional de agregação de unidades espaciais e recursos e como arquétipo experiencial.

Figura 112: *Output* de frequências e dendograma da análise – programação espanhola

DESCENDING FREQUENCY LIST				ALPHABETICALLY SORTED LIST				WORDS METHOD
WORD	FREQ	PCNT	CASE	WORD	FREQ	PCNT	CASE	
LISBOA	353	20.6	1152 70.5	CASCAIS	81	4.7	529 32.4	C C M T P R P P S E C C L C E F O P
OPORTO	131	7.6	403 24.7	CASTILLO	62	3.6	290 17.7	A O O O A U L A I S O A I A V A P A
PALACIO	106	6.2	590 36.1	CATEDRAL	87	5.1	521 31.9	S I N R I T A L N T S T S S O T O T
SINTRA	95	5.5	545 33.4	COIMBRA	62	3.6	251 15.4	C M A R S A Z A T O T E B T R I R R
RUTA	94	5.5	534 32.7	COSTA	91	5.3	376 23.0	A B S E A . A C R R A D O I A M T I
MONASTERIO	92	5.4	537 32.9	ESTORIL	62	3.6	384 23.5	I R T . J . . I A I . R A L . A O M
COSTA	91	5.3	376 23.0	EVORA	57	3.3	242 14.8	S A E . E . . O . L . A . L . . . O
CATEDRAL	87	5.1	521 31.9	FATIMA	77	4.5	0 0.0	. . R . S L . O . . . N
CASCAIS	81	4.7	529 32.4	LISBOA	353	20.6	1152 70.5	. . I I
PLAZA	80	4.7	446 27.3	MONASTERIO	92	5.4	537 32.9	. . O O
FATIMA	77	4.5	0 0.0	OPORTO	131	7.6	403 24.7
PATRIMONIO	69	4.0	420 25.7	PAISAJES	58	3.4	308 18.8
CASTILLO	62	3.6	290 17.7	HALACIO	106	6.2	590 36.1
COIMBRA	62	3.6	251 15.4	PATRIMONIO	69	4.0	420 25.7
ESTORIL	62	3.6	384 23.5	FLAZA	80	4.7	446 27.3
TORRE	60	3.5	409 25.0	RUTA	94	5.5	534 32.7
PAISAJES	58	3.4	308 18.8	SINTRA	95	5.5	545 33.4
EVORA	57	3.3	242 14.8	TORRE	60	3.5	409 25.0

Fonte: elaboração própria/CATPAC II

A projeção dos vocábulos no mapa perceptual exibe relações recorrentes já evidenciadas em relação aos casos analisados anteriormente, reportando por um lado associações de nível espacial, visível, por exemplo, na proximidade entre “Lisboa”, “Sintra”, “Cascais” e “Estoril”, denotando uma convergência que é ditada pela sua proximidade geográfica mas também pela influência de “Lisboa” como portal de acesso a níveis de imersão territorial mais fino.

A proximidade de Lisboa encontram-se figurações patrimoniais como “Plaza” ou “Torre” que lhe estão associadas bem como nodos representados de forma explícita como é o

caso de “Coimbra” ou de forma implícita através de vocábulos como “Monastero” que poderá induzir unidades concelhias como Alcobaça ou a Batalha.

No entorno do vocábulo “Património” estão representados nodos outorgados com a distinção da UNESCO, “Évora” e “Porto”, o que traduz uma associação inteligível mas também uma ligação explícita a uma figuração patrimonial representada pelo vocábulo “Castillo”. Também no modelo espanhol, “Fátima” revela uma certa autonomia, constituindo um único *cluster* de vocábulos, o que se fica a dever à espessura temática que tende a polarizar-se em torno do religioso.

Noutro quadrante, é projetado o vocábulo “Ruta” cuja dimensão estruturante tende a refletir uma associação com domínios patrimoniais com uma forte associação espacial, como parece representar-se na sua proximidade ao vocábulo “Costa”.

Figura 113: Modelo semântico da programação espanhola



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

III.2.5.5. O mercado italiano

A lista de 18 vocábulos mais frequentes da programação italiana exhibe um predomínio da palavra “Lisbona”, que se demarca de forma explícita e acentuada do segundo

A projeção dos vocábulos tende a demonstrar uma relação entre os diferentes nodos e a dimensão endógena associada, exemplificado na relação de contiguidade entre “Monastero” e “Batalha” e entre “Braga” e “Santuário”. Também parecem evidenciar-se no mapa semântico corredores de circulação latentes que procedem de Lisboa (“Lisbona”), fazendo uso de uma viatura (“Auto”), e estabelecendo veios de coligação de maior ou menor intensidade com elos de importância estratégica como a “Batalha”.

Também o “Porto” revela características endógenas de densidade que tendem a autonomizá-lo, estatuto que é revelado na sua elevada conexão com um elemento patrimonial que é figurativo do seu espólio projetado no mapa percetual através do vocábulo “Palazzo”, bem como uma dimensão funcional, tal como Lisboa, assumindo a missão de portal de acesso a nodos secundários como “Braga”.

O mapa semântico da programação italiana revela ainda uma certa emancipação de Guimarães, projetada individualmente no IV quadrante, mas numa relação de proximidade, patenteado no dendograma, com o vocábulo “Castelo” que induz, no caso particular, uma associação com o “Castelo de Guimarães”. O dendograma (Figura 114), tal como o mapa percetual (Figura 115), revela uma proximidade entre os vocábulos “Castelo” e “Villagio”, que traduz uma dimensão patrimonial associada a uma espacialidade de baixa densidade, que arrola geografias emergentes conectadas também a “Guimarães”. A título de exemplo citamos Ponte de Lima, Ponte da Barca e Amares, cuja conetividade com Guimarães é evidenciada na análise dos padrões espaciais bem com no texto dos programas (e.g. “Ponte de Lima, pitoresco villaggio sulla riva del fiume”).

Figura 115: Modelo semântico da programação italiana



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

III.2.5.6. O mercado holandês

Tal como o modelo concetual italiano, também o arquétipo holandês tende a patentear uma certa polarização semântica em torno dos vocábulos “Lisboa” e “Porto”, o que confirma uma tendência destas duas unidades concelhias se afirmarem como depósitos patrimoniais de elevada densidade e nodos de convergência da programação turística que tende a outorgar-lhes uma dimensão funcional transformando-as em unidades de intermediação com cinturas regionais semi-periféricas e periféricas.

A terceira palavra mais citada na programação holandesa remete para uma plataforma regional, o “Alentejo”, retornando a uma certa ideia de “região natural” e de características homogêneas, tal como o 5.º vocábulo mais frequente, o “Douro” que contém um duplo significado: rio e região. A sua dimensão regional congrega uma diversidade de componentes, um dos quais é o próprio “Vinho”, vocábulo que surge em 10.º lugar de entre os mais citados, constituindo a lavra e a produção da região. A par desta dimensão associam-se os elementos “Rio” e “Vale” que remetem para uma dimensão holística da grandeza patrimonial, constituindo ambientes de congregação e fusão dos recursos dominantes, a vinha/*terroir* e o próprio rio. Também o vocábulo

como “Lamego-Coimbra-Sintra” que tendem a qualificar estes nodos na rede neuronal com uma dimensão específica que pode ser reconhecida também como um importante corredor que tende a sofrer iterações sucessivas na programação holandesa e a revelar um circuito de propagação e imersão territorial.

Também é visível uma relação inversa em que a unidade concelhia que compõe e integra uma espacialidade e região se demarca dela, circunstância que é evidenciada entre os vocábulos “Alentejo” e “Évora” que revelam dimensões concetuais autónomas mas articuláveis em contextos que ampliam os cenários da ação programática como parece evidenciar a associação “Alentejo-Costa-Lisboa-Rota-Évora”.

Figura 117: Modelo semântico da programação holandês



Fonte: elaboração própria/CATPAC II e TOUGHTVIEW

Também localizado no Alentejo está “Monsaraz” que se demarca de uma forma clara dos restantes vocábulos, constituindo um *outlier* deste grupo semântico, e revelando um estatuto próprio que diverge do elo regional e do nodo concelhio que tende a ser polarizador na região – Évora.

III.2.5.7. Síntese

Tendem a evidenciar-se nos modelos semânticos analisados algumas reiteraões no domínio das espacialidades envolvidas, designadamente em relação às suas âncoras programáticas, “Lisboa” e “Porto”, cuja morfologia tende a autonomizá-las e que, cumulativamente, assumem a dimensão de portal/*gateway* de acesso a cinturas regionais que qualificam o grau de imersão territorial da programação.

Evidenciam-se, sequencialmente, nodos e espacialidades que tendem a vincular temáticas e níveis de diferenciação da experiência turística como acontece com “Fátima”, cujo conteúdo endogénico tem uma natureza unívoca assente na sua dimensão religiosa, “Coimbra” que carrega um simbolismo académico e universitário e o “Douro” que vincula um certo ideal romântico de *terroir* e universo rural associado ao vinho.

Patenteiam-se, sequencialmente, recorrências espaciais que têm uma natureza circunstancial relacionada com o nível de proximidade geográfica e que tendem a realizar-se no entorno dos dois principais nodos semânticos, Lisboa e Porto, exprimindo relações de natureza circular: “Lisboa-Sintra-Cascais-Estoril-Lisboa”, “Lisboa-Sintra-Óbidos-Batalha-Fátima-Tomar-Coimbra-Évora-Lisboa” ou “Porto-Braga-Porto”.

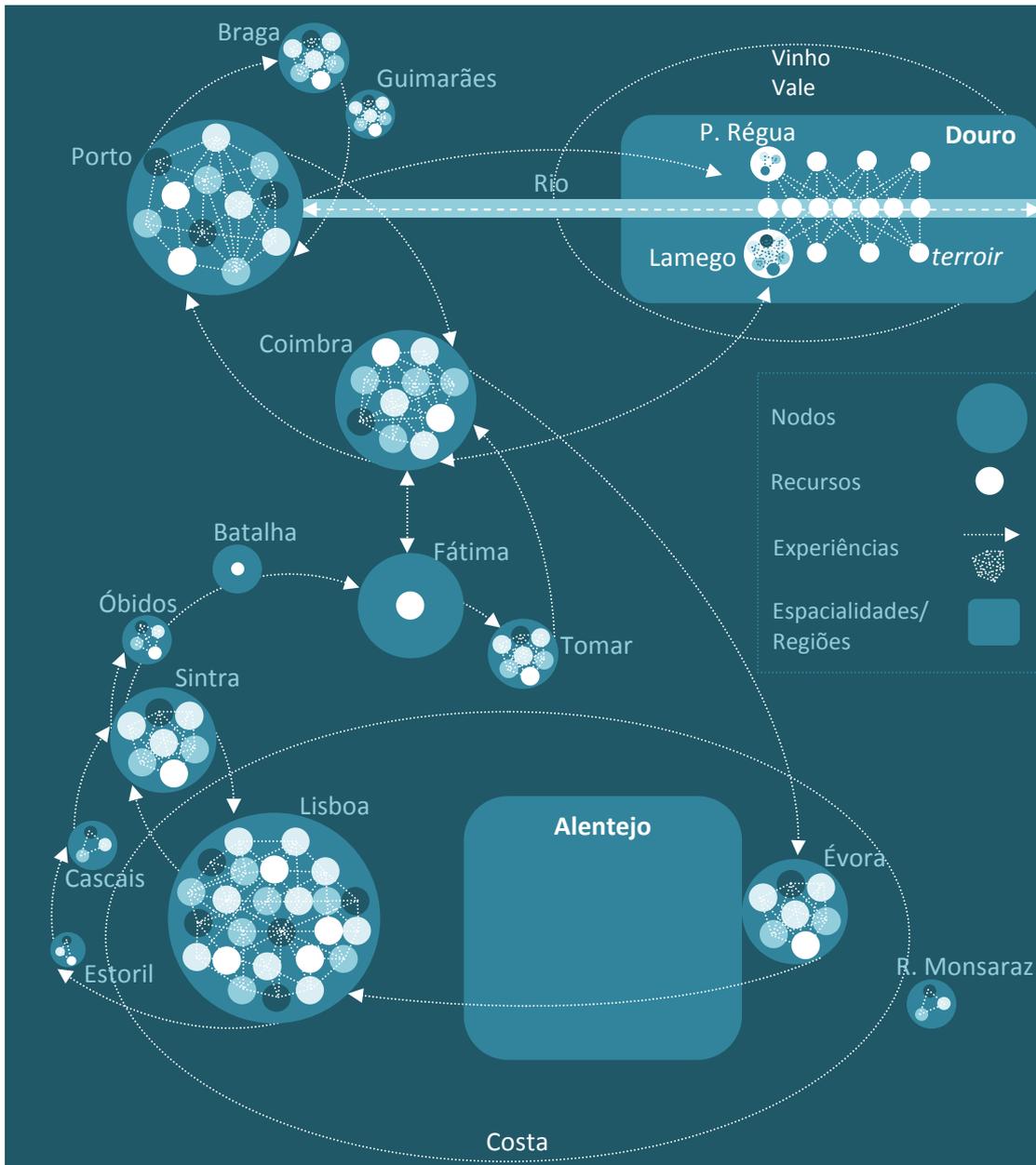
Exibem-se agregações de nodos que se desenvolvem ao longo de corredores verticais definindo circuitos de propagação da experiência turística e imersão territorial, exemplificadas nos eixos “Sintra-Coimbra-Lamego” ou corredores horizontais referenciados no nível da associação semântica entre “Porto-Douro/Régua”.

Os nodos detetados e as espacialidades citadas, associam elementos que constituem marcadores e alavancas motivacionais que tendem a suportar-se em valores endogénicos estáveis que contribuem para a construção pictórica que a narrativa programática deve conter e que associa a dimensão patrimonial evidenciada a partir de grupos taxonómicos de bens culturais (e.g. “Castelo”, “Mosteiro”, “Palácio” e “Azulejos”) e recursos naturais (e.g. “Rio”, “Praia” e “Costa”).

Constituem também importantes marcadores no discurso e retórica programática a dimensão experiencial que tende a conter atividades e mecanismos de imersão territorial, cuja natureza decorre de particularismos geográficos que propiciam atividades

específicas como os cruzeiros ou os passeios de comboio que estão, nos casos em análise, vinculados à geografia duriense a par de paradigmas de circulação e mecanismos de estruturação da oferta (e.g. “Tour” ou “Ruta”) que tornam o conteúdo endógeno inteligível e acessível, caucionando maior amplitude à experiência contemplativa (*gaze*¹⁶³).

Figura 118: Ilustração esquemática dos modelos semânticos



Fonte: elaboração própria

¹⁶³ Urry, 1990

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES FINAIS

Segue-se uma leitura oblíqua e sinóptica dos principais focos de análise da presente investigação, concentrando fragmentos que sintetizam os blocos precedentes. Consta desta derradeira etapa da dissertação um conjunto de considerações gerais e apreciativas sobre o quadro genérico da investigação empírica, designadamente quanto aos corredores de análise franqueados, que constituem um pequeno fragmento da inovação do trabalho que se desenvolveu e que contém desafios futuros que são fruto, principalmente, das suas limitações científicas.

O trajeto preambular da nossa investigação ateve-se a um conjunto de reflexões que nos remetem para domínios de enquadramento e que evidenciam uma matriz de desenvolvimento turística em Portugal marcadamente assimétrica, patenteada na elevada concentração territorial do fenómeno considerando, mormente, alguns indicadores quantitativos da procura e da oferta¹⁶⁴, bem como a concretização e alavancagem do turismo a partir de um número restrito de mercados emissores.

As reflexões produzidas no âmbito internacional, que antecedem a análise nacional, revelam um trajeto que se alinha com a matriz que em Portugal se consolidou e que está associada a mecanismos de desenvolvimento radicados em paradigmas de concentração que impactam de forma assimétrica nos destinos. A análise da sua evolução expôs os riscos de desenvolvimento de modelos indiferenciados e massificados, exemplificados no caso português a partir do Algarve, num cenário turístico mundial que tende a franquear novas geografias recetoras que concorrem com esses modelos. O quadro internacional revela também oportunidades que poderão ser desenvolvidas a partir de fatores estáveis de diferenciação do destino nacional, designadamente, nos domínios cultural e a partir de chancelas internacionais estabelecidas (e. g. Vinho do Porto) que têm uma origem geográfica de elevado valor matricial (e. g. Alto Douro Vinhateiro).

Seguiu-se à análise e reflexão sobre a evolução do turismo no mundo, e em Portugal, um ensaio e exegese sobre a evolução da narrativa política e institucional desde a segunda fase de governação do regime do Estado Novo até à atualidade. Este ensaio expôs uma associação que se tornou circular entre as necessidades históricas de financiamento da despesa pública e consequente afirmação do fenómeno turístico na cintura algarvia. A erupção da Guerra Colonial em 1961 e as necessidades de

¹⁶⁴ De estabelecimentos hoteleiros.

financiamento do seu encargo acabaram por favorecer uma orientação unívoca e concentrada no Algarve a partir do turismo, que se afirmou como um “(...) valioso instrumento operacional (...)” de “(...) obtenção de disponibilidades cambiais (...)” que poderiam “(...) prestar um notável contributo para a manutenção da estabilidade financeira interna e solvabilidade externa da moeda nacional.” (Plano Intercalar de Fomento, 1965-1967 *apud* Cavaco, 1969: 221).

A queda do regime do Estado Novo com a Revolução de 25 de Abril de 1974, e o sucessivo processo de descolonização, provocou uma contração geográfica do território nacional, circunscrevendo-o à sua fração europeia¹⁶⁵. A degeneração do território pronunciou uma alteração da narrativa política¹⁶⁶, que se manteve até à atualidade, de tentativa de alargamento do fenómeno turístico a novas regiões ou áreas do país. Os sucessivos governos passaram a advogar uma estratégia de alargamento do fenómeno a outras regiões, particularmente a partir de 1986 com a adesão à CEE, que influência a aplicação de políticas de convergência e coesão económica e social, outorgando à cultura uma função influente no desenvolvimento regional. É-lhe atribuída a capacidade de alimentar e municiar a dimensão turística com efeitos na regeneração económica de cinturas regionais debilitadas, contribuindo assim para a atenuação das assimetrias que estão ancoradas num flagelo histórico de recuo da “afirmação das identidades regionais” (Silva, 2000) aprofundadas durante o regime do Estado Novo.

Também no âmbito da análise prévia de enquadramento se confirmam um novo quadro ideológico das sociedades contemporâneas que têm vindo a afirmar modelos de consumo de acentuado simbolismo por oposição ao materialismo (Crook, et al., 1994; Lash e Urry, 1994 – *apud* Keat, R. – In Ray, L., e Sayer, A. – *Culture and the Economy after the Cultural Turn*, 1999), ancorado, entre outros, num corredor de práticas turísticas identificadas pelo epíteto “turismo cultural”. Este fenómeno tem sido admitido como possível franqueador de oportunidades para o caso português, designadamente, a partir de operações especializadas e no domínio generalista que têm vindo a desenvolver, sobretudo, nos países do centro e norte da Europa, matrizes de programação que incidem sobre uma morfologia endógena mais alargada e que,

¹⁶⁵ Macau regressará à soberania chinesa em 20 de Dezembro de 1999.

¹⁶⁶ Agora focadas num território que contraiu sensivelmente 560 anos desde a trajetória expansionista com a conquista de Ceuta em 1415

consequentemente, poderá intercepar o território continental em domínios regionais mais atomizados.

A análise teórica e conceptual revela que as operações turísticas organizadas, suportadas numa relação com a cultura e património, podem desempenhar a função de catalisadores de práticas turísticas em regiões opacas ou inexistentes para o turismo através da criação cultural do património, mecanismo que permite inaugurar novas fronteiras turísticas em cinturas periféricas.

O pano de fundo, teórico e conceptual, consagra os corredores que franqueiam a análise empírica, que objetivou a averiguação da porosidade do território continental relativamente às práticas turísticas organizadas que interpelam o recurso cultural bem como a identificação de parâmetros de modelação da morfologia primária e do território que revelam arquétipos funcionais latentes propulsionadores de níveis de “irrigação turística” (Cluzeau, 1998: 71) de menor assimetria regional.

O trajeto analítico percorrido pormenorizou o modelo ideológico que preside à construção de programas de férias para Portugal a partir dos seis mercados mais relevantes que revelam, a partir de uma análise de *clusters*, uma rede neuronal hierarquizada e polarizada em torno de Lisboa mas apresentando um nível de imersão territorial penetrante que induz oportunidades de reposicionamento do destino Portugal e, cumulativamente, fórmulas de reanimação de cinturas e tecidos sociais e económicos, alguns em estado intermitente.

A análise empírica descobre a presença de padrões e estruturas programadas que têm, maioritariamente, uma natureza circular mas que percorrem um território segundo um *nexus* sequencial que estabelece a ligação entre nodos a partir de portais que têm uma função estratégica na desobstrução de cinturas de natureza periférica ou de maior opacidade turística. Nesta relação, revelam importância determinante os focos de maior concentração de recursos patrimoniais de superior valia maior matricial, processo que incorpora mecanismos de superlativação do espaço e dos seus recursos a partir de fórmulas de comparação com outros patrimónios classificados pela UNESCO (e. g. Aveiro e Veneza) ou a utilização, alternativa, de marcadores de maior influência nativa

(e. g. referência aos materiais ou processos de construção na arquitetura) como fórmula de autenticação do destino.

A investigação empírica demonstra também que a articulação de nodos e a sua distância euclidiana nos modelos de programação analisados não vinculam uma relação equivalente de proximidade geográfica e física, característica que está relacionada o mapa ideológico latente na programação e patenteada na estrutura hierarquizada de recursos patrimoniais convocados e condições logísticas.

A análise semântica permitiu identificar vinculações claras entre espacialidades e alavancas motivacionais (marcadores) (e. g. “Douro” – “Vinho”). Também revela que os marcadores selecionados tendem a coincidir com recursos patrimoniais (primários) que têm uma natureza estável e que contribuem para a construção pictórica da narrativa programática (e.g. “Castelo”, “Mosteiro”, “Palácio”, “Azulejos”, “Vinho” “Rio”, “Praia” e “Costa”). Adicionalmente destaparam-se marcadores que revelam uma função cirúrgica de contacto cultural propiciado por uma experiência turística de maior profundidade e imersão territorial (e.g. “Tour” ou “Ruta”).

Os resultados da investigação empírica confirmam que o turismo pode reanimar cinturas e tecidos sociais e económicos, alguns em estado intermitente, e que o território, de uma forma recíproca, poderá estabelecer com o turismo uma relação de troca, assentindo a transformação do seu reduto endógeno e a sua dimensão cultural e patrimonial em ativo turístico, com um valor de troca e económico (Billington, et al., 1991; Umbelino, 2004).

Mais em concreto, apartamos sequencialmente as principais conclusões que respondem aos objetivos específicos estabelecidos a partir de unidades de investigação empírica divisadas e que passamos a expor.

IV.1. Conclusões

Trataremos de contrapor a cada objetivo definido, suportado nas respetivas unidades de investigação empírica previstas, as correspondentes conclusões de forma a permitir uma analogia e conformidade entre o percurso de investigação e o desiderato alcançado. Como se demonstra com as conclusões que assinalamos de seguida, organizadas por

objetivos, confirma-se e valida-se a hipótese de partida de que existe uma moldura de oferta organizada (operadores turísticos) que incorpora matéria cultural, em graus de especialização diversos do destino Portugal (território continental), com um impacto territorial menos assimétrico.

Objetivo 1: Identificar manchas de concentração de recursos culturais (classificados e sem classificação) a partir do retrato morfológico extraído da narrativa programática dos operadores.

Unidade de investigação empírica: Análise de frequências dos recursos culturais prevalentes nas propostas de férias por grupos taxonómicos.

Conclusões:

- Constituem uma percentagem expressiva dos recursos analisados os bens patrimoniais classificados segundo o ordenamento jurídico português que, em média, correspondem a 73% das observações por mercado. Destes, 80%, são bens classificados «Monumento Nacional» que, em média por mercado, constituem 61% das observações.
- Em média, por mercado, 40% das observações de bens classificados de «Monumento Nacional» correspondem a recursos patrimoniais classificados pela UNESCO como «Património Mundial», constando da programação italiana a maior frequência de referências, equivalendo a cerca de 51% dos Monumentos Nacionais citados. Inversamente, cabem ao Reino Unido à Alemanha o menor número de menções a recursos com classificação universal, com 25% e 34% dos «Monumentos Nacionais».
- A análise do *ranking* de recursos agregados por unidade concelhia pertencentes ao conjunto dos «Monumentos Nacionais», cuja expressão percentual média por mercado constitui a maioria dos recursos citados nas brochuras ($\bar{X}=61\%$), exhibe um nível de relativa concentração em torno de Lisboa, cujo lastro patrimonial carrega, em média por mercado, cerca de 23% dos recursos captados nas brochuras.
- Da lista de unidades concelhias com maior número de recursos citados, também em média por mercado, constam nas 10 primeiras, 9 unidades concelhias detentoras de bens classificados «Património Mundial» pela UNESCO (90% dos recursos classificados como «Património Mundial» em Portugal Continental)

constando apenas Óbidos como exceção nesta lista e em 13.º lugar, o concelho de Elvas¹⁶⁷ também depositário de um legado de valia universal.

Objetivo 2: Simular redes neuronais de estruturas hierárquicas de âmbito nacional e regional (análise de *clusters*) concatenadas a nodos funcionais.

Unidade de investigação empírica: Análise de agrupamento hierárquico de *clusters* a partir das frequências relativas dos recursos patrimoniais e estudo comparativo das frequências relativas dos bens classificados.

Conclusões:

- A análise *clusters* de bens classificados «Monumento Nacional» nos 6 mercados permite-nos confirmar 3 agrupamentos homogéneos *clusters* formados por (Lisboa), (Sintra, Porto, Évora, e Coimbra) e um terceiro grupo mais alargado de sujeitos.
- Lisboa constitui a âncora patrimonial e concentra meios logísticos estratégicos que parecem permitir, numa percentagem assinalável de casos nos seis mercados analisados, alicerçar propostas de geometria variável. Tem por isso capacidade de indução regional do fenómeno turístico em Portugal, constituindo o denominador comum dos programas analisados.
- Os recursos de Lisboa parecem constituir marcadores recorrentes que sinalizam uma espécie de um «nó sagrado» (Urry, 1990) e uma porta para um universo cultural mais complexo do ponto de vista do seu significado e um desafio à competência simbólica (Urry, 1990) dos consumidores das empresas responsáveis por organizar os programas de férias em análise. A imersão no destino, patenteada nos programas analisados, parece partir de um mecanismo de inoculação de marcadores e «bolhas ambientais» (Boorstin, 1964) que tendem a amplificar e a sinalizar o destino turístico para permitir, num segundo momento/fase, níveis de contacto mais intensos.
- É perceptível a partir da análise hierárquica (*clusters*) um segundo grupo de unidades geográficas agregadoras de recursos de valia matricial relevante (*Cluster II*), todas detentoras de património também de valia universal (UNESCO), constituindo acionadores e indutores de um nível de imersão regional mais fino que se estabelece ao longo de uma malha mais vasta de unidades concelhias, cuja frequência de recursos identificados nos programas de

¹⁶⁷ Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e suas Fortificações

férias tende a revelar uma expressão exangue, embora constem unidades concelhias detentoras de património mundial.

- A análise exploratória descreve modelos de estruturação da oferta que parecem revelar mecanismos de irrigação turística que tendem a seguir cânones de concatenação de nodos geográficos que visam a exclamação e exaltação da dimensão estética, cultural e histórica do destino segundo um arquétipo que tem a montante uma orgânica funcional e onde a presença e seleção dos recursos e unidades concelhias tende a desempenhar um papel instrumental ao caucionar a autenticidade das propostas dos operadores turísticos que assim alimentam um certo hedonismo imaginativo.
- A análise confirma redes neuronais propulsionadas por nodos com competências específicas que tendem a estruturar-se de forma particular, federando unidades geográficas a partir de corredores/vetores mais ou menos robustos, que revelam aptidões distintas de cada um destes nodos.
- As distâncias euclidianas do Porto relativamente às unidades concelhias intercetadas nos programas dos operadores turísticos a partir de referências aos seus bens classificados «Monumento Nacional», revelam maior distância e dissemelhança em relação a Lisboa e distâncias de maior proximidade e semelhança em relação a Coimbra, Évora e Sintra.
- Das primeiras 8 unidades concelhias que apresentam a menor distância euclidiana em relação Évora, 7 são detentoras de património classificado pela UNESCO. Parece, por conseguinte, sugerir que a programação dos operadores turísticos analisados tende a incluir Évora numa dimensão específica que se interrelaciona com a escala universal do bem e simultânea semelhança com unidades concelhias também detentoras de bens com o mesmo estatuto.
- Há uma tendência recorrente dos operadores turísticos aplicarem mecanismos de compressão da oferta patrimonial como um instrumento de autenticação do destino que se observa nas sucessivas iterações concelhias nos diferentes programas, concentrando também elas competências de intermediação e drenagem para unidades concelhias mais periféricas.
- A média de frequências relativas do número de bens classificados «Monumento Nacional» da amostra e a frequência relativa dos bens classificados «Monumento Nacional» do inventário da DGPC, por unidade concelhia, revela diferenças relevantes entre uma distribuição e a outra, evidenciando uma leitura

concentrada e aumentada das unidades concelhias prevalentes pelos operadores, assumindo em termos relativos as unidades concelhias analisadas um peso e uma expressão superior à sua representatividade em termos efetivos, no universo do património classificado. Este diferencial parece resultar do modelo de hierarquização do espólio patrimonial mas também de limitações operacionais, designadamente relacionadas com a problemática temporal da programação, constrangimentos imputáveis à negociação com os produtores no destino e limitações relacionadas com as acessibilidades.

- Parece relativamente explícito que os modelos de programação analisados revelam, a partir dos registos de «Monumentos Nacionais», uma certa polimorfia ao convergirem e intercetarem uma diversidade de cinturas regionais situadas em corredores periféricos tendo em conta os modelos de programação prevalentes para Portugal que tendem a manifestar uma maior concentração espacial (e.g. Algarve) e, conseqüentemente, um consumo iterativo de recursos análogos que combinam o sol e mar.
- A análise hierárquica de todos os recursos classificados revela um padrão morfológico que não se altera de uma forma profunda em relação ao modelo de *clusters* evidenciado pelos bens classificados “Monumento Nacional” mas denota e sublinha a presença de cinturas regionais secundárias e estruturas que são tendencialmente de menor evidência no mapa ideológico dos operadores turísticos. O nível de dissemelhança propaga-se acentuando as diferenças entre grupos, originando assim um novo *cluster* que coincide com o Porto, que se separa do grupo formado por Coimbra, Sintra e Évora. Esta alteração decorre sobretudo do aumento da amplitude dos casos envolvidos, incrementando a heterogeneidade do grupo.
- Não obstante em termos percentuais os recursos e as unidades territoriais envolvidas poderem insinuar um certo sentido inócuo, superficial e concentrado do modelo programático, na verdade, em termos absolutos foram extraídos, em média, de todos os programas analisados, 87 bens classificados distribuídos por cerca de 78 unidades concelhias, o que demonstra um impacto territorial do fenómeno de amplitude estendida.
- O efeito de acumulação de capital é, contudo, perceptível e aparente no nível e concentração de bens classificados em torno de Lisboa, morfologia que elucida o argumentário de Zukin (1991) relativamente à concentração do poder cultural

nos principais centros metropolitanos. Em Portugal, esta condição é sem dúvida uma herança régia (Alvará Régio de 1721) que consignou valores tutelares e diretivos sobre os monumentos, submetendo a sua conservação e proteção a mecanismos de decisão descendentes com uma aparente influência na polarização territorial das medidas de proteção e conservação em torno de unidades administrativas mais relevantes.

- Lisboa agrega o maior número de observações de recursos sem classificação formal assinalados nas brochuras dos seis mercados, em linha com a dominância de observações realizadas nos restantes segmentos de bens. A diferença e a originalidade deste grupo taxonómico (bens sem classificação) reside, justamente, no segundo *cluster* que é composto exclusivamente pelo concelho de Ourém que franqueia o universo religioso nacional. Expõe-se a centralidade do seu objeto, a religião, convocando de forma recorrente um conjunto de bens patrimoniais ausentes de valor matricial reconhecido pela DGPC mas vinculados à dimensão espiritual que está no âmago da experiência que contacta com o religioso em Portugal, a saber: a “Basílica da Virgem e Capela das Aparições”, a “Nova Basílica da Santíssima Trindade” e a “Casa dos Pastorinhos”. Esta ligação mostra-nos a importância, por um lado, do bem físico e material como invólucro e indumento de uma experiência metafísica e espiritual mas, simultaneamente, como instrumento sensorial que impacta territorialmente repercutindo o seu interesse turístico em cinturas regionais de baixa densidade (e.g. Aljustrel).
- É no contexto do miolo endogénico que podemos confirmar as grandes diferenças de universo patrimonial que nos é franqueado pelo grupo de recursos sem classificação, que exibem novos marcadores de maior influência nativa, designadamente na arquitetura por referência explícita aos materiais de construção local revelados em expressões elucidativas como: “casas de granito”, “casas de pedra cúbica no estilo árabe”, “fachadas cobertas de azulejos”, entre outras.

Unidade de investigação empírica: Distribuição dos recursos por mercado emissor.

Conclusões:

- Verificou-se que quanto maior o peso de Lisboa na programação dos seis mercados, maior é o nível de concentração dos recursos nas cinco principais

unidades concelhias (Porto, Sintra, Coimbra, Évora e Ourém). Contudo, o resultado contrário, isto é, a redução das concentrações de recursos referenciados em torno de Lisboa não revela um efeito de substituição direto e proporcional pelas restantes 5 unidades concelhias. Esta relação indicia que a distribuição das frequências relativas que Lisboa perde tem um impacto mais alargado e periférico.

- Em média, os programas alemães analisados, que revelam níveis de maior concentração de recursos em torno de Lisboa, exibem a terceira morfologia programática mais densa de entre os mercados analisados em termos de imersão territorial abrangendo, sensivelmente, 18% das unidades concelhias em Portugal continental (50). Observa-se ainda que o Reino Unido, que ostenta uma menor concentração de recursos observados em Lisboa (15%), patenteia uma rede neuronal que abrange um número inferior de unidades concelhias, comparativamente com as propostas analisadas no mercado alemão.
- Os níveis de concentração dos recursos referenciados em torno de Lisboa, apesar de elevados, não parecem inibir a estruturação de programas de espectro territorial mais alargado, concorrendo assim para o desempenho de uma função de nodo multifuncional, assumindo-se como o portal/*gateway* de entrada e saída mais relevante do destino e assegurando a interface entre a estrutura geográfica nacional e a rede externa de origem dos operadores turísticos.
- Os níveis de concentração da programação em torno de um número restrito de nodos dissimulam um certo dilema existencial (Dann, 1999) associado à busca/eleição de sítios genuínos que não foram alterados e que são, simultaneamente, confortáveis, constituindo elos de convergência da “intemporalidade com um limite temporal” (Willis, 1996) (*apud* Dann, G. – Writing Out the Tourist in Space and Time, p. 178). A planificação de programas exercita a problemática logística do destino, que também ela determina o grau/nível de irrigação turística da ação do operador turístico. Quer isto significar que a rede neuronal descrita anteriormente se transforma ao acrescentar uma dimensão infraestrutural que garante a estadia no destino e atua como facilitador ou inibidor do grau imersão territorial.

Unidade de investigação empírica: Análise de agrupamento hierárquico de *clusters* de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia.

Conclusões:

- Lisboa reafirma o seu estatuto polarizador, agregando o maior número de observações de importância latente na intensidade de programação aferida pelo número de noites programada mas também como nodo de intermediação e distribuição de fluxos ao afirmar-se como relevante polo de visita.
- O Porto afirma-se como um importante destino urbano em território continental por revelar padrões morfológicos que o diferenciam e demarcam das restantes unidades territoriais que constituem o *Cluster III*, designadamente, a partir da sua concentração patrimonial mas também porque possui uma estrutura logística que lhe permite desenvolver uma operação turística mais robusta.
- A apreciação do indicador de intensidade de programação, tomando em linha de conta o tempo de planificação destinado a cada unidade concelhia envolvida, destaca mais 77 unidades concelhias do que aquelas que haviam sido evidenciadas na análise de *clusters* dos bens patrimoniais. Esta ampliação do universo de bens culturais permite-nos concluir que a retórica formal dos programas tende a manter um discurso homogeneizador e simplificador das características patrimoniais do destino, recorrendo a uma prédica tautológica de género e padrão superlativo que incita à busca hedonística.
- A dimensão do *Cluster III* revela a complexidade dos níveis de imersão territorial presentes, abarcando cerca de 50% das unidades concelhias do território continental, denotando a importância de Lisboa como portal/*gateway* de acesso a redes regionais mais periféricas de vasta propagação espacial que se traduz em níveis de frequência mais moderados na planificação dos operadores, tendendo a constituir nodos de tipo *stopover* que servem de pontos intermédios entre destinos ou até como destinos secundários em circuitos mais extensos.

Unidade de investigação empírica: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia e mercado emissor.

Conclusões:

- Em média, são referenciadas 75 unidades concelhias nos seis mercados, com graus de intensidade diferenciados. Destas, 46% coincidem com nodos de pernoita/visita e 54% dispõem de programação envolvendo exclusivamente visitas.
- Os mercados analisados que revelam uma estrutura de programação mais difusa e de derrama territorial mais intensa são, justamente, o mercado alemão e o mercado italiano cuja programação interjeta 96 e 81 unidades concelhias, respetivamente. Destas, 59% e 62% são nodos de pernoita/visita no mercado alemão e italiano, respetivamente.
- Os mercados emissores que apresentam o menor número de unidades concelhias interjetadas coincidem, justamente, com a Espanha e Reino Unido, com 55 e 62 nodos referenciados. A Espanha destaca-se com a estrutura de operação que revela um impacto territorial mais concentrado, tendo sido identificados 18 nodos de pernoita/visita.
- A centralidade de Lisboa é recorrente a todos os países emissores em análise, (não sendo cimeira no caso do Reino Unido) que patenteiam uma programação que ancora e concentra as suas operações de uma forma relevante em torno desta unidade concelhia que tende a atuar, simultaneamente, como destino e portal/*gateway* de acesso à rede regional. Esta, por sua vez, revela uma morfologia atomizada da qual emergem nodos de intensidade de programação que não se salientaram na análise patrimonial (e. g. Albufeira, Cascais, Esposende, Lousã, Santiago do Cacém e Tavira).
- Tendência de especialização do fenómeno turístico em torno de determinadas bolsas territoriais marcadas pela vinculação de temas e/ou motivações (e.g. Fátima – Religioso; Douro – Vinho e Rio) bem como uma propensão de coligação entre unidades geográficas centrais e periféricas. Tal acontece a partir de nodos de maior centralidade como o Porto que tende a estabelecer elos de conectividade com espacialidades periféricas como o Douro, ou Lisboa em relação a zonas de baixa densidade na região alentejana.

Unidade de investigação empírica: A dimensão patrimonial e o grau de intensidade de programação medido a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia.

Conclusões:

- A dimensão patrimonial influencia, de forma decisiva, a valorização atribuída pelo operador turístico a cada unidade concelhia no destino.
- Mais de 50% da variabilidade total da “Intensidade de programação” é explicada pela densidade patrimonial da unidade concelhia e aumenta consideravelmente quando acrescentada a variável “Hotéis” que constitui um componente logístico determinante na tomada de decisão do operador. Esta relação permite reconhecer a importância latente de nodos estratégicos que tendem a combinar estas duas dimensões (patrimonial e logística) de forma mais eficiente, não obstante os padrões espaciais nas propostas de férias revelarem paradigmas que procuram ultrapassar esta dificuldade.

Objetivo 3: Identificar padrões espaciais recorrentes e predominantes nas propostas de férias bem como paradigmas complexos de interdependência das unidades geográficas em território nacional numa relação temporal que exprime o grau de conhecimento e aprofundamento do operador sobre o destino e a necessidade de diminuição do risco de incerteza da experiência programada.

Unidade de investigação empírica: Representação espacial (mapeamento) das sequências programadas cruzadas com as manchas de densidade de implantação de recursos culturais construídos e nodos de pernoita e visitação por mercado emissor.

Conclusões:

- Das representações espaciais dos padrões de circulação recorrentes extraem-se três modelos prevalentes, tendo os dois primeiros uma raiz comum que radica no padrão *trip chaining* (Lue, et al., 1993), diferenciando-se pela existência de 1 ou 2 *gateways*. Estas modelações de circulação são típicas de uma prática itinerante identificada na literatura anglo-saxónica sob a terminologia *touring* e aquela que é mais habitual em pacotes turísticos.
- O terceiro modelo identificado, denominado *base camp* ou radial (Lue, et al., 1993), tem uma natureza centrípeta e baseia-se, por razões comumente de natureza logística, na concentração das dormidas num único ponto geográfico.

- Os dois modelos *trip chaining* tendem a ser mais recorrentes e podem ser observados em qualquer um dos mercados analisados em programações estendidas e de elevada longitude, ao percorrer, numa grande quantidade dos casos, todo o território continental ou circunscrito a um escopo regional.
- O padrão radial pode ocorrer em circunstâncias em que a programação tende a ter um foco temático particular, como ocorre com Ourém (Fátima), que condensa o fenómeno religioso em Portugal, que por sua vez reproduz uma tendência de polarização turística especializada no domínio religioso. No modelo radial, o nodo principal pode ser coincidente com o portal/*gateway* de entrada e saída do destino ou incorporar o modelo de *trip chaining*.
- Sobrelevam corredores de circulação recorrentes que decalcam os nodos cuja morfologia endógena e suporte logístico outorgam uma mobilização articulada, podendo observar eixos dominantes que tendem a coincidir com o modelo de regionalização de 1936. Este modelo remete para uma conceção de “região natural” que franqueia uma dimensão simbólica de *terroir* que tende a prefigurar o mapa ideológico que está também latente no ato da programação turística.

Objetivo 4: Reconhecer e identificar o(s) modelo(s) semântico(s) latente(s) na programação e arquétipos de autenticação morfológica das espacialidades convocadas.

Conclusões:

- Tendem a evidenciar reiterações no domínio das espacialidades envolvidas, designadamente em relação às suas âncoras programáticas, “Lisboa” e “Porto”, cuja morfologia tende a autonomizá-las e que, cumulativamente, assumem a dimensão de portal/*gateway* de acesso a cinturas regionais.
- Evidenciam-se nodos e espacialidades que vinculam temáticas e níveis de diferenciação da experiência turística como acontece com “Fátima”, cujo conteúdo endogénico tem uma natureza unívoca assente na sua dimensão religiosa, “Coimbra” que carrega um simbolismo académico e universitário e o “Douro” que vincula um certo ideal romântico de *terroir* e universo rural associado ao vinho.
- Patenteiam-se, sequencialmente, recorrências espaciais que têm uma natureza circunstancial relacionada com o nível de proximidade geográfica e que tendem a realizar-se no entorno dos dois principais nodos semânticos, “Lisboa” e “Porto”, exprimindo relações de natureza circular: “Lisboa-Sintra-Cascais-

Estoril-Lisboa”, “Lisboa-Sintra-Óbidos-Batalha-Fátima-Tomar-Coimbra-Évora-Lisboa” ou “Porto-Braga-Porto”.

- Exibem-se agregações de nodos que se desenvolvem ao longo de corredores verticais definindo circuitos de propagação da experiência turística e imersão territorial, exemplificadas nos eixos “Sintra-Coimbra-Lamego” ou corredores horizontais referenciados no nível da associação semântica entre “Porto-Douro/Réguas”.
- Os nodos detetados e as espacialidades citadas, associam elementos que constituem marcadores e alavancas motivacionais que tendem a suportar-se em valores endogénicos estáveis que contribuem para a construção pictórica que a narrativa programática deve conter e que associa a dimensão patrimonial evidenciada a partir de grupos taxonómicos de bens culturais (e.g. “Castelo”, “Mosteiro”, “Palácio” e “Azulejos”) e recursos naturais (e.g. “Rio”, “Praia” e “Costa”).
- Constituem também importantes marcadores no discurso e retórica programática a dimensão experiencial que tende a conter atividades e mecanismos de imersão territorial (e.g. “Tour” ou “Ruta”).

IV.2. Limitações do estudo e sugestões

O trajeto analítico apura um conjunto de resultados que respondem integralmente aos objetivos definidos que perpassam a necessidade de identificar o grau de porosidade do território continental a práticas turísticas organizadas que interpelam o recurso cultural bem como a identificação de parâmetros de modelação da morfologia primária e do território capazes de alargar o espectro geográfico de impacto turístico. Porém, resultam dos resultados obtidos e conclusões que a análise empírica suscita, oportunidades de investigação e aprofundamento futuro, designadamente, através de uma conferência direta com os operadores turísticos no sentido de identificar novas dimensões associadas à programação que relevam para uma compreensão mais completa e precisa das conclusões aqui extraídas.

A dimensão comercial e negocial envolvida no processo de construção de programas, especificamente envolvendo a contratação de serviços no destino e a sua relação com as redes neuronais descritas no presente trabalho de investigação, bem como o

posicionamento de Portugal em termos de mercado europeu e mundial, referenciando em concreto os seus pontos fortes e fracos, constituem importantes oportunidades de investigação futura.

O presente trabalho sugere as virtualidades e oportunidades resultantes de fórmulas de programação identificadas que incidem também sobre cinturas e tecidos sociais e económicos em estado intermitente, conclusão que poderá merecer aprofundamento, designadamente, com o intuito de apreender a extensão desta fileira, isto é, de compreender as possibilidades de desenvolvimento de programas em zonas depauperadas, demográfica e economicamente.

Tendo em conta a análise do percurso político e institucional do país, e a saliente concentração e polarização de práticas turísticas no território continental, a par da recorrente narrativa, desde a queda do regime do Estado Novo, de defesa de fórmulas de desenvolvimento turístico que revertam sobre o território de um modo mais desconcentrado, importaria aprofundar em detalhe o domínio operacional do Estado e do setor público na gestão desta problemática. Vinculado a este tema estão os mecanismos de planeamento e gestão turística aplicados na relação com o setor da distribuição, que têm uma influência concreta e objetiva sobre a forma como o fenómeno turístico se desenvolve e impacta territorialmente.

As evidências que a investigação empírica exhibe, revelando parâmetros de modelação da morfologia primária com um impacto mais alargado no território continental que intercetam regiões periféricas e de baixa densidade, mostra que a sua ampliação poderá coadjuvar medidas de convergência e coesão regional. O processo de alargamento das regiões de interação turística, que se reconhece complexo, só pode ocorrer com uma intervenção ativa da esfera político-institucional, que tem vindo a reproduzir uma argumentação favorável a um fenómeno menos polarizado e assimétrico e que poderá, com um conhecimento profundo da cadeia de distribuição abrir e incrementar oportunidades de articulação de interesses e de colaboração com os *stakeholders*¹⁶⁸ nacionais.

¹⁶⁸ parte interessada

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- Alegre, J. e Pou, L. (2008). Tourism expenditure and all-inclusive packages – the case of a mature Mediterranean destination. *Tourism Economics*, 14(3), pp. 645-655.
- Allcock, J.B. (1989). Seasonality. In S.F. Witt & L. Moutinho (Eds.), *Tourism marketing and management handbook*, Londres: Prentice Hall, pp. 387-392.
- Alsayyad, N. (2001). *Consuming Tradition, Manufacturing Heritage: Global Norms and Urban Forms in the Age of Tourism*. Londres: Routledge.
- Aguiar-Conraria, L., et al. (2012). O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual. *Análise Social*, 203, XLVII(2.º), pp.298-321.
- Amaral, L. (2010). Portugal, a Grande Recessão e a Europa. *Relações Internacionais*, 27, pp. 083-091.
- Antunes, C. (2010). "Turquia e Marrocos 'roubam' turistas ao Algarve". *Expresso*, 29 de Novembro. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/turquia-e-marrocos-roubam-turistas-ao-algarve=f618277>.
- Ashworth, G. e Goodall, B. (1988). *Marketing in the Tourism Industry: The Promotions of Destinations & Regions*. Londres: Routledge.
- Ashworth, G. e Tunbridge, J. (2000). *The Touris-Historic City: Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City*. Oxford: Elsevier Science Ltd..
- ATLAS. (2005). *Cultural Tourism in Europe*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em http://www.tram-research.com/cultural_tourism_in_europe.PDF.
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2010). Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Consultado em 27.04.2014, Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/.
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2011). Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Consultado em 27.04.2014, Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/.
- Baklanoff, E. (1996). Breve experiência de socialismo em Portugal: o sector das empresas estatais. *Análise Social*, XXXI(138), pp. 925-947
- Baloglu, S. (1997a). The relationship between destination images and sociodemographic and trip characteristics of international travelers. *Journal of Vacations Marketing*, 3(3), pp. 221-233.
- Banco de Portugal. (2010-2013). BP Stat, *Estatísticas Online*, Consultado em 27.04.2014, Disponível em: [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb/\(S\(gbl1tcrhp1rc55jvgoimzn55\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb/(S(gbl1tcrhp1rc55jvgoimzn55))/SeriesCronologicas.aspx)
- BarOn, R. (1975). Seasonality in tourism: a guide to the analysis of seasonality and trends for policy making. *The Economist Intelligence Unit*, 2, Londres: Technical Series.
- Barreto, A. (2002). Mudança Social em Portugal. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>.

- Bastien, C. e Cardoso, J. (2003). Structuralism and Development Economics in the European Semi-Periphery: the case of Portugal, *Notas Económicas*, 17.
- Baum, T. (1999). Seasonality in tourism: understanding the challenges, *Tourism Economics*. 5(1), pp. 5-8.
- Bell, D. (1976). *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Nova Iorque: BasicBooks.
- Bianchi, R. (2002). Towards a New Political Economy of Global Tourism. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and Development: Concepts and Issues* (pp. 265-299). Clevedon: Channel View Publications.
- Bigović, M. (2011). Quantifying seasonality in tourism: a case study of Montenegro. *Academica Turistica: Tourism & Innovation Journal*, 4(2), 15-32.
- Bigović, M. (2012). The strength and dynamics of the seasonal concentration in Montenegrin tourism, *Turizam*, 6(3), pp. 102-112.
- Billington, R., et al. (1991). *Culture and Society: A Sociology of Culture*. Hampshire: Macmillan Education.
- Black, J. (2002). *A dictionary of economics*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- Boorstin, D. (1964). *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. Nova Iorque: Harper.
- Bourdieu, P. (1984). *Distinction: a Social Critique of the Judgment of Taste*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Brito, S. (2009). *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Edições Colibri
- Buhalis, D. (1999). Tourism on the Greek Islands: Issues of Peripherality, Competitiveness and Development. *International Journal of Tourism Research*, 1, pp.341-358
- Buiter, W., Corsetti, G. e Pesenti, P. (1998). Interpreting the ERM Crisis: Country-Specific and Systemic Issues. *Princeton Studies in International Finance*, 84, Princeton University.
- Buzard, J. (1993). *The Beaten Track: European Tourism, Literature and the Ways to "Culture" 1800-1918*. Oxford: Clarendon Press.
- Campbell, C. (1987). *The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism*. Oxford: Basil Blackwell.
- Cardeira da Silva, M., (2005). O sentido dos árabes no nosso sentido. Do estudo sobre os árabes e sobre os muçulmanos em Portugal. *Análise Social*, XXXIX(173), pp. 781-806.
- Cardoso, José Luís (2002) The international diffusion of economic thought, In Samuels, J. e Davis, J. (eds.), *A Companion to the History of Economic Thought*, Oxford e Nova Iorque: Blackwell, pp. 622-633.
- Carey, S. et al. (1997). Tour operators and destination sustainability, *Tourism Management*, vol. 18, n. 7: 425-431.

- Cavaco, C. (1969). Geografia e Turismo no Algarve: Aspectos Contemporâneos, *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 4(8).
- Centro Universitario Europeo Per i Beni Culturali (CUEBC) (2014). Consultado em 27.04.2014, Disponível em <http://www.univeur.org/cuebc/>.
- Choay, F. (1999). *L'Allégorie di Patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chung, J. (2009). Seasonality in tourism: a review, *e-Review of Tourism Research*, 7(5), pp. 82-96.
- Cluzeau, C. (1998). *Le Tourisme Cultural*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Conseil National du Tourisme. (2010). Le poids économique et social du tourisme. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.caissedesdepots.fr/fileadmin/PDF/06._solutionsdurables_tv/EM10-le_poids_economique_social_du_tourisme_original.pdf
- Correia, A. e Martins, V. (2004). Competitividade e eficiência na indústria do golfe: o caso do Algarve. *Revista Portuguesa de Estudos Sociais*, 7, pp. 85-101.
- Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, XL(175), pp. 279-295.
- Costa, J., Rita, P. e Águas, P. (2001). *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: Lidel.
- Coupland, N. (2010). *The Handbook of Language and Globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Crédit Suisse, Research Institute (2012). *Global Wealth Databook 2012*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=88EE9D2B-83E8-EB92-9D5E0AB7A9A266A9>.
- Curtin, S. e Busby, G. (1999). Sustainable Destination Development: the Tour Operator Perspective. *International Journal of Tourism Research*, 1, pp. 135-147.
- Cuvelier, P., Torres, E. e Gadrey, J. (1994). *Patrimoine, Modèles de Tourisme et Développement Local*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Decretos-Leis n.º 205-A, B, C, D, E, F, G/75, de 16 de Abril, Ministério da Indústria e Tecnologia. Diário da República n.º 89/75, Série I 2º Suplemento, Ministério dos Transportes e Comunicações.
- Decretos-Leis n.º 280-A, B e C/75, de 5 de Junho, Diário da República n.º 129/75, Série I 2º Suplemento, Ministério dos Transportes e Comunicações.
- DGPC (Direção-Geral do Património Cultural). (2014). Património. *Pesquisa Geral, Património Imóvel*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.DGPC.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/>
- Direção-Geral do Território (2007). Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território – Programa de Acção, Anexo à Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o PNPOOT rectificado pela declaração n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007.

Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.dgterritorio.pt/filedownload.aspx?schema=f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33&channel=35C2E555-C85C-4720-84D1-E2D2F910E83C&content_id=4CFCDB49-04ED-4D0D-BCF8-5D9E2480CB75&field=storage_image&lang=pt&ver=1&filetype=pdf&dtestate=2013-05-31153434.

Direção-Geral do Território (2014). Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP): Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_download/

Direção-Geral do Turismo (2002). Turismo em Portugal – Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção: Turismo sustentável e de qualidade com empresas modernas e competitivas. Lisboa: Direcção-Geral do Turismo.

Diretiva do Conselho n.º 90/314/CEE, de 13 de Junho de 1990. Conselho da União Europeia.

Durand, G. (1960). Les structures anthropologiques de l'imaginaire: introduction à l'archétypologie générale. Presses universitaires de France.

Edgell, D. (1990). International tourism policy, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.

Emmott, B. (2011) "Norte de África: A nova fronteira da Europa ". *La Stampa*, 1 de Março. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.presseurop.eu/es/node/521521>.

Eurostat. (2012). Nights spent at tourist accommodation establishments - monthly data. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=tour_occ_nim&lang=en.

Fesenmaier, D. e Lieber, S. (1985). Spatial Structure and Behavior Response in Outdoor Recreation Participation. *Geografiska Annaler*, 67B: 131-138.

Fesenmaier, D. e Lieber, S. (1988). Destination Diversification as an Indicator of Activity Compatibility: An Exploratory Analysis. *Leisure Sciences*, 10: 167-178.

Fortuna, C. (1999). Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana. Oeiras: Celta Editora.

Foucault, M. (1980). Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings. London: Harvester Press.

Gartner, W. (1993). Image formation process. In Uysal, M. e Fesenmaier, D., *Communication and Channel Systems in Tourism Marketing*, pp. 191-215. Nova Iorque: Haworth Press.

Getz, D. (1986), Models in tourism planning: towards integration of theory and practice, *Tourism Management*, 7 (1), pp. 21-32.

Gitelson, R. e Crompton, J. (1983). The planning horizons and sources of information used by pleasure vacationers. *Journal of Travel Research*, 23(3), pp. 2-7.

- Go, R. (1990). Resorts resurgent: shoulder and off-season expand their base, *Canadian Hotel and Restaurant*, 68(8), pp. 43-44.
- Goeldner, C. and Ritchie, J. (2003). *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*. Chichester: Wiley.
- Goodall, B. (1990). How tourists choose their holidays: An analytical framework. In B. Goodall & Ashworth (Eds.), *Marketing in the tourism industry: The promotion of destination regions*, pp. 1-17. Londres: Routledge.
- Guerreiro, J. et al. (2007). Plano Regional de Inovação do Algarve. Universidade do Algarve.
- Gunn, C. (1994). *Tourism Planning*. Nova Iorque: Taylor and Francis.
- Hartmann, R. (1986). Tourism, seasonality and social change, *Leisure Studies*, 5(1), pp. 25-33.
- Heeley, J. (1981). «Planning for tourism in Britain: an historical perspective», in *Town Planning Review*, vol. 52, n.º 1, pp. 61-79.
- van der Heijden, R. e Timmermans, J. (1988). The Spatial Transferability of a Decompositional Multi-Attribute Preference Model. *Environment and Planning*, A20: pp. 1013 – 1025.
- Higham, J. e Hinch, T. (2002). Tourism, sport and seasons: the challenges and potential of overcoming seasonality in the sport and tourism sectors, *Tourism Management*. 23, pp. 175-185.
- Holloway, J. (2006). *The Business of Tourism*. Essex: Pearson Education Limited.
- Hsiesh, S. e O'Leary, J. (1993). Communication channels to segment pleasure travelers. In Uysal, M. e Fesenmaier, D., *Communication and Channel Systems in Tourism Marketing*, pp. 57-75. Nova Iorque: Haworth Press.
- IMF (International Monetary Fund) (2007). World Economic Outlook, October 2007: Globalization and Inequality. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/02/pdf/text.pdf>.
- IMF (International Monetary Fund) (2014). Compromissos financeiros com o Fundo. Consultado em 27.04.2014, Disponível em <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/countryfacts/prt/>
- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- INE. (1960-1998). Biblioteca Digital. *Estatísticas Gerais*. Consultado em 27.04.2014, disponível em <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1960-1998). Biblioteca Digital. *Comércio Interno, Turismo, Outros Serviços*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (1999-2012). Publicações. *Anuário Estatístico da Região Algarve*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (1999-2012). Publicações. *Anuário Estatístico da Região Lisboa*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (1999-2012). Publicações. *Anuário Estatístico da Região Norte*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes.

IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto) (2014). Plano de Promoção e Internacionalização para 2014. Consultado em 10.06.2014, Disponível em: <http://www.ivdp.pt/pt/docs/Ponto%204%20Plen%C3%A1rio%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Plano%20Promocional%20do%20IVDP%202014%20v3MJ.pdf>

Jacob, E. e Shaw, D. (1998). Sociocognitive Perspectives on Representation. *Annual Review of Information Science and Technology*, 33: pp, 131-185.

Jang, S. (2004). Mitigating tourism seasonality: a quantitative approach, *Annals of Tourism Research*. 31(4), pp. 819-836.

Johnson-Laird, P. (1983). *Mental Models: Toward a Cognitive Science of Language, Inference, and Consciousness*. Cambridge: Harvard University Press.

Keat, R., (1999). Market Boundaries and the Commodification of Culture. In Ray, L. e Sayer, A. (1999). *Culture and Economy After the Cultural Turn*, pp. 92-111, Londres: SAGE Publications, Ltd..

Koenig-Lewis, N., Bischoff, E. (2005). Seasonality research: the state of the art, *International Journal of Tourism Research* 7(4-5), pp. 201-219.

Lareu, J. (1991). *Turismo de masas y calidad de servicios*. Palma de Maiorca: Gráficas Planisi.

Larrea, J. (2012). Portugal, Qué Regionalización? Un recorrido por la geografía política de Portugal a lo largo del tiempo. *UNED. Espacio, Tiempo y Forma*. Série VI. Nueva época. Geografía, n.º 3.

La Vanguardia (1974). El turismo deberá seguir siendo el grand elemento de cobertura de una balanza comercial muy desequilibrada. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/1974/09/07/pagina-7/34255909/pdf.html>

Laws, E. (1991). *Tourism marketing: service and quality management perspectives*, Stanley Thornes Publishers.

Lipovetsy, G. (1987). *L' Empire de l'éphémère. La mode et son destin dans les sociétés modernes*. Paris: Gallimard.

- Lowenthal, D. (1986). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: University Press.
- Lue, C., Crompton, J. e Fesenmaier, D. (1993). Conceptualization of Multi-Destination Pleasure Trips. *Annals of Tourism Research*, 20, pp. 289-301.
- Lundtorp, S. (2001). Measuring tourism seasonality, In T. Baum e S. Lundtorp, *Seasonality in tourism*, Oxford: Elsevier Science, pp. 23-50.
- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística: Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo
- Marson, D. (2011). From Mass Tourism to Niche Tourism. In Robinson, P., Heitmann, S. e Fiek, P. *Research Themes for Tourism*, pp. 1-15, Wallingford: CABI.
- Mateus, A. (1987) Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português), *Pensamiento Iberoamericano*, 11.
- Mateus, A. (1992) A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios, *Análise Social*, XXVII(118-119), pp. 655-671.
- Mathieson, A., e Wall, G. (1982), *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Harlow, Longman.
- Mendonça, A. (2006). A integração monetária na Europa: da União Europeia de Pagamentos ao euro. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.iseg.utl.pt/aula/cad319/6%20%20Textos%20de%20apoio/Texto%20de%20apoio%20ao%20ponto%209%20do%20programa/integracao_monetaria_europa.pdf.
- Mill, R. e Morrison, A. (1985). *The Tourism System: An Introductory Text*. Nova Jérсия: Prentice-Hall.
- Millar, S. (1999). An Overview of the Sector. In Leask, A. e Yeoman, I., *Heritage Visitor Attractions: an operations management perspective*, pp. 1-21.
- Ministério do Comércio e do Turismo. (1991). *Livro Branco do Turismo*. Lisboa: Direção-Geral do Turismo.
- Ministério da Economia e do Emprego. (2007). *Plano Estratégico Nacional de Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip.
- Ministério da Economia e do Emprego. (2012). *Plano Estratégico Nacional de Turismo: para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Horizonte 2013-2015*. Lisboa: Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego.
- Ministério das Finanças. (1986). *Estratégia de Progresso Controlado - PCEDED: Bases Essenciais do Plano Nacional de Turismo*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://purl.sgmf.pt/COL-MF-0015-3/1/COL-MF-0015-3_PDF/PCEDED-III-Anexo6.pdf
- Nadal, J., et al. (2004). The economic determinants of seasonal pattern. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 697-711.
- Negrin, L. (1993). On the museum's ruins: a critical appraisal, *Theory. Culture and Society*, 10(1), 97-126.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) (2009). The Impact of Culture on Tourism, OECD, Paris, French translation of pp. 3-75, only available on Internet.

OMT (Organização Mundial do Turismo) (1999). Conta Satélite do Turismo (CST): Quadro Coceptual. OMT, Madrid.

Pan, B. e Fesenmaier, D. (2006), Online Information Search: Vacation Planning Process. *Annals of Tourism Research*, 33(3), pp. 809-832.

Pearce, D. (1989). Tourist Development. Harlow: Longman.

Perna, F. et al. (2005). EURO 2004 Impacto sobre o turismo regional – Algarve. In *dosalgarves a multidisciplinary e-journal*, Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.dosalgarves.com/revistas/N13/4rev13.pdf>.

Petrevska, B. (2013). Empirical Analysis of Seasonality Patterns in Tourism. *Journal of Process Management – New Technologies, International*, 1(2), pp. 87-95.

Poon, A. (1989). Competitive strategies for a “new tourism”, in C. Cooper (ed.) Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management vol. 1. Londres: Belhaven Press. pp. 91-102.

Presidência do Conselho, (1964). Relatório preparatório do plano de investimentos para 1965-1967. Relatório do grupo de trabalho n.º 13 (Turismo).

Programas do Governo I-XIX. (1975 – 2012). Consultado em 27.04.2014, Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>.

PWC (PricewaterhouseCoopers International) (2013). World in 2050: The BRICs and beyond: prospects, challenges and opportunities. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: https://www.pwc.com/en_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf.

Ray, L. e Sayer, A. (1999). Culture and Economy After the Cultural Turn. Londres: SAGE Publications, Ltd.

Reimer, G. (1990). Packaging dream: Canadian tour operators at work. *Annals of Tourism Research*, 17, pp. 501-512.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 24 de Janeiro. Diário da República n.º 20 - I Série B. Presidência do Conselho de Ministros.

Richards, G. (1996). Cultural Tourism in Europe. Wallingford, Oxon: Cab International.

Riegl, A. (1984). Le culte moderne des monuments. Paris: Seuil.

Rocha, E. (1977). Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias, *Análise Social*, XIII(51).

Rodrigue, J. et al. (2006). The geography of transport systems. Oxon: Routledge.

Rodrigues, P. e Gouveia, P. (2004). An application of PAR models for tourism forecasting, *Tourism Economics*, 10, pp. 281-303.

Schrijver, F. (2006). *Regionalism after Regionalisation: Spain, France and Great Britain*, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam University Press.

Sezgin, E. e Yolal, M. (2012). *Golden Age of Mass Tourism: Its History and Development, Visions for Global Tourism Industry - Creating and Sustaining Competitive Strategies*, Dr. Murat Kasimoglu (Ed.), InTech, Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://www.intechopen.com/books/visions-for-global-tourismindustry-creating-and-sustaining-competitive-strategies/mass-tourism-its-history-and-development-in-the-golden-age>

Sharpley, R. (2002). *Tourism: A Vehicle for Development*. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and Development: Concepts and Issues* (pp. 265-299). Clevedon: Channel View Publications.

Sharpley, R. (2002). *The Consumption of Tourism*. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and Development: Concepts and Issues* (pp. 300-318). Clevedon: Channel View Publications.

Sheldon, P. (1989). *Tour wholesaling*. In Witt, S. e Moutinho, L., *Tourism Marketing and Management Handbook* (pp. 469-472). Hertfordshire: Prentice Hall International.

Silva, A. (2000). *Cultura e desenvolvimento: Estudos sobre a relação entre ser e agir*. Oeiras: Celta Editora, Lda.

Snepenger, D., et al. (1990). *Seasonality of demand*, *Annals of Tourism Research*, 17, pp. 628-630.

Solaz-Portolés, J. e López, V. (2008). *Tipos de conhecimento e suas relações com a resolução de problemas em ciências: orientações para a prática*. *Sísifo*, 6, pp.105-114.

Szivas, E., Riley, M., and Airey, D. 2003. *Labor mobility into tourism: attraction and satisfaction*, *Annals of Tourism Research*, 30(1), 64-76.

Swinglehurst, E. (1982). *Cook's Tours: the story of Popular Travel*. Littlehampton Book Services Ltd.

Ter-Minassian, T., (2011). *O acordo stand-by de Portugal com o FMI em 1983-84. Apresentação na conferencia IDEFF: Portugal 2011: Coming to the bottom or going to the bottom?*. Lisboa, 31 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011.

The Economist (2013). *Why is South Africa included in the BRICS?*. Consultado em 10.06.2014, Disponível em <http://www.economist.com/blogs/economistexplains/2013/03/economist-explains-why-south-africa-brics>

Thematic Mapping (2002). *World Borders Dataset*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://thematicmapping.org/downloads/world_borders.php

Thomas, J. e Wallis, K. (1971). *Seasonal variation in regression analysis*. *Journal of the Royal Statistical Society*, A(134), pp. 57-72.

Turismo do Algarve (2013). *Memorando Turístico do Algarve: Propostas para uma Região Sustentável*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: http://www.turismoalgarve.pt/ficheirosSite/370/370_0_memorando_turistico.pdf.

- Turner, L. e Ash, J. (1975). *The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. Londres: Constable.
- Umbelino, J. (2004). Turismo e Património. Algumas ideias para reflexão. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 1, 2004. Universidade de Aveiro.
- UNEP (United Nations Environment Programme) (2014). Negative Economic Impacts of Tourism. Retirado em 27 de Abril de 2014, from <http://www.unep.org/resourceefficiency/Business/SectoralActivities/Tourism/FactsandFiguresaboutTourism/ImpactsofTourism/EconomicImpactsofTourism/NegativeEconomicImpactsofTourism/tabid/78784/Default.aspx>
- Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze*. Londres: Sage Publications.
- Vellas, F. e Bécherel, L. (1995). *International Tourism: An Economic Perspective*. Basingstoke: Macmillan.
- Walsh, K. (1991). *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-modern World*. Routledge. Londres
- Williams, R. (1977). *Marxism and Literature*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Woelfel, J. (1998). *User's Guide Catpac II: Version 2.0*. Rah Press.
- World Bank Group (2012). Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>
- World Bank Group. (2012). Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>
- World Tourism Organization (WTO). (1980). *Physical Planning and Area Development for Tourism in the Six WTO Regions*. Madrid: WTO.
- World Tourism Organization (WTO) (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. Madrid: WTO
- World Tourism Organization (WTO) (2012). *UNWTO Tourism Highlights, 2012 edition*. Consultado em 27.04.2014, Disponível em: <http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr.pdf>.
- World Tourism Organization (WTO). (2001). *Cultural Heritage and Tourism Development: A report on the international conference on cultural tourism*. Madrid: WTO.
- World Tourism Organization (WTO). (2013). *Yearbook of Tourism Statistics, Data 2007-2011*. Madrid: WTO.
- Wynne, D. (1992). *The Culture Industry*. Aldershot: Avebury.
- Yale, P. (1995). *The Business of Tour Operators*. Harlow: Longman Group Ltd.
- Zukin, S. (1991). *Landscapes of Power: from Detroit to Disney World*. Berkeley. University of California Press.

ANEXOS

Anexo 1: Matriz de análise de *clusters* dos recursos classificados «Monumento Nacional»

n	Unidade Concelhia	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Holanda	Espanha	Média
1	Alcácer do Sal	0,0000	0,0000	0,0041	0,0013	0,0137	0,0000	0,0032
2	Alcobaça	0,0435	0,0179	0,0330	0,0731	0,0685	0,0331	0,0448
3	Alter do Chão	0,0000	0,0000	0,0021	0,0013	0,0000	0,0000	0,0006
4	Amarante	0,0024	0,0000	0,0041	0,0052	0,0000	0,0033	0,0025
5	Arraiolos	0,0000	0,0060	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
6	Barcelos	0,0000	0,0000	0,0021	0,0013	0,0000	0,0000	0,0006
7	Batalha	0,0531	0,0238	0,0371	0,0822	0,0274	0,0728	0,0494
8	Beja	0,0024	0,0060	0,0082	0,0065	0,0137	0,0000	0,0061
9	Braga	0,0072	0,0238	0,0206	0,0287	0,0274	0,0397	0,0246
10	Bragança	0,0048	0,0000	0,0041	0,0000	0,0137	0,0066	0,0049
11	Caminha	0,0000	0,0060	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
12	Castelo de Vide	0,0000	0,0119	0,0000	0,0039	0,0000	0,0000	0,0026
13	Castro Marim	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004
14	Castro Verde	0,0193	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0032
15	Chaves	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0137	0,0000	0,0023
16	Coimbra	0,0700	0,1131	0,0722	0,1044	0,0959	0,0861	0,0903
17	Condeixa-a-Nova	0,0048	0,0000	0,0082	0,0000	0,0000	0,0000	0,0022
18	Crato	0,0024	0,0000	0,0062	0,0039	0,0000	0,0000	0,0021
19	Elvas	0,0000	0,0179	0,0062	0,0026	0,0137	0,0000	0,0067
20	Estremoz	0,0121	0,0119	0,0082	0,0013	0,0000	0,0000	0,0056
21	Évora	0,1111	0,0774	0,0784	0,0444	0,1096	0,0695	0,0817
22	Faro	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004
23	Gavião	0,0000	0,0000	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0002
24	Guarda	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004
25	Guimarães	0,0145	0,0476	0,0268	0,0718	0,0411	0,0265	0,0381
26	Idanha-a-Nova	0,0000	0,0000	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0002
27	Lagos	0,0121	0,0000	0,0041	0,0000	0,0000	0,0000	0,0027
28	Lamego	0,0000	0,0238	0,0144	0,0026	0,0000	0,0000	0,0068
29	Leiria	0,0000	0,0000	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
30	Lisboa	0,2826	0,1667	0,2990	0,2324	0,1781	0,2252	0,2306
31	Mafra	0,0000	0,0000	0,0062	0,0052	0,0137	0,0199	0,0075
32	Marvão	0,0121	0,0060	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0032
33	Meda	0,0000	0,0060	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
34	Mértola	0,0048	0,0179	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0038
35	Montemor-o-Novo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0137	0,0000	0,0023
36	Óbidos	0,0338	0,0238	0,0515	0,0731	0,0411	0,0464	0,0450
37	Ourém	0,0000	0,0000	0,0041	0,0065	0,0000	0,0066	0,0029
38	Penedono	0,0000	0,0060	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
39	Ponte da Barca	0,0000	0,0060	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0013
40	Ponte de Lima	0,0024	0,0000	0,0000	0,0026	0,0000	0,0000	0,0008
41	Portalegre	0,0000	0,0000	0,0062	0,0026	0,0000	0,0000	0,0015
42	Porto	0,1039	0,1548	0,1072	0,0979	0,0822	0,1358	0,1136
43	Reguengos de Monsaraz	0,0048	0,0000	0,0041	0,0026	0,0000	0,0000	0,0019
44	Santiago do Cacém	0,0000	0,0000	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0002
45	São João da Pesqueira	0,0000	0,0000	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
46	Serpa	0,0072	0,0060	0,0000	0,0026	0,0000	0,0000	0,0026
47	Sesimbra	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0137	0,0000	0,0027
48	Setúbal	0,0000	0,0000	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
49	Silves	0,0121	0,0000	0,0041	0,0000	0,0000	0,0000	0,0027
50	Sintra	0,1087	0,0357	0,0784	0,0483	0,0959	0,1523	0,0865
51	Tarouca	0,0000	0,0119	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0020
52	Tavira	0,0000	0,0179	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0030
53	Tomar	0,0169	0,0357	0,0433	0,0509	0,0411	0,0265	0,0357
54	Valença	0,0072	0,0060	0,0000	0,0052	0,0000	0,0000	0,0031
55	Viana do Alentejo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0274	0,0000	0,0046
56	Viana do Castelo	0,0048	0,0179	0,0000	0,0000	0,0000	0,0033	0,0043
57	Vila do Bispo	0,0048	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0008
58	Vila do Conde	0,0000	0,0000	0,0000	0,0026	0,0000	0,0000	0,0004
59	Vila Nova da Barquinha	0,0024	0,0000	0,0041	0,0000	0,0000	0,0132	0,0033
60	Vila Nova de Foz Côa	0,0000	0,0119	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0020
61	Vila Nova de Gaia	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004
62	Vila Real	0,0121	0,0714	0,0247	0,0157	0,0411	0,0132	0,0297
63	Vila Viçosa	0,0024	0,0060	0,0103	0,0078	0,0137	0,0132	0,0089
64	Viseu	0,0048	0,0060	0,0082	0,0039	0,0000	0,0066	0,0049

Fórmula:

Número de recursos classificados «monumento nacional» por concelho

Somatório do número de recursos classificados «monumento nacional» observados em todos os concelhos

Aplicação da fórmula (e.g. Lisboa no mercado alemão):

$$\frac{117}{414} = 0,2826$$

Anexo 2: Matriz de análise de *clusters* dos recursos classificados

n	Unidade Concelhia	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Holanda	Espanha	Média
1	Amares	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0002
2	Borba	0,0000	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
3	Castro Marim	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
4	Chaves	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0104	0,0000	0,0017
5	Gavião	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0002
6	Guarda	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
7	Idanha-a-Nova	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0002
8	Leiria	0,0000	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
9	Lousã	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0104	0,0000	0,0017
10	Meda	0,0000	0,0051	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0009
11	Montemor-o-Novo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0104	0,0000	0,0017
12	Mourão	0,0000	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
13	Redondo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0002
14	Santiago do Cacém	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0002
15	São João da Pesqueira	0,0000	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
16	Sernancelhe	0,0000	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
17	Vila Nova de Gaia	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003
18	Alter do Chão	0,0000	0,0000	0,0017	0,0011	0,0000	0,0000	0,0005
19	Caminha	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0017
20	Faro	0,0021	0,0000	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006
21	Loulé	0,0000	0,0000	0,0034	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006
22	Mangualde	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0056	0,0009
23	Mesão Frio	0,0000	0,0000	0,0017	0,0011	0,0000	0,0000	0,0005
24	Odemira	0,0042	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0007
25	Penedono	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0017
26	Ponte da Barca	0,0000	0,0051	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011
27	Sesimbra	0,0021	0,0000	0,0000	0,0000	0,0104	0,0000	0,0021
28	Tarouca	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0017
29	Viana do Alentejo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0208	0,0000	0,0035
30	Vila do Bispo	0,0042	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0007
31	Vila do Conde	0,0000	0,0000	0,0000	0,0022	0,0000	0,0000	0,0004
32	Vila Nova de Foz Côa	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0017
33	Barcelos	0,0000	0,0000	0,0034	0,0011	0,0000	0,0000	0,0008
34	Cascais	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0000	0,0056	0,0011
35	Castro Verde	0,0063	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
36	Ponte de Lima	0,0021	0,0000	0,0000	0,0022	0,0000	0,0000	0,0007
37	Alcácer do Sal	0,0000	0,0000	0,0034	0,0011	0,0104	0,0000	0,0025
38	Arraiolos	0,0000	0,0051	0,0017	0,0011	0,0104	0,0000	0,0031
39	Marco de Canaveses	0,0021	0,0102	0,0000	0,0011	0,0000	0,0000	0,0022
40	Oliveira do Hospital	0,0000	0,0000	0,0000	0,0044	0,0000	0,0000	0,0007
41	Castelo de Vide	0,0000	0,0102	0,0000	0,0033	0,0000	0,0000	0,0023
42	Portalegre	0,0000	0,0000	0,0051	0,0022	0,0000	0,0000	0,0012
43	Setúbal	0,0000	0,0000	0,0085	0,0000	0,0000	0,0000	0,0014
44	Mealhada	0,0021	0,0102	0,0000	0,0011	0,0104	0,0028	0,0044
45	Reguengos de Monsaraz	0,0042	0,0000	0,0034	0,0022	0,0000	0,0000	0,0016
46	Serpa	0,0063	0,0051	0,0000	0,0022	0,0000	0,0000	0,0023
47	Tavira	0,0021	0,0204	0,0000	0,0000	0,0104	0,0000	0,0055
48	Bragança	0,0042	0,0000	0,0034	0,0000	0,0104	0,0056	0,0039
49	Crato	0,0021	0,0000	0,0051	0,0033	0,0000	0,0000	0,0018
50	Lagos	0,0105	0,0000	0,0034	0,0000	0,0000	0,0000	0,0023
51	Silves	0,0105	0,0000	0,0034	0,0000	0,0000	0,0000	0,0023
52	Vila Nova da Barquinha	0,0021	0,0000	0,0034	0,0000	0,0000	0,0111	0,0028
53	Mértola	0,0042	0,0153	0,0000	0,0000	0,0000	0,0083	0,0046
54	Valença	0,0063	0,0051	0,0000	0,0044	0,0000	0,0000	0,0026
55	Viana do Castelo	0,0042	0,0204	0,0000	0,0011	0,0000	0,0028	0,0047
56	Amarante	0,0021	0,0051	0,0034	0,0044	0,0000	0,0028	0,0030
57	Condeixa-a-Nova	0,0042	0,0000	0,0068	0,0033	0,0000	0,0000	0,0024
58	Elvas	0,0000	0,0153	0,0051	0,0022	0,0104	0,0000	0,0055
59	Estremoz	0,0042	0,0102	0,0068	0,0011	0,0000	0,0000	0,0037
60	Ourém	0,0000	0,0000	0,0034	0,0055	0,0000	0,0056	0,0024
61	Viseu	0,0042	0,0051	0,0068	0,0033	0,0000	0,0056	0,0042
62	Mafra	0,0000	0,0051	0,0051	0,0044	0,0104	0,0167	0,0070
63	Beja	0,0042	0,0051	0,0068	0,0055	0,0417	0,0000	0,0106
64	Vila Viçosa	0,0021	0,0051	0,0085	0,0066	0,0104	0,0111	0,0073
65	Marvão	0,0105	0,0051	0,0017	0,0077	0,0104	0,0111	0,0078
66	Lamego	0,0021	0,0459	0,0222	0,0033	0,0104	0,0028	0,0145
67	Vila Real	0,0105	0,0714	0,0205	0,0133	0,0313	0,0111	0,0263
68	Tomar	0,0147	0,0306	0,0359	0,0431	0,0313	0,0222	0,0296
69	Guimarães	0,0147	0,0459	0,0308	0,0663	0,0417	0,0222	0,0369
70	Alcobaça	0,0377	0,0153	0,0274	0,0619	0,0521	0,0278	0,0370
71	Braga	0,0252	0,0408	0,0462	0,0718	0,0521	0,0083	0,0407
72	Óbidos	0,0294	0,0204	0,0496	0,0630	0,0313	0,0389	0,0387
73	Batalha	0,0461	0,0204	0,0308	0,0696	0,0208	0,0611	0,0415
74	Évora	0,0964	0,0714	0,0667	0,0376	0,0833	0,0583	0,0690
75	Sintra	0,0985	0,0306	0,0752	0,0420	0,0729	0,1389	0,0764
76	Coimbra	0,0608	0,0969	0,0598	0,0906	0,0833	0,0722	0,0773
77	Porto	0,1153	0,1429	0,1043	0,0939	0,0729	0,1306	0,1100
78	Lisboa	0,3291	0,1582	0,3128	0,2575	0,2188	0,3111	0,2646

Fórmula:

Número de recursos classificados por concelho

Somatório do número de recursos classificados observados em todos os concelhos

Aplicação da fórmula (e.g. Lisboa no mercado alemão):

$$\frac{157}{477} = 0,3291$$

Anexo 3: Matriz de análise de *clusters* dos recursos sem classificação

n	Unidade Concelhia	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Holanda	Espanha	Média
1	Lisboa	0,4437	0,1389	0,3242	0,2774	0,3235	0,2500	0,2929
2	Ourém	0,0662	0,0741	0,0769	0,2993	0,0294	0,2197	0,1276
3	Porto	0,0596	0,1852	0,0604	0,0328	0,0294	0,0682	0,0726
4	Évora	0,0199	0,0185	0,0604	0,0292	0,0882	0,1515	0,0613
5	Braga	0,0331	0,0185	0,0549	0,0401	0,0294	0,0303	0,0344
6	Óbidos	0,0132	0,0648	0,0330	0,0109	0,0294	0,0530	0,0341
7	Coimbra	0,0000	0,0000	0,0330	0,0474	0,0294	0,0303	0,0234
8	Viana do Castelo	0,0199	0,0370	0,0110	0,0328	0,0294	0,0152	0,0242
9	Lamego	0,0066	0,0556	0,0440	0,0146	0,0294	0,0000	0,0250
10	Guimarães	0,0132	0,0185	0,0385	0,0109	0,0000	0,0152	0,0161
11	Mértola	0,0132	0,0648	0,0055	0,0000	0,0000	0,0455	0,0215
12	Alijó	0,0132	0,0185	0,0165	0,0109	0,0294	0,0227	0,0186
13	Castelo de Vide	0,0000	0,0370	0,0055	0,0292	0,0294	0,0000	0,0169
14	Almada	0,0331	0,0000	0,0165	0,0036	0,0588	0,0000	0,0187
15	Estremoz	0,0331	0,0000	0,0275	0,0036	0,0000	0,0000	0,0107
16	Aveiro	0,0000	0,0000	0,0055	0,0036	0,0588	0,0379	0,0176
17	Lagos	0,0199	0,0000	0,0110	0,0000	0,0000	0,0303	0,0102
18	Serpa	0,0331	0,0278	0,0000	0,0036	0,0000	0,0000	0,0108
19	Beja	0,0066	0,0000	0,0165	0,0036	0,0882	0,0000	0,0192
20	Ponte de Lima	0,0132	0,0093	0,0055	0,0109	0,0000	0,0000	0,0065
21	Santarém	0,0000	0,0000	0,0000	0,0255	0,0000	0,0000	0,0043
22	Vila Viçosa	0,0331	0,0000	0,0110	0,0000	0,0000	0,0000	0,0074
23	Faro	0,0199	0,0093	0,0110	0,0000	0,0000	0,0000	0,0067
24	Tavira	0,0066	0,0463	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0088
25	Vila Real	0,0000	0,0185	0,0165	0,0000	0,0294	0,0000	0,0107
26	Viseu	0,0000	0,0278	0,0110	0,0000	0,0000	0,0076	0,0077
27	Amarante	0,0000	0,0093	0,0220	0,0000	0,0000	0,0000	0,0052
28	Castro Verde	0,0331	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0055
29	Marvão	0,0000	0,0093	0,0000	0,0146	0,0000	0,0000	0,0040
30	Idanha-a-Nova	0,0000	0,0000	0,0000	0,0109	0,0000	0,0076	0,0031
31	Mesão Frio	0,0000	0,0000	0,0110	0,0073	0,0000	0,0000	0,0030
32	Portalegre	0,0000	0,0000	0,0055	0,0109	0,0000	0,0000	0,0027
33	Reguengos de Monsaraz	0,0000	0,0000	0,0055	0,0073	0,0294	0,0000	0,0070
34	Sintra	0,0000	0,0000	0,0165	0,0000	0,0294	0,0000	0,0076
35	Barcelos	0,0000	0,0093	0,0055	0,0036	0,0000	0,0000	0,0031
36	Bragança	0,0000	0,0000	0,0165	0,0000	0,0000	0,0000	0,0027
37	Cascais	0,0000	0,0185	0,0000	0,0000	0,0000	0,0076	0,0043
38	Elvas	0,0000	0,0093	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0028
39	Tomar	0,0000	0,0093	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0028
40	Valença	0,0000	0,0278	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0046
41	Abrantes	0,0000	0,0000	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0012
42	Caminha	0,0000	0,0000	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0012
43	Loulé	0,0132	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0022
44	Mafra	0,0132	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0022
45	Nazaré	0,0000	0,0000	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0012
46	Olhão	0,0132	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0022
47	Palmela	0,0000	0,0000	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0012
48	Tabuaço	0,0066	0,0000	0,0000	0,0000	0,0294	0,0000	0,0060
49	Vila Nova de Cerveira	0,0000	0,0000	0,0000	0,0073	0,0000	0,0000	0,0012
50	Alcobaça	0,0000	0,0093	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0015
51	Arcos de Valdevez	0,0000	0,0000	0,0000	0,0036	0,0000	0,0000	0,0006
52	Arraiolos	0,0000	0,0000	0,0055	0,0000	0,0000	0,0000	0,0009
53	Chaves	0,0000	0,0000	0,0055	0,0000	0,0000	0,0000	0,0009
54	Condeixa-a-Nova	0,0066	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011
55	Figueira de Castelo Rodrigo	0,0000	0,0093	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0015
56	Ílhavo	0,0000	0,0000	0,0055	0,0000	0,0000	0,0000	0,0009
57	Mangualde	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0076	0,0013
58	Miranda do Douro	0,0000	0,0093	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0015
59	Portimão	0,0066	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011
60	Póvoa de Lanhoso	0,0000	0,0000	0,0055	0,0000	0,0000	0,0000	0,0009
61	Setúbal	0,0000	0,0093	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0015
62	Silves	0,0066	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de recursos sem classificação por concelho}}{\text{Somatório do número de recursos sem class. observados em todos os concelhos}}$$

Aplicação da fórmula (e.g. Lisboa no mercado alemão):

$$\frac{67}{151} = 0,4437$$

Anexo 4: Matriz de análise de *clusters* de nodos de intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites por unidade concelhia

n	Unidade Concelhia	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Holanda	Espanha	Média
1	Lisboa	49,453	22,400	33,741	31,016	32,252	93,732	43,766
2	Porto	20,311	27,818	10,964	14,515	14,027	18,144	17,630
3	Ourém	4,974	0,598	5,291	15,959	0,191	4,956	5,328
4	Alijó	0,161	24,422	0,000	0,615	3,053	0,126	4,730
5	Évora	3,697	8,636	4,112	2,799	7,156	1,672	4,679
6	Tavira	1,157	19,378	0,073	0,393	3,053	0,063	4,020
7	Cascais	2,443	4,306	6,980	1,158	4,676	3,708	3,878
8	Albufeira	11,598	0,000	2,643	5,662	0,000	0,759	3,444
9	Coimbra	2,139	3,349	2,158	4,376	2,443	3,129	2,932
10	Miranda do Douro	0,161	11,962	0,073	0,000	0,000	0,000	2,033
11	Lagos	4,284	0,000	0,392	0,044	6,870	0,253	1,974
12	Sintra	2,464	0,359	3,476	1,495	0,763	2,212	1,795
13	Óbidos	1,195	1,211	2,741	3,474	1,018	1,075	1,786
14	Braga	1,147	2,412	1,034	3,510	0,573	0,885	1,593
15	Lousã	0,000	0,000	0,000	0,000	9,542	0,000	1,590
16	Nazaré	1,001	0,239	2,090	1,728	2,385	1,718	1,527
17	Guimarães	0,402	2,871	2,670	2,078	0,573	0,506	1,516
18	Lamego	0,428	3,369	0,392	0,410	3,117	0,774	1,415
19	Faro	2,031	1,435	1,199	0,066	0,191	3,556	1,413
20	Esposende	7,871	0,000	0,294	0,022	0,191	0,000	1,396
21	Peso da Régua	0,328	6,914	0,073	0,642	0,000	0,063	1,337
22	Mértola	0,328	6,738	0,073	0,022	0,000	0,190	1,225
23	Santiago do Cacém	0,120	0,000	0,000	0,044	6,870	0,000	1,172
24	Batalha	0,964	0,359	1,322	1,770	0,382	1,843	1,107
25	Viana do Castelo	1,285	0,359	0,918	0,602	3,053	0,063	1,047
26	Tomar	0,540	0,638	1,516	1,206	1,527	0,790	1,036
27	Nelas	0,643	4,306	0,000	0,000	0,000	1,011	0,993
28	Mafra	0,201	4,306	0,147	0,599	0,191	0,379	0,971
29	Alcobaça	0,805	0,359	1,248	1,507	0,763	0,953	0,939
30	Beja	0,723	0,120	0,392	0,369	3,117	0,000	0,787
31	Chaves	0,335	0,000	1,322	0,000	3,053	0,000	0,785
32	Reguengos de Monsaraz	0,810	0,239	0,220	0,178	3,053	0,000	0,750
33	Sabrosa	0,000	4,306	0,000	0,000	0,000	0,000	0,718
34	Odemira	3,498	0,000	0,000	0,000	0,763	0,000	0,710
35	Póvoa de Lanhoso	0,000	0,000	1,175	0,000	3,053	0,000	0,705
36	Mealhada	0,161	1,465	0,441	0,692	0,763	0,126	0,608
37	Amarante	0,080	2,392	0,367	0,175	0,382	0,063	0,577
38	Oliveira do Hospital	0,000	0,000	0,000	0,349	3,053	0,000	0,567
39	Estremoz	0,643	0,120	1,481	0,546	0,573	0,000	0,560
40	Vila Nova de Gaia	0,526	0,718	0,991	0,218	0,382	0,316	0,525
41	Vila Real	0,643	0,837	0,294	0,493	0,573	0,253	0,515
42	Montemor-o-Novo	0,000	0,000	0,000	0,000	3,053	0,000	0,509
43	Viseu	0,669	0,239	0,529	0,268	0,859	0,284	0,475
44	Mira	0,000	0,000	2,643	0,000	0,000	0,000	0,441
45	Figueira da Foz	0,181	0,000	2,349	0,000	0,000	0,063	0,432
46	Castelo de Vide	0,428	0,239	0,147	0,546	0,763	0,253	0,396
47	Marvão	0,328	0,239	0,459	0,699	0,191	0,253	0,361
48	Loulé	0,972	0,000	0,147	0,786	0,000	0,253	0,360
49	Elvas	1,339	0,120	0,073	0,410	0,191	0,000	0,355
50	Aveiro	0,321	0,120	0,441	0,286	0,382	0,569	0,353
51	São Brás de Alportel	1,130	0,120	0,000	0,000	0,763	0,000	0,335
52	Setúbal	0,361	0,120	0,529	0,329	0,382	0,063	0,297
53	Crato	0,181	0,000	0,881	0,546	0,000	0,000	0,268
54	Póvoa de Varzim	0,040	0,120	1,175	0,044	0,191	0,000	0,262
55	Vila Viçosa	0,040	0,239	0,330	0,253	0,382	0,253	0,250
56	Barcelos	0,281	0,120	0,294	0,524	0,191	0,063	0,245
57	Peniche	0,826	0,478	0,073	0,022	0,000	0,063	0,244
58	Alcácer do Sal	0,000	0,000	0,587	0,098	0,763	0,000	0,242
59	Arraiolos	0,040	0,120	0,330	0,044	0,859	0,000	0,232
60	Terras de Bouro	1,312	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,219
61	Bragança	0,321	0,000	0,529	0,000	0,191	0,253	0,216
62	Guarda	0,161	0,000	0,220	0,022	0,763	0,126	0,215
63	Castelo Branco	0,181	0,000	0,000	0,157	0,763	0,190	0,215
64	Caldas da Rainha	0,040	0,000	0,073	0,874	0,000	0,284	0,212
65	Mesão Frio	0,000	0,000	0,918	0,354	0,000	0,000	0,212
66	Portimão	0,656	0,000	0,294	0,262	0,000	0,000	0,202
67	Leiria	0,040	0,000	0,881	0,000	0,191	0,000	0,185
68	Ponte de Lima	0,328	0,120	0,073	0,369	0,191	0,000	0,180
69	Idanha-a-Nova	0,335	0,000	0,000	0,087	0,000	0,506	0,155
70	Vila do Bispo	0,522	0,000	0,294	0,044	0,000	0,063	0,154
71	Almada	0,161	0,000	0,294	0,022	0,382	0,063	0,154
72	Condeixa-a-Nova	0,120	0,000	0,220	0,524	0,000	0,000	0,144
73	Nisa	0,040	0,000	0,000	0,000	0,763	0,000	0,134
74	Figueira de Castelo Rodrigo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,763	0,000	0,127
75	Serpa	0,367	0,239	0,073	0,022	0,000	0,000	0,117
76	Sesimbra	0,328	0,000	0,073	0,066	0,191	0,000	0,110
77	Vila Nova de Foz Côa	0,080	0,478	0,000	0,000	0,000	0,000	0,093
78	Silves	0,201	0,000	0,073	0,022	0,191	0,063	0,092
79	Abrantes	0,040	0,000	0,073	0,182	0,191	0,000	0,081
80	Valença	0,080	0,120	0,000	0,221	0,000	0,063	0,081
81	Carrizada de Ansiães	0,000	0,478	0,000	0,000	0,000	0,000	0,080

Fórmula:

$$\frac{\text{Somatório do número de noites por concelho}}{\text{Somatório do número de noites observadas em todos os concelhos}} \times \text{Média (número de noites por concelho)} \times 100$$

Aplicação da fórmula (e.g. Lisboa no mercado alemão):

$$\frac{119}{623} \times 2,59 \times 100 = 49,453$$

ÍNDICES

Índice de Quadros

	Pág.
Quadro 1: Frequência relativas das dormidas; Áreas (Km ²) (a); Rácios (b) e (c): 2012.....	5
Quadro 2: Síntese do modelo de investigação.....	12
Quadro 3: Objetivos e métodos de medição e análise.....	16
Quadro 4: Estrutura da tese; fontes de informação utilizadas e métodos de medição e análise.....	17
Quadro 5: Unidades territoriais por capítulo e secção da tese.....	17
Quadro 6: Produto interno bruto e produto interno bruto <i>per capita</i> da China e EUA.....	28
Quadro 7: <i>Indicadores quantitativos e financeiros dos fluxos turísticos e balança turística – 2011</i>	38
Quadro 8: Núcleos emissores (<i>outbound</i>) e receptores (<i>inbound</i>) líquidos – 2011.....	39
Quadro 9: Quota de mercado das chegadas de turistas internacionais por região do mundo e ano (%): 1950 – 2011.....	40
Quadro 10: Oportunidades e ameaças das dinâmicas turísticas internacionais para o destino Portugal.....	41
Quadro 11: Evolução dos principais mercados emissores entre 1960 e 1965.....	45
Quadro 12: Evolução da quota de mercado dos principais países emissores para o Algarve (%): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000 – 2012.....	70
Quadro 13: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	77
Quadro 14: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	79
Quadro 15: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	80
Quadro 16: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	81
Quadro 17: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	83
Quadro 18: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros por	

país de residência habitual em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	84
Quadro 19: Evolução do peso relativo das dormidas de residentes em Portugal e do coeficiente de Gini em Lisboa: 1980, 1990, 2000 e 2012.....	84
Quadro 20: Companhias aéreas <i>no frills</i> e <i>charter</i> que voam para Portugal Continental.....	90
Quadro 21: Exportações de serviços – 2010 e 2013.....	95
Quadro 22: Comércio internacional português de serviços (balança comercial) por mercados de Janeiro a Julho – 2012 e 2013.....	96
Quadro 23: O turismo comparado com outros setores da economia francesa no estrangeiro em 2009 (a preços correntes).....	96
Quadro 24: As principais alterações de paradigma político e económico com influência nas políticas do turismo desde 1961.....	100
Quadro 25: Evolução do IVA – Portugal Continental.....	120
Quadro 26: Extrato de previsões que constavam do PENT (2007) e resultados obtidos em 2012 e 2014.....	122
Quadro 27: População do estudo e amostra.....	150
Quadro 28: Configuração geral da amostra.....	151
Quadro 29: Recursos identificados (frequência relativa) nas brochuras classificados «Monumentos nacionais» e «Património Mundial» desagregados por unidade concelhia e mercado (%)......	160
Quadro 30: Resumo dos cálculos.....	162
Quadro 31: Concentração de recursos em Lisboa e total de unidades concelhias programadas por mercado emissor.....	196
Quadro 32: Coeficiente de determinação (R^2) das variáveis independente “Lista de Bens” e variável dependente “Intensidade de Programação” e Coeficiente de Correlação de Bravais-Pearson.....	210

Índice de Figuras

	Pág.
Figura 1: Ilustração da relação entre território e turismo.....	7
Figura 2: Síntese da dissertação.....	21
Figura 3: Ranking dos 20 países com gastos turísticos mais elevados: 2011.....	26
Figura 4: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros dos mercados do Reino Unido e Alemanha.....	27
Figura 5: Ranking dos 20 países com PIB mais elevado (%)......	29
Figura 6: Ranking dos 20 países com PIB <i>per capita</i> mais elevado (USD)......	30
Figura 7: Ilustração do modelo de fuga das despesas de consumo.....	34
Figura 8: Ranking dos 20 países com receitas turísticas mais elevadas.....	35
Figura 9: Balança comercial dos 20 países com indicadores de consumo turístico e receitas turísticas mais elevadas (10 ⁶)......	37
Figura 10: Evolução das variações do número de passageiros nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e agregado nacional (Portugal): 1960 – 2012.....	41
Figura 11: Evolução do número de passageiros nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro: 1960 – 2012.....	44
Figura 12: Evolução das dormidas por países de residência habitual para o Algarve por década: 1966, 1970, 1980, 1990, 2000 – 2012.....	47
Figura 13: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, segundo os residentes em território nacional e os residentes no estrangeiro: 2012.....	49
Figura 14: Evolução do peso das dormidas do Algarve e de Lisboa no total nacional: 1964 – 2012.....	50
Figura 15: Evolução das variações dormidas em Algarve, Lisboa e Portugal (%): 1964 – 2012.....	53
Figura 16: Fatores constitucionais e desenvolvimento que influenciaram o turismo de massas no Séc. XX.....	54
Figura 17: Variação das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve (distrito de Faro), Lisboa e Portugal: 1964-2012, 1964-80, 1980-2012 e 2000-2012...	58
Figura 18: Distribuição mensal das dormidas no Algarve, Lisboa e Portugal (%): 2012.....	61
Figura 19: Distribuição mensal das dormidas em Portugal: 1966 e 2012.....	62

Figura 20: Distribuição mensal das dormidas em Lisboa: 1966 e 2012.....	63
Figura 21: Distribuição mensal das dormidas no Algarve: 1966-2012.....	64
Figura 22: Distribuição mensal das dormidas no Algarve por mercado emissor: 1966 e 2012.....	67
Figura 23: Rácio $HEH_Algarve/PR_Algarve$; $HEH_Portugal/PR_Portugal$; e $HEH_Algarve/HEH_Portugal$: 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012.....	68
Figura 24: Evolução do rácio $HEH_Algarve/PR_Portugal$, decompostos em quatro épocas (Q1, Q2, Q3 e Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012.....	69
Figura 25: Distribuição mensal das dormidas em Lisboa por mercado emissor: 1966 e 2012.....	71
Figura 26: Distribuição mensal das dormidas em Portugal por mercado emissor: 1966 e 2012.....	72
Figura 27: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Algarve e Lisboa por épocas (Q1-Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000 – 2012.....	73
Figura 28: Concentração das dormidas em estabelecimentos hoteleiros na União Europeia (28 países), Portugal, Algarve e Lisboa por épocas (Q1-Q4): 2012.....	74
Figura 29: O coeficiente de Gini.....	75
Figura 30: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2001.....	78
Figura 31: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	80
Figura 32: Concentração das dormidas em estabelecimentos hoteleiros no Algarve por país de residência habitual e épocas (trimestres Q1-Q4): 1966; 1970; 1980; 1990; 2000-2012.....	82
Figura 33: Coeficiente de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa: 1966, 1970, 1980, 1990 e 2000-2012.....	83
Figura 34: Evolução do peso relativo do Algarve e Lisboa na oferta total estabelecimentos hoteleiros e camas em Portugal: 1964 – 2012.....	88
Figura 35: Evolução do número de camas (oferta) e de dormidas (procura) em estabelecimentos hoteleiros no Algarve: 1962 e 2012.....	89
Figura 36: Evolução do número de camas (oferta) e de dormidas (procura) em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa e Portugal: 1962 e 2012.....	91
Figura 37: Dormidas e oferta do número de camas por mês em Portugal: 1966 e	

2012.....	92
Figura 38: Dormidas e oferta do número de camas por mês no Algarve: 1966 e 2012.....	93
Figura 39: Distribuição das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (2012) e do património classificado (2014) por unidade concelhia.....	125
Figura 40: Ilustração do modelo experimental.....	137
Figura 41: Ilustração da metodologia de análise e construção de modelos semânticos.....	142
Figura 42: Processo de definição da amostra de operadores turísticos.....	143
Figura 43: Ilustração do circuito de organização e venda de «viagens organizadas».....	148
Figura 44: População do estudo (base de dados do Turismo de Portugal).....	149
Figura 45: Amostragem de operadores turísticos.....	149
Figura 46: Programas seleccionadas para análise.....	151
Figura 47: Somatório da contagem de recursos intercetados nos programas por país emissor.....	153
Figura 48: Somatório da contagem de unidades concelhias intercetadas nos programas.....	153
Figura 49: Rácio: Somatório da contagem de recursos/Somatório da contagem de unidades concelhias.....	153
Figura 50: Distribuição da amostra de recursos intercetados e contados.....	155
Figura 51: Somatório da contagem do património classificado identificado nos programas dos operadores turísticos.....	156
Figura 52: Somatório da contagem do património classificado «Monumento Nacional» identificado nos programas dos operadores turísticos.....	157
Figura 53: Somatório da contagem do património classificado de «Interesse Público» identificado nos programas dos operadores turísticos.....	157
Figura 54: Somatório da contagem do património classificado de «Interesse Municipal» identificado nos programas dos operadores turísticos.....	157
Figura 55: Frequência relativa de recursos classificados «Património Mundial» nos programas dos operadores turísticos por mercado emissor.....	159
Figura 56: Agrupamento Hierárquico de Clusters – Dendograma.....	161
Figura 57: Distância entre clusters relativizada (entre 0 e 1) e do <i>R-squared</i>	163

Figura 58: Mapeamento dos <i>clusters</i> de património classificado «Monumento Nacional» extraídos dos programas de férias analisados nos seis mercados.....	164
Figura 59: Mapeamento das distâncias euclidianas de Lisboa relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	168
Figura 60: Mapeamento das distâncias euclidianas do Porto relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	169
Figura 61: Mapeamento das distâncias euclidianas de Coimbra relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	171
Figura 62: Mapeamento das distâncias euclidianas de Sintra relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	173
Figura 63: Mapeamento das distâncias euclidianas de Évora relativamente às restantes unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	174
Figura 64: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias com referências a bens classificados «Monumento Nacional».....	176
Figura 65: Distribuição dos bens classificados «Monumento Nacional» em Portugal Continental que constam do inventário do DGPC e amostra.....	177
Figura 66: Distância entre clusters relativizada (entre 0 e 1) e do <i>R-squared</i>	179
Figura 67: Mapeamento dos <i>clusters</i> de património classificado extraído dos programas de férias analisados nos seis mercados.....	180
Figura 68: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias com referências a todos os bens classificados.....	181
Figura 69: Distribuição dos bens classificados «Interesse Público» em Portugal Continental que constam do inventário do DGPC e amostra.....	182
Figura 70: Distribuição dos bens classificados em Portugal Continental que constam do inventário da DGPC e da amostra.....	184
Figura 71: Distância entre clusters relativizada (entre 0 e 1) e do <i>R-squared</i>	186
Figura 72: Agrupamento Hierárquico de Clusters – Dendograma.....	187
Figura 73: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades	

concelhias com referências a bens sem classificação.....	188
Figura 74: Mapeamento dos <i>clusters</i> de património sem classificação extraído dos programas de férias analisados nos seis mercados.....	189
Figura 75: Relação entre a concentração de recursos na unidade concelhia de Lisboa e a concentração de recursos nas cinco principais unidades concelhias por mercado emissor.....	192
Figura 76: Frequência relativa de património construído extraído dos programas – Alemanha.....	193
Figura 77: Frequência de património construído extraído dos programas - Reino Unido.....	193
Figura 78: Frequência relativa de património construído extraído dos programas – França.....	194
Figura 79: Frequência relativa de património construído extraído dos programas – Espanha.....	194
Figura 80: Frequência relativa de património construído extraído dos programas – Itália.....	195
Figura 81: Frequência relativa de património construído extraído dos programas – Holanda.....	195
Figura 82: Distância entre <i>clusters</i> relativizada (entre 0 e 1) e do <i>R-squared</i>	198
Figura 83: Agrupamento Hierárquico de <i>Clusters</i> – Dendograma.....	199
Figura 84: Média das distâncias euclidianas relativamente a todas as unidades concelhias.....	200
Figura 85: Mapeamento dos <i>clusters</i> de intensidade de programação calculada a partir do número médio de noites programadas por unidade concelhia.....	202
Figura 86: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia – Alemanha.....	206
Figura 87: Intensidade de programação calculada a partir do número médio de noites (corrigido) programadas por unidade concelhia - Reino Unido.....	206
Figura 88: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia – França.....	207
Figura 89: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia – Espanha.....	207
Figura 90: Intensidade de programação calculada a partir do número médio	

(corrigido) de noites programadas por unidade concelhia – Itália.....	208
Figura 91: Intensidade de programação calculada a partir do número médio (corrigido) de noites programadas por unidade concelhia – Holanda.....	212
Figura 92: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita – Alemanha.....	212
Figura 93: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita - Reino Unido.....	212
Figura 94: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita – França.....	212
Figura 95: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita – Espanha.....	212
Figura 96: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita – Itália.....	213
Figura 97: Lista de bens patrimoniais e pontos de pernoita e visita – Holanda.....	213
Figura 98: Padrões espaciais de programação.....	215
Figura 99: Síntese dos padrões espaciais de programação.....	217
Figura 100: Padrões espaciais de programação – Alemanha.....	218
Figura 101: Padrões espaciais de programação – Reino Unido.....	219
Figura 102: Padrões espaciais de programação – França.....	220
Figura 103: Padrões espaciais de programação – Espanha.....	221
Figura 105: Padrões espaciais de programação – Itália.....	222
Figura 105: Padrões espaciais de programação – Holanda.....	223
Figura 106: Output de frequências e dendograma da análise – programação alemã	226
Figura 107: Modelo semântico da programação alemã.....	227
Figura 108: Output de frequências e dendograma da análise – programação britânica.....	229
Figura 109: Modelo semântico da programação britânica.....	230
Figura 110: Output de frequências e dendograma da análise – programação francesa.....	232
Figura 111: Modelo semântico da programação francesa.....	233
Figura 112: <i>Output</i> de frequências e dendograma da análise – programação espanhola.....	234
Figura 113: Modelo semântico da programação espanhola.....	235
Figura 114: <i>Output</i> de frequências e dendograma da análise – programação italiana.....	236
Figura 115: Modelo semântico da programação italiana.....	238
Figura 116: <i>Output</i> de frequências e dendograma da análise – programação holandês.....	239

Figura 117: Modelo semântico da programação holandês.....	240
Figura 118: Ilustração esquemática dos modelos semânticos.....	242